

A Formação da Mentalidade



James H. Robinson



Montecristo
Editora

VISIT...

LANZAROTE
Caliente.COM

A Formação da Mentalidade



James H. Robinson



Montecristo
Editora



JAMES HARVEY ROBINSON

A FORMAÇÃO DA MENTALIDADE

“REALIZAMOS HOJE O SONHO DO SÉCULO XVIII – ‘A ERA DA LUZ’, ESSE SONHO DOS SÁBIOS ESPERANÇOSOS DE QUE A HUMANIDADE IRIA LANÇAR DE SEUS PULSOS AS VELHAS ALGEMAS; ESSE SONHO DE QUE A SUPERSTIÇÃO ESTAVA A CAMINHO DE SER VENCIDA PELOS ATAQUES SUCESSIVOS DA CIÊNCIA EXPERIMENTAL E QUE, CONDUZIDOS PELA CIÊNCIA, CAMINHÁVAMOS PARA UMA CONCÓRDIA E UMA FELICIDADE JAMAIS CONCEBIDAS. MAS JÁ NÃO PODEMOS ALIMENTAR TAIS ESPERANÇAS. TEMOS DE COMEÇAR DE NOVO.”

VERSÃO BILÍNGUE: PORTUGUÊS - INGLÊS

Adaptação e tradução de
MONTEIRO LOBATO



Montecristo
Editora

©2022 Copyright Montecristo Editora - Versão 04.11.2022

JAMES HARVEY ROBINSON

A FORMAÇÃO DA MENTALIDADE

Título Original

The Mind in the Making: The Relation of Intelligence to Social Reform

Capa

Montagem sobre ilustração de Sari Wardi via Vecteezy.com

Supervisão de Editoração

Montecristo Editora

Tradução de

Monteiro Lobato

ISBN:

978-1-61965-335-1 (Versão Digital)

978-1-61965-355-9 (Versão Papel)

Montecristo Editora Ltda

e-mail: editora@montecristoeditora.com.br



Montecristo
Editora

Sobre o Autor

James Harvey Robinson (29 de junho de 1863 em Bloomington, Illinois - 16 de fevereiro de 1936 em Nova York) foi um estudioso americano de história que, com Charles Austin Beard, fundou a *New History* (Nova História), uma abordagem disciplinar que tenta usar a história para entender os problemas contemporâneos, ampliando muito o escopo da história em direção às ciências sociais.

Filho do presidente de um banco, James H. Robinson viajou em 1882 para a Europa, retornando pouco tempo depois para trabalhar na empresa de seu pai. Em 1884, iniciou seus estudos na área da história na Universidade de Harvard. Robinson obteve os graus de bacharel e mestre em história em Harvard nos anos 1887 e 1888, respectivamente. Em 1888, voltou para a Europa a fim de estudar alemão em Estrasburgo. Posteriormente, mudou-se para a Universidade de Freiburg, onde estudou sob a orientação de Hermann Von Holst e obteve o grau de doutor.

Robinson é conhecido como um dos fundadores da *New History*. O interesse do autor na formulação de uma “nova história” iniciou com um curso lecionado, em 1904, sobre a história intelectual europeia, que se tornou muito popular entre os estudantes de graduação. Em 1912, as suas teorias sobre a modernização dos métodos e do conteúdo da pesquisa histórica foram publicados em 1912 no livro *The New History*. O autor chamou atenção para uma abordagem historiográfica que fosse além dos eventos políticos e militares, promovendo a interdisciplinariedade entre as ciências humanas, particularmente a antropologia, a sociologia e a psicologia. Em 1919, o historiador se demite desta última universidade para fundar a *New School for Social Research*. Em 1929, Robinson foi o presidente da *American Historical Association*.

O livro de Robinson, *The Mind in the Making: The Relation of Intelligence to Social Reform* (1921), foi um bestseller, introduzindo uma geração de leitores ao mundo intelectual do ensino superior. Ele defende a liberdade de pensamento como essencial para o progresso. O livro também postulava que as pessoas normalmente substituíam as racionalizações pela razão.



Sobre o Tradutor

A elegante bengala do pai fascinava o menino José Renato Monteiro Lobato.

Mas como poderia usá-la se as iniciais eram JBML? E não havia jeito de apagá-las sem estragar a beleza de um objeto tão querido. Resolve, então, o dilema com uma solução simples e inventiva: passa a assinar-se José Bento Monteiro Lobato, nome que conservará até o fim.

Monteiro Lobato nasceu a 18 de abril de 1882 nos arredores de Taubaté, numa chácara que era a residência da cidade de seu avô, o visconde de Tremembé.

Duas coisas encantavam o menino: a vida ao ar livre com os brinquedos feitos de mamão verde, chuchus, etc, e a biblioteca de seu avô. Alfabetizado por sua mãe, teve depois um professor particular e, aos sete anos, entrou para um colégio de Taubaté.

Logo demonstra sua vocação: escreve crônicas, poemas, contos e também faz desenhos para o jornalzinho colegial “O Guarani”. Em 1900, quando termina o secundário, Lobato quer desenvolver seu talento para o desenho na Escola de Belas-Artes. Mas o avô impõe uma carreira ao jovem de dezoito anos: o direito. Aos vinte e dois anos, já formado, vai para Areias, onde se casa. Para superar o tédio da cidade sem atrativos e parada no tempo, escreve artigos para jornais do vale do Paraíba.

Em 1911, morre o visconde de Tremembé, e Monteiro Lobato herda suas terras. Entrega-se à modernização de sua fazenda, mas esbarra na velha estrutura rural do país. Abandonados, sem higiene e alimentação, sem nenhuma orientação que os torne produtivos, os caboclos continuam praticando as queimadas que aprenderam com os avós. Assim nasce o Jeca Tatu, célebre símbolo do caipira brasileiro. Mas Lobato adverte: “Jeca não é assim. Está assim”.

Volta-se com seu dinamismo para a atividade cultural e editorial. Compra a famosa “Revista do Brasil” e lança “Urupês” (1918), reunião de contos regionalistas. Junto com “Cidades mortas” (1919), “Negrinha” (1920), “Onda verde” (1921), “O choque das raças ou o presidente negro” (1926), forma parte do conjunto de suas obras para adultos.

Depois do fracasso de sua primeira editora, funda a Companhia Editora Nacional (1925). Sua última investida nesse campo será a fundação da Editora Brasiliense (1945), com Caio Prado Jr. e Artur Neves. Outra de suas grandes lutas consiste na campanha pela exploração do ferro (para fabricar máquinas) e petróleo (para movê-las). O Brasil possui esses dois elementos: por que os brasileiros não os exploram e combatem os interesses estrangeiros? A campanha nacionalista de Lobato, apesar dos desgostos, divergências com soluções adotadas e até da prisão por seis meses, em 1941, daria frutos positivos.

Mas voltemos no tempo: em 1920, Lobato elabora o conto infantil “A história do peixinho que morreu afogado”. Resolve ampliá-lo e introduz cenas de sua infância, publicando-o em 1921 com o nome de “Narizinho arrebitado”. É o ponto de partida para a criação de uma série de aventuras no Sítio do Pica-Pau Amarelo, onde fica o Reino das Águas Claras.

Entre seus felizes habitantes, estão Emília, a boneca de pano que diz tudo o que lhe passa na cabeça; o Visconde de Sabugosa, o sábio de espiga de milho; Pedrinho e Narizinho, eternas crianças sempre abertas a tudo; Dona Benta, avó dos meninos, contadora de histórias que aceita a imaginação das crianças e admite as novidades que mudam o mundo; Nastácia, a empregada que fez

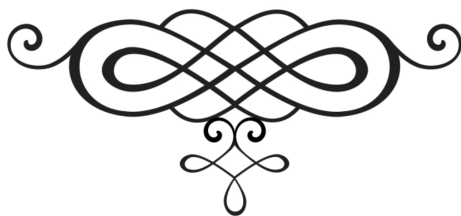
Emília, suas crendices e seus quitutes.

Nesse mundo, um pozinho mágico (pirlimpimpim) rompe os limites do espaço e do tempo, levando suas personagens a viverem as mais incríveis façanhas. Essas maravilhas narrativas, às quais não falta a preocupação de informar e educar, têm encantado gerações e gerações de crianças brasileiras. Recentemente, sua obra foi transformada numa série de televisão, “Sítio do Pica-Pau Amarelo”, mas nada substitui o prazer e o estímulo à imaginação originados da leitura da obra infantil de Monteiro Lobato.

Depois da eleição do marechal Dutra para a presidência da República, o escritor, desiludido, resolve exilar-se voluntariamente na Argentina, onde funda a Editorial Acteón. Publicadas em espanhol, suas obras conhecem o mesmo sucesso que haviam conquistado no Brasil. Em 1947, volta à pátria e morre no dia 4 de julho de 1948, após ter sofrido um espasmo vascular.

Obras relacionadas publicadas pela Montecristo:

- [Contos Completos](#), por Monteiro Lobato
- [Fascismo e Democracia](#), por George Orwell
- [Por que Escrevo](#), por George Orwell
- [A Revolução dos Bichos](#), por George Orwell
- [1984](#), por George Orwell
- [Dentro da Baleia e Outros Ensaios](#), por George Orwell
- [O Manifesto Comunista](#), por Marx e Engels



INTRODUÇÃO

QUANDO pela última vez visitei a América, tive ensejo, em Washington, de assistir à conferência do desarmamento, e lá me encontrei com toda sorte de gente importante – e vi muita coisa significativa. Mas ao balancear o que ganhei dessa visita à América tenho de dar a preeminência ao meu encontro com o professor James Harvey Robinson, cujo livro *The Mind in the Making* me causou a mais fecunda impressão.

Tenho que o professor Robinson vai ser para mim quase tão importante quando o foi Huxley na minha adolescência, e Willian James nos anos maduros. Robinson tomou muito do que estava em estado informe em minha consciência e modelou-o; e o espírito da escola que ele organizou deu asas a muitos dos meus sonhos. Depois da leitura de seu livro senti a mesma impressão libertadora que em outros setores obtive de Huxley e Willian James. Sempre me revelei curioso e intrigado pelas esculturas, escritas e mais remanescentes da mentalidade neolítica de América – as antiguidades do México, Peru e América Central. Nada disto encontrei no livro de Robinson, e entretanto foi esse livro que me abri os olhos à compreensão de todos os enigmas neolíticos que me atormentavam. Suas ideias iluminaram-me não só até onde eram projetadas como colateralmente, em muitos outros setores da minha curiosidade.

Estas confissões seriam injustificáveis, se se tratasse só de mim; mas sinto que o acontecido comigo – este senso de haver encontrado uma ponte que nos leva a terras desconhecidas – deve acontecer a numerosos leitores do grande mestre. É possível que já estejamos todos maduros para esta obra, com o preparo preliminar que nos deram os estudos na psicanálise e do educacionismo político-social do último quarto de século. Mas se Robinson não se apresenta como pioneiro, aparece com direitos a uma alta chefia.

Não sei quem foi o primeiro a dizer que o espírito humano, como produto da luta pela vida, era, na essência, um sistema de procurar comida – e tão longe de ser um aparelho de descobrir a verdade como o focinho de porco. Creio que foi Lorde Balfour, há vinte e cinco ou trinta anos. Pois bem: é sob esta sugestão, e com profundo ceticismo a respeito da mente como aparelho para investigar a verdade, que a nova escola do pensamento nasceu. Nossa mente,

que é a nossa hipótese mais fundamental, não passa de reação às imediatas necessidades da vida, e de resultado do processo de “experiência e erro” nas adaptações do nosso corpo; e em face de situações novas merece tanta confiança como os nossos instintos animais.

Defrontado por inumeráveis oportunidades novas, o pensamento de hoje tem de ser intensamente experimental. E, ao mesmo tempo, intrépido e cético. Mas a verdade é que se tem mostrado dolorosamente tímido e cegamente crédulo – e em excesso confiante nas ideias-força do passado.

Não tomei da pena para criticar, ou discutir o livro do professor Robinson, que breve todas as pessoas inteligentes estarão lendo, mas para prestar meu tributo de admiração ao seu valor. Trata-se de um livro cardeal. E pergunto-me se com o tempo todos não acorrerão a ele, e à Escola de Pesquisas Sociais dele decorrente, como a uma nova iniciativa americana, muito mais séria do que a conferência do desarmamento reunida em Washington.

H. G. Wells



PREFÁCIO

TEMOS aqui um ensaio – não um tratado – sobre matéria da maior importância para o homem. Embora haja custado ao autor muito mais trabalho mental que o aparente, está bem abaixo do que o tema requeria. Muitas de suas páginas deviam ser desenvolvidas em todo um volume. Este livro sugere apenas o começo do começo do que hoje está sendo tentado para alçar o pensamento do homem a um plano que talvez evite, ou reduza, os perigos que nos ameaçam em todas as direções.

James Harvey Robinson

1. Sobre os propósitos deste livro

SE ALGUMA transformação mágica ocorresse no modo dos homens verem a si mesmos e aos semelhantes, boa parte dos males que hoje nos afligem desapareceriam, ou remediar-se-iam automaticamente. Se a maioria das pessoas influentes tivesse as opiniões e adotasse o ponto de vista de certo número de pessoas não influentes, mas que veem com maior clareza, não haveria possibilidade de certas coisas como, por exemplo, outra guerra: todo o problema do “trabalho e do capital” podia ser transformado e atenuado; a arrogância política e a ineficiência podiam descer abaixo do ponto perigoso.

Como um velho adágio estoico o formulou, os homens são mais atormentados pelas opiniões que têm sobre as coisas do que pelas próprias coisas em si. Isto é profundamente verdadeiro para muitos dos mais graves problemas de hoje. Estamos na posse de conhecimentos, de engenho e de recursos materiais para tornar muito melhor o mundo em que vivemos, mas vários obstáculos nos impedem de usá-los livre e inteligentemente. O objeto desta obra é demonstrar esta proposição, patentear com a maior franqueza as tremendas dificuldades que nos embaraçam a mudança de mentalidade, e apontar, da maneira mais clara possível, os meios ao nosso alcance para conseguir isso.

Quando observamos a chocante confusão dos negócios humanos, hoje notória em todos os países civilizados, ainda os mais bem dotados de espírito se sentem incertos e tontos na tentativa de apreender a situação. O mundo parece pedir uma regeneração moral e econômica que será perigosa adiar, mas que é difícil de ser imaginada. A razão disto está em que a regeneração intelectual preliminar, que poria os nossos dirigentes em situação apta ao controle do curso das coisas, ainda não se realizou. Defrontam-nos condições sem precedentes e há novos reajustamentos a se fazerem – sobre isto não há dúvida. Também possuímos grande soma de conhecimentos científicos com os quais jogar – conhecimentos que nossos antepassados ignoravam. Tão novas são as condições atuais, tão copiosos os conhecimentos de que dispomos, que nos cumpre empreender a tarefa bem árdua de reconsiderar grande parte das opiniões sobre os homens e suas relações entre si, que as passadas gerações nos transmitiram – gerações que viveram em condições muito diferentes e possuíam muito menos informação do que nós, a respeito do mundo e de nós mesmos. Antes que possamos fazer isto, entretanto, temos primeiramente de criar *uma atitude de espírito sem precedentes, capaz de enfrentar condições também sem precedentes, e*

de utilizar conhecimentos absolutamente novos. Este é o passo preliminar a ser dado, e o mais difícil – muito mais difícil do que o supõem os que admitem a possibilidade de reforma sem o abandono de certas tendências naturais inveteradas e de hábitos artificiais já muito entranhados. Como poderemos pôr-nos em posição de pensar em coisas que não só nunca pensamos antes como ainda são as mais difícil de entrarem em debate? Em suma, como libertar-nos dos nossos preconceitos e *abrir o espírito?*

Na qualidade de um estudioso da história que por muitos anos se empenhou em verificar como os homens adquiriram as atuais ideias e convicções sobre si próprios e sobre as relações que os ligam, cheguei à conclusão de que a história pode lançar muita luz na confusão moderna. Não chamo história à convencionalíssima crônica dos fatos passados e sem importância, essa história que nos colégios nos amarga os anos verdes, mas ao estudo de como o homem chegou a ser o que é e a pensar o que pensa.

Nenhum historiador ainda consegue tornar a história clara e popular, mas certo número de considerações são óbvias, e tenho que algum dia será a história popularizada. Chego a pensar que se uns tantos fatos históricos fossem geralmente conhecidos e aceitos, e influenciassem o nosso pensamento diário, o mundo tornar-se-ia, daqui por diante, uma coisa bem diferente do que é. Não poderíamos, então, iludir-nos da maneira simplista como nos iludimos, nem nos aproveitarmos da primitiva ignorância de outros. Todas as nossas discussões de reformas sociais, industriais e políticas erguer-se-iam a um plano de muito maior descortino e produtividade.

Numa das brilhantes divagações com que Wells enriquece os seus romances, diz ele:

Quando a história intelectual destes tempos for escrita, creio que nada ressaltará mais do que a enorme diferença de qualidade entre a riqueza das investigações científicas e o pensamento comum, nos outros setores da sociedade. Não quero dizer que os cientistas sejam, em conjunto, uma classe de super-homens, lidando com as coisas e pensando a respeito de tudo melhor que o resto dos homens; mas em seus campos de trabalho eles agem com uma intensidade, uma integridade, uma intrepidez, uma paciência, uma inteireza e uma fidelidade que – com exceção de alguns artistas – põem a sua obra fora de comparação com qualquer outra atividade... Nesta particular direção, a científica, o espírito humano alcançou a atitude, a veracidade, o desprendimento e o vigor de crítica que convém generalizar-se a todos os outros campos da atividade humana.

Nem os mais superficiais conhecedores dos resultados obtidos pelas ciências naturais nos últimos séculos deixarão de perceber como o pensamento se tem revelado fecundo no amontoar noções sobre o Universo, desde a mais remota nebulosa até o menor átomo; esses conhecimentos têm sido aplicados de modo a quase revolucionar a vida humana; mas tanto eles como a sua

aplicação afiguram-se-nos apenas simples começos, com infinitas possibilidades para o diante, se a mentalidade científica persistir no mesmo caminho de paciência e escrupuloso rigor.

Mas o conhecimento do homem, dos móveis de suas ações, das relações dos homens uns com os outros ou com os grupos, e do adequado dessas relações no sentido da boa harmonia, da lealdade e da paz do espírito, não revela igual progresso. Os tratados de Aristóteles sobre a astronomia e a física, suas noções sobre os processos químicos e a “geração e a decadência” já foram lançados ao mar; mas a política e a ética de Aristóteles ainda são tidas em conta. Será que isto queira dizer que a penetração do seu espírito nas ciências do homem era muito maior do que nas ciências naturais, ou quererá dizer que os progressos da humanidade nas ciências do homem e na política permanecem estacionários há mais de dois mil anos? Acho que podemos com segurança concluir pela última hipótese. Foram precisos três séculos de concentração mental e de engenhosas invenções de laboratório para que o cientista moderno pudesse focar a atenção nos elétrons e nas relações dos elétrons com o misterioso núcleo do átomo, ou que o embriologista pudesse observar os primeiros movimentos de um ovo fecundado. E até agora vimos muito pouco desse apuro de observação aplicado ao conhecimento dos negócios humanos.

Se compararmos os debates no senado americano a propósito da Liga das Nações com a atitude de um mecânico de garagem, diante de um carro a consertar, o contraste nos impressiona. O mecânico pensa cientificamente, sua mira única é aplicar o que sabe do automóvel e de seu funcionamento a fim de pôr em marcha aquele. Já o senador frequentemente se mostra sem nenhuma ideia da natureza e funcionamento das nações, e firma-se na retórica, e apela para vagos temores ou esperanças, ou para a autoridade partidária. Há um século que os cientistas se ocupam em revolucionar as relações práticas entre as nações. O oceano deixou de ser uma barreira, como nos tempos de Washington, para tornar-se ampla avenida, ligando, não mais separando, os continentes. Não obstante, o senador ingenuamente apelará para políticas de um século atrás, muito boas, talvez, naquela época, mas que hoje apenas podem servir de advertência, não de caminho a seguir. O mecânico da garagem, entretanto, tomará o carro a consertar como esse carro é, sem permitir que nenhum respeito místico pelas antigas formas do motor de explosão venha interferir nos reparos que tem a fazer.

Entretanto, os que lidam com os fenômenos naturais, sem relacioná-los aos negócios humanos, não conseguem facilmente o respeito e a aprovação do público. O processo para emancipar as ciências naturais do jugo dos preconceitos correntes, tanto dos homens cultos como dos incultos, foi processo lento e penoso, e ainda está em marcha. Se recuarmos até os começos do século XVII encontraremos três homens com o objetivo posto, acima de tudo, em defender o bom senso nas ciências naturais. O de maior eloquência, e de maior forçar persuasiva em todos os setores, foi Lorde

Bacon. Vem depois o jovem Descartes, que, para libertar-se dos vinhos da educação mental recebida num seminário jesuíta, mergulhou na Guerra dos Trinta Anos, a fim de que a luta lhe varresse do cérebro tudo quanto lhe haviam ensinado. O terceiro, Galileu, perpetrou um erro de graves consequências ao discutir em sua língua materna os problemas da física. Velho já, foi encarcerado e condenado a repetir os sete salmos de penitência pelo crime de divergir de Aristóteles, Moisés e dos ensinamentos dos teólogos. Ao saber do destino de Galileu, Descartes queimou a obra que havia escrito, *Le Monde*, receoso de também meter-se em apuros.

Desde essa época até os dias de Huxley e John Fiske a luta jamais cessou, e ainda hoje prossegue essa Guerra dos Trezentos Anos em prol da liberdade da inteligência no estudo dos fenômenos naturais. Tem sido essa guerra um conflito com a ignorância, a tradição e os direitos adquiridos da Igreja e da Universidade, com todo o cortejo de absurdas invectivas e cruéis falsificações que caracterizam a luta contra as novas ideias críticas. Os que clamavam contra as descobertas científicas faziam-no em nome de Deus, da dignidade humana, da santa religião e da moralidade. Hoje, entretanto, o cultivo das ciências naturais goza de bastante liberdade, embora ainda existam grandes organizações de fiéis que calorosamente se opõem a algumas das descobertas fundamentais da biologia. Para centos de pessoas que leem a *Hereditariedade e Meio*, de Conklin, ou a *Química Criadora*, de Slosson, temos milhares e milhares de leitores da exegese de Ezequiel e do Apocalipse pelo Pastor Russell.

Nos cursos escolares não é adotado nenhum compêndio de história que conte a origem animal do homem. Não obstante, os nossos cientistas lá vão realizando os seus trabalhos, e mencionam os resultados sem grande hostilidade por parte do clero ou das escolas oficiais. Quer isso dizer que a sociedade humana já se vai acostumando a esse vírus.

Mas não é este o caso das ciências sociais. E ao falar nelas sentimo-nos um tanto a contragosto, porque a expressão “ciência social” dá a entender que ainda não chegamos à real ciência do homem. Ciência social significa apenas um débil esforço nosso para o estudo do homem, dos seus impulsos e do modo como ele vive em sociedade, à luz da sua origem e da sua história da espécie. Este estudo sempre esbarrou em grande número de obstáculos, na essência mais embaraçadores que os que por trezentos anos contrariam a marcha das ciências naturais. As relações humanas são em si coisa muito mais intrincada e perplexiva do que as moléculas e os cromossomos. Mas isto constitui apenas uma razão a mais para aplicarmos em seu estudo o mesmo tipo de investigação crítica usado de modo tão fecundo no estudo das moléculas e cromossomos.

De nenhum modo estou a sugerir que possamos usar no estudo do complexo humano os mesmos processos de pensar que usamos num problema de reação química ou de mecânica. Resultados científicos exatos, como os

temos, por exemplo, na mecânica, não são de esperar nas ciências sociais. Seria anticientífico contar com semelhante coisa. Não estou advogando este ou aquele método de estudar os negócios humanos, e sim um estado de espírito, uma atitude crítica livre de constrangimentos, como a espaços vemos entre os que aspiram a ser guias dos homens, tanto no setor político e religioso com no econômico ou acadêmico. A maior parte do progresso humano tem vindo de “enxurrada”. E o homem sempre se inclina a explicar e santificar os meios, com pouca atenção ao valor desses meios. Exemplo frisante deste processo de enxurro tivemos na última guerra: chacina e aleijamento de quinze milhões de homens moços, perdas incalculáveis, caos, desnorteamento geral. E depois de tudo, os homens cegamente arrastados a defender e perpetuar as condições que deram causa ao desastre.

A não ser que queiramos assistir a uma segunda calamidade como essa, precisamos, como já sugeri, arrostar as condições novas e sem precedentes que nos defrontam. Temos de cuidar de uma profunda reconstrução do nosso espírito, com a mira posta na compreensão da verdadeira natureza humana, sua conduta e organização. Temos de examinar de novo os fatos, com a maior penetração crítica, sem paixão, e deixar que desse exame surja a nossa filosofia. O que fazemos hoje é, primeiro, adotar uma filosofia e depois, torcer os fatos para ajustá-los a essa filosofia. Experimentemos o processo contrário, como fizeram os grandes obreiros da ciência experimental; primeiro, encarar os fatos como os temos; depois, deixar que deles surja uma nova filosofia.

A boa vontade para o exame dos verdadeiros fundamentos da sociedade não significa desejo de precipitar nenhum reajustamento apressado, porque nenhum reajustamento de valor pode ser feito antes de um completo estudo dos fatos.

E retorno aqui ao meu ponto inicial: que este exame dos fatos históricos reveladores de muitos dos nossos pontos de fé, tenderá para a libertação do nosso espírito, de modo a permitir-nos um modo de pensar honesto. E também que os fatos históricos que me proponho a recordar poderão, se os integrarmos em nosso espírito, eliminar automaticamente uma boa quantidade da grosseira estupidez e da forte cegueira política atual, grandemente contribuindo para o surto da atitude científica necessária à solução dos negócios humanos. Em outras palavras: precisamos atualizar a nossa mentalidade.



2. Três métodos de reforma que falharam

Os métodos até aqui preconizados para o melhoramento social do homem cabem em três divisões gerais: 1) mudança das regras do jogo; 2) exortação espiritual; e 3) educação. Se estes três métodos não houvessem falhado, o mundo não se acharia na situação em que se acha.

1. Muitos reformadores admitem não terem confiança no que eles chamam “ideia”. Aham que as perturbações do mundo decorrem da má organização das coisas e que essa organização pode ser remediada por meio de leis e regulamentações. Os abusos podem ser corrigidos ou suprimidos por meio da compulsão, ou por algum engenhoso processo regulamentador. O tempo de ocupação dos cargos públicos deve ser aumentado ou diminuído; a mesma coisa com o número dos membros do governo; e temos de adotar a representação proporcional, e o referendun, e a destituição dos dirigentes, e o governo comissionado, etc.; o poder tem que ser deslocado aqui e ali para evitar males já sofridos no passado. A Câmara dos Comuns na Inglaterra não faz muito tempo que se harmonizou com a Câmara dos Pares, em novas bases. A Liga das Nações já operou reajustamentos de funções e influência no Conselho e na Assembleia. Na indústria e na educação vemos constantemente realizar-se reformas com mira na supressão dos atritos e na elevação da eficiência.

Ninguém põe em dúvida que seja a organização coisa indispensável nos negócios humanos, mas a reorganização, conquanto às vezes produza resultados benéficos, frequentemente deixa de corrigir os males visados e cria os inéditos. Nossa confiança nas restrições e na regulamentação é exagerada. O de que usualmente necessitamos é de uma mudança de atitude, sem a qual as reformas deixam as coisas como antes. Enquanto permitirmos que nosso governo seja exercitado por políticos e negociistas, pouca diferença fará o número de representantes no parlamento, ou o tempo que um ministério esteja no poder. Vejamos agora o segundo processo de

melhoramento – a exortação moral.

2. Os que se impacientam com as reformas meramente administrativas, ou delas descreem, declaram que o de que necessitamos é de amor fraternal. Milhares de púlpitos proclamam que somos filhos de um Pai Celestial, e que devemos auxiliar-nos uns aos outros com paciência de irmãos. O Capital é muito egoísta; o Trabalho só vê seus acanhados interesses, sem nenhuma atenção para com os riscos do Capital. Somos todos dependentes uns dos outros, e a admissão disto deve levar-nos à mútua indulgência e à voluntária cooperação. Esqueçamo-nos de nós mesmos e dediquemo-nos ao próximo. “Meus filhos, amai-vos uns aos outros.”

A paternidade de Deus vem sendo pregada pelos cristãos há mais de dezoito séculos, e a fraternidade dos homens há mais tempo ainda, desde a época dos estoicos. Mas essas doutrinas de nenhum modo se mostraram incompatíveis com a escravidão e a servidão, ou com as guerras santas, frequentemente instigadas pelos próprios pregadores da fraternidade; ou com a opressão industrial, a qual requer muita bravura no sacerdote ou professor que se proponha hoje a denunciá-la. É verdade que muitas vezes somos tomados pela simpatia, e nesses momentos os

“nossos irmãos” se tornam objeto de terna solicitude. Algumas almas podem sinceramente gabar-se de que amam a humanidade em geral, mas não haverá ninguém que ouse garantir que ama aos seus inimigos – e muito menos aos inimigos de seu país ou das instituições de seu país.

Todos ainda adoramos a um deus tribal, que não admite em seu céu os “nossos” inimigos. A atitude suspeitosa e hostil está muito mais em nossa natureza do que o amor ao próximo – e por motivos muito claros, neste nosso mundo de rivalidades e desapontamentos. Não há dúvida que existe no homem uma bondade natural, que em certas condições favoráveis se revela. Mas a experiência nos leva a crer que essa bondade não pode ser provocada por meio de exortações morais. É esse o único ponto que quero frisar aqui. Depois de verificada a ineficiência da exortação moral, vejamos o terceiro processo de melhoramento dos homens.

3. Os que não creem no efeito da organização, nem no poder da exortação moral, admitem que o de que sobretudo necessitamos é educação. Não há dúvida que necessitamos de educação – mas de uma educação de tal modo diferente da de hoje que até faz jus a um novo nome.

A educação tem mais fins que os comumente admitidos, e deve ser julgada com base na importância de suas intenções e resultados. Ler, escrever e contar, todos reconhecemos como coisas básicas num mundo de jornais e negócios como o de hoje. Temos depois a educação técnica e o treino que nos prepara para ganhar a vida dentro de uma das profissões existentes. Esses dois objetivos são conseguidos do melhor modo pelo sistema educacional reinante, suscetível apenas de melhoramentos em detalhes. E finalmente temos os estudos prepostos a contribuir para a cultura geral e o

“aperfeiçoamento do espírito”, por meio da cultura do bom gosto, do estímulo e, talvez, do apuramento de nossas faculdades raciocinantes.

Este ramo da educação é, pela minoria, considerado como precioso e indispensável; mas para a maioria não passa de mera amenidade, sem nenhuma relação com as necessidades da vida. É uma educação altamente tradicional, ou retrospectiva, baseada nas línguas mortas, nas altas matemáticas, nos velhos livros reverenciados, em filosofias e histórias arcaicas e naquela infecunda forma de lógica que até pouco tempo ainda era considerada como o melhor guia do homem para evitar o erro. A isto juntou-se nos últimos tempos alguma coisa das ciências naturais.

Os resultados do conjunto educativo como o temos, entretanto, são desapontadores. Um homem, como eu, que aceita essa educação e vive aferrado aos velhos livros, tão satisfeito com os conhecimentos que tem das línguas vivas e mortas, tão invejoso dos que podem pensar matematicamente e tão interessado em ciências naturais – um tal homem lamenta que os que recebem essa educação liberal raramente leiam por prazer em alguma língua estrangeira, e raro pensem matematicamente, e raro gostem de filosofia e história, e raro se interessem pelos animais, pelas plantas, pelas rochas, com inteligente penetração ou pelo menos com real curiosidade. Isto nos leva a suspeitar que a chamada “educação liberal” aborta, sem alcançar os seus fins ostensivos.

Os três objetivos educacionais acima mencionados têm uma coisa em comum: todos se orientam no rumo da vitória pessoal, ou tendem a crescer a nossa cultura e o nosso gozo literário pessoal. Mas este pessoalismo não nos leva a cooperar no melhoramento social ou político.

Ultimamente um novo objetivo entrou para a educação – a esperança de preparar moços e moças para se tornarem eleitores inteligentes. Isto veio em consequência do advento da política democrática, com a sua igualdade de todos perante a urna.

E educação para a cidadania propõe-se a ministrar noções sobre o verdadeiro funcionamento da nossa organização social, com ideias claras sobre suas origens e plena percepção de seus defeitos e das causas aparentes desses defeitos. Observamos aqui um obstáculo sem importância nos velhos tipos de educação, mas desastroso nesta educação cívica. Matérias como a leitura, a escrita, as matemáticas, o latim e o grego, a física e a química, a medicina e a jurisprudência, são coisas perfeitamente standardizadas e retrospectivas. Está claro que os métodos evoluem, mas fazem-no com desembaraço, sem atraírem a atenção dos críticos de fora. Já as questões sociais, os métodos industriais vigentes, as animosidades raciais, as eleições e a política dos governos, são coisas necessariamente sujeitas a controvérsias, e os diretores das escolas, bem como as forças que controlam as universidades e os colégios, não o ignoram. Em manifestos públicos mostram-se sempre sôfregos por afastar de si a suspeita de que os alunos a eles confiados

estejam sendo advertidos de que as nossas instituições possam ser defeituosas, ou que a atual geração de homens públicos não esteja dirigindo o país com a maior perfeição, sempre guiados pelos imutáveis princípios da justiça.

Como podemos esperar que um professor de meninos e meninas, filhos de homens de negócios, de políticos, de doutores, de sacerdotes – gente aferrada a uma ordem que lhes assegura a subsistência – fale a verdade sobre a vida dos negócios como os temos, sobre os métodos em prática nas câmaras legislativas e tribunais, ou sobre a política oficial na condução dos negócios exteriores? Imagine-se um professor público revelando aos alunos os fatos mais frisantes da administração municipal de hoje, com todas as suas roubalheiras e empreguismos! E como é assim, os cursos escolares de política, economia e sociologia, em geral resumem-se a inofensivas generalizações, inócuos detalhes de organização e lugares-comuns da moralidade rotineira, porque só desse modo os professores escapam ao perigo da controvérsia. Os professores nunca se sentem inclinados a falar, nem podem, da situação social do momento com a honestidade e força necessárias. E ainda que, com apoio de todos os espíritos bem formados, sejam tentados a fazê-lo, não o ousam, de medo de perder seus postos.

Sejam quais forem os nossos sentimentos nesta matéria, havemos de concordar que o fim da educação cívica, como a temos, consiste no preparo da mocidade para a mesma vida cívica que fracassou em seus esforços de eliminar os choques e as injustiças de nossa vida político-social. Isso porque cuidadosamente inculcamos na nova geração as mesmas ilusões, a mesma confiança nas instituições vigentes e nas noções que levaram o mundo ao estado em que se acha. Desde que tudo fazemos para acentuar as benemerências do que temos, impossível esperarmos levar a nova geração a, com mais inteligência, realizar as melhorias que não conseguimos. Todos sabemos como isto é verdade, mas a maioria conforma-se, acha que está bem assim, e muita gente prefere não pensar no assunto. Deve, entretanto, haver algumas pessoas dispostas a ponderar por uns instantes as sugestões que faço nesta obra, com indicação do caminho para a saída do impasse.¹

Vimos rapidamente as três principais esperanças, ou métodos propostos para o melhoramento das coisas: 1) mudança da regra do jogo, 2) exortação aos homens para que sejam bons e amem ao próximo como a si mesmos, e 3) educação cívica. Pode ser que estas esperanças não sejam de todo infundadas, mas havemos de admitir que até hoje vêm falhando lamentavelmente. Não há dúvida que continuarão a ser tidas em conta, já que o tempo lhes deu grande respeitabilidade. O simples insucesso não desacredita um método, porque há muito mais coisas a sustentarem os nossos rotineiros processos de agir, além do sucesso que tenham na aplicação. Se não fosse assim, a nossa vida diária seria conduzida muito menos estupidamente do que o é hoje. Mas admitamos por um momento que os processos de reforma acima enumerados realmente se mostrem

ineficientes para solver a atual crise do mundo. Teremos alguma coisa mais a que recorrer?

Sim, a Inteligência! Resta-nos ainda essa prova jamais tentada – o uso da inteligência na regulamentação das relações humanas. Trata-se de um meio ainda não desacreditado, porque nunca foi posto à prova em escala de vulto, exceto nos domínios das ciências naturais, e nesse campo sabemos dos maravilhosos resultados que produziu. Empregado em relação às estrelas, às rochas, às plantas e animais e à investigação dos processos mecânicos e químicos, revolucionou completamente as noções do homem relativas ao mundo em que vive a aos seres que o cercam – salvo quanto a si mesmo. As descobertas científicas deram como resultado a mudança dos nossos hábitos de vida e forneceram-nos coisas de uso que há mil anos seriam requintes nem sequer acessíveis aos reis e nababos.

Mas sabemos muito pouco do passado humano para que possamos apreender em sua totalidade o esforço despendido para esta aplicação da inteligência. A fim de que tais descobertas se tornassem possíveis e fossem engenhosamente aplicadas à nossa vida, foi necessário abandonar praticamente todas as noções consagradas, existentes na cabeça dos homens e apoiadas pelos melhores, mais sábios e puros nomes da humanidade, até trezentos anos atrás – ou, na realidade, até muito recentemente. A inteligência, numa criatura de rotina como o homem, e num universo tão mal compreendido como o nosso, tem, para dar passo à frente, de romper corajosamente com o passado. Seria ótimo admitir que a tarefa se resume em ir edificando sobre os bem concebidos alicerces lançados pela sabedoria das idades. Mas quem conhece a história das ciências naturais concordará que Bacon, Galileu e Descartes não encontraram tais alicerces, e tiveram de erigir suas construções sobre bases por eles mesmos estabelecidas.

As diversas esperanças de melhoramento mencionadas acima partem de um pressuposto: que as noções de justiça e equidade geralmente aceitas estão acima de qualquer discussão. Nossas igrejas e universidades defendem esse princípio. Publicistas, jurisconsultos e capitães da indústria também o sustentam. Mesmo os que pretendem estudar a sociedade e suas origens com frequência concordam que os nossos atuais ideais e padrões de propriedade, bem como o Estado, a organização industrial, as relações entre os sexos e a educação constituem coisas definitivas, que devem necessariamente permanecer como alicerces para qualquer melhoramento parcial. Mas se é assim, então a Inteligência já realizou um trabalho perfeito e só nos resta lamentar que os resultados tenham sido desapontadores.

Aqui e ali, aparecem umas tantas criaturas que suspeitam dos ideais e padrões vigentes e mesmo os repudiam. Mas o ressentimento contra os males da realidade leva esses homens a arquitetarem dogmáticos planos de reconstrução, como os socialistas e comunistas o fazem; ou então exaurem-se em vagos protestos ou na “crítica de defeitos” do “intelectual” médio.

Nem o socialista, entretanto, nem o intelectual médio parecem-me estar no bom caminho. O socialista revela-se preciso em suas doutrinas e confiante em suas profecias mais do que o estudo científico da humanidade permite autorizar; e o intelectual se mostra mais indefinido do que o convém.

Se a Inteligência está destinada a adquirir a liberdade de ação necessária ao acúmulo de novos e valiosos conhecimentos na natureza do homem, com possibilidades de aplicação na reforma social, torna-se indispensável que se libere das peias que a amarram. A maldição bíblica ainda está de pé: “De cada árvore do jardim comerás livremente, mas da árvore da ciência do bem e do mal não comerás; porque a partir desse dia morreréis.” Poucas pessoas confessam o temor que sentem pelo conhecimento; mas os políticos, os líderes da educação, os ministros e publicistas que exaltam o que chamam “a intrépida procura da verdade”, sentem-se compelidos, no interesse da moral e da ordem pública, a desaconselhar o recurso aos frutos proibidos, porque os inexperientes poderão colher os ainda verdes e apanhar cólicas. “Olhem para a Rússia!”

Muito melhor, portanto, em vez de correr os riscos do que a Igreja denomina “a chamada ciência”, permanecer na ignorância, que não é uma “chamada ignorância” porque é a ignorância. Ninguém nega ser a Inteligência a luz do mundo e a glória do homem; mas, como diz Bertrand Russell, nós receamos a sua indiferença para com as opiniões respeitáveis e o que é considerado a sabedoria das idades. “É o medo que mantém os homens em atraso; medo de que suas mais queridas fés se demonstrem nocivas, medo de que eles mesmos se mostrem menos dignos de respeito do que se julgam. Podem os operários pensar livremente sobre a propriedade? Que será, então, de nós, os ricos? Podem os moços e moças pensar livremente sobre o sexo? Que se tornará, então, a moralidade? Podem os soldados pensar livremente sobre a guerra? Que se tornará, então, a disciplina militar?”

Esse medo é natural e inevitável, mas nem por isso deixa de ser perigoso. Os reajustamentos humanos não são hoje tão inexequíveis como o foram quando o mundo marchava muito mais lentamente do que agora. Torna-se, portanto, aconselhável remover, ou aliviar, as várias restrições que pesam sobre o pensamento. Admito que há um meio fácil e relativamente suave de aliviar-nos do peso do passado, de modo a não sermos compelidos a tomar a sabedoria das idades como alicerce das nossas reformas. Minha confiança no que o professor Butler chama as “descobertas da humanidade” já se foi, e o processo dessa perda de confiança se tornará claro no seguimento deste livro. Não tenho reformas a recomendar, exceto a libertação da Inteligência; minha ideia se resume nisso. Proponho-me a passar em revista, à guisa de introdução, algumas das novas ideias que vêm emergindo nos últimos anos, relativas ao espírito do homem e seu funcionamento. Em seguida voltarei ao objetivo central desta obra – um esboço da maneira pela qual a inteligência apareceu. Se o leitor me seguir com simpatia e paciência, e ligar fatos bem estabelecidos, muitos dos quais já conhecerá sob outros aspectos, creio que

adquirirá uma melhor compreensão da perplexidade perigosa em que a humanidade se vê – e divisará os caminhos da salvação.



3. Dos vários modos de pensar

AS MAIS profundas observações feitas no passado sobre a Inteligência foram devidas a poetas, e nos nossos tempos provêm dos romancistas. Poetas e romancistas observaram com penetração todas as emoções e sentimentos humanos. Por outro lado, muitos filósofos exibiram uma profunda ignorância da vida do homem, e elaboraram sistemas imponentes, mas sem nenhuma base real. Quase todos desprezaram o verdadeiro processo do pensamento, e estabeleceram o “espírito” como qualquer coisa à parte, a ser estudado em si mesmo. Mas um tal espírito, independente das funções do corpo, dos impulsos instintivos, das tradições da selvageria ancestral, das impressões infantis, das reações convencionais e do conhecimento transmitido pela tradição, foi coisa que nunca existiu, nem mesmo no caso do mais abstrato metafísico. Kant intitulou a sua grande obra de Crítica da Razão Pura. Mas para o atual estudante de espírito, razão pura parece coisa tão mitológica como o ouro transparente com que a cidade celestial era calçada.

Primitivamente os filósofos pensavam do espírito como se relacionando exclusivamente com o pensamento consciente. Espírito era aquilo que dentro do homem percebe, recorda, julga, raciocina, compreende, crê e quer. Mais ultimamente ficou demonstrado que não depende de nós, ou do nosso espírito, grande parte do que percebemos, recordamos, queremos e inferimos; e que grande parte do nosso pensamento consciente é determinado pelo que não está em nossa consciência. Ficou demonstrado que a nossa vida psíquica inconsciente sobrepuja de muito a nossa vida psíquica consciente. Isto parecerá perfeitamente natural a quem considere os fatos que vamos aduzir.

A nítida distinção entre espírito e corpo é uma pressuposição que surgiu espontânea nos começos da vida mental do homem. O que consideramos “espírito” está tão intimamente associado ao que chamamos “corpo”, que afinal acabamos por admitir a impossibilidade de compreender um sem o outro. Cada pensamento se reflete sobre o corpo, do mesmo modo que cada alteração no funcionamento do corpo se reflete no espírito. A insuficiente eliminação dos resíduos digestivos mergulha-nos em profunda melancolia, e um bocado de monóxido de nitrogênio nos leva ao sétimo céu. E, vice-versa, uma palavra, ou um súbito pensamento, pode fazer o nosso coração pular, ou levar-nos a perder o fôlego, ou reduzir os nossos joelhos a trapos. Temos toda uma nova literatura sobre os efeitos das secreções do corpo e tensões

musculares em suas relações com as emoções e pensamento.

E existem impulsos, desejos e ânsias secretas, dos quais só com muito esforço tomamos conhecimento; essa vegetação oculta age do modo mais estranho sobre o pensamento consciente. Muitas influências inconscientes parecem vir dos dias da infância. Os velhos filósofos esqueceram-se de que também eles haviam sido crianças na fase mais impressionável da vida, e que nunca deixariam de ressentir-se disso.

O termo “inconsciente”, hoje tão familiar a todos os leitores de estudos psicológicos, irrita alguns adeptos do passado. Mas não há nele nenhum mistério. Não se trata de uma nova abstração animista, sim de uma palavra coletiva para incluir todas as mudanças psicológicas que nos escapam à percepção, todas as experiências esquecidas, todas as impressões do passado que continuam a influenciar os nossos desejos, pensamentos e conduta, embora delas não nos recordemos. O que está na nossa memória consciente constitui parte infinitesimal do que nos aconteceu durante a vida. A natureza só nos permite recordar de alguma coisa com a condição de esquecermos quase tudo. Como disse Bergson, o cérebro é tanto um órgão de esquecimento como de memória. Além disso, há a tendência para esquecer as coisas a que estamos mais acostumados, porque o hábito de sentir alguma coisa fá-la desaparecer do nosso campo de percepção. Assim, o habitual e o esquecimento formam uma grande parte do nosso chamado “inconsciente”.

Se pretendemos compreender o homem, sua conduta e raciocínio, e se aspiramos a guiá-lo na vida e nas relações com o próximo, não podemos perder de vista as grandes descobertas mencionadas acima. Temos de ajustar-nos às novas e revolucionárias concepções do espírito, já que os velhos filósofos, cujas obras ainda nos governam, tinham noções muito superficiais sobre o tema das suas divagações, isto é, o espírito. Mas para os nossos propósitos, com o devido respeito ao que ficou dito e também ao não dito (e com indulgência para com os que se inclinam a dissentir), devemos considerar a mentalidade sobretudo como inteligência e conhecimento consciente; como o que sabemos e como a nossa atitude a propósito do que sabemos, isto é, a nossa disposição para aumentar a nossa informação, classificá-la, criticá-la e aplicá-la.

Não pensamos suficientemente no pensamento e muito da confusão reinante resulta das nossas ilusões a respeito. Esqueçamos por um instante as ideias recebidas dos velhos filósofos e vejamos por nós mesmos o que ocorre em nosso eu. A primeira coisa perceptível é que nossos pensamentos se movem com tamanha rapidez que é impossível segurarmos um deles para exame. Quando nos oferecem “um penny pelo que estamos pensando” percebemos ter tanta coisa na cabeça que fácil nos é tomar um que não nos comprometa. Rápido exame nos mostrará que ainda que não nos envergonhemos de boa parte do nosso pensamento espontâneo, em regra são muito íntimos, pessoais, ignóbeis ou fúteis para que sejam manifestados. Creio que isto

acontece com todos. Não sabemos o que se passa na cabeça dos outros. Os outros nos revelam muito pouco do que pensam, e nós agimos do mesmo modo. A torneira da fala, raro aberta completamente, não emite mais que pingos do tonel sempre cheio do pensamento – *noch grösser wie's Heidelberger Fass*. Custa-nos a crer que os pensamentos das outras pessoas sejam tão fúteis como os nossos, mas provavelmente são.

Vivemos num perpétuo pensar durante as horas de vigília, e continuamos a pensar durante o sono, de modo mais louco ainda. Quando nenhuma tarefa nos ocupa, recaímos na chamada *reverie* – ou devaneio, o qual constitui a nossa mais espontânea e favorita maneira de pensar. Nele permitimos que os pensamentos sigam livremente o seu curso, o qual é determinado pelas nossas esperanças e temores, pelas realizações ou insucessos dos nossos desejos, pelas nossas predileções ou antipatias, pelos nossos ressentimentos, amores ou ódios. Nada há mais interessante para nós do que nós mesmos. Todo pensamento não laboriosamente controlado e dirigido regira em torno ao nosso amado Ego. Torna-se divertido, e até patético, observarmos esta tendência em nós próprios e nos outros. Estamos acostumados a olhar levianamente para esta verdade, mas se nela atentarmos, vê-la-emos brilhar como um sol de meio-dia.

O devaneio, ou a “livre associação de ideias”, tornou-se ultimamente objeto de investigação científica. E embora os estudiosos não estejam de acordo quanto à interpretação a dar-lhe, não há dúvida que constitui o principal índice do nosso caráter fundamental. Reflete a nossa natureza, modificada por experiências ocultas e frequentemente esquecidas. Não vamos aqui aprofundar a matéria, pois basta observar que o devaneio é sempre um poderoso e, em muitos casos, onipotente rival de todos os outros tipos de pensar. Influencia todas as nossas especulações mentais com a sua tendência de “magnificar-se” e justificar-se, mas nada há a esperar dele para uma séria contribuição para o conhecimento.² Os filósofos geralmente falam como se o devaneio não existisse, ou fosse coisa sem importância e por isso suas especulações são tão irreais e frequentemente sem valor.

O devaneio, como todos podemos verificar, é amiúde interrompido pela necessidade de outra espécie de pensamento. Temos de tomar uma decisão prática. Escrever ou não escrever a carta? Apanhar o ônibus ou um táxi? O jantar às sete ou às sete e meia? Comprar ações de tal companhia ou bônus do governo? O trabalho de decisões com estas tornar-se facilmente discernível do processo do devaneio. Muitas vezes esse trabalho reclama boa dose de ponderação e rememoração dos fatos consociados; outras vezes a decisão é tomada impulsivamente. Constituem processos mais laboriosos do que o do devaneio, e sentimos o penoso do “tomar uma decisão” sempre que estamos cansados ou cismarentos. O exame de uma decisão mostra que ela não contribui em nada para o aumento do nosso conhecimento, embora dela possa resultar, mais tarde, algum acréscimo do nosso acervo de informações.



4. Racionalização

Temos uma terceira espécie de “pensar” quando alguém nos interpela sobre crenças ou opiniões. Às vezes apanhamo-nos a mudar de ideias sem nenhuma resistência ou emoção, mas se alguém nos acusa de estarmos errados, ressentimo-nos e firmamo-nos na resistência. Somos incrivelmente descuriosos da formação das nossas crenças, mas por elas nos enchemos de amor quando nos querem roubá-las. Torna-se óbvio que não são propriamente as ideias que nos são caras, sim o nosso amor próprio. A natureza nos fez aferrado a tudo que é nosso – à nossa pessoa, à nossa família, à nossa propriedade, à nossa opinião. Certa vez um senador americano observou a um meu amigo que nem Deus Todo-poderoso poderia fazê-lo mudar de ideia quanto à sua política em relação à América Latina. Podemos dar-nos por vencidos, mas lá por dentro não cedemos. Pelo menos no mundo intelectual a paz é sem vitória.

Poucos homens dão-se ao trabalho de estudar a origem das suas mais queridas convicções; temos, mesmo, uma natural repugnância para fazê-lo. Gostamos de continuar a crer no que nos acostumamos a aceitar como verdade, e a revolta sentida quando duvidam das nossas verdades estimula-nos a ainda mais nos apegarmos a elas. *O resultado é que a maior parte do chamado raciocínio humano consiste em descobrirmos argumentos para continuarmos a crer no que cremos.*

Anos atrás estive presente a um banquete para o qual fora convidado o governador de Nova York. O chairman explicou que S. Ex.^a não pudera comparecer por certas “boas” razões; mas nada nos disse das razões “reais” do não comparecimento. Esta distinção entre “boas” e “reais” razões é das mais importantes nos domínios do pensamento. Podemos de pronto dar o que chamamos as nossas “boas” razões para sermos católicos ou maçons, republicanos ou democráticos, amigos ou inimigos da Liga das Nações. Mas as razões “reais” ficam em outro plano. Não há dúvida que a importância

desta distinção é notória, embora obscura. Um missionário batista concorda prontamente em que o budista não é budista por consequência do cuidadoso estudo que fez dessa crença, mas simplesmente porque nasceu numa família budista de Tóquio. Mas considerará ofensivo à sua fé reconhecer que a sua parcialidade para com certas doutrinas provém de ter tido ele uma progenitora afiliada à igreja batista de Pudlebury. Um selvagem dará toda sorte de razões para justificar a sua crença no perigo de pisar na sombra de alguém, e qualquer jornalista poderá amontoar argumentos contra os bolchevistas. Mas nem um nem outro perceberá por que motivo está defendendo as suas opiniões pessoais.

As razões “reais” das nossas crenças vivem ocultas de nós mesmos, tanto quanto dos outros. À medida que crescemos, muito naturalmente vamos adotando as ideias ambientes relativas à religião, às relações de família, à propriedade, aos negócios, ao governo. Absorvemo-las, de tanto ouvi-las zumbir em torno de nós, no seio do grupo em que vivemos. Ademais, como Totter notou, essas ideias, como produtos da sugestão e nunca do raciocínio, possuem o característico de parecerem perfeitamente óbvias, de modo que pô-las em dúvida

...é, para o crente, levar o ceticismo a um extremo grau de loucura, donde o desprezo, a desaprovação ou a condenação que o crítico sofre, conforme a natureza da fé em causa. Quando, portanto, defrontamos uma opinião baseada em sentimentos tidos como inquestionáveis, já sabemos que se trata de uma ideia não-racional e provavelmente falsa.

3

Por outro lado, as opiniões resultantes da experiência de um honesto raciocínio nunca se apresentam eivadas dessa “certeza primária”. Lembra-me ter assistido em moço a um debate sobre a imortalidade da alma, e não esqueço de como me ofendeu a dúvida manifestada por um dos presentes. Olhando para trás vejo agora que naquele tempo eu tinha pouco interesse pelo assunto, e nenhum argumento de valor em prol da crença que me haviam inoculado. Mas nem a minha indiferença pelo assunto, nem o fato de nunca lhe haver dado atenção, foram bastantes para livrar-me da revolta que senti ao ver minhas ideias postas em dúvida.

Este espontâneo e leal apoio aos nossos preconceitos – este processo de descobrir “boas” razões para justificá-los – recebe dos cientistas modernos o nome de “racionalização” – palavra nova para coisa muito velha. Nossas “boas” razões nada valem para o honesto esclarecimento de um assunto, porque, por mais solenemente que sejam apresentadas, não passam, no fundo, de resultados de preferências pessoais, ou preconceitos, não refletindo nenhum sadio desejo de acertar.

Com frequência em nossos devaneios nos mergulhamos em autojustificação, por não podermos admitir a ideia de estarmos errados, apesar da abundância de nossas fraquezas e erros. E, assim, gastamos muito tempo criticando as

circunstâncias e a conduta dos outros, com grande ingenuidade transferindo-lhes o ônus de nossas falhas e desapontamentos. A racionalização é a autoexculpação ocorrida quando somos individual ou coletivamente acusados de incompreensão e erro.

A pequena palavra meu é a mais importante da vida humana, e o princípio da sabedoria está no admiti-lo. Tem a mesma força em meu jantar, minha casa, minha fé, meu país, meu Deus. Não nos ressentimos apenas de ouvir dizer que o nosso relógio não está regulando, ou o nosso automóvel é uma lata, mas também que nossas ideias sobre os canais de Marte, ou sobre a pronúncia da palavra “Epíteto”, ou o valor medicinal da salicina, ou a data da morte do rei Sargon I, não constituem coisas líquidas.

Os próprios filósofos, eruditos e cientistas mostram grande sensibilidade nas decisões em que entra o amor próprio. Milhares de obras foram escritas em virtude de atritos do amor próprio, e por mais sólidas que elas pareçam não passam de “racionalização” provocada pelo mais vulgar dos motivos. Uma história da filosofia ou da teologia escrita à luz das invejas, vaidades feridas e aversões, seria mais instrutiva do que qualquer outro ponto de vista. E muitas vezes o baixo sentimento do rancor leva a grandes realizações.

Milton escreveu o seu tratado sobre o divórcio em consequência das brigas com uma esposa de setenta anos; e acusado de ser o chefe de uma nova seita, os Divorciadores, lançou a sua nobre *Areopagítica* para provar o seu direito de dizer o que pensava, e incidentemente estabelecer as vantagens da imprensa livre na promoção da verdade.

Todos os homens, grandes e pequenos, pensam das três maneiras apontadas. O devaneio mora permanentemente não só no cérebro do operário e da moça elegante, como no dos circunspectos juízes e dos divinos bispos. Morou no cérebro de todos os filósofos, sábios, poetas e teólogos que existiram. As mais obscuras especulações de Aristóteles aparecem temperadas de reflexões profundamente fúteis. Dizem que esse grande filósofo possuía pernas finas e olhos muito pequenos, para os quais tinha de encontrar justificações – daí o vestir-se ostentadamente e o arrumar os cabelos com especial cuidado.⁴

Diógenes o Cínico revelava a impudência de uma alma irascível. O seu tonel era o seu orgulho. No começo de Maud, Tennyson não se esqueceu dos prejuízos que teve anos antes, no negócio com a Patent Decorative Carving Company. Não enuncio aqui estes fatos para gratuito menosprezo dos grandes, sim para a boa compreensão das tremendas dificuldades que o pensamento exato tem de enfrentar, mesmo no cérebro dos homens mais eminentes.

E surge-nos a perturbadora suspeita de quase tudo que no passado figurou como ciência social, economia política, política ou ética, pode ser varrido pelas futuras gerações como sendo mero racionalismo. John Dewey já chegou a esta conclusão quanto à filosofia.⁵ Veblen e outros escritores revelaram as várias pressuposições que nos passam despercebidas na

economia política tradicional, e temos agora o sociólogo italiano Vilfredo Pareto que em seu volumoso tratado de sociologia geral devota centenas de páginas à defesa de uma tese semelhante, relativa a todas as ciências sociais. Esta conclusão talvez seja pelos estudiosos do século futuro considerada uma das grandes descobertas do nosso tempo.

Mas é coisa tão oposta à nossa natureza que só muito lentamente será aceita pela maioria dos que realmente se consideram pensadores. Como cultor da ciência histórica, já pessoalmente me conformei com este ponto de vista. Parece-me certo que, como as várias ciências da natureza eram no começo do século XVII simples massas de racionalização adequadas aos sentimentos religiosos da época, assim também as ciências sociais de hoje não passam de racionalização de crenças e costumes aceitos sem exame.

Tornar-se-á claro, no decorrer deste livro, que o fato de uma ideia ser antiga e largamente espalhada não constitui argumento a seu favor, mas sim argumento para que tal ideia seja estudada e testada, a fim de verificarmos se não passa de mera racionalização.



5. Como o pensamento criador transforma o mundo

Estas considerações nos levam a outra espécie de pensamento, facilmente discernível dos três já mencionados. Não é mais devaneio, porque não revoa sobre as nossas complacências pessoais e humilhações.

Não é formado pelas decisões mezinhas a que as necessidades diárias nos forcem, e nas quais recorremos ao nosso pequeno estoque de informações, consultamos nossas preferências e obrigações e resolvemos fazer certa coisa. Não é igualmente nenhuma defesa das nossas fés e preconceitos – mera escusa para não mudarmos de ideias. Trata-se, ao contrário, da espécie de pensamento que nos leva a mudar de mentalidade.

Foi este tipo de pensamento que arrancou o homem do seu primitivo estado de selvageria e miséria, para elevá-lo ao nível de conhecimentos e conforto hoje alcançado. Da capacidade de continuar a estender esta forma de pensamento depende a saída do homem moderno da situação de impasse em que se encontra, para erguer-se a um mais alto nível de vida harmônica.⁶ Tal forma de pensamento recebia no passado o nome de Razão, mas tão mal-entendida foi esta palavra que por fim se tornou suspeita. Sugiro, pois, que a substituamos pela expressão “pensamento criador”. Porque este tipo de “pensar” gera o conhecimento, e o conhecimento é de fato criador, visto que nos leva a encarar as coisas de maneira diversa da anterior e realmente age na sua reconstrução.

Sob certos estados de alma, muitas vezes nos apanhamos a ver as coisas, ou a refletir, com perfeito alheamento das nossas preocupações pessoais. Sentimos que não estamos a limpar as nossas penas ou a nos defender; não nos defronta nenhuma necessidade de decisão prática, nem de escusa de crer nisto ou naquilo. Ficamos apenas a “querer saber” e a perceber o que não percebíamos antes.

A curiosidade é uma tendência humana definida e clara como qualquer outra. Queremos saber o que contém um telegrama fechado, ou o que diz a carta que outra pessoa lê, ou o que está sendo falado em voz baixa ao telefone. Esta curiosidade é estimulada pelo ciúme, pela desconfiança ou pela sugestão de que podemos ser o assunto do telegrama, da carta ou da conversa telefônica. Mas também aparece baseada em nosso interesse pela vida alheia, ainda que não nos diga respeito em coisa nenhuma. Os debates de uma ação de divórcio têm “valor noticioso” para os jornais.

Constituem uma espécie de conto ou filme produzido pela vida. E o que ali nos atrai não é a simples curiosidade. Mas isto não serve de exemplo da simples curiosidade, porque tomamos partido e encampamos as alegrias e os desesperos de um lado ou de outro.

Igualmente tomamos nota, ou “observamos”, como diz Sherlock Holmes, coisas que nada têm que ver com os nossos interesses, e não nos atraem de qualquer modo. A isto chama Veblen “curiosidade vadia”. E realmente o é. Quando vamos num ônibus e temos diante de nós várias pessoas, impulsivamente as examinamos com detalhe, tirando inferências ou formulando teorias a respeito. Há os que ao entrarem numa sala apreendem num relance o valor dos tapetes, o caráter dos quadros, a personalidade do dono da casa revelada por uma estante de livros. E também há os que entram de tal forma absortos nos habituais devaneios, ou em alguma ideia fixa, que não lhes sobra miolo para a curiosidade vadia. Essa tendência para a observação de tudo que nos cerca vemo-la também em muitos animais.

Veblen, entretanto, usa a expressão “curiosidade vadia” com um laivo de ironia, como é seu costume. Tal curiosidade é vadia só para os que não percebem que é um processo indispensável e do qual grandes realizações

humanas decorrem, porque pode levar ao exame sistemático, investigador de coisas ainda desconhecidas. Tal investigação equivale à perseguição de uma caça de nova espécie, e dá ao homem as mesmas emoções do primitivo caçador. Em muitas ocasiões, a curiosidade vadia nos leva ao pensamento criador, o qual nos alarga a visão e pode, em certas circunstâncias, afetar profundamente as ideias e as vidas dos outros. Um ou dois exemplos tornarão isto claro.

Galileu foi em moço muito dado ao devaneio. Possuía dons artísticos capazes de torná-lo pintor ou músico. Quando esteve entre os monges de Valambrosa sentiu-se tentado a seguir a vida religiosa. Em criança distraía-se com brinquedos mecânicos e já revelava tendências para as matemáticas. Todos estes fatos estão bem estabelecidos. Podemos ainda acrescentar que entre outros objetos de alto interesse para o seu espírito estavam as moças de Pisa.

Um dia, aos dezessete anos, Galileu entrou na igreja da sua cidade natal, imerso em devaneio, pouse os olhos nas lâmpadas que pendiam do teto, presas a compridas correntes. E então algo difícil de ser explicado ocorreu. Seu espírito deixou de pensar no que estava pensando – na igreja, nos fiéis ali reunidos, nas suas tendências artísticas e religiosas, na sua relutância em estudar medicina como o deseja o pai. Tudo esqueceu ele, inclusive as *graziosissime donne* que tanto o preocupavam. Olhava simplesmente para as lâmpadas, e lembrou-se de ver se as oscilações, curtas e longas, se operavam no mesmo espaço de tempo. E mediu esse espaço de tempo por meio da contagem das pulsações, por não dispor ali de nenhum relógio.

Essa observação, embora interessante, não bastava para produzir um real pensamento criador. Outros já a teriam feito, sem que disso nada adviesse para a ciência humana. A maior parte das nossas observações não produz coisa nenhuma. Galileu podia ter notado que as verrugas de um vizinho à esquerda formavam um perfeito triângulo isósceles, ou que no momento em que o padre estava pronunciando as solenes palavras do *ecce agnus Dei* uma irreverente mosca lhe havia pousado na ponta do nariz. Para serem realmente criadoras devem as ideias ser postas à prova, a fim de que se tornem parte da herança social humana. Assim como foi no caso de Galileu. O relógio de pêndulo apareceu como um dos resultados da sua descoberta. Também reconsiderou as antigas noções sobre a queda dos corpos. A Newton caberia provar que a lua está sempre caindo, e com ela, presumivelmente, todos os corpos celestes. Estas noções revolucionaram completamente as concepções da época sobre o céu, até então dirigido por engenheiros angélicos. A universalidade das leis da gravitação estimulou a tentativa para a procura de outras leis naturais igualmente importante – e novas dúvidas nasceram sobre os regimes de milagres em que a humanidade até então vivera. Em suma, os que ousaram incorporar ao pensamento as descobertas de Galileu e seus sucessores, viram-se numa terra nova, rodeada de novos céus.

A 28 de outubro de 1831, trezentos e cinquenta anos depois de Galileu observar as vibrações isócronas das lâmpadas, o pensamento criador já se tinha desenvolvido de tal maneira que Faraday começou a perguntar-se o que ocorreria se ele montasse um disco de cobre entre os polos de dois magnetos em ferradura. O movimento do disco produziu uma corrente elétrica. Para os homens de negócios da época, que andavam a combater a lei sobre o trabalho das crianças nas fábricas, na ânsia de aproveitar-se dele, isso poderia parecer a mais inútil das experiências. Mas se os dínamos e motores que vieram em consequência da brincadeira de Faraday parassem na tarde de hoje, os nossos homens de negócio de agora, agitados com a questão operária, poderiam, ao irem para a casa a pé por entre milhares de automóveis imobilizados, permitir-se um bocadinho de “pensamento criador” e por si mesmos perceberem que tanto eles como seus operários não teriam as modernas usinas em que operam se não fossem os efeitos práticos da curiosidade vadia dos cientistas, inventores e engenheiros.

Os exemplos de inteligência criadora acima dados pertencem aos domínios das modernas realizações científicas, e inúmeros poderíamos aduzir para mostrar os efeitos construtores de um sério pensamento objetivo. Mas há outros campos em que se mostram igualmente fecundos. Os grandes poetas e dramaturgos, bem como os nossos modernos romancistas, também revelam em suas obras o valor dos devaneios produtivos, para goáudio dos leitores de alta compreensão.

O processo pelo qual um poema ou drama surge no campo da arte é sem dúvida análogo ao que dá origem às descobertas no campo científico, mas há diferenças temperamentais. A gênese e desenvolvimento da pintura, da escultura e da música oferecem novos problemas. Na realidade sabemos muito pouco desta matéria, que aliás nunca despertou grande curiosidade.⁷ Mas a inteligência criadora em suas várias formas de ação foi o que construiu o espírito do homem.

Se não fosse essa lenta, difícil e quase sempre desapontadora operação cerebral do homem através das idades, estaria ele ainda em estado simiesco, vivendo de frutas, raízes, sementes e carne crua, a errar pelas florestas, nu como o chimpanzé.

A origem, o progresso e o futuro desenvolvimento da civilização constituem coisas ainda mal compreendidas e erroneamente estabelecidas. Deviam formar o principal tema da educação, mas muito trabalho ainda precisa ser feito antes que possamos reconstruir nossas ideias sobre nós mesmos e a nossa capacidade para libertação de inúmeras e renitentes incompreensões. Sempre houve obstrutores: além das massas letárgicas, os moralistas, os teólogos racionalizadores e a maior parte dos filósofos, todos inconscientemente empenhados em manter a velha ignorância e os erros do passado, desse modo desencorajando o pensamento criador. É natural que os que procuram dar-nos segurança pareçam dignos de respeito. E também é

natural que os que nos assustam com críticas perturbadoras e nos convidam a mudar de sendas sejam objeto de suspeita e, conseqüentemente, guerreados. Nosso descontentamento pessoal em regra não vai até à crítica da situação geral em que nos achamos. Em cada idade as condições de civilização prevaletentes têm parecido aos que nascem dentro delas muito naturais e inevitáveis. A vaca não procura saber por que motivo todos os dias encontra uma coqueira e uma ração de feno. O gatinho toma o seu leite num pires, sem nada saber da arte da louça; o cachorro acomoda-se a um canto do divã sem nenhum senso de gratidão para com os inventores das móveis estofados. Assim também nós, homens, aceitamos as nossas refeições, os nossos trens, telefones, orquestras e cinemas, ou a nossa Constituição política e os nossos códigos de moral ou de maneiras, com a ingênua simplicidade dos coelhinhos. Parece inexaurível a nossa capacidade de apropriação do que os outros fazem, sem a menor ideia de um agradecimento. E não nos sentimos chamados à menor contribuição colaboradora. O homem não percebe o jogo da vida.

Examinamos atrás, sumariamente, as várias classes de pensamento observáveis em nós mesmo, e que temos razões para crer continuarão a processar-se no cérebro dos homens. De quando em quando apreendemos casos magníficos de todos estes modos de pensar, mas em regra são tão confusos e tão misturados ao nosso devaneio que não se tornam facilmente perceptíveis. O devaneio é um reflexo de nossas ânsias, de nossas exultações e complacências, de nossas desconfianças, nossos medos e desapontamentos. Primacialmente, vivemos empenhados na luta para a manutenção da nossa dignidade e de uma supremacia que a todos nós parece a coisa mais indisputável. Não podemos evitar que as nossas crenças no verdadeiro e no falso, no bom e no mau, no justo e no injusto, se misturem ao devaneio e sejam influenciadas pelas mesmas considerações que lhes determinam o caráter e o curso. Ressentimo-nos da crítica às nossas ideias exatamente como nos ressentimos de qualquer coisa interferente com a nossa pessoa. As noções que temos sobre a vida e seus ideais parecem ser realmente nossas e, como tais, necessariamente verdadeiras e dignas de intransigente defesa.

Mas raras vezes consideramos os processos por meio dos quais adquirimos nossas convicções. Se o fizéssemos, fatalmente veríamos que bem pouco nos merecem a confiança. Aqui e ali, neste ou naquele setor da ciência, qualquer de nós terá algo a dizer quanto à dificuldade de conseguir ideias corretas sobre, digamos, a situação real da Rússia, as fontes de nosso abastecimento alimentar, a origem da Constituição, a revisão dos impostos, a política da Igreja Católica, a moderna organização industrial, as uniões obreiras, a restrição da natalidade, o socialismo, a Liga das Nações, os preparativos militares, a publicidade no seu aspecto social; mas somente um homem de capacidade excepcional poderá emitir opinião sobre a totalidade dos assuntos enumerados, ou sobre apenas alguns. Não obstante, toda gente opina quanto a todos estes assuntos, e muitos outros mais que conhecem

ainda menos. Sentimo-nos no dever, como pessoas respeitáveis que somos, de tomar partido por um lado ou outro, sempre que qualquer desses temas entrar em debate. Chegamos às vezes a nos surpreender com nossa maravilhosa onisciência. Sem a menor reflexão, fulminantemente, decidimos sobre as vantagens de proibir a restrição da natalidade por meio de leis, ou que as grandes campanhas de anúncios são essenciais aos grandes negócios, ou que os grandes negócios são o orgulho do nosso país. Como seres divinos que somos, por que não rejubilar-nos com a nossa onisciência?⁸

É claro, todavia, que as nossas convicções sobre matérias importantes não resultam de conhecimentos, ou do pensamento crítico, e nem ainda dos nossos próprios interesses. Muitas delas não passam de puros preconceitos, na acepção literal da palavra. Não as criamos nós mesmos. Elas nos vêm como a silenciosa voz do rebanho. Não nos cabe a responsabilidade dessas opiniões, porque na realidade não são ideias nossas, mas de outros não melhor informados, nem mais inspirados do que nós, que as adquiriram da mesma maneira descuriosa e humilhante. Devia constituir para nós ponto de orgulho revisá-las, em vez de a elas aderirmos pelo simples fato de serem respeitáveis. À vista das considerações acima feitas, devemos envergonhar-nos da nossa tola credulidade. Como um escritor inglês observou,

*se a conservação de um conceito inverificável nos causasse o mesmo mal-estar que nos causa o uso errado de um talher num banquete; se a ideia de estarmos a sustentar um preconceito nos desgostasse como uma doença repugnante, os perigos da sugestionabilidade humana se transformariam em vantagens.*⁹

O propósito deste livro é estabelecer sumariamente o modo pelo qual as noções do rebanho se foram acumulando. Isto parece-me o melhor, o mais fácil e eficiente meio educativo para a aquisição de uma fecunda desconfiança nas velhas noções a que andamos aferrados.

As razões “reais”, explicativas do como mantemos certa crença, são sobretudo históricas. As mais importantes das nossas opiniões – como, por exemplo, as que dizem respeito à religião, à propriedade, ao patriotismo, à honra nacional, ao Estado e a todos os alicerces da sociedade – raramente são, como já sugeri, o resultado de considerações bem ponderadas, e sim da inconsciente insuflação do meio que nos envolve. Consequentemente, tais opiniões se mostram impregnadas de “certeza”, e não toleramos que as analisem. Mas enquanto reverenciarmos as vozes do rebanho, estaremos inabilitados a examiná-las sem paixão e de considerar até que ponto elas se ajustam às novas condições sociais em que vivemos.

As razões “reais” das nossas crenças, se as tornamos claras em suas origens, por meio do estudo da história, muito podem fazer para dissipar o nosso bloqueio emotivo, e desembaraçar-nos de preconceitos. Uma vez isto realizado, podemos examinar livremente nossas crenças tradicionais; veremos algumas delas alicerçadas na experiência e no raciocínio honesto,

ao passo que outras não sustentam a análise e pedem revisão. Mas só depois de termos empreendido essa análise crítica à luz da experiência e dos modernos conhecimentos, é que podemos liberar-nos de qualquer sentimento de “certeza primária”, conseguindo assim que as “boas” razões coincidam com as “reais”.

Não me lisonjeio a mim mesmo admitindo que esta exposição do pensamento humano através das idades venha preparar-me, e a outros, para a cuidadosa adoção de ideias, ou livrar-me a mim e a outros de defendê-las com calor pelo fato de as termos como verdadeiras. Mas se as considerações que proponho forem realmente incorporadas ao nosso processo de pensar, e nos permitirem uma perspectiva geral os negócios humanos, muito farão elas para libertar-nos das nossas imaginárias obrigações para com os sentimentos e as ideias tradicionais. Poucos homens são capazes de se empenharem em pensamento criador, mas alguns podem, pelo menos, distingui-lo dos tipos inferiores de pensamento, e consagrar-lhe a estima que merece, como o maior tesouro do passado e a maior esperança do futuro.



Já somos muito velhos quando nascemos.

Anatole France

Simia quam similis, turpissima, bestia, novis!

Ennius

Todos os homens se assemelham de tal modo, que não há povo cujas tolices não nos sejam perigosas.

Fontenelle

O selvagem está realmente muito perto de nós, tanto no físico, e no mental como nas formas de vida social. A sociedade tribal não passa de civilização atrasada, e os selvagens não passam de uma espécie de ancestrais contemporâneos.

William Thomas

6. Nossa herança animal. Natureza da civilização

HÁ QUATRO camadas históricas subjacentes na mentalidade do homem civilizado – a mentalidade animal, a infantil, a selvagem e a tradicional, criada pela civilização. Fomos todos animais e nunca deixaremos de o ser; fomos todos crianças no período mais impressionável da nossa existência e nunca escaparemos aos efeitos desse fato; nossos ancestrais viveram em estado de selvageria durante, praticamente, toda a existência da raça, aí uns 500 mil ou um milhão de anos, e a mentalidade selvagem subsiste dentro de nós; e, finalmente, somos filhos de uma civilização da qual não podemos fugir aos efeitos.

Cada uma destas mentalidades subjacentes é objeto hoje de ciências especiais e possui literatura própria. A psicologia comparada estuda a primeira; a genética e a psicologia analítica estudam a segunda¹⁰ a antropologia, a etnologia e a ciência das religiões comparadas estudam a terceira e a quarta é versada pela história da filosofia, de teologia, das ciências e da literatura.

Podemos desenvolver-nos de modo a escapar à pressão dessas mentalidades subjacentes, e à luz de novos conhecimentos criticar-lhes as ideias, bem como persuadir-nos de que as deixamos para trás. Mas atentando a fundo no caso, veremos que o domínio por elas exercido é inexorável. Só em certas

condições muito favoráveis podemos liberar-nos, momentânea e artificialmente. A depressão, o medo, a cólera ou as irritações da vida diária provam a fraqueza das construções artificiais erigidas sobre o quadruplo alicerce das mentalidades subjacentes. Preocupações fundamentais, como a religião, o amor, e a caça, mexem com impulsos de origem antiquíssima, que repelem a lógica do raciocínio.

Em todos os nossos devaneios e especulações, ainda os mais exigentes, sofisticados e desiludidos, temos três companheiros hostis, a nos vigiarem com ciosa impaciência – o nosso progenitor símio, uma criança frenética e um selvagem. A cada passo pilhamo-nos em camaradagem franca com um desses antigos companheiros, com os quais sentimos infinita satisfação em brincar, como no passado. E, em alguns de nós aparece, a mais, um filósofo grego, ou homem de letras, ou um místico neoplatônico, ou um monge medieval. Todos eles bem acamaradados com os três companheiros mais antigos.

Antes de retrair o meio pelo qual a mentalidade se acumulou no que chamamos “homens inteligentes”, temos de ver o que é a civilização, e indagar por que motivo só o homem pode civilizar-se. Porque a mentalidade se foi formando pari passu com a civilização, e podemos conjecturar que sem esta não surgiria nenhuma mentalidade humana, no sentido comum do termo.

Pelos estudiosos do assunto, libertos dos antigos preconceitos, está hoje assente que, se formos ao arrepio da nossa linhagem, chegaremos a um ponto em que nossos ancestrais não possuíam nenhuma civilização; viviam sem falar, nus, sem casa, sem fogo, sem instrumentos, da mesma maneira que os demais primatas a que nos ligamos zoológicamente.

Temos aqui um fato histórico dos mais importantes e que cumpre não perdemos de vista, caso queiramos compreender o homem como ele é. Todos descendemos de animais inferiores. E somos ainda animais, não só no corpo como também na mentalidade. E tanto o corpo como a mentalidade animal constituem os alicerces sobre que ainda a mais alta vida intelectual tem forçosamente de repousar.

Muito de pronto classificamos alguns dos nossos desejos essenciais como animais – a fome, a sede, a necessidade do sono e especialmente o ímpeto sexual. Conhecemos a cegueira da raiva animal –

do morder, do esmagar, do arreganhar os dentes, do rosnar; e conhecemos os terrores irracionais, o pânico, as vergonhosas fugas. E compartilhamos dos sentidos de todos os animais – temos olhos e ouvidos, nariz e língua, muito semelhantes aos deles; e temos coração, pulmões, vísceras e quatro membros. Os animais também possuem cérebro, que muito os ajuda, embora não tenham tão boa cabeça como nós. Mas quando falamos da mentalidade animal, cumpre-nos ainda refletir sobre outras semelhanças entre os brutos e o homem.

Todos os animais aprendem; ainda o mais humilde tira partido das experiências próprias. Entre os mais elevados observamos a existência da curiosidade, a mesma curiosidade de onde parte o fio de todas as ciências humanas. Alguns deles, como os macacos, gostam de apalpar. São inquietos, aborrecem-se facilmente e mostram-se espontaneamente experimentais. Essa “experimentalidade” leva-nos a fazer descobertas, inconscientes está claro, mas que dão origem a hábitos novos.

Se às apalpadelas um macaco, um cão ou gato consegue descobrir alimento de um certo modo, esse modo lhe “ocorrerá” sempre que sentir fome. A isto Thorndike chama aprender pelo processo do *trial and error* – da experiência e erro. A denominação de “tateamento e sucesso” talvez fosse melhor, porque é o sucesso que determina a associação de ideias. A inata curiosidade existente no homem e nos animais a ele zoológicamente aparentados constitui o impulso primário que leva até a especulação filosófica ou científica; o inquietismo tateador do macaco deu origem à sistemática investigação experimental dos tempos modernos. Um ser ao qual faltasse curiosidade e não tivesse a inclinação para tatear, nunca se teria desenvolvido em civilização e inteligência.¹¹

Mas por que de todos os animais só o homem se civilizou? A razão não é difícil de ser apreendida, embora escape a muitos versadores do tema. Todos os animais adquirem com os anos e a experiência uma certa sabedoria, mas tal sabedoria não aproveita aos outros. É, entre os animais inferiores, individual, cooperativa ou cumulativa. Um cão ou macaco não parece aprender nada de outro. Muitas experiências têm sido feitas nos últimos tempos, através das quais se verifica que os macacos aprendem por macaqueamento, mas raro, ou nunca, por imitação. O macaco macaqueia, não imita. Haverá escassas exceções, mas o fato de que a despeito de sua aproximação corpórea com o homem os símios não se civilizam, parece mostrar que o acúmulo de conhecimentos ou destreza adquiridos por imitação não é possível neles.

O homem possui os mesmos sentidos do macaco e o mesmo extraordinário poder de manipulação. Aos órgãos dos sentidos que são essenciais, o homem ainda acresce um cérebro mais desenvolvido que o do chimpanzé, o qual o habilita a fazer o que o chimpanzé não faz – “ver” as coisas com a clareza necessária para realizar associações por meio da imitação.¹²

Podemos imaginar o modo pelo qual, sem o querer, o homem deu um dos maiores passos no caminho da civilização. Suponhamos um inquieto primitivo a raspar, com uma pedra, ou concha, a casca de uma vara, e depois a aguçá-la. Mal conclui o serviço, percebe um animal ao seu alcance. Lança-lhe a vara, como lançaria uma pedra, e com surpresa vê o animal cair vencido – espetado pela ponta da vara. Se esse primitivo pudesse apreender os vários elementos da situação – o aguçamento da vara e o seu uso – ele teria realizado uma invenção: a lança. Um companheiro alerta vê aquilo,

compreende o processo e imita-o; e se outros membros da tribo fazem o mesmo, o hábito de caçar com a lança estará formado, e será transmitido de geração em geração. Eis em suas origens o processo da civilização – e também o processo da aprendizagem humana, consistente em perceber distinções e analisar situações. Este simples processo de aguçar uma vara envolve, como dizem os filósofos, os “conceitos” de instrumento, de descascamento, e de arma artificial. Mas séculos e séculos terão de transcorrer antes que o botânico possa distinguir as várias camadas de casca das árvores, ou sucessivos experimentadores cheguem à ideia da baioneta como substituta da lança.

Ultimamente muita atenção tem sido dada pelos sábios ao problema da natureza original, ineducada, do homem; que recursos tinha ele no estágio de criatura sem nenhum treino, desse que advém da vida em comunidade? A questão é difícil de formular e mais ainda de responder.

Mas sem recorrer aos supostos “instintos” naturais do homem, podemos presumir que a civilização se ergueu sobre as propensões e impulsos naturais do homem, quaisquer que sejam. Esses impulsos e propensões provavelmente se conservariam os mesmos de geração em geração. A antiga ideia de que a civilização dos nossos ancestrais afeta a nossa natureza original está abandonada. Nascemos totalmente incivilizados.

Se um grupo de crianças das “melhores” famílias de hoje fossem criadas por macacos, cresceriam sem nenhuma civilização. O tempo gasto para que elas e seus filhos adquirissem uma cultura equivalente à dos selvagens de hoje é coisa impossível de prever. A penosa tarefa de civilizar teria de ser refeita, só vingaria se as condições fossem favoráveis, porque o homem não é um animal “progressivo”. O homem coparticipa da tendência comum a todos os animais, de se limitarem a viver e reproduzir a espécie. Em geral não nos detemos para refletir sobre as condições da existência natural. Quando lemos as descrições da nossa natureza dadas por William James, McDougall, ou mesmo Thorndike, formamos uma boa ideia das nossas possibilidades, mas não da vida incivilizada.

Quando saímos a excursionar pelo campo temos a falsa impressão de um retorno à vida primitiva. É que nos esquecemos dos guias que nos acompanham e dos animais de carga que nos levam toda sorte de comodidades artificiais, muitas desconhecidas no século passado.

Convencidíssimos do nosso retorno à vida primitiva, acendemos os nossos cigarros com fósforos da Suécia, tomamos café do Brasil, comemos bacon do Canadá, pêssegos enlatados da Califórnia, usamos espingardas de dois canos, varas de pescar desmontáveis, e lanternas elétricas. Vamos cuidadosamente vestidos e a discutir as ideias de Bergson ou o ultimo romance de Lawrence. Ingenuamente nos imaginamos no “primitivo” só porque estamos fora da cidade, abrigados em tendas menos sólidas que as nossas casas, e porque temos de ir a um riacho em busca d’água, em vez de

tomá-la na torneira.

Mas, como ponderou Hobbes, “o estado primitivo do homem era pobre, sujo, brutesco e apertado”. Viver como um animal é confiar apenas na nudez do próprio esforço e aparelhamento, indiferente a ficar molhado ou enregelado, a arranhar a pele nos espinhos. Teríamos de comer raízes e sementes cruas e esfaquear com os dentes a carne de um animalzinho, como faz o gato. Para apreendermos a sensação da vida incivilizada temos de ver como se comportam, quando famintos, os selvagens americanos – homens, aliás, num nível de cultura muito acima do primitivo. No diário da expedição de Lewis e Clark encontramos a narrativa da pega de um veado pelos brancos. Ao terem notícia disso, os índios Shoshones precipitaram-se para o ponto onde fumegavam as entranhas do animal abatido.

...correram, atropelando-se uns aos outros, como cães famintos. Cada qual arrancou o pedaço que pôde e nele mordeu imediatamente; um apanhou o fígado; outro, os rins; e nem as partes que vemos com repugnância foram esquecidas. Um dos índios arrancou três metros de tripa, que começou a mastigar por uma das extremidades, enquanto pela outra ia com a mão esvaziando o conteúdo.

E mais adiante:

Uma das mulheres, que viera conduzindo dois dos nossos animais de carga, parou num riacho, uma milha atrás de nós, e mandou-nos os cavalos por uma companheira. Indagando de Cameahwait da razão da parada, respondeu ela, com a maior naturalidade, que a índia tinha parado para parir, e que breve nos alcançaria. E com grande surpresa verifiquei que assim foi; uma hora mais tarde reapareceu-nos a índia com o filhote ao braço, e retomou o serviço como se nada houvesse acontecido.

Eis um quadro da vida simples, como era a dos nossos antepassados antes que a civilização nascesse. Foi a vida possível durante os milhares e milhares de anos que precederam a vida atual. E sem o advento da civilização, continuaria a ser essa a existência de todos os homens até hoje. O ponto de partida está aí.¹³

Mas e a respeito do espírito? Que se passava na cabeça dos nossos antepassados? Cairemos em erro admitindo que pelo fato de possuírem cérebro teriam necessariamente o mesmo tipo de ideias e o mesmo modo de raciocinar que temos. Até grandes filósofos, como Descartes e Rousseau, incidiram neste erro. Tal ideia não suporta a análise. Para, com a imaginação, concebermos a mentalidade realmente primitiva, havemos que eliminar todos os conhecimentos, discriminações e classificações adquiridos em consequência de nossa educação, e da imersão, desde a infância, num meio altamente artificial. Temos, depois, de refletir que esse nosso antepassado não dispunha de palavras para nomear as coisas. Era mudo. E seus companheiros eram tão mudos e ignorantes quanto ele. Cada qual

aprendia, durante a sua existência, de acordo com a capacidade pessoal; não havia instrução no sentido em que a temos, de transmissão de conhecimentos. O que esse antepassado via e ouvia não era o que chamamos de ver e ouvir. Suas reações às situações tinham de ser impulsivas, cegas, sem nenhuma ideia clara que as dirigisse. Em resumo, ele pensava ao modo dos ursos e lobos, porque vivia exatamente como os ursos e lobos.

Precisamos pôr-nos em guarda quanto a certas ideias correntes a respeito do intelecto dos animais. Uma coruja poderá parecer grave como um juiz. Um macaco, um canário, um cãozinho de olhos brilhantes poderão parecer mais alertas que a maioria das pessoas que vemos nas ruas. Um esquilo dos parques parecerá olhar-nos da mesma maneira que para ele olhamos – mas pode não estar vendo as coisas como as vemos. Olhar-nos-á, provavelmente, como um simples distribuidor de amendoim. E o próprio amendoim tem para ele significação muito diversa da que lhe damos. Um cachorro percebe um automóvel e pode ser induzido a nele viajar, mas a sua ideia do automóvel não diferirá da de um carro antigo, salvo que num há o cheiro da gasolina e noutro, o de cocheira. Unicamente em estado de doença, ou embriaguez, ou de grande excitação, podemos ter ideia das reações impulsivas dos animais inferiores, destituídos da sabedoria e da análise humanas.

Locke admitia que primeiramente o homem formava ideias simples e depois as combinava entre si até chegar às generalizações, ou ideias abstratas. Mas não foi essa a marcha seguida pelo conhecimento humano. O homem começou com simples impressões de situações gerais e, gradualmente, graças à sua habilidade em lidar com as coisas, chegou a distingui-las e acabou dando-lhe nomes.

Continuamos hoje a repetir esse processo, quando aprendemos uma coisa nova. A máquina de escrever é-nos a princípio uma massa de impressões confusas; só gradual e imperfeitamente a maioria dos homens distingue-lhe certas partes; unicamente os seus construtores sabem da sua complexidade e dão nome a todas as peças, alavancas, rodas, engrenagens, barras, molas e ajustamentos. John Stuart Mill opinava que a principal função do cérebro é inferir. Mas o distinguir também é operação fundamental – o perceber que na realidade existem muitas coisas no que aparentemente parece uma só. Este processo de análise constitui a suprema realização do homem – e foi com ele que a mentalidade se desenvolveu.

A mentalidade humana, portanto, vem sendo construída há milhares e milhares de anos, por meio de graduais acumulações. O homem partiu de um zero cultural e teve de fazer tudo por si mesmo; ou, antes, um pequeno número de espíritos aventureiros e inquietos realizaram a empresa. A maior parte da humanidade nunca fez nada para o aumento da inteligência; seu papel foi de simples médium de transmissão e perpetuação. A inteligência criadora só existe em muito poucos; a massa apenas se beneficia com as conquistas dos bem dotados. Até os macacos podem adaptar-se a um meio

civilizado. O chimpanzé aprende a andar de bicicleta ou sobre patins, e a fumar cigarros que sua espécie jamais poderia conceber, nem entender, nem reproduzir. O mesmo com a humanidade. A maioria dos homens seria incapaz de conceber, de compreender e, conseqüentemente, de reproduzir qualquer dos equipamentos que nos rodeiam. Poucos homens sabem produzir a luz elétrica, ou escrever um romance para ser lido à sua claridade, ou pintar um quadro que as nossas lâmpadas iluminem.

O professor Giddings propôs recentemente a seguinte pergunta: “Por que existe a história?” Por que, realmente, já que o “bom” e o “respeitável” são sinônimos da antiga rotina e o velho sempre reprimiu o novo? Palavras de aprovação, como “santificado” e “venerável”, sugerem grande velhice, antes que novas descobertas. Como sempre aconteceu no passado, protestamos no presente e havemos de protestar no futuro contra a mudança de nossos hábitos, contra a obrigação de pensar, ou contra a interrupção de nosso sossego. E, assim, a história, isto é, a transformação, tem-se feito principalmente à custa de um reduzido número de “videntes” – efetivamente tateadores e macaqueadores – cuja curiosidade natural ultrapassa a de seus semelhantes, permitindo-lhes escapar, aqui e acolá, à inocente cegueira de seu tempo.

O vidente não passa de um caso de variação biológica, como os que ocorrem em todas as espécies vivas, animais e plantas. Mas as maiores rosas dos nossos jardins, ou os cavalos mais rápidos dos rebanhos, ou o lobo mais astuto da alcateia, não possuem meios de influenciar os seus irmãos. Os filhos que tiverem poderão herdar suas qualidades, mas a imensa maioria segue como antes. Já a variação representada por um S. Francisco, um Dante, um Voltaire ou um Darwin, pode, permanentemente, e por séculos, mudar alguma coisa no caráter, nas ambições de inumeráveis homens inferiores, que por si nada fariam, mas são influenciados pelos ensinamentos dos outros.¹⁴

Não temos meios de conhecer quando ou onde o primeiro passo para a civilização foi dado, e com ele iniciada a penosa construção da mentalidade. Há alguma razão para pensar que os primeiros homens que superaram a mentalidade média foram de capacidade mental inferior à nossa; se ao emergir do seu estado animal o homem tivesse em média um cérebro da qualidade do que temos hoje, suponho que o lentíssimo e perigoso processo de acumulações determinante da civilização moderna ter-se-ia encurtado muito. A humanidade é letárgica, amiga de rotina, medrosa, hostil a inovações. A sua natureza é esta. Só parcial e recentemente se tem mostrado “progressiva”. O homem passou a maior parte da sua longa existência como um caçador selvagem, e neste estado de ignorância deu mostras, em forte escala, da inerente fraqueza de mentalidade humana.



7. Nossa mentalidade selvagem

Se fôssemos dispor cronologicamente nossas crenças e opiniões atuais, veríamos que algumas são velhíssimas, remontando ao homem primevo; outras nos veem da Grécia; número maior ainda procede da Idade Média; e finalmente há as que nos eram desconhecidas antes que as ciências naturais começassem a desenvolver-se. A ideia de que o homem tem uma alma, ou duplo, que sobrevive à morte do corpo, é muito antiga, e aceita por quase todas as tribos selvagens. A confiança que depositamos nas artes liberais, na metafísica e na lógica, mal remonta aos pensadores gregos; nossas ideias religiosas e nossa conduta sexual são medievais; nossas noções de eletricidade e bacteriologia são recentes, tendo resultado de penosas investigações, só possibilitadas pelo repúdio de grande número de ideias velhas, santificadas por imemorial aceitação.

Em regra, as ideias mais universalmente aceitas a respeito da natureza do homem, sua conduta e suas relações com Deus e o próximo, são muito mais antigas e menos críticas que as relacionadas ao movimento das estrelas, à estratificação das rochas e à vida das plantas e animais.

Nada nos é tão essencial, em nossa tentativa para escapar à peia das ideias consagradas, do que adquirir uma viva noção das realizações humanas por meio da perspectiva histórica. Para o conseguirmos, vamos reduzir toda a existência da humanidade à escala de uma vida humana.

Suponhamos que uma geração de homens haja, em cinquenta anos, acumulado tudo quanto temos de cultura. Os homens dessa geração teriam de começar absolutamente incivilizados, sendo forçados a, por si mesmos, recapitular tudo quanto a espécie humana fez em quinhentos mil ou um milhão de anos. Cada ano dessa geração, portanto, corresponderia a dez mil anos da vida da raça. Admitida esta escala, seriam precisos quarenta e nove anos para esses homens chegarem ao ponto de inteligência que lhes permitisse o abandono dos velhos hábitos da vida de caçadores nômades; e,

estabelecendo-se aqui e ali, dedicarem-se ao cultivo da terra, à domesticação dos animais e à tecelagem. Seis meses depois, ou seja na primeira metade do quinquagésimo ano, alguns homens dessa geração, favorecidos pelas circunstâncias, inventariam a arte da escrita, estabelecendo assim um novo e admirável meio de propagar e perpetuar a civilização. Três meses depois, outro grupo de homens levaria a literatura, a arte e a filosofia a um alto grau de apuro, preparando o terreno para o trabalho das semanas restantes. Por dois meses a geração viveria sob o pálio do cristianismo. A imprensa seria coisa de uma quinzena; e a máquina a vapor, de uma semana. Por dois ou três dias essa geração correria o mundo em barcos e trens de ferro, e só ontem começaria a lidar com a eletricidade. Nas últimas horas aprenderia a voar e a navegar por dentro dos oceanos – e em seguida ei-la a aplicar essas recentíssimas invenções numa guerra à altura dos novos ideais e dos novos recursos.

Este desfecho não é coisa estranhável, porque apenas uma semana antes esses homens ainda estavam queimando, ou enterrando vivos, os que pensavam da salvação de modo diferente da classe dominante, estripando nas praças públicas os que tinham ideias novas sobre o governo, e enforcando pobres velhas acusadas de pacto com o demônio. Nenhum deles se mostrava melhor que o selvagem nômade de um ano antes. Os novos conhecimentos adquiridos eram ainda muito recentes para calar fundo, e eles possuíam muitas instituições e muitos chefes dedicados à perpetuação de velhos conceitos que de outra forma desapareceriam. Até bem pouco tempo as mudanças se operavam tão lenta e insensivelmente que ninguém podia esperar que crenças sempre tidas como verdades eternas pudessem originar-se da incompreensão dos selvagens.

Ao falar em “selvagem”, ou em “mentalidade primitiva”, estamos, sem dúvida, a usar uma expressão imprópria. Mas temos de recorrer a esses termos para indicar as características da mentalidade humana do tempo em que ainda não havia escrita, nem indústria organizada, nem artes mecânicas, nem especialização de funções, exceto entre os sexos, nem dinheiro, nem vida urbana. O período coberto por essa mentalidade selvagem seria de cinco a seis mil, nos 500 mil ou um milhão de anos da existência do homem na terra.

Não existem crônicas que nos digam a história desses poucos milhares de anos. Algumas inferências poderão ser feitas com base nos progressos e na variedade das armas de sílex e mais instrumentos encontrados nas escavações. Mas as armas de pedra que chegaram até nós, ainda as mais rudimentares, estão muito longe de representar as primeiras realizações do homem no acúmulo da cultura. Esses remotíssimos ciclos da vida humana devem ter sido muito longos, e estar cheios de grandes iniciadores, homens de maior capacidade que os outros, e criadores dos fundamentos da civilização por meio de descobertas e realizações que nos parecem ter existido sempre.

Se o homem descende de animais inferiores, deve ter havido uma época em que o homem-animal estava em pleno estado de ignorância animalasca. E começou como começaria um símio, sabendo o que sabe um símio. Tudo teve de aprender por si mesmo, já que não tinha ninguém para ensinar-lhe as coisas que hoje ensinamos às crianças e aos macacos. Foi necessariamente um autodidata, e começou, como já vimos, num estado de ignorância que nem podemos conceber. Viveu nu e mudo pelas florestas, ou errou pelas planícies sem nenhum abrigo artificial, nem meios de cozer os alimentos. Devorava coisas cruas – frutas silvestres, raízes, insetos e os animais que podia apanhar ou encontrava mortos. A mentalidade dessa criatura estaria de acordo com a bruteza do seu estado, e tinha de ir-se desenvolvendo justamente como a de todos os animais que aprendem às apalpadelas e por meio de acidentais associações. Vinham-lhe os impulsos e a sagacidade que decorrem da experiência individual, mas nenhum conhecimento recebia do grupo pelo processo transmissivo da educação. Essa herança perpetuada através das gerações teve de ser construída sobre as simples potencialidades humanas.

Não nos chegou nenhum traço desta extremamente primitiva condição da humanidade. E não podia chegar. Todos os selvagens dos nossos tempos representam um estágio já bastante desenvolvido do homem, com língua, mitos e costumes artificiais que certamente levaram centenas de milhares de anos para se acumularem. O homem “em estado de natureza” nada teria do homem como nós o representamos; não passa de uma pressuposição – mas pressuposição que somos levados a conceber por força da inferência.

Na escala geológica dos tempos ainda estamos muito próximos da selvageria, e é inevitável que as ideias, costumes e sentimentos da selvageria se tenham radicado tão fundo que hajam realmente afetado a natureza do homem, por meio da seleção natural ou sobrevivência dos mais adaptados. Mas, como muitos antropólogos o observam, parece certo que os costumes, as ideias e os sentimentos selvagens continuaram a formar uma parte importante da nossa cultura até nossos dias. Defrontamo-nos assim com a necessidade de admitir a inveteração deste elemento em nossos costumes e na nossa mentalidade atual. Muitos dos dados que possuímos a respeito do homem primitivo decorrem de estudo dos selvagens atuais. Esses selvagens diferem em hábitos e mitos, mas possuem pontos de contato que lançam luz sobre a mentalidade realmente primitiva e ainda não afetada pelas modificações da cultura incipiente.

No começo o homem costumava distinguir-se do grupo a que pertencia dizendo “Eu sou eu”. Temos aqui uma ideia não dada pela natureza.¹⁵ Há evidência de que as mais antigas religiões não eram baseadas na individualidade, sim na “virtude”, isto é, no poder de fazer coisas. Só depois é que apareceu o animismo, ou crença na alma dos homens e dos animais, e nas forças da natureza. Quando o homem descobriu a personalidade, espontaneamente a estendeu aos animais e às plantas, ao vento e ao trovão.

Isto explica uma das mais daninhas tendências da mentalidade: a personificação, essa grande inimiga do pensamento honesto. Falamos do Espírito da Reforma, do Espírito da Revolta, do Espírito da Desordem ou Anarquia. Os jornais falam que “Berlim diz”, “Londres declara”, “a América assim o decidiu”, “John Bull está amuado”. Mas não existe Berlim, nem Londres, nem América nesse sentido de espírito individual, e John Bull é algo tão inexistente como o grande deus Pan. Muitas vezes esta regressão à mentalidade selvagem é inofensiva, mas quando um jornal diz que a “Alemanha é militarista como sempre o foi”, pelo fato de alguns insolentes oficiais prussianos afirmarem que o exército alemão ocupará Paris dentro de cinco anos, temos um caso de animismo que em sociedade mais liberta da selvageria do passado seria considerado crime, ou ofensa grave. Os químicos e físicos já abandonaram esse animismo, mas ao discutirem questões sociais e econômicas ainda se mostram influenciados pela tendência animista da mentalidade humana.

O sonho teve grande influência na construção dessa mentalidade. Nossas ideias, especialmente as religiosas, teriam sido muito outras se não fossem os sonhos. Não apenas a visão de sua sombra a refletir-se na água levou o homem a conceber a alma, ou o duplo, mas também, e sobretudo, as suas visões em sonho. O corpo ficava imóvel na cama e ele se via a errar por sítios distantes. Outras vezes era visitado pelos mortos. Logo, o corpo era habitado por uma alma não amarrada à matéria, que em vida poderia abandoná-lo momentaneamente, e na morte permanentemente, continuando, porém, a interessar-se pelas coisas da terra.

Civilizações inteiras e quase todas as religiões, bem como a maior parte das especulações teológicas, foram dominadas por esta inferência feita pela mentalidade selvagem. É verdade que em tempos mais recentes, ou, digamos, desde Platão, outras razões apareceram para admitirmos a alma e a sua imortalidade; mas a ideia parece radicar-se sobretudo na lógica do selvagem. Foi uma inferência muito primitiva, que mais tarde sofreu revisão, racionalizou-se e enobreceu-se.

O tabu dos selvagens – ou proibição – é coisa também elementaríssima na formação do homem. Surgiu entre os selvagens a tendência de consolidar hábitos e estabelecer inibições sem base em nenhuma razão, ou em razões facilmente esquecíveis e que se perdiam. Os hábitos defendidos pelos tabus tornavam-se fixos e sagrados; desrespeitá-los era crime grave. Certas vezes a proibição apresentava uma justificativa razoável; outras vezes era totalmente absurda; e muitas vezes constituía um grande mal – mas não importava: o tabu era tabu. A carne de porco era tabu entre os judeus, sem que nenhuma das modernas justificativas para a abstenção dessa carne fosse apresentada pelos antigos judeus. Não é improvável que a proibição proviesse de uma primitiva divinização do porco, na fase da adoração dos animais.

Temos hoje na expressão “princípio” uma forma moderna do velho tabu; o

“princípio” é mais um tabu do que uma esclarecida regra de conduta. As pessoas que se justificam declarando que sustentam tais e tais coisas por “princípio”, recusando-se a examinar-lhes as bases, introduzem em sua mente, ou em sua conduta, um elemento irracional, místico e primário, equivalente ao tabu dos selvagens. Princípios impostos não inteligentemente causam grandes perturbações nos reajustamentos sociais, porque se mostram tão recalcitrantes e obscurantistas como os primitivos tabus – e não passam de um meio compulsório de impedir a séria análise das situações. As condições psicológicas subjacentes ao tabu e aos “princípios” são as mesmas.

No pensamento selvagem encontramos uma espécie muito generalizada de tabu na classificação das coisas em “puras” e “impuras” e na concepção do “sagrado”. Refletem profundos vincos gravados na mentalidade não-crítica, só passíveis de eliminação por meio de uma cuidadosa análise. Originam-se da nossa natural timidez e no constante receio de estarmos a desrespeitar um campo sagrado, isto é, perigoso.

Quando temos a mente embrechada de tabus, não conseguimos pensar com liberdade, porque tais ideias nos inibem. Se uma coisa é tida como sagrada, torna-se logo o centro do que chamamos “complexo de defesa” – e nenhuma consideração crítica sobre essa coisa é tolerada. Quando um ponto qualquer é declarado “moral” – como, por exemplo, a proibição das bebidas alcoólicas – surge um estado emotivo que torna inviável qualquer reajustamento; porque a palavra “moral” pertence ao mesmo tipo da palavra “sagrada”, possuindo ambas as mesmas qualidades e exercendo sobre nós os mesmos efeitos. No relativo à questão sexual os termos “puro” e “impuro” trazem um elemento místico e irracional, hostil à análise honesta.¹⁶

Os que têm estudado as características da vida selvagem impressionam-se com o seu absoluto conservantismo, suas desnecessárias restrições à liberdade individual e sua desanimadora rotina. O homem, assim como as plantas e os animais em geral, tende a viver, através de gerações e gerações, a mesma vida dos antepassados.

As mudanças hão que sobrevir à força, em virtude de árduas experiências, e o homem está sempre descobrindo pretextos para voltar aos velhos hábitos, que lhe parecem mais simples, mais espontâneos – mais achegados, em suma, ao seu estado animalesco.

Quem hoje se orgulha do próprio conservantismo, com a alegação de que o homem é de seu natural anárquico e desordenado e, portanto, deve ser mantido em cheque, erra ingenuamente. O homem é por natureza conservador, e prontamente opõe obstáculos às mudanças – os mesmos obstáculos que serviram para conservá-lo em estado de selvageria durante quase toda a sua existência na terra. E esses obstáculos vão perpetuando na vida de hoje toda sorte de barbarismos primevos. O homem conservador “por princípio” é, pois, um primitivo a viver fora de sua época. Sua única

vantagem sobre o selvagem reside nas razões especiosas que pode dar do seu apego ao passado. E o homem a quem vagamente chamamos “racional” não passa de produto muito novo de uma série de circunstâncias excepcionais e sem precedentes.



E então um dos sacerdotes egípcios, de muita idade, disse: “Ó Solon, Solon, vós helenos sois crianças e nunca houve um velho que fosse heleno.” Em resposta Solon, perguntou-lhe que queria dizer com aquilo. “Quero dizer, respondeu o egípcio, que na mentalidade todos sois jovens; não existem entre vós velhas ideias, mantidas pela tradição nem nenhuma ciência encanecida pelos anos.”

Platão, Timeu

A verdade é que nunca exageraremos bastante a originalidade dos gregos, se levarmos em conta o tempo muito curto que levaram para estabelecer as linhas da investigação científica, começada com eles.

John Burnet

8. A origem do pensamento crítico

AO QUE sabemos, foram os egípcios o primeiro povo que inventou um método de escrever, há cinco ou seis mil anos atrás, e concebeu novas artes desconhecidas de seus bárbaros predecessores. Desenvolveram a pintura e a arquitetura, e ainda várias e engenhosas indústrias; trabalharam o vidro e criaram o esmalte; começaram a usar o cobre, desse modo introduzindo o metal na vida humana. Mas a despeito do extraordinário adiantamento prático dos egípcios, permaneceram eles muito primários em suas crenças. O mesmo pode ser dito dos povos da Mesopotâmia e dos do ocidente asiático. E o mesmo foi observado entre nós, pois que entre nós as artes práticas se desenvolveram muito antes de começada a revisão das ideias relativas ao homem e aos deuses. As opiniões peculiares dos egípcios não penetraram diretamente em nossa herança intelectual; mas algumas das ideias religiosas fundamentais desenvolvidas no ocidente asiático, influenciaram-nos por intermédio da adaptação judaica.

Para os gregos, entretanto, a nossa dívida é pesadíssima. A literatura grega, nos fragmentos escapos à destruição, estava destinada, conjuntamente com as Escrituras Hebraicas, a exercer uma incalculável influência na formação da mentalidade moderna. Essas duas heranças literárias originaram-se aproximadamente ao mesmo tempo, na perspectiva da história da espécie. Antes da civilização grega, os livros não haviam representado papel de vulto no desenvolvimento, disseminação e transmissão da cultura de uma geração para outra. Mas a partir da Grécia tornar-se-iam a principal força no estimular ou retardar a expansão do espírito humano.

Foram necessários mil anos para que os pastores gregos das pradarias do Danúbio assimilassem a cultura das civilizadas regiões em que eles apareceram como bárbaros destruidores. Aceitaram as artes industriais do Mediterrâneo, adotaram o alfabeto fenício e competiram com os mercadores mais alertas da época. Pelo sétimo século antes de Cristo já possuíam cidades, colônias e comércio, com muita movimentação de um ponto para outro. Os primeiros traços da nova intelectualidade nós os recolhemos nas cidades jônias, sobretudo Mileto, e nas colônias gregas da Itália. Só mais tarde se tornou Atenas o grande centro daquela maravilhosa maré da inteligência humana.

Constitui delicada tarefa resumir o que devemos aos gregos. Deixando de lado as suas supremas realizações na literatura e na arte, vamos considerar apenas, e muito de passagem, a natureza e o escopo geral do pensamento grego, na parte que mais se aproxima da nossa tese.

A grande força dos gregos jazia na liberdade, na ausência de embaraçadoras tradições intelectuais. Não tinham venerandos clássicos, nem livros sagrados, nem línguas mortas a aprender, nem autoridade que peassem o livre espírito de especulação. Como Bacon nos faz ver, os gregos não tinham antiguidade de conhecimentos, nem conhecimento de antiguidades. Um classicista moderno seria um corpo estranho em Atenas, sem livros em línguas mortas, sem obsoletas inflexões a impor a estudantes rebeldes. Teria de usar a linguagem popular das ruas.

Muito tempo passou sem palavras técnicas que dessem altitude e aparente precisão aos debates filosóficos e científicos. Temos em Aristóteles o primeiro a usar termos incompreensíveis para o home comum. E foi nessas condições que as possibilidades da crítica humana se revelaram. As primitivas noções do homem, dos deuses e da ação das forças naturais começaram a ser examinadas em escala inteiramente nova. A inteligência se desenvolveu com rapidez, à medida que aqueles homens excepcionalmente intrépidos deram de suspeitar da ingênua maneira corrente de ver as coisas. E por fim chegaram a erigir a dúvida em princípio da sabedoria.

Como mais tarde disse Abelardo, “começando pela dúvida poderemos chegar à verdade”. Mas o homem é por natureza crédulo. Sempre escravizado às primeiras impressões, dificilmente escapa-lhes à tirania. Ressente-se da crítica às suas ideias familiares, como se ressentido de qualquer coisa que lhe perturbe a rotina. Assim, a crítica é coisa antinatural, porque entra em conflito com o suave funcionamento dos espíritos primários – nivelados aos da criança e dos selvagens.

Precisamos não esquecer que neste ponto os gregos não constituíam exceção. Anaxágoras e Aristóteles prudentemente abandonaram Atenas em vista de pensarem como pensavam; Eurípedes era objeto de aversão dos conservadores do dia, e Sócrates chegou a ser executado pelo crime de sua filosofia sem deuses. Os pensadores gregos deram-nos o primeiro exemplo

da liberdade mental, do “desprendimento” e da abnegação na crítica, superiormente ilustrada no honesto “não sei nada” de Sócrates. *Os gregos descobriram o ceticismo na mais alta significação da palavra. E foi essa a sua suprema contribuição para o pensamento humano.*

Um dos mais belos exemplos do primitivo ceticismo grego foi a descoberta de Xenófanes, de que os homens haviam criado os deuses à sua própria imagem. Xenófanes olhou em torno de si, observou várias concepções da divindade, comparou-as e concluiu que o modo pelo qual uma tribo concebia seus deuses não era o resultado de nenhum conhecimento, sim apenas um reflexo do tipo da tribo. Se os leões tivessem deuses, esses deuses seriam leões.

Nenhuma revelação mais chocante que esta poderia ser feita para abalo dos alicerces da fé religiosa. A vida dos deuses do Olimpo, como Homero a pinta, era por demais escandalosa para não chamar a atenção dos espíritos penetrantes, e nenhum cristão poderia com mais calor denunciar a desmoralizante influência das fés religiosas populares do que o fez Platão. A julgar pelos reflexos do pensamento grego nas obras de Lucrécio e Cícero, nenhuma das primitivas crenças escapou aos dentes da crítica.

A segunda grande descoberta dos pensadores gregos foi a metafísica. Não tinham a princípio nome para essa forma de ideias, nome que veio da maneira mais absurda;¹⁷ mas mesmo sem dar-lhe nome regalavam-se com a coisa. Hoje vemos a metafísica reverenciada por muitos como o maior esforço humano para atingir as mais altas verdades, e também a vemos desprezada por outros como tolice. Achavam os gregos que o espírito podia absorver-se em si próprio. Todos nós vivemos imersos em devaneios e fantasias do ingênuo tipo pessoal, relacionados aos nossos desejos e ressentimentos, mas a fantasia dos metafísicos ocupa-se com altas concepções, abstrações, distinções, hipóteses, postulados e inferências lógicas. Depois de estabelecerem certos postulados e hipóteses, procuram novas conclusões e desenvolvem-nas. Isto dá-lhes a emoção da procura da Verdade, deleitosa como a procura de uma noiva entre os homens comuns. Mas a Verdade é mais arisca que as noivas; passa a vida a negacear os que a cortejam, por mais que eles se esforcem por apanhá-la.

Vou dar dois exemplos do raciocínio metafísico.¹⁸ Temos a ideia de um ser supremo, onipotente e perfeito. Mas, conhecedores só de coisas imperfeitas, somos incapazes de, por nós mesmos, concebermos um tal ser perfeito; portanto, essa ideia só nos pode ser dada por esse ser. E a perfeição implica existência; logo, Deus tem de existir. Isto era o bastante para Anselmo e para Descartes, que construíram todo um muito bem travado edifício filosófico sobre estes simples alicerces. A lógica parecia-lhes irrefragável. Mas para os modernos estudiosos da religião comparada, e para o próprio Kant, que era um metafísico, não há nisso mais que a ilustração das normais operações do espírito que constrói uma hipótese totalmente gratuita e submete-se a uma

ordenada série de associações espontâneas.

Segundo exemplo de metafísica encontramos na doutrina dos filósofos eleáticos, que floresceram nas colônias gregas da Itália e racionalizaram o espaço e o tempo. O espaço vazio não é nada, e como o que é nada não existe, o espaço é uma ilusão; e como o movimento implica a ideia do espaço, não há movimento. De modo que todas as coisas são perfeitamente compactas e jazem em estado de repouso, sendo todas as nossas impressões de mudança simples ilusões dos pobres de espírito.

Como uma das principais satisfações dos metafísicos era escapar ao tumulto deste nosso mundo de mudanças, refugindo para o reino da certeza, essa doutrina passou a exercer grande influência sobre muitos espíritos. A convicção dos eleáticos na imutável estabilidade das coisas recebeu forma nova com a teoria das “ideias” eternas de Platão, e depois se desenvolveu na reconfortadora concepção do “Absoluto”, na qual as almas lógicas e cansadas do mundo passaram a encontrar refúgio, dos tempos de Plotino até aos de Josias Royce.

Mas houve um grupo de pensadores gregos cujas ideias gerais sobre a natureza correspondem de maneira impressionante com as mais recentes conclusões da ciência moderna. Foram os epicuristas. Demócrito não era de nenhum modo um tipo ao molde do experimentalista moderno, mas enfrentou os eleáticos com um conjunto de considerações especulativas muito próximas do que hoje consideramos verdade.

Rejeitava as decisões eleáticas sobre a realidade do espaço e do movimento, com a argumentação de que, desde que o movimento obviamente se realizava, o vácuo devia ser uma realidade, ainda que os metafísicos não pudessem concebê-lo. E insistiu na ideia de que todas as coisas eram compostas de minúsculas partículas indestrutíveis, ou átomos de tipos fixos. O concurso fortuito do tempo e do movimento tornou possível todas as combinações dos átomos – e o mundo que conhecemos não passa de uma dessas combinações de partículas. Porque os átomos de vários tipos eram inerentemente capazes de formar todas as coisas materiais, a alma do homem, e ainda os próprios deuses. Permanência não existe em coisa nenhuma; tudo não passa de flutuantes combinações dos átomos formadores do mundo. Esta teoria foi aceita pelo nobre Epicuro e seus discípulos, e fixou-se no imortal poema de *Lucrecio De Rerum Natura*. Aceitavam os epicuristas a existência de deuses, talvez por admitirem, como Anselmo e Descartes, que o homem tem uma ideia de divindade.

Mas os deuses levavam vida sem nenhuma ligação com a dos homens, nem súplicas, nem sacrifícios, nem blasfêmias, nada que partisse dos homens lhes perturbava a calma. Além disso, a alma do homem se dissipava depois da morte. E assim os epicuristas se gabavam de ter libertado os homens de duas das suas maiores apreensões – o temor dos deuses e o medo da morte. Como diz Lucrecio, quem compreende a verdadeira natureza das coisas vê que

esses dois temores não passam de ilusões da ignorância. Vemos, portanto, que uma escola de pensadores gregos suprimiu todas as religiões em nome das ciências naturais.



9. A Influência de Platão e Aristóteles

Em Platão encontramos reunidos o ceticismo e a metafísica de seus contemporâneos. Desde muito vinha sendo o ceticismo levado aos últimos limites, enquanto outros erigiam a metafísica em arrogante sistema de dogmatismo místico. Platão apresentou suas especulações sob forma de diálogos – ostensivas discussões na praça pública ou nas casas de cidadãos atenienses dotados de pendor filosófico. Os gregos denominavam à lógica, dialética, que realmente significa “discussão”, argumentação tendente a obter análises completas e conclusões críticas.

Os diálogos constituem o drama do pensamento de Platão, que usava desse processo como veículo mágico para o jogo de razão. Mais tarde foi o mesmo processo usado por Ibsen, Shaw, Brieux e Galsworthy, para o debate das perplexidades e contradições sociais modernas. O diálogo termina com indecisão; não se apresenta dogmático; limita-se a expor o intrincado de importantes questões e o inevitável conflito de vistas aparentemente inconciliáveis. O processo merece ser encorajado. Muito conveniente nos seria hoje retornarmos a esta dialética dos atenienses, fazendo-a o instrumento clarificador, coordenador e diretor do nosso pensamento cooperativo.

A indecisão e a finura de espírito de Platão recebeu o nome de ironia. Era então a ironia sinônimo de seriedade sem solenidade. Admite que o homem é um animal sério-cômico, e que não há trata-lo por processos que deem aos seus atos coerência e dignidade que não existem. O homem é sempre criança e selvagem. Sempre vítima de desejos em conflito e de ocultos anseios. Pode falar com sentimentalidade idealista, mas na ação é sempre o bruto. O

mesmo homem devotará toda a sua vida e esforços ao aperfeiçoamento de formidáveis explosivos e depois consagrará a fortuna ganha em tal indústria à promoção da paz entre as nações. O homem desenvolve as mais complexas máquinas de esfalear os vizinhos e depois revela o mais alto engenho na organização do reparo daquilo que destruiu. Nossa natureza impede-nos de decidir-nos decisivamente pelo canhão ou pela Cruz Vermelha. E empregamos o canhão para manter as enfermeiras sempre ocupadas. Assim, o pensamento e a conduta humana só podem ser encarados de modo amplo por meio da tolerante ironia – essa ironia que sorri da lógica precisão dos tratadistas da política e da moral, não dotados de humor e cujos trabalhos não nos mostram o homem real e sim uma estúpida forma de metafísica.

Platão conformou-se com o tumulto das coisas mas procurou contrapeso na concepção de moldes eternos, ou moldes perfeitos, segundo os quais as nossas coisas eram imperfeitamente conformadas. Confessou que não podia aceitar um mundo semelhante a um pote rachado ou a um homem correndo atrás do nariz. Em suma, atribuiu a mais alta forma de existência aos ideais e às abstrações. Isto não passava de uma nova e hábil republicanização do velho animismo primitivo, e era coisa que induzia os espíritos menos elevados que o seu a flutuarem em toda sorte de nobres incertezas e impertinentes maneirismos, atitude que iria dali por diante contaminar nossas discussões dos negócios do mundo. Platão deu direitos de cidade a um dos principais fracos do espírito humano, e elevou-o à altura de uma religião.

A partir daí os homens passaram a discutir unicamente a importância das palavras. Amor, Amizade, Honra: são coisas que existem, ou o que existe são apenas coisas amáveis, emoções amistosas entre um indivíduo e outro, feitos que de acordo com as nossas ideias do momento podem ser considerados honrosos ou desonrosos? Se credes em Beleza e Verdade em si, sois platônicos. Se credes que só há casos individuais das várias emoções, desejos e atos humanos, e que as abstrações não passam de meras criações do pensamento, sereis o que na Idade Média se chamava um “nominalista”.

Este assunto merece longo debate, impossível aqui; mas o leitor pode fazer a experiência em qualquer livro ou jornal à mão, verificando se o escritor lhe dá abstrações, como bolchevismo, bem público, liberdade, honra nacional, religião, moralidade, bom gosto, direitos do homem, ciência, razão, erro, ou projeta um pouco de luz sobre as reais complicações humanas. Não quero dizer que possamos pensar sem o uso de termos abstratos e gerais mas digo que devemos estar sempre em guarda contra a tendência de ver essas abstrações como coisas reais, dotadas de vigor e personalidade. O animismo é, como já fiz ver, um buraco que temos sempre diante de nós e no qual cairemos ao menor descuido. O platonismo é o mais belo e tentador disfarce desses buracos.

Antes de Aristóteles o pensamento grego sempre fora extraordinariamente

livre e elástico. Não estava ainda dividido em compartimentos, nem tinha assumido forma educacional que assegurasse a inalterada transmissão de ideias do professor ao discípulo. Não estava consolidado em tratados sistemáticos. Em Aristóteles combina-se o alto poder de um espírito criador com os impulsos de um produtor de livros didáticos. O estagirita amava a ordem e a classificação. Compôs manuais de Ética, de Política, Lógica, Psicologia, Física, Metafísica, Economia, Poética, Zoologia, Meteorologia, Leis – e Deus sabe o que mais, porque não chegou até nós tudo quanto ele produziu. E revelou-se igualmente interessado, e igualmente capaz, em todos os setores perlustrados.

Alguns dos manuais de Aristóteles eram tão irresistíveis em seus raciocínios conclusivos, tão completos no escopo, que as universidades medievais devem ser perdoadas de os terem tomado como a única base da educação liberal, e de imporem castigos a quem discordasse de “O Filósofo”. Aristóteles parecia conhecer tudo quando podia ser conhecido, e ter coordenado todos os conhecimentos humanos numa inspirada codificação, para uso dos professores até o dia do juízo.

Combinava-se nele o pendor acentuadamente metafísico com o poder de observação dos fenômenos naturais. A despeito de seus inevitáveis erros – erros que se tornariam a desgraça das dóceis gerações que se lhe seguiram – nenhum outro pensador pôde comparar-se-lhe, quanto à variedade e extensão dos conhecimentos. Não foi por culpa sua que a posteridade empregou suas obras para embaraçar a marcha de novos progressos e novas investigações. Aristóteles permanece o pai do Livro da Sabedoria, e o avô do comentário.

Depois de duzentos ou trezentos anos de debates na praça pública, e de discussões filosóficas prolongadas até a manhã, aqueles gregos pesaram todos os pensamentos e produziram a crítica de todas as ideias correntes – e também das que poderiam possivelmente ocorrer aos investigadores da natureza. Vejo aqui a razão pela qual, com exceção de alguma coisa a mais nas matemáticas, na astronomia e na geografia, ter sido dado esse glorioso momento da mentalidade grega como findo com a morte de Aristóteles.

Mas por que os gregos não foram além, como fazem os modernos cientistas que apontam os campos ainda fechados à sua frente? Em primeiro lugar, porque a civilização grega, fundada na escravidão, não curava das artes industriais. Os filósofos e demais estudiosos viam-se obstados pelos vacilantes processos associados à mesquinha vida com base na servidão. Não havia ninguém que se dedicasse ao invento e aperfeiçoamento dos aparelhos sem os quais o conhecimento dos fenômenos da natureza se torna impossível. A inventiva mecânica dos gregos era débil. Nem sequer chegaram às lentes; não tinham o microscópio para revelar-lhes o infinitamente pequeno, nem o telescópio para ensinar-lhes o infinitamente remoto; nunca desenvolveram um relógio, um termômetro, um barômetro, nem nenhum dos instrumentos físicos vindos depois. Conta-se que

Arquimedes desdenhou de deixar a menção dos seus engenhosos inventos por ser coisa indigna de um filósofo. Os poucos inventos gregos ou eram brinquedos de criança ou de grosseiro caráter prático. E, desse modo, o próximo grande passo para a extensão do espírito humano teve de esperar o fim do regime servil, o lento surto da dúvida e afinal o repúdio das velhas metafísicas – coisa que ocorreu há uns trezentos anos atrás.



E Deus fez as duas grandes luzes, a grande luz que governa o dia, e a pequena luz que governa a noite; também fez as estrelas. E Deus colocou-as no firmamento para darem luz à terra.

E Deus disse: Que a terra gere as criaturas vivas de todas as espécies, o gado e os seres rastejantes, e assim se fez.

E Deus disse: Façamos o homem à nossa imagem e semelhança, e que tenha domínio sobre os peixes do mar e as aves do ar e os animais da terra e sobre todas as coisas que nela rastejam.

Genesis

Ni vacabimus et videbimus, videbimus et amabimus, amabimus et laudabimus. Ecce quod erit in fine sine fine. Nam alius noster est finis nisi pervenire ad regnum, cuius nullos est finis?

Agostinho

10. A origem da civilização medieval

NA FORMAÇÃO do que podemos chamar a nossa mentalidade histórica, isto é, a modificação da nossa primitiva e animalesca visão das coisas, operada por homens de excepcional penetração de inteligência – os gregos tomaram grande parte. Vimos como os pensadores gregos introduziram pela primeira vez a crítica sutil às velhas crenças e como se libertaram de muitos erros e ingenuidades antigas. Mas o pensamento moderno não está diretamente ligado aos gregos; entre eles e nós temos a obstrução do Império Romano e da Idade Média. Quando pensamos de Atenas, vem-nos à imaginação o Partenon com suas frisas, Sófocles e Eurípedes, Sócrates, Platão e Aristóteles – clareza, urbanidade e moderação em todas as coisas. Quando pensamos da Idade Média vemo-nos num mundo de monges, mártires, milagres, papas, imperadores, cavaleiros e damas; surgem-nos as imagens de Gregório, o Grande, Abelardo e Tomás de Aquino – tudo sem nada de comum com as coisas gregas.

A Idade Média foi na realidade um mundo diferente, com ideias fundamentais bem diversas das antigas. Maravilhosos como foram nas realizações das artes e da literatura, e engenhosos como se revelaram no jogo da combinação de ideias, os gregos, entretanto, não davam atenção às coisas pequenas da vida, e por isso não criaram os meios físicos capazes de permitir a penetração do mistério das coisas. Não desenvolveram a lente, como já fiz ver, essa coisinha mínima, mas que tornou possível ao homem uma

tremenda multiplicação do poder visual – no sentido do mínimo com o microscópio, e no sentido da distância, com o telescópio. O pensamento crítico dos gregos, pois, não se baseava em demonstrações de ciência aplicada – e sem isso o mundo ocidental não conseguiria elevar o seu padrão de crítica.

Depois que os gregos se engolfaram no vasto Império Romano, a inteligência criadora começou a declinar, a princípio lentamente, depois com mais rapidez e por fim morreu. Entrementes, novas crenças e novos modos de pensar, despidos de crítica, começaram a popularizar-se. Coisas vindas do Oriente Próximo – Mesopotâmia, Síria, Egito e Ásia Menor asfixiaram as tradições das grandes escolas da filosofia grega. Os dogmas estoicos e epicuristas perderam a frescura. Os pensadores gregos só viam a salvação por meio da inteligência e da ciência. Mas os eloquentes líderes surgiram pregando uma nova salvação, e dos frontões da verdade apagaram a palavra “Razão” para escrever a palavra “Fé”; e de bom grado o povo ouviu os novos profetas, porque para salvar-se era apenas necessário crer, e crer é muito mais fácil do que pensar. E o pensamento religioso e místico, tão em contraste com a filosofia secular dos gregos e com o pensamento científico de hoje, entrou a dominar a vida dos homens por todo o decurso da Idade Média.

Antes de considerar esta nova fase pela qual o pensamento ocidental iria passar, temos de defender-nos contra o mau entendimento dessa expressão “Idade Média”. Nossos livros didáticos usualmente incluem nesse período os eventos que ocorreram desde a queda do Império Romano até as viagens de Colombo ou da Reforma Protestante. Mas isto não é favorável para o estudante da história do pensamento, pela simples razão de que quase todas as ideias e mesmo instituições da Idade Média, como sejam a Igreja, o monasticismo e a intolerância religiosa, realmente se originaram nos últimos tempos do Império Romano. A revolução intelectual de que saiu o pensamento moderno data do século XVII. Podemos, pois, dizer que o pensamento medieval começou a ser aceito muito antes do princípio da Idade Média, e persistiu até cem anos depois do fim dessa era.

Continuaremos, por mera conveniência expositiva, a empregar a expressão “Idade Média” como a temos nos compêndios; mas vistas as coisas à luz da história do pensamento europeu, três períodos podem ser assinalados, a começar do florescimento mental grego de Atenas, Alexandria, Rodes e Roma, até o surto da ciência moderna, 1600 anos mais tarde.

O primeiro desses períodos foi o dos Padres Cristãos, culminando nos escritos autoritários de Agostinho, falecido em 430. Por esse tempo grande parte das obras gregas havia desaparecido da Europa. Com dificuldade se citava um nome de escritor pagão anterior a Juvenal, que havia falecido 300 anos antes de Agostinho. A ciência do mundo estava reduzida a lastimáveis compêndios a que os estudantes medievais iriam dar a maior importância. Informação científica, histórica e literária, nenhuma. O mundo ocidental só

atendia à religiosidade e ao misticismo, velho ou novo. Como disse Harnack, o mundo já estava em plena bancarrota intelectual quando as invasões germânicas o desorganizaram e o mergulharam em ignorância ainda maior.

O segundo período da Idade Média, ou a “Idade Negra”, durou 700 anos, com mínimos progressos desde Agostinho até Abelardo. As prósperas vilas desapareceram; cidades desagregaram-se; bibliotecas foram queimadas ou abandonadas; escolas se fecharam, para serem reabertas aqui e ali depois dos editos de Carlos Magno, quase que só em mosteiros ou em diocese de algum bispo excepcional que não gastava todo o tempo com a guerra. A partir mais ou menos do ano 1100 as condições começam a mostrar-se mais favoráveis ao renascer da inteligência, à restauração de antiga sabedoria olvidada e a um gradual acúmulo de novas informações e invenções desconhecidas dos gregos ou de qualquer civilização anterior.

As principais ideias deste terceiro período medieval remontam ao Império Romano. Havia sido formuladas pelos Padres, e depois de atravessarem toda a Idade Negra foram reelaboradas pelos professores das novas universidades, já sob a influência das ressurgidas obras de Aristóteles. E assim nasceu o majestoso edifício do Escolasticismo.

Sobre os professores dessas universidades medievais Bacon pronunciou há muito tempo um juízo que ainda está de pé:

“Possuem fortes dons mentais e dispõem de seu tempo, mas com a pouca variedade de leitura o espírito desses mestres vive trancado na cela de uns poucos autores (sobretudo Aristóteles, o ditador), como seus corpos vivem fechados em mosteiros e colégios; e sabendo muito pouca história, e conhecendo muito pouco da natureza, consagram todas as suas faculdades ao enlear-nos nas teias de aranha que extraem dos livros.”

Nossa civilização e o espírito humano, crítico ou não crítico, tal como o encontramos no mundo ocidental, não passam de uma consequência direta da civilização e do pensamento da Idade Negra. Só muito gradualmente alguns espíritos audaciosos e particularmente livres escaparam a essa influência medieval, como em nossos dias muito poucos conseguem literalmente rejeitar as ideias escolásticas em que foram criados. Mas a grande massa dos fiéis cristãos, tanto católicos como protestantes, ainda professa, ou implicitamente aceita, as ideias medievais, pelo menos na parte relativa à religião e à moral. É verdade que fora dos meios católicos a palavra “medieval” é usada com menosprezo, mas isto não deve iludir, porque na realidade é ainda o pensamento medievo o que predomina. Uns tantos exemplos podem ser apresentados aqui.



11. Nossa herança medieval

Os gregos e romanos tinham várias teorias sobre a origem das coisas, todas vagas e admitidamente conjecturais. Mas os cristãos, firmados exclusivamente na Bíblia, ergueram as suas teorias sobre informações que supunham proclamadas pelo próprio Deus. Toda a concepção cristã da história se baseia num sobrenaturalismo mais intenso que o observado entre os gregos e romanos. Os filósofos pagãos aceitavam deuses, é certo, mas nunca admitiram que a vida do homem na terra devesse subordinar-se ao que viria depois da morte – e foi esta a única preocupação do cristianismo medieval. A vida na terra é passageira e preparatória para a vida real – ou a eterna.

Os cristãos medievais eram essencialmente mais politeístas que seus predecessores pagãos; admitiam hierarquias de bons e maus espíritos, que ajudavam os homens a alcançar o céu ou tentavam arrastá-los ao pecado e ao erro. Os milagres eram comuns e sempre atribuídos a Deus ou ao Diabo; a direta intervenção dos bons e maus espíritos representava um papel muito importante na explicação dos fatos da vida diária.

Como já disse um notável historiador da Igreja, o Deus da Idade Média era o Deus do arbítrio – e mais arbitrário do que divino. Por meio de frequentes interferências no curso regular das coisas ele tornava clara a sua existência, serenava os fiéis quanto à sua constante solicitude e frustrava os intentos de Satã. Só no século XVIII é que um grupo de pensadores se revoltou contra essa concepção da Deidade e preconizou a adoração de um Deus respeitador das suas próprias leis.

Os pensadores medievais aceitavam sem debate o que o filósofo Santayana muito bem descreveu como a “Épica Cristã”. Esta epopeia legislava sobre as origens do homem e as regras de sua conduta na vida. O universo fora feito em menos de uma semana, e o homem criado tão perfeito como todas as outras coisas – o sol, a lua, as estrelas, as plantas, os animais. Mas depois de

algum tempo o primeiro casal cedeu à tentação e transgrediu as ordens de Deus; em consequência foram expulsos do delicioso jardim do Éden. E desse modo veio ao mundo o pecado, e a descendência de pecadores que se contaminavam desde o útero materno.

Em certo momento a ruindade dos homens se tornou tal, na terra recentemente criada, que Deus tomou a resolução de varrê-los de uma vez, com exceção apenas da família de Noé, poupada para fins de repovoamento do mundo depois do Dilúvio; mas a unidade de língua se perdeu. Mais tarde, depois de muitas profecias entre o povo eleito, mandou Deus seu Filho viver entre os homens para salvá-los com o próprio sacrifício. A partir daí, com a disseminação do Evangelho, trava-se a grande luta entre Deus e Satã – que se torna o principal conflito da história. Esse conflito teria termo no Juízo Final, em que se operaria a separação entre os bons e os maus; os bons iriam para o céu e os maus para o inferno, submetidos a tormentos eternos.

Esta narração das origens e destino do homem, que constitui a épica cristã, foi notável pela precisão, pela base divina que adotou e pelos obstáculos que opôs a qualquer mudança à luz de novos conhecimentos.

As verdades fundamentais a respeito do homem eram estabelecidas para todo o sempre. Os pensadores gregos não curavam da autoridade, e bom número deles francamente confessava não ser possível a admissão da autoridade em matéria de inteligência. Mas a filosofia e a ciência medievais se baseavam exclusivamente na autoridade. Os sábios da época fugiam das árduas sendas do ceticismo e das longas e penosas investigações dos fenômenos da natureza; confiantemente esperavam encontrar a verdade na Revelação e na elaboração de dogmas indiscutidos.

Esta confiança na autoridade é o traço fundamental da era. E nós a herdamos não só dos nossos antepassados medievos como ainda de longas gerações de homens pré-históricos. Temos todos uma natural tendência para confiar nas fés estabelecidas e nas instituições vigentes, o que não passa da expressão da confiança espontânea em tudo que nos vem sob forma de discussão. Como crianças, vivemos sujeitos à autoridade e não podemos escapar ao controle das opiniões dominantes. Inconscientemente tomamos nossas ideias do grupo que nos envolve. O que vemos em redor de nós, o que nos dizem, o que lemos, deve, portanto, ser recebido pelo seu valor nominal, enquanto não surgem conflitos geradores do ceticismo.

O homem é tremendamente sugestível. Nosso organismo mental adapta-se muito mais à credulidade do que ao crítico. Passamos a maior parte do tempo a crer. O passado fascina-nos irresistivelmente. Em criança aprendemos a olhar com respeito para o que é velho, e depois de adultos repugna-nos duvidar de Moisés, Isaías, Confúcio ou Aristóteles. As palavras desses homens tomamo-las como indiscutíveis; o remoto das eras em que viveram nos impossibilita de estudar-lhes a competência. Prontamente admitimos que possuíam fontes de informação e sabedoria superiores às dos

nossos profetas modernos.

Durante a Idade Média a reverência pela autoridade – por essa particular forma de autoridade a que chamamos tirania do passado – predominava talvez não menos que em outros povos e tempos – como no antigo Egito, na Índia, na China. Das grandes fontes da autoridade medieval, a Bíblia, os Padres da Igreja, as leis romanas ou canônicas e Aristóteles, nada já nos prende hoje em suas mãos. A própria Bíblia, ainda infalível entre os católicos e as mais ortodoxas seitas protestantes, raramente aprece citada num debate parlamentar ou em discussões sociais e econômicas. Continua a ser uma autoridade religiosa, mas de há muito não constitui base para as matérias seculares.

Os ensinamentos da ciência moderna destruíram as fontes da autoridade medieval, mas pouco ainda fizeram para quebrantar nosso inveterado hábito de confiar na autoridade das práticas correntes e fés.

Ainda admitimos que os dogmas recebidos representam seguras conclusões da humanidade, e que as instituições vigentes representam os resultados aprovados de muitas experiências do passado, que seria fútil repetir. Um erudito recordará, como um aviso, a desastrosa experiência democrática das cidades gregas; outro mostrará como o declínio da “moralidade” e a desintegração da família precederam a queda de Roma; outro falará do perigo do governo da plebe, citando o reino do Terror na França.

Mas para o estudioso da história essas ilustrações pouco têm que ver com as atuais condições; impressionam-no, todavia, a facilidade com que velhas incompreensões são transmitidas de geração em geração, e a dificuldade de disseminar ideias novas e claras sobre o que quer que seja. Bacon nos adverte que a “multidão”, ou os mais alertas em nome da “multidão”, está sempre mais pronta para dar passagem ao que é popular e superficial do que ao que é substancial e profundo; porque o tempo se assemelha a um rio que traz à tona o que é leve e submerge o que é pesado.

Parece à maioria dos espíritos coisa penosa admitir que o passado não nos fornece padrões de conduta ou de política permanentes e merecedores de confiança. Diante da acusação de que as coisas atuais não vão bem, encolhemo-nos ressentidos e respondemos dando as costas aos fatos que nos desconcertam. Vivemos cheios de respeitáveis temores em face de condições que vagamente nos escapam ao controle, a despeito dos nossos melhores esforços para evitar um profundo reajustamento. Instintivamente procuramos mostrar que Keynes deve estar errado na sua apreciação do Tratado de Versalhes; que Philip Gibbs deve estar perversamente exagerando os horrores da guerra moderna; que Hobson fatalmente vê com injustificável pessimismo a crise industrial; que a “grande indústria” não pode ser essa coisa incrivelmente perversa e inefetiva que Veblen nos mostra.

Entretanto, ainda que pudéssemos admitir que a opinião tradicional é um claro reflexo de uma longa e dura experiência, merecedora, portanto, da

nossa maior confiança, mesmo assim teria ela menos peso hoje do que no passado. Porque tem havido mudanças na vida da humanidade que alteraram fundamentalmente as condições em que vivíamos e que estão revolucionando as relações entre os indivíduos, as classes e os povos. Os nossos conhecimentos se alargaram e aprofundaram de tal maneira que nenhum homem na posse de toda a informação existente sobre a nossa época sentiria tentação de repetir o apelo medieval à autoridade do passado.

A Épica Cristã não fiou a sua perpetuação apenas na plausibilidade intelectual e na sua autoridade tradicional. Durante a Idade Média desenvolveu-se um amplo e forte Estado religioso: a Igreja, a real sucessora do Império Romano, como Hobbes o mostrou; e com todos os seus recursos, inclusive o controle do “braço secular”, isto é, dos reis e príncipes, a Igreja se mostrou sempre alerta na defesa da fé cristã contra a dúvida e a revisão. Duvidar dos ensinamentos da Igreja era o crime supremo; era traição contra o próprio Deus; diante desse crime – diziam os dirigentes da época – o homicídio não passava de coisa de mínima importância.

Mas não herdamos apenas da Idade Média a nossa atual disposição para a intolerância. Como os animais, as crianças e os selvagens, somos natural e ingenuamente intolerantes. Tudo que diverge da rotina nos é repulsivo e suspeito. Parece-nos perverso e sugere más intenções. A intolerância é na realidade tão espontânea e natural que o problema da liberdade de manifestação do pensamento só entrou em debate depois do século XVII – e já vimos que alguns pensadores gregos foram vítimas dessa liberdade. O oficialismo romano, bem como a população, perseguiu os primitivos cristãos, menos pela substância de suas ideias, do que por serem puritanos, recusarem-se a reverenciar os deuses do dia e profetizarem a queda do Estado.

Mas com o firme estabelecimento do cristianismo, leis foram lançadas pelos imperadores romanos que tornaram ortodoxa a fé cristã; fê-se ela indispensável para que um homem fosse considerado bom cidadão. Quem não concordasse com o imperador e seus conselheiros religiosos sobre a relação entre os três membros da Trindade, fazia jus à perseguição. Os livros heréticos eram queimados, e a casa dos seus autores era destruída.

De modo que a organizada intolerância da Idade Média não passava de uma herança romana, havendo sido sancionada tanto no código de Teodósio como no de Justiniano. Mas foi com a Inquisição, começada no século XIII, que a intolerância medieval alcançou a mais perfeita fase de organização.

A heresia era olhada como peste contagiosa, e perseguida a todo custo. Não tinha importância que o herético levasse uma vida irrepreensível, fosse trabalhador, não jurasse, vivesse magro de jejuns e fugisse de qualquer recreação. Essa cópia da vida dos anjos era explicada como um ardil do demônio. Ninguém procurava saber o que o herético realmente pensava, ou quais os méritos das crenças que divergiam. Só porque ele insistia em

expressar a sua concepção de Deus em termos levemente divergentes, era considerado ateu, do mesmo modo que o socialista de hoje é com tanta frequência acusado de inimigo do governo, quando a verdadeira objeção contra ele é a de acreditar demais em governo. Era bastante classificar o suspeito de heresia como albigense ou waldensiano, ou de membro de qualquer outra seita; inútil se tornava qualquer tentativa de justificação – o crime consistia em ter divergido.

Existem várias explicações da intolerância religiosa medieval. Lecki, por exemplo, admite-a como consequência da teoria da salvação; desde que só havia um meio de alcançar o céu, tinham todos de ser compelidos a adotar esse meio, para assim escaparem a uma eternidade de tormentos.

Encontramos pouca piedade pelos preceitos nas obras medievais. O povo comum admitia que o inferno era ainda pouco para os que se revoltavam contra Deus e a Igreja. Perseguiam-se os heréticos porque a heresia, segundo as ideias do tempo, era uma coisa insuportavelmente monstruosa.

Com maior clareza do que Lecki vemos hoje que a Igreja realmente foi na Idade Média um Estado, com suas leis e tribunais próprios, seus cárceres e seus impostos incidentes sobre toda a população. A Igreja tinha todos os interesses e a extrema suscetibilidade do Estado – e ainda mais.

O herético era um traidor e um rebelde, pois admitia poder viver sem o papa e os bispos, recusar a assistência espiritual dos padres e escapar à taxaço.

Era o “anarquista”, o “vermelho” daqueles tempos, a minar a autoridade estabelecida; de modo que com a aprovação de toda a “gente boa” via-se tratado com a maior severidade. A mentalidade medieval não concebia um Estado em que a Igreja não fosse a autoridade dominante, do mesmo modo que a mentalidade de hoje não concebe a autoridade do Estado sobre-excedida por qualquer outra forma de organização. Mas a coisa inconcebível afinal realizou-se. A autoridade secular dominou em todos os terrenos a velha autoridade eclesiástica. O ponto supremo da Idade Média – a distinção entre os heréticos e os ortodoxos – tornou-se hoje questão inexistente.

Qual foi então, podemos perguntar, o resultado das perseguições religiosas, dos julgamentos, das torturas, encarceramentos, matanças e queimas, culminados com a renovação do Editto de Nantes? Que resultou, afinal de contas, da Inquisição e da Censura, essas instituições sagradas?

Conseguiram defender a verdade e “salvaguardar” a sociedade? Não. A conformidade visada não foi obtida. Nem a Sagrada Igreja Romana conseguiu manter o seu monopólio, embora haja sobrevivido depois de purificada de muitos abusos. Na maioria dos países da Europa e na América do Norte os homens podem hoje crer no que quiserem, manifestar, sem incorrer em sanções legais, as ideias religiosas mais de seu agrado e congregarem-se como entenderem. O “ateísmo” ainda constitui uma pecha para muita gente, mas o “ateu” já não é posto à margem da sociedade. Ficou demonstrado, em suma, que o dogma religioso pode ser posto de lado na

república e reduzido a simples questão do foro íntimo.

Isto constitui uma revolução incrível. E temos muitas razões para admitir que em muito menos tempo que o usado pela Inquisição, a atual tentativa para eliminar pela força os que sonham com a remodelação econômica e social do mundo se mostrará tão inefetiva como inefetivos foram os esforços inquisitoriais para defender o monopólio da Igreja.

O passado nos ensina muito quanto à maneira errada de combater as ideias novas. Os modos de contrariar as mudanças sociais entressonhadas são processos velhos e dispendiosos. A repressão consegue de vez em quando algum resultado passageiro, mas no todo só cria sofrimentos e confusão. Tudo depende disto: se o nosso propósito é conservar as coisas como se acham, ou permitir reajustes da ordem vigente. A primeira hipótese corresponde a admitir que a verdade foi finalmente encontrada e só nos cumpre defendê-la, quando o certo é ser a verdade uma coisa sempre em formação. Se aceitamos a ideia de progresso, não podemos admitir fim a essa marcha indefinida. Porque, ou já estamos chegados, e não há progresso, ou há progresso e temos de evoluir continuamente.

Na Idade Média, e também no tempo dos gregos e romanos, pouca ideia havia de progresso, como nós hoje o concebemos. Admitiam melhoramento em detalhes. Os homens podiam ser melhores ou piores. Mas a ideia comum era que, no geral, a ordem social, econômica e religiosa estava definitiva. Esta ideia predominou sobretudo na Idade Média, durante a qual o único objetivo dos homens foi assegurar a ida para o céu – e a fuga ao inferno. A vida era uma torrente colérica em que se agitavam os homens.

As margens enxameavam de demônios tentando afogá-los. A salvação única consistia em alcançar as praias celestiais. Não ocorria a ninguém a ideia de melhorar a torrente, espalhando-lhe as águas e removendo os rochedos mais perigosos. Ninguém pensava em encaminhar os esforços humanos para o melhoramento das condições gerais, com reformas progressivas, baseadas nos conhecimentos adquiridos.

O mundo era um lugar de onde os homens tinham que fugir nos melhores termos possíveis. Até hoje esta ideia medieval da sociedade estática só cede com muita lentidão, e o pensamento de inevitáveis mudanças vitais ainda está longe de ser bem aceito. Concordamos com a boca, mas resistimos com os corações. Aprendemos apenas a respeitar uma classe de inovadores fundamentais – os dedicados ao estudo das ciências naturais e suas aplicações. Mas o inovador social ainda é um “herético”, um suspeito.

Para o teólogo da Idade Média o homem era por natureza vil. De acordo com a Épica Cristã, vinha já do berço poluído pelo pecado original, e continuava a manchar-se pela vida afora. E um bem organizado sistema de lavagem dos pecados criou-se logo, não só para o hereditário, como para os ocorridos durante a existência das criaturas. A grande preocupação dos homens tornou-se essa.

Repitamos a pergunta: É o homem por natureza mau? E de acordo com a resposta pensaremos nos meios de contrabater as suas más tendências; ou, se vemos possibilidades de regeneração, pensaremos em reeduca-lo.

Pelo que sei, Charron, um amigo de Montaigne, foi um dos primeiros a defender a boa natureza “animal” do homem; e um século depois o amável Shaftesbury apontou uns tantos traços cavalheirescos na espécie, Para os modernos estudantes de biologia e antropologia o homem não é nem bom nem mau. Não há nenhum “mistério do mal”. Mas a noção medieva do pecado – palavra cheia de misticismo e merecedora de cuidadosa análise por parte de todos os homens que pensam – ainda nos confunde.

De todos os impulsos do homem o que representou maior papel na ideia medieval de pecado foi o sexual. E as admissões daquele tempo, relativas às relações entre o homem e a mulher, ainda perduram em nossa época.

Comparada com outras ideias herdadas do passado, essa é das mais recentes. Os gregos e romanos pensavam de maneira diversa em matéria sexual. Pouco especulavam os seus filósofos sobre o sexo, embora houvesse algum debate em Atenas sobre o direito das mulheres. Esse movimento foi satirizado por Aristófanes, e Platão na República mostra-se inclinado a contrariar as noções correntes da família e da posição da mulher.

Mas nos escritores clássicos encontramos poucos traços das nossas ideias sobre a “pureza” sexual. Para os filósofos estoicos, e para os demais homens de pensamento maduro, os prazeres sexuais eram tidos como inferiores e contrários à paz do espírito. Mas com o advento do cristianismo uma nova atitude se desenvolveu, que, consciente ou inconsciente, ainda é a da maioria dos homens de hoje.

Santo Agostinho, que levava vida solta como professor de retórica em Cartago e Roma, chegou mais tarde à conclusão de que os desejos sexuais eram o mais diabólico dos inimigos do homem e o principal signo de degradação. Ele não podia imaginar a existência desse desejo no homem em estado de perfeição, quando Adão e Eva residiam na paz do paraíso. Mas com a queda do primeiro casal, o desejo nasceu como signo da decadência do homem. Esta teoria é pungentemente estabelecida na Cidade de Deus. Agostinho estabelece em sua obra uma filosofia para os monges, da qual o livro 14 foi sem dúvida manuseado pelos homens desejosos de examinar atentamente um dos pecados que os preocupavam.

O monasticismo cristão estava se espalhando pela Europa ao tempo de Agostinho, e entre os votos feitos pelos monges figurava o de “castidade”. Houve longa luta para forçar o clero à adoção do celibato, mas a ideia afinal venceu, à custa de repetidos decretos da Igreja. O casamento ficou para os leigos, mas tanto o clero monástico como o secular aspiravam a uma santidade que tinha de banir todos os pensamentos do amor carnal. E assim, uma vida altamente antinatural foi aceita por homens e mulheres dos mais variados temperamentos, e muitas vezes com muito pouco sucesso.

A consequência das teorias de Agostinho e dos esforços para frustrar um dos mais veementes impulsos naturais do homem foi dar ao sexo uma importância que ele nunca tivera antes. O Diabo, expulso pela porta, entrava pela janela. Por fim, as seitas protestantes aboliram os mosteiros, e os países católicos seguiram-lhes mais tarde o exemplo. O clero protestante teve permissão para o casamento; o velho ascetismo visivelmente declinou. Mas a atitude medieval sobre o sexo influenciou-nos muito, de modo que ainda hoje não há problema de mais fácil discussão que o sexual; nenhum oferece tanta resistência à crítica honesta.

Mas nenhum estudioso familiar com a literatura medieval acusará os autores daquele tempo de pudor excessivo. Não obstante, o pudor moderno, como o temos sobretudo na Inglaterra e nos Estados Unidos – essa nossa envergonhada relutância de reconhecer, admitir e francamente discutir os fatos do sexo – é uma clara consequência da ideia medieval do sexo como causa da degradação primitiva do homem. Os psicologistas modernos mostram que o pudor excessivo não constitui indicação de grande pureza; ao contrário, é frequentemente o disfarce que esconde uma intensa preocupação sexual. Hoje parece estar decrescendo entre os mais bem educados e nas novas gerações. O estudo da biologia, e em especial da embriologia, forma o meio mais simples e fácil de desintegrar o “complexo da impureza”. A “pureza” no sentido de ignorância da vida sexual é um grande perigo para o espírito. E aliada à *pruderie* e à hipocrisia se torna um sério embaraço para o debate honesto dos reajustamentos que estão a impor-se à nossa ordem social.

Um dos maiores contrastes entre o pensamento medieval e o pensamento mais crítico dos nossos dias, é o conceito do homem em relação ao cosmo. Para o filósofo medieval, bem como para o mais estúpido servo da gleba, o mundo fora feito para a habitação do homem. Todos os seres haviam sido criados para ajudar ou tentar o homem. Deus e o Diabo viviam preocupados com os destinos humanos, já que Deus havia feito o homem à sua imagem e semelhança e o Diabo planejava povoar o seu inferno com criaturas humanas. Era fácil aos poetas imaginar a natureza como símbolo para a edificação dos homens. Os hábitos do leão ou da águia forneciam lições morais ou ilustravam o divino esquema da salvação. A própria palavra escrita valia não pelo que significava, mas como oculta alegoria sobre as lutas do homem contra o mal.

Temos aqui a velha tendência da humanidade, de dar-se excessiva importância – sentimento velhíssimo.¹⁹ Os pensadores medievais, por mais livremente que exercessem suas faculdades lógicas na análise da Épica Cristã, nunca se permitiram duvidar da posição antropocêntrica do universo, nem do misticismo da vida. Os filósofos místicos assumiam a atitude de uma criança dócil. Sentiam que todas as verdades vitais estavam acima da sua compreensão. Olhavam para o Infinito e o Espírito Eterno como à espera de que os profetas, ou os êxtases, lhes trouxessem revelações. Admitiam a razão

humana como debilíssima luz capaz de iluminar as coisas mínimas da vida diária, mas que só servia para obscurecer as trevas ocultadoras da verdade divina.

Para que a ciência moderna pudesse desenvolver-se foi necessária uma remodelação completa das ideias gerais da Idade Média. O homem tinha de cultivar outro tipo de “auto-importância” e uma nova e mais profunda humildade. Passaria a crer na sua capacidade para descobrir importantes verdades por meio do cuidadoso exame das coisas que o rodeavam; e por outro lado teve de reconhecer que o mundo não fora feito para ele; que a humanidade não passava de mero incidente no universo, e que sua carreira era um recentíssimo episódio na vida do planeta. Teve de adquirir o gosto pelo estudo das coisas mais simples.

Estas novas ideias tinham inevitavelmente de ser atacadas pelos homens de tendências místicas. Esses homens não compreendiam os novos pioneiros e acusavam-nos de roubar à humanidade o que lhe era de maior valor na vida. Os pioneiros, a seu turno, amargavam e acoimavam os místicos de “cabeças duras” e “obscurantistas”.

Mas nós precisamos, afinal de contas, chegar a bons termos com as emoções que servem de base ao misticismo. Muito caros nos são esses sentimentos, e os conhecimentos científicos nunca lhes serão um adequado substituto. Ninguém deve ter medo que desapareçam totalmente os mistérios da vida; tudo depende do nosso gosto pelo mistério – e esse gosto precisa refinar-se. O que na atitude mística incomoda os nossos chamados racionalistas é a inclinação para ver mistérios onde não há nenhum – e não ver os que realmente existem. Quem se declara não místico, não declara que é capaz de dar explicação de tudo, nem admite que tudo poderá vir a ser explicado cientificamente.²⁰

Na realidade, nenhum homem que pensa pode ousar a afirmativa de que é capaz de tudo explicar. Nós ainda estamos arranhando a superfície das nossas experiências rumo ao mistério fundamental.

Pobres descendentes que somos de uma extinta raça de símios, com um cérebro ainda nos primeiros estágios do desenvolvimento, como poderíamos estar a pique de solver os mistérios da verdade última? Mas podemos exigir que uma nítida separação seja feita entre os mistérios fictícios e os que realmente nos rodeiam de todos os lados. A razão de o leite azedar era antigamente um mistério; a descoberta da ação das bactérias o esclareceu. O modo de uma feiticeira entrar pela chaminé: eis um mistério fictício com o qual não nos incomodamos hoje. Um fio de arame “vivo” aparecer-nos-ia outrora como mágica; hoje está parcialmente explicado pela teoria dos elétrons.

O pensamento científico traz o propósito de reduzir o número dos mistérios, e sua carreira nesse ramo tem sido maravilhosa, embora ainda esteja longe de ter feito em trabalho completo. Ainda carregamos conosco muito peso

morto – muito do misticismo medieval herdado.

Vamos agora prosseguir na análise do método adotado pelos estudiosos das ciências naturais para a remoção das limitações estabelecidas pelos filósofos medievos e para o estabelecimento de princípios novos. Esses estudiosos andam a preparar o caminho para uma grande revolução na vida humana. O pensamento novo ainda não está sendo aplicado em escala de vulto na solução dos nossos problemas sociais, e na nossa conduta, mas tende a ser. Compreendendo a moderna mentalidade científica como uma histórica vitória ganha apesar de tremendos embaraços, precisamos preconizar o cultivo de uma mentalidade similar no estudo do próprio homem.



Narrabo igitur opera artis et naturae Miranda... ut videatur quod magica potestas sit inferis his operibus et indigna.

Roger Bacon

Não procuro por meio de triunfos em debates, ou de alegações da autoridade antiga, nem ainda com os véus da obscuridade, dar às minhas ideias qualquer majestade... Não procurei, nem procuro, forçar, ou enganar o julgamento dos homens mas conduzi-los às coisas em si e à concordância das coisas para que vejam por si mesmos o que possuem, o que podem disputar, o que podem fazer para aumento do tesouro comum da humanidade.

Francis Bacon (Prefácio da Grande Instauração)

12. A revolução científica

NO COMEÇO do século XVII um homem de letras, de bastante genialidade para ser tido como o autor das peças de Shakespeare, enfocou os seus dons de espírito na promoção e exaltação das ciências naturais. Lorde Bacon foi o principal arauto do método crítico-científico que tão novo e importante papel representou na formação do espírito moderno. Bacon percebeu ter descoberto por que o espírito humano, emaranhado na metafísica medieval e indiferente aos fenômenos naturais, tinha até então sido coisa tão vacilante e inefetiva, e como podia ser fomentado e guiado no sentido de adquirir força e vigor jamais sonhados.

E jamais houve homem literariamente mais bem equipado para pregar esse novo evangelho. Anos gastou ele no estudo de engenhosos meios de libertar o conhecimento dos “descréditos e desgraças” do passado, e a exortar os homens à exploração dos reinos da natureza com fins de utilidade e deleite. Jamais se cansou de trombetear as glórias da nova ciência a brotar do estudo das coisas comuns, e os benefícios dela resultantes para a felicidade humana. Sua acusação contra a cultura medieval era de ser um eterno meneio de teias de aranha, notáveis pela finura dos fios, mas sem substância ou espírito. Queria que os sábios deixassem suas celas para irem estudar as criações de Deus, construindo uma nova e verdadeira filosofia.

Ainda no seu tempo os estudiosos dos fenômenos da natureza começaram a seguir os lineamentos gerais desse programa, e com resultados surpreendentes. Enquanto Bacon urgia os homens ao abandono do eterno revolver-se na própria razão e em seus “conceitos”, a fim de que soletrassem

e desse modo aprendessem a ler o livro da Obra de Deus, Galileu iniciava essa aprendizagem e verificava que a física de Aristóteles contrariava os fatos; que um corpo posto em movimento continua a mover-se eternamente em linha reta, a não ser que detido ou refletido. Estudando o céu por meio do telescópio que ele mesmo construiu, pôde observar as manchas do sol, a revolução desse astro sobre um eixo, as fases de Vênus e os satélites de Júpiter. Tais descobertas vinham confirmar ideias avançadas muito antes de Copérnico, de que a terra não era o centro do universo, e que os céus não eram coisa perfeita e imutável. Galileu ousou discutir estes assuntos em linguagem acessível a todos, e foi, como se sabe, condenado pela Inquisição. A preocupação com os fenômenos naturais e a recusa de aceitar as velhas teorias assentes antes de comprovadas pela investigação, constituía coisa muito nova, que vinha introduzir um importante elemento inédito em nossa herança intelectual. Já mencionamos o misticismo, o sobrenaturalismo e a intolerância da Idade Média, o apego aos velhos livros e a indiferença para com os fatos comuns, exceto como alegoria para a edificação dos fiéis. Nas universidades medievais os professores, ou “mestres”, devotavam-se à minuciosa formulação da doutrina cristã e à interpretação das obras de Aristóteles. Era um período de revivescência da metafísica grega, adaptada às pressuposições religiosas do momento. A esse mundo algemado, Bacon, Galileu, Descartes e outros trouxeram uma nova aspiração, norteadas em promover o estudo investigador e a crítica honesta de todas as coisas da vida diária.

>Esses fundadores da moderna ciência natural compreenderam que tinham de começar de novo. Foi uma resolução intrépida, mas não tanto como deve ser a do estudante de hoje que espera libertar-se das peias do passado. Bacon mostrou que o passado não era o tempo das idades de ouro do conhecimento, e sim o da pura ignorância. *“Os tempos antigos serão os tempos do mundo já envelhecido e não os que, ordine retrogrado, pomos no nosso passado.”*

Em Nova Atlântida ele descreve um país ideal, que concentra todos os recursos numa sistematizada investigação científica, com o fim de aplicar as novas descobertas à melhoria da condição dos homens.

Descartes, ainda bem moço lá pela velhice de Bacon, insistiu na necessidade de, caso o nosso objetivo seja a verdade, investigar tudo, pelo menos uma vez em nossas vidas. Para todos estes chefes do desenvolvimento da ciência moderna, a dúvida, e não a fé, era o princípio da sabedoria. Duvidavam de tudo e com boa razão: do que os gregos imaginavam ter descoberto, da certeza de todos os velhos livros e de toda a ciência das universidades. Não iam até ao ponto de duvidar da Bíblia de modo direto, mas faziam-no indiretamente. Investigavam para saber exatamente o que havia acontecido sob certas circunstâncias. Experimentavam individualmente e comunicavam suas descobertas às academias científicas que começavam a formar-se.

Quem examina o funcionamento dessas instituições impressiona-se com a

observação da pouca ciência realmente conseguida durante séculos, baseada no estudo dos fatos comuns. Fatos dos mais elementares, e que hoje encontramos em todos os livros didáticos, levaram um tempo enorme para se estabelecerem. Tudo teve de ser descoberto – como a água e o ar se comportam, como se medem o tempo, a temperatura, a pressão atmosférica. O microscópio revelou a complexidade dos tecidos orgânicos, a existência de seres minúsculos vagamente chamados infusórios, e os elementos do sangue, os glóbulos brancos e vermelhos. O telescópio veio pôr fim à lisonjeira suposição de que todos os corpos celestes giravam em redor de um centro: o grão de pó em que vivemos.

Sem essa tendência inventiva e prática, antigrega e que, por motivos que nos escapam, só começou a manifestar-se no século XIII, o progresso não se teria tornado possível. Os novos pensadores deixavam as majestosas cátedras e pacientemente vinham lidar com vidros de aumento, tubos, polias e rodas, desse modo refugindo à atitude de adoração da mente e da epistemologia. Tinham de engenhar o maquinário da investigação científica à proporção que esta se ia desenvolvendo.

E não se confinavam aos convencionalmente nobres temas da especulação. Dirigiam-se aos vermes e investigavam a água de preferência às sutilezas metafísicas. Concordavam com Bacon, que as coisas mínimas, e mesmo as imundas, eram dignas de estudo. Tudo isto era motejado pelos professores das universidades ao tipo antigo, razão pela qual, até o século XVIII, tais instituições pouco fizeram para o desenvolvimento da ciência.

Os líderes morais da humanidade sempre se conjugaram aos líderes mentais, na hostilidade às novas tendências. O clero fez o que pôde para perpetuar a esqualida crença na feitiçaria, mas não encontrou em seu programa educativo lugar para a ciência experimental, que acoiou de ofensiva ao Autor de todas as coisas. Tal oposição nada mais fez senão embaraçar o impulso científico, já que por muito forte não podia ele ser anulado.

E dessa maneira, num setor do pensamento humano – a investigação dos processos naturais – magníficos progressos foram realizados desde o começo do século XVII, com altas promessas de mais. Os novos métodos empregados pelos naturalistas deram como resultado um estupendo acúmulo de informações relativas à estrutura material das coisas e seu funcionamento, e ao modo gradual como tudo na terra se desenvolve. A natureza e conduta dos átomos e moléculas foram desvendadas, e suas relações com o calor, a luz e a eletricidade foram estabelecidas. Os lentos processos que ergueram as montanhas, cavaram os vales e produziram os mares e as planícies tornaram-se evidentes. A estrutura das células elementares viu-se estudada por meio das lentes de poderosos microscópios; a divisão dessas células, sua multiplicação na incrivelmente intrincada organização das plantas e animais, foi traçada.

Resumindo, o homem está hoje em posição, e isso pela primeira vez na

história, de ter noções realmente claras sobre o mundo em que vive e as formas de vida que o rodeiam. Parece óbvio que este conhecimento novo nos habilitará a dirigirmos mais inteligentemente os nossos negócios; o conhecimento tem que ser mais fecundo em resultados práticos do que a ignorância. Mais e mais o homem se verá em posição de bem situar-se numa existência que pode hoje compreender muito melhor do que a compreendiam os seus antepassados.



13. Como a ciência revolucionou as condições da vida

Mas apesar da informação que hoje possuímos, sobre o homem e o mundo, ser incalculavelmente maior que a existente há um século, ou mesmo há meio século, temos de admitir que o conhecimento científico é coisa tão nova, tão imperfeitamente assimilada, e tão inefetivamente apresentada à maioria dos homens, que seus efeitos diretos sobre os impulsos e o raciocínio humanos são ainda muito fracos e desapontadores. Podemos pensar em termos de átomos e moléculas, mas não o fazemos. Poucos homens possuem hoje melhor conhecimento das operações do seu próprio corpo do que o possuíam os seus avós. A confiança do lavrador nas fases da Lua cede muito lentamente diante das novas descobertas sobre a ação das bactérias no solo. Pouca gente que recorre ao telefone, anda de bonde ou usa a máquina fotográfica tem a curiosidade de indagar como é que tais coisas funcionam. É de forma indireta, por meio da invenção, que os conhecimentos científicos influenciam a vida humana – pela modificação do meio, pela alteração dos hábitos, pela imposição de uma constante adaptação, ainda aos mais ignorantes e letárgicos.

Ao contrário do que se dava no passado, o moderno conhecimento científico não permaneceu simples matéria para discursos acadêmicos e livros eruditos, mas determinou a invenção dos inumeráveis engenhos que de todos os lados

nos rodeiam e de cujo uso ou influxo ninguém foge. Assim, embora o conhecimento científico não haja grandemente afetado o pensamento da maioria dos homens, sua influência no surto das invenções nos vai levando para novos rumos e a uma vida nova que dificilmente poderíamos explicar a um nosso antepassado ressurgido. Esses conhecimentos são ainda muitos imperfeitos e mal apresentados para que possam atuar sobre a nossa conduta diária, mas ninguém escapa ao efeito das invenções científicas que constantemente nos impõem novas atitudes, forçando-nos a abandonar as velhas.

Vejamos alguns exemplos, familiares, mas frisantes, do modo espantoso pelo qual invenções inicialmente sem importância, advindas do conhecimento científico, alteraram de modo tão extenso as nossas condições de vida.

Séculos atrás, antes de Bacon e Galileu, quatro descobertas surgiram que, depois de desenvolvidas, vieram a formar as bases da civilização moderna. Um escritor do tempo de Henrique II da Inglaterra conta que quando os navegantes eram envolvidos pelo nevoeiro ou pelas trevas costumavam tocar uma agulha com um pedaço de ferro magnético. A agulha descrevia um círculo e parava apontando para o Norte. Sobre esta coisinha aparentemente insignificante a tremenda expansão do comércio internacional iria repousar – e os consequentes imperialismos.

Que um fragmento de cristal lavrado de certa forma aumentava os objetos vistos através, era coisa conhecida antes do fim do século XIII, mas foi daí que saiu o microscópio, o telescópio, o espectroscópio e as câmeras fotográficas; e por meio destes instrumentos o homem chegou ao seu atual conhecimento dos processos naturais no mundo orgânico e à compreensão da amplitude do cosmo.

A pólvora começou a ser usada poucos anos depois da descoberta das lentes – e toda arte da guerra ofensiva e defensiva passou a basear-se nos efeitos da pólvora.

O prelo de impressão, que na origem não passava de um tosco arranjo para facilitar o trabalho dos copistas, não somente tornou possível a moderna democracia, como ainda ajudou, em escala enorme, o surto da educação generalizada, permissiva de que os antigos fundamentos da indústria humana vindos do mais remoto passado, fossem substituídos.

Pelo meio do século XVIII a máquina a vapor começou a suplantir o uso da força muscular, humana, do boi ou do cavalo, únicas em uso, e só acrescidas do fraco emprego dos moinhos de vento e das rodas d'água.

Usamos hoje o vapor e as quedas d'água pra gerar poderosas correntes elétricas que executam trabalhos mecânicos em pontos muito afastados do centro gerador. O engenho mecânico vem empregando de mil maneiras esta jamais sonhada energia elétrica para produzir em enormes quantidades coisas velhas e novas, e distribuí-las com incrível velocidade pelo mundo

inteiro.

Grandes fábricas surgem, com incontáveis operários a fazerem uma coisinha apenas, necessária à composição do artigo completo; cidades gigantescas se derramam sobre os campos vizinhos; longos trens de carga, feitos de aço, atravessam os continentes; monstruosas massas de riqueza se amontoam e procuram aplicações tendentes a tornar o sistema cada vez mais intrincado e interdependente; e surge a pressa, a inquietude, o descontentamento e as incertezas do homem que tem de atender a tudo e tudo controlar por meio de um cérebro apenas mais apetrechado, mas ainda o mesmo dos animais inferiores, da criança ou do selvagem.

E como se não fossem bastante estas mudanças, aparece o químico devotado não a produzir novos artigos (que são os velhos sob formas novas), mas a criar novas substâncias. Esse mágico malabariza com os átomos do carbono, do oxigênio, do nitrogênio, do cloro, etc. e produz coisas inéditas na natureza. Já pode hoje produzir cerca de 200 mil compostos sintéticos, para muitos dos quais o homem sempre dependeu do obscuro trabalho dos animais e das plantas. Pode transformar o resíduo dos esgotos em alimentos; pode captar o nitrogênio do ar para empregá-lo como adubo ou explosivos de alto poder destruidor. A indústria já não está na dependência das plantas para a produção de perfumes e substâncias corantes. Em suma uma nova descoberta química pode, de um momento para outro, destruir toda uma enorme indústria de vida imemorial, anulando todo o capital e trabalho nela empregados. Parece não estar longe o dia em que o laboratório aprenderá a controlar a incrível energia inter-atômica, ou a penetrar no segredo da fotossíntese realizada pelas folhas das plantas, e nesse dia a máquina a vapor será uma velharia tão útil como o velho moinho.

As mais recônditas partes de terra têm sido penetradas pelos europeus, e o comércio ligou todas as raças humanas. Havemos que contar com todas essas raças, como vimos na Guerra Mundial. E ao mesmo tempo as comunicações a vapor e elétricas se aperfeiçoaram de tal modo que o espaço foi praticamente anulado quanto à transmissão dos sons; e em matéria de transporte, reduzido a um quinto. Isto faz que todos os povos da terra formem economicamente uma federação, embora frouxa e não reconhecida, e nessa federação o destino de cada homem afeta o dos demais, por muito geograficamente separados que estejam.

Todas estas condições, nunca observadas antes, vêm conspirando para dar ao negócio uma fascinação inédita. Já não fazemos coisas pelo gosto de fazê-las, como antigamente, mas pelo dinheiro que possam render.

Uma cadeira não é feita para a utilizarmos, sim para produzir dinheiro; o sabão não mira a limpeza, mas o ser vendido com lucro. E no que os homens escrevem não distinguimos o feito com fins nobres do feito para ganhar dinheiro. Nossos jornais e revistas são os modernos caixeiros-viajantes do evangelho da competição comercial. As classes operárias do passado

trabalhavam por serem escravas, ou porque em sua fraqueza não podiam escapar à servidão – ou, ainda, por serem artesãos natos; hoje, porém, os operários ergueram-se a uma posição que lhes permite negociar comercialmente com os patrões. Aprenderam com estes a dar o mínimo de trabalho pelo preço mais alto possível. Isto é o que se chama bom negócio, e os patrões podem gabar-se de, afinal, terem ensinado aos seus homens um princípio rigorosamente comercial. Quando as casas eram construídas apenas para moradia, e o gado criado para fins de utilização, essas indústrias básicas cuidavam de si mesmas. Mas hoje que o lucro é o móvel da construção de casas e da indústria pastoril, podemos perguntar: que razão haverá para que se continue a construir casas ou a criar animais, se essas indústrias derem menos lucro que outras?

De par com as novas invenções e descobertas, e com a intensificação comercial, surgem dois elementos inéditos em nosso ambiente – isso a que vagamente chamamos “democracia” e “nacionalidade”, ambos decorrentes da ciência e dos engenhos mecânicos.

A imprensa tornou possível a educação popular, generalizando a aspiração de que cada menino ou menina aprenda a ler e a escrever – ideal que nestes últimos cem anos o Ocidente empreendeu realizar. A educação generalizada, primeiro entre os homens e depois extensiva às mulheres, tornou vencedora a ideia de que todos os adultos podiam ter direito ao voto, e desse modo exercer influência na escolha dos dirigentes.

Até pouco tempo as massas populares não eram chamadas a cooperar na direção dos negócios públicos, sempre nas mãos das classes ricas e de seus representantes, os estadistas e políticos. Não há dúvida que nossas gigantescas cidades muito vêm contribuindo para um progressivo senso da importância no homem comum, visto que todos hoje se beneficiam das utilidades públicas.

Há ainda uma descoberta fundamental posta como alicerce às tendências democráticas: as verdades científicas, facilmente demonstráveis, de que quase todos os homens e mulheres, qualquer que seja a sua situação social ou econômica, podem ter, potencialmente, muito maior capacidade de desenvolvimento que a revelada nas condições em que o destino os fez nascer; de que por toda parte se observam evidências de capacidade não desenvolvidas; de que estamos vivendo num nível muito mais baixo que aquele em que podíamos viver.

Nossas atuais concepções da nacionalidade são muito novas, coisa de apenas cem anos. Anteriormente eram as nações compostas de súditos e reis por direito divino, que tratavam o povo como escravo, besta de carga ou, se eram generosos, como criança. As mesmas forças que deram surto à democracia moderna tornaram possível a certos povos, como os ingleses, franceses e americanos, constituírem nações como a Inglaterra, a França e os Estados Unidos, mantidas em unidade por meio das notícias que os cidadãos

diariamente recebem sobre os atos da administração ou as ideias dos seus líderes sociais, industriais e científicos.

Desta maneira, os habitantes de um extenso território de milhares de quilômetros quadrados são mantidos em unidades tão íntimas como o povo de Atenas no tempo de Péricles. Indiscutivelmente é o homem um animal gregário, desadorador da solidão. Por isso deu tanta importância à sua tribo – agremiação inicial que por meio da imprensa, do correio e das comunicações rápidas está hoje transformada no que chamamos nação.

Vem daí que justamente quando o mundo se tornou cosmopolita, graças à interdependência econômica e ao intercâmbio literário e científico, também a primitiva insolência tribal se desenvolveu de um modo incrível.

A maneira pela qual o homem revolucionou o meio em que vive e mudou de hábitos e propósitos por efeito das invenções, constitui o fato mais prodigioso da história, embora ainda não bem apreendido. Mas torna-se bastante claro, do pouco que aqui dissemos, que desde a Idade Média, e especialmente nestes últimos cem anos, a ciência de tal modo precipitou o processo de mudança que ao pensamento do homem comum se torna difícil guardar compasso com as radicais alterações do seu modo de vida.



*Peace sitting under her olive, and slurring the days gone by.
When the poor are hovell'd and hustled together, each sex, like swine,
When only the ledger lives, and when only not all men lie; Peace in her
vineyard – yes! – but a company forges the wine.*

Tennyson

14. A atualidade à luz da história

É TAREFA tão difícil formarmos um juízo correto do meio ambiente que nos é familiar, que os cultores da história geralmente se evadem a essa responsabilidade, e muitas vezes declaram ser impossível a formulação de um juízo sereno. Não obstante, nenhum meio nos é mais conhecido que o familiar. Alguns dos seus segredos se revelarão às gerações futuras, mas grande número das circunstâncias atuais lhes serão obscuras. Parece-me, entretanto, pusilanimidade, e de resultados duvidosos, deixarmos ao futuro a tarefa de compreender as condições sob as quais temos de viver e lutar.

Por muito tempo admiti que a melhor contribuição do cultor da história ao progresso da inteligência reside no estudo do passado com olhos constantemente fixos no presente. Porque a história do passado não só nos fornece a chave do presente, como, ao mesmo tempo, nos dá uma base comparativa e um ponto de referência em virtude dos quais os contrastes entre os nossos dias e os passados podem ser percebidos. Sem o recurso à história, as diferenças essenciais nos escapam. A geração de hoje, bem como as precedentes, inevitavelmente acolhe o que encontra já estabelecido, e a grande massa dos homens que disputam sobre as condições vigentes pressupõe a similaridade entre essas condições e as passadas como base para as conclusões relativas ao presente e ao futuro.

Tal atitude se torna mais e mais perigosa porque, embora exista continuidade, há muito maiores contrastes entre o mundo de hoje e o de cinquenta ou cem anos atrás do que entre dois equivalentes períodos históricos, desde os começos da civilização. Mas não cabe aqui um esboço das novidades em nosso conhecimento e em nossas circunstâncias, em nossos problemas e em nossas possibilidades. Nada mais podemos fazer do que acentuar, num setor humano apenas, a necessidade de uma visão muito larga para a percepção dos problemas que se nos defrontam.

Pouca gente percebe como é nova e quase universal a preocupação do

negócio que observamos de todos os lados; tantos nos acostumamos a isso que o fenômeno escapa ainda aos casuais observadores. Mas a despeito de sua extensão e das suas magníficas realizações, o negócio, baseado na produção em massa e no lucro, trouxe consigo males novos e grandemente reforçou os velhos. Consequentemente, o negócio se tornou o grande tema moderno, o principal assunto de todas as discussões, coisa a ser defendida ou atacada conforme as nossas tendências – e mais que a religião ou a política.

O homem de negócios que sobressai na indústria, no comércio ou nas finanças constitui a grande figura da nossa época. Exerce dominadora influência na política doméstica e internacional; e direta ou indiretamente dirige a educação, papel que nas eras anteriores cabia às castas militares ou religiosas. Hoje, é o negócio que arma e dirige o soldado, de modo que a classe militar se tornou muito mais dependente dos homens de negócios do que outrora. Também a maior parte das instituições religiosas gosta de andar em bons termos com os negócios; e longe de interferir-lhes na orientação, cordialmente lhes dão apoio. Os negócios têm a sua filosofia, supostamente baseada em traços imutáveis da natureza humana, como sucede com o patriotismo e a moralidade. E é uma filosofia muito sensível e intolerante – tal qual a dos sistemas religiosos.

O negócio moderno produziu para os afortunados um paraíso que durou até a Guerra Mundial e que muita gente espera seja restaurado em seu primitivo esplendor, e talvez embelezado ainda mais. Não há dúvida que grande parte da população trabalhou de rijo, vivendo em relativa miséria, mas mesmo assim num conforto desconhecido às massas trabalhadoras do passado; e aparentemente essas massas se mostravam satisfeitas.

Mas a melhoria de condições era possível; qualquer homem de capacidade ou caráter superiores à média podia penetrar nas classes superiores, onde o nível de vida e suas conseqüentes amenidades excediam às do mais poderoso monarca dos tempos antigos. O habitante de Londres podia, ao tomar o seu chá na cama, pedir pelo telefone qualquer produto da terra e vê-lo chegar às suas mãos com a maior rapidez; podia, também pelo telefone, empatar o seu dinheiro em qualquer empresa comercial de qualquer parte do mundo e, sem nenhum incômodo ou trabalho, compartilhar dos lucros dessa empresa. Podia dispor de cômodos e rápidos meios de transporte para qualquer país ou clima, sem passaporte ou outras formalidades; podia mandar um criado ao banco sacar a moeda metálica que lhe fosse conveniente e partir para o estrangeiro sem conhecimento das línguas locais, nem dos costumes ou da religião, levando consigo mesmo o dinheiro necessário para as despesas – e considerar-se-ia muito ofendido se no decurso de todos esses passos alguma interferência viesse aborrecê-lo.

E, mais importante que tudo, podia, antes da Guerra, considerar a situação dos negócios como

...normal, certa e permanente, salvo quanto a modificações

melhoradoras, todos os desvios dessa normalidade sendo aberrantes, escandalosos e evitáveis. A política do militarismo, do imperialismo, dos monopólios, das rivalidades culturais e raciais, das restrições e exclusões, que iriam representar o papel da serpente em semelhante paraíso, não passavam de divertidos temas dos jornais, sem nenhuma aparente influência no curso da vida social e econômica, cuja internacionalização parecia praticamente completa.

Essa situação de normalidade e estabilidade do sistema comercial internacionalizado foi muito perturbada pelo advento da Guerra, mas menos do que era de esperar, especialmente nos Estados Unidos. Tornou-se opinião corrente que o terrível conflito determinaria apenas uma perturbação passageira, tudo voltando ao estado anterior logo que a luta cessasse. Para os que assim pensavam os negócios modernos tinham completamente solvido o velho problema da produção e distribuição das coisas necessárias à vida; e nada mais cumpria fazer senão aperfeiçoar o sistema em seus detalhes, desenvolver-lhe as potencialidades e lutar com unhas e dentes contra todos que procurassem atacá-lo ou miná-lo.

Por outro lado, sempre antes da Guerra, muita gente havia que, embora não sofrendo pessoalmente das consequências do sistema, negava-lhe as vantagens e a estabilidade, em nome da justiça econômica e dos mais altos interesses da humanidade considerada em seu todo. E a partir da Guerra muitos outros homens chegaram à conclusão de que o sistema econômico era não só iníquo, excessivamente desperdiçado e ineficiente do ponto de vista social, como ainda “instável, complicado, transitório e pouco merecedor de confiança”. Alegavam ainda que não passava de uma modalidade do momento, tão transitória como o regime feudal organizado pela Igreja e pelos reis por direito divino; e, portanto, destinada a sofrer mudanças imprevisíveis.

E os aspectos econômicos do mundo tornaram-se os principais e os mais atacados. É em relação a eles que a liberdade de pensamento se mostra mais difícil e mais mal compreendida, pelo inevitável emaranhamento com a fidelidade ao tradicionalismo político, ao patriotismo, à moralidade e também à religião. Há algo de humilhante nesta situação, que subordina todas as variadas possibilidades da vida aos seus pré-requisitos materiais, como se ainda estivessemos no estagio de selvageria em que os homens só cuidavam de prear, de arrancar raízes, descobrir frutas silvestres, levantar caça. Um dos mais brilhantes economistas ingleses diz com muita verdade:

O defeito da nossa civilização não está apenas, como muitos supõem, em que os produtos da indústria são mal distribuídos, tiranicamente manipulados ou produzidos em meio de amargas disputas. Está principalmente em que a indústria em si adquiriu uma posição de absoluto predomínio entre os outros interesses humanos, pondo tudo mais em completa subalternidade. Como o hipocondríaco que se

absorve no processo digestivo do estômago, e acaba morrendo sem ter vivido, assim as comunidades industriais negligenciam os verdadeiros fins que justificam o acúmulo de bens e entregam-se exclusivamente à febre de acumulá-los.

Esta obsessão econômica é tão local e transitória como repulsiva e perturbadora. Aparecerá diante dos olhos das futuras gerações tão lamentável como as disputas teológicas do passado nos aparecem a nós; e na realidade é menos racional, porque o seu objeto é menos importante que o que empolgou os nossos antepassados. Tornou-se hoje um veneno que inflama todas as feridas e transforma as menores arranhaduras em úlceras malignas.

Quaisquer que sejam os méritos da crítica feita ao sistema econômico vigente, não resta dúvida que ele constitui a preocupação de todos os homens e mulheres capazes de pensamento. Poetas, dramaturgos, e romancistas tomam para temas de suas obras tais e tais aspectos econômicos. Psicólogos, biólogos, químicos e engenheiros procuram mais do que nunca descobrir as relações entre suas ciências e os problemas gerais da organização social e econômica. Estudiosos da história removem a poeira das velhas crônicas medievais, das obras religiosas e do pensamento dos racionalistas do século XVII, em procura das origens do nosso sistema econômico. E como não ser assim? O assunto nos interessa a todos. Todos compramos e muitos de nós vendemos, de maneira que ninguém foge de interessar-se por um regime no qual num ano ou dois podemos ficar com os nossos rendimentos reduzidos à metade, sem que em nada tenhamos contribuído para isso.

Já passamos em revista o processo pelo qual o homem chegou às ideias hoje predominantes, e vimos como elas afetam o seu modo de vida. Sob as condições anteriores (que ainda transparecem) e num estado de ignorância a respeito de pontos altamente essenciais (que hoje começam a ser esclarecidos) o homem estabeleceu certos padrões e práticas na política e na vida social e industrial. Suas ideias sobre a propriedade, o governo, a educação, as relações entre os sexos e várias outras matérias ele as afirma e reafirma por meio das escolas, das universidades, das igrejas, dos jornais e revistas, entidades que em benefício próprio são levadas a ratificar e defender esses padrões e essas práticas, mantendo assim as noções correntes de bem e mal, do justo e do injusto. Foi o que sucedeu no passado, e para a maioria parece o único meio de “salvaguardar a sociedade”.

O homem jamais pôde adaptar-se perfeitamente à civilização, e subsiste sempre uma certa quantidade de injustiça e inadaptação que talvez pudesse ser corrigida com o uso de mais inteligência. Parece que esse mal se tornou hoje agudo, e acham alguns observadores que sem um uso da inteligência mais alto que o observado até aqui, um grande recuo da civilização se torna inevitável. Apesar disso, em vez de submetermos nossas ideias e práticas

tradicionais a uma minuciosa reconsideração, o impulso é, como vimos, para justificá-las. Muita gente lisonjeia à ideia de que suprimido o chamado pensamento “radical”, ou impedindo-lhe a difusão, só com isso o sistema vigente subsistirá e funcionará satisfatoriamente, a despeito de basear-se em ideias de séculos atrás.

Enquanto deixávamos que o nosso livre pensamento nas ciências naturais transformasse o mundo velho, permitíamos que a Igreja, as escolas e universidades continuassem a inculcar crenças e ideias de algum valor no passado, mas hoje meros anacronismos. Porque a “ciência social” ensinada em nossas escolas não passa de uma apresentação do convencional, em vez do estudo dos fatos novos e desconcertantes que explodem em todas as direções.

No começo do século XX as chamadas “ciências do homem”, apesar dos progressos feitos, achavam-se na mesma posição das ciências naturais no passado. Da filosofia escolástica disse Hobbes que caminhava com uma perna de bronze e outra de asno. Parece ser esta a nossa situação atual. A perna científica é robusta e fortalece-se dia a dia; sua companheira é caprichosa e vacilante. Realizamos hoje o sonho do século XVIII – “a era da luz”, esse sonho dos sábios esperançosos de que a humanidade iria lançar de seus pulsos as velhas algemas; esse sonho de que a superstição estava a caminho de ser vencida pelos ataques sucessivos da ciência experimental e que, conduzidos pela ciência, caminhávamos para uma concórdia e uma felicidade jamais concebidas. Mas já não podemos alimentar tais esperanças. Temos de começar de novo.

Os estudiosos dos fenômenos naturais bem cedo aprenderam as dificuldades da senda a trilhar. Tinham, antes de mais nada, de fugir à manietação do passado, e imediatamente perceberam que não havia nenhum auxílio a esperar dos homens cujo principal negócio se resume em filosofar e moralizar com as ideias do passado. Os vanguardeiros eram forçados a procurar a luz a seu modo, e nas direções em que conjecturavam ela estivesse. O primeiro objetivo, como Bacon o expressou, tornava-se luz, não fruto. Tinham de aprender, antes de propor mudanças, e Descartes foi bastante cuidadoso para dizer que a dúvida filosófica não devia ser aplicada à nossa conduta diária. Isso estava de acordo com os padrões da época, pouco esclarecidos ainda.

Será esse o estado de espírito de quem procura ver claro nos negócios humanos. O assunto revela-se ainda mais intrincado e difícil que o estudado pelas ciências naturais. O método experimental, que tanto dá de si nestas ciências, não pode ser aplicado nas ciências sociais. E como aconteceu aos primitivos cientistas, os estudiosos das ciências sociais têm que combater a tradição escolástica. Das universidades, como as temos, nada há que vir. O clero, embora já menos sensível à infalibilidade da Bíblia, ainda se opõe ferozmente a qualquer crítica profunda dos padrões da moralidade a que está

afeito. Poucos leigos podem encarar a sua profissão com vistas bastante elevadas. E, finalmente, há os onipotentes interesses econômicos, sustentados pelo político e pelas classes eclesiásticas, legais e educativas. Muitos dos jornais e revistas existentes estão sob a influência ou o controle dessas classes dominantes, e sobretudo da indústria.

Os negócios tornaram-se quase que a nossa única religião; e são tão defendidos pelo governo civil como a Igreja era defendida pelos últimos imperadores romanos e os príncipes medievais. Os socialistas e os comunistas são os albigenses dos nossos dias – heréticos a serem queimados ou deportados para a Rússia.

O Serviço Secreto nos Estados Unidos parece representar a parte do moderno Santo Ofício, preposto sobretudo a proteger a religião dos negócios. Fichados em seus inumeráveis arquivos estão todos os heréticos que ousam impugnar a “verdade” do dia. Livros e panfletos, embora não sejam queimados pelos carrascos, não podem transitar pelos correios – e funcionários sem discernimento determinam quais os merecedores dessa censura. Temos um pio vocabulário de condenação, como o da Idade Média – e tão ininteligente como este.

Amiúde ouvimos a acusação de que este ou aquele indivíduo ou grupo advoga a violenta derrubada do governo, ou secretamente está trabalhando para a abolição da família ou da propriedade privada; ou, em geral, para “destruir tudo sem ter nada para dar em substituição”. Não resta dúvida que há agitadores deste tipo, mas o estudioso da história nos porá em guarda contra tais acusações, quando atingem grande número de indivíduos ou grupos. Porque esse estudioso da história sabe do velho costume de lançar sobre os homens impopulares a acusação de fatos e crenças que não existem e eles não alimentam. Sócrates foi executado sob a acusação de corromper a mocidade e ser infiel aos deuses; Jesus foi crucificado sob a acusação de querer destruir o governo; Lutero foi acoimado de “dissoluto, relapso a todas as leis e totalmente embrutecido”. Todos os homens que pesquisavam no setor da feitiçaria, eram, pelos padres, professores e juizes do século XVII, declarados ateus, negadores do diabo e do inferno “para que melhormente pudessem conduzir suas vidas sem o temor dos castigos futuros”.

A crítica às ideias dominantes sempre foi, e por muito tempo ainda será, considerada ofensiva. Porque, afinal de contas, falar e escrever são formas de conduta; e, como toda conduta, são desagradáveis quando se afastam das normas da respeitabilidade dominante. Dizer que nossas ideias de religião, de moralidade e propriedade são defeituosas e necessitam de revisão é na verdade mais chocante do que violá-las na vida diária. Porque estamos habituados a ter diante de nossos olhos, como coisas de sempre, o crime, o pecado e a má conduta, mas não sabemos tolerar nenhuma tentativa ideológica para a mudança do status quo.

É inevitável que aos homens incapazes de pensamento as novas ideias

apareçam como justificação de más ações e encorajamento à violência da rebeldia – e que, conseqüentemente, sejam amargamente denunciadas. Mas não vemos razão para que um aumento de inteligência não venha diminuir o número dos que pensam assim.



Nas ciências políticas há uma ordem de verdades que, sobretudo nos povos livres... não podem ser úteis senão quando aceitas por todos. Assim, a influência do progresso dessas ideias sobre a liberdade e a prosperidade das nações deve de algum modo medir-se pelo número dessas verdades que, por efeito da instrução elementar, se tornem comuns a todos os espíritos; o progresso sempre crescente dessa instrução elementar, somado aos progressos das ciências, nos respondem por um melhoramento nos destinos da espécie humana, o qual pode ser considerado como indefinido visto que a espécie humana não tem outros limites que não sejam os do seu próprio progresso.

Condorcet

15. Mentalidade em formação

ESTE LIVRO é um esforço na longa sucessão de esforços para esclarecer e realçar a grande importância da liberdade de pensamento no progresso da humanidade. Bacon e Descarte, Milton, Anthony Collins, Diderot, Condorcet e Stuart Mill – para apenas mencionar os mais notáveis – lutaram no passado para libertar o espírito humano de todas as formas de escravidão. E apelaram para a história em apoio dos seus argumentos.

Mas a nossa noção da história alargou-se muito depois que Stuart Mill escreveu sua obra sobre a Liberdade, há mais de sessenta anos; e nossa concepção do espírito sofreu mudanças revolucionárias, principalmente em virtude do alargamento da informação histórica.

Escritores com tendências filosóficas muito falavam, antigamente, em Razão, a qual lhes parecia uma espécie de instrumento de uso norteado por meio de regras, como as temos para o emprego da navalha ou para fazer andar um automóvel. Dados os nossos conhecimentos de hoje, parece-me que o conceito de mentalidade assume novo aspecto. Com propósitos práticos animei-me a defini-la como o conhecimento consciente; como o que sabemos; como a nossa disposição para aumentar o nosso acervo informativo, para classificá-lo, criticá-lo e aplicá-lo.

Aceito que seja com esse sentido, o espírito já não aparece como coisa fixa, algo completo e pronto para o uso, com belas possibilidades preordenadas. Ao contrário, torna-se coisa em formação – que se vem acumulando desde que o homem deu o primeiro passo no rumo do progresso. Temos, pois, de admitir que, se honestamente o deseja, o homem pode aspirar

indefinidamente a mais espírito, pondo-se no estado de receptividade necessária e recorrendo a elementos que tem à mão.

Se estamos decididos a corajosamente arrostar os perigos que ameaçam a civilização, e a dominá-los, é óbvio que necessitamos de mais espírito do que antes. E não há motivo para que não cuidemos de melhorar a nossa inteligência, sem esperar que essa melhoria venha com o melhoramento do instrumental do espírito. Esse instrumental parece-nos suficiente – além de que não há grandes esperanças de que possamos mudar a natureza humana. Em considerações anteriores procurei reforçar os mais velhos argumentos em prol do pensamento, sugerindo os modos pelos quais os novos conhecimentos de história explicam situações atuais e nos esclarecem quanto às vindouras – ou sobre o caminho que temos a seguir.

E a história se torna hoje mais útil do que antes, não só porque está mais ampliada, como porque leva em conta as descobertas relativas à natureza humana, feitas pelos biólogos, antropólogos e psicólogos, elementos que faltavam aos antigos.

No começo deste livro ousei dizer que se o homem pudesse encarar as coisas de modo diverso do que geralmente o faz, certo número dos nossos piores males remediar-se-ia por si mesmo, ou mostrar-se-ia passível de eliminação ou redução. Entre essas mudanças de ideias fundamentais aponte a reforma da atitude da inteligência para consigo mesma, com renovada confiança nas possibilidades das modificações humanas planejadas.

Pouca gente percebe os sinais da esperançosa revolução que já começou a influenciar os objetivos e métodos de todas as ciências do homem. Nenhuma geração anterior revela-se tão humilde quanto a nossa, tão pronta a confessar a sua ignorância e a admitir que cada nova descoberta aumenta as complexidades do problema. Por outro lado, sentimo-nos justificados de sentir, que, afinal, temos a oportunidade de começar de novo do princípio. Mais que os homens de qualquer outro tempo, estamos livres das pressuposições e preconceitos que embaraçavam os chamados “livres pensadores” do século XVIII.

O espírito das ciências naturais está exercendo uma influência progressiva e estimulante na investigação da natureza humana, das nossas crenças e instituições. Com a recomendação de Bacon para o estudo das coisas comuns, o espírito humano entrou em novo estágio de desenvolvimento. E agora que os fatos históricos puseram o homem comum na frente, estamos a submetê-lo a um estudo científico e a ganhar assim aquele elementar conhecimento de sua natureza que tem de ser alargado ao máximo, já que constitui a única base possível para uma bem sucedida e verdadeira democracia.

O leitor que não se iluda inferindo que valorizo demais a posição da ciência, ou dos conhecimentos exatos na vida do homem. A ciência, que não passa de conhecimento mais seguro acerca do mundo em que vivemos e da nossa

natureza íntima, não é tudo na vida; e com algumas exceções não pode dar ao homem as suas satisfações emocionais mais absorventes e fortes. Nós homens somos poéticos, místicos, artísticos e românticos. Desadoramos a análise fria e a redução da vida humana a um lugar comum bem fundamentado – e isto parece ser a mira dos esforços científicos. Mas temos de nos ajustar a um mundo que muda sempre, à medida que nossos conhecimentos se acumulam. Foram eles que alteraram o mundo, e temos de confiar neles para acomodar-nos às mudanças e estabelecermos a paz e a ordem necessárias à consecução das coisas que nos atraem mais que a ciência.²¹

Nenhuma geração anterior se viu tão perplexa como a nossa, mas igualmente nenhuma pode esperar tanto do bom emprego dos recursos materiais ou intelectuais acumulados. O medo, entretanto, nos paralisa. O medo, filho da ignorância e da incerteza. E a ignorância e a incerteza mutualmente se ajudam, porque habitualmente nos justificamos de uma por meio da outra.

A mais calorosa defesa das nossas ideias e crenças não indica firmeza de confiança, mas frequentemente uma meia-desconfiança que procuramos esconder de nós próprios, do mesmo modo que quem sofre de acanhamento procura vencer esse complexo de inferioridade por meio de rudes atos de agressão. Se, por exemplo, as fés religiosas estivessem realmente firmes, não havia necessidade de “ajutórios da fé”; e o mesmo se dá com o sistema econômico vigente, com a política e as relações internacionais. Temos medo de ver as coisas como elas se nos apresentariam, se as encarássemos honestamente, porque é da natureza do pensamento crítico metamorfosear o nosso mundo familiar e aprovado em qualquer coisa estranha e não familiar. O senso da precariedade do atual sistema social explica a estrênuo oposição que vemos hoje levantar-se contra honesto e claro estudo dos métodos e defeitos desse sistema.

O partidarismo é a nossa grande desgraça. Com muita prontidão aceitamos que tudo tem dois lados, e que é nosso dever pender para um ou outro.

Havemos de defender ou atacar qualquer coisa; só os covardes escondem a natural covardia com a cínica pergunta: Que tem isso? A heroica armadura do Senhor dá-lhe a tensão muscular necessária para afugentar a dúvida e gerar a volúpia da intolerância e do fanatismo. Nesse estado de espírito as questões se tornam julgamentos, não consultas sobre as conveniências ou inconveniências de uma coisa.²² Muita gente respeitável reduz o mais complexo problema social ou político a uma simples situação moral, mas isto é um ardil do Pai das Mentiras, diante do qual nós cedemos muito prontamente.

É-nos possível, entretanto, vencer o medo de pensar. Tempo houve em que eu receei que os homens pensassem demais; hoje só receio que pensem de menos e muito timidamente, porque vejo que o verdadeiro pensamento é escasso e penoso, e necessita de todos os incentivos, à vista dos inumeráveis

embaraços que se lhe antepõem. Precisamos, antes de mais nada, libertar-nos espiritualmente, e depois tudo fazer para libertar os outros. *Toujours de l'audace!* Como membros de uma espécie que levou meio ou um milhão de anos para chegar ao presente estado mental, não vejo motivo para temer que a inteligência seja cultivada em grau perigoso para a espécie.

Nossa era tem sobre si uma responsabilidade sem precedentes. Como disse Lippmann,

*“nunca, como hoje, o homem teve de confiar tão completamente em si mesmo. Não há nenhum tutor a pensar por nós, nenhum precedente a ser seguido sem exame, nenhum autor de leis acima de nossa cabeça – só existe o homem comum com as suas perplexidades. Vivemos desamparados numa floresta de máquinas e de forças indomadas que nos assediam a imaginação. Sem dúvida que a nossa cultura é confusa; nosso pensamento, espasmódico; e a nossa emoção, descontrolada. Nenhum marinheiro jamais entrou em oceano menos conhecido do que este século XX. Nossos antepassados supunham conhecer tudo, do berço ao túmulo, por toda a eternidade; mas para nós o dia de amanhã é um enigma... É com a emancipação que a verdadeira tarefa começa, e a liberdade não passa de um desafio investigativo, porque elimina a tutoria de um senhor e o consolo do sacerdote. Os iconoclastas nos deram a liberdade. Lançaram-nos ao mar e agora temos de nadar.”*²³

Temos de olhar para a frente em todas as situações e aventuras. Nada voltará ao que era antes, pela simples razão de que o conhecimento continuará a crescer e inevitavelmente alterará o mundo com o qual iremos nos avir. *A única coisa que pode permanecer mais ou menos estável é uma atitude de espírito e de expectativa apropriada aos termos e regras de acordo com as quais o jogo da vida tem de desenrolar-se daqui por diante.* Precisamos promover uma nova coesão e uma séria cooperação com base nesta verdade. E isto significa a substituição de tradição por propósitos. A grande revolução está aí.

Agora, que todas as instituições humanas, tão laboriosamente evolidas, estão sendo impugnadas; que todos os consensos são postos em dúvida; que cada credo é escarnecido talvez ainda mais que no tempo dos Sofistas gregos, o apelo nos vem para explorarmos, testarmos e, se preciso for, reconstruirmos as próprias bases da convicção – porque cada questão aberta é uma oportunidade que se apresenta. Velhos faróis aluíram ou apagaram-se. Coisas que julgávamos mínimas adquiriram proporções cósmicas. Os problemas são muito grandes para nós, – e o nosso senso de insuficiência se alastra. Daí o descontentamento com os velhos líderes, os velhos padrões, critérios, métodos e valores, e o apelo de todos os lados, para a renovação dos valores. A humanidade sente que deve orientar-se de novo por meio das estrelas eternas e navegar para o futuro sem o peso morto de velhas ideias passadas.²⁴

A vida, em suma, tornou-se uma solene proposição esportiva – bastante solene nas suas responsabilidades e na magnitude dos riscos quanto à satisfação dos nossos profundos anseios religiosos; bastante esportiva para excitar um amador de futebol ou em explorador das florestas de Bornéu. Podemos aceitar o jogo ou recusá-lo. No momento, a maior parte da organização humana, educacional, social e religiosa, é dirigida, como sempre o foi, no sentido do status quo, ou da perpetuação das fés e políticas do passado, tão mal ajustadas aos nossos novos conhecimentos e às novas condições. Por outro lado, existem várias associações inclinadas a revisar e ampliar nossos conhecimentos, sem respeito a nenhuma ideia velha que não suporte a crítica. O terrível medo de cair na racionalização vai se estendendo gradativamente, das chamadas ciências naturais à psicologia, à antropologia, à política, e às ciências econômicas. Isto corresponde a uma alentadora resposta à nova situação.

Mas, como já acentuamos, a discussão realmente honesta dos nossos padrões sociais, políticos e econômicos, bem como dos nossos hábitos, é imediatamente acoimada de herética e vista com suspeita. A mesma coisa sucedeu com os “livres pensadores” do século XVIII, que procuravam desacreditar os milagres em nome de um onisapiente e onisciente Deus (que não podia ser suspeitado de infringir suas próprias leis), os quais eram acusados de ateísmo ou de não admitirem Deus de espécie nenhuma. Os que procuram hoje enobrecer os nossos ideais de organização social veem-se pintados como “intelectuais” ou “bolchevistas de salão”, ansiosos por destruírem a sociedade e todas as realizações do passado a fim de se libertarem das restrições morais e religiosas – e, talvez, “conseguirem qualquer coisa em troca de nada”. O paralelo é flagrante.

A Igreja sempre argumentou que não havia novas heresias. Todas já eram velhas e estavam desmoralizadas. Coolidge, quando presidente dos Estados Unidos, declarou que:

Os homens têm feito experiências com as teorias radicais em inúmeras ocasiões e sempre com insucesso. Essas teorias não são novas; são velhas. Cada desastre demonstra novamente que sem trabalho e esforço nada se consegue. Absurdo querer algo em troca de nada.

Não estará aqui em uma completa reversão do óbvio? A não ser que definamos “radical” como o que nunca obtém sucesso, como pode alguém, com um pouco de conhecimento da história, deixar de ver que quase todas as coisas que hoje prezamos representam vitórias contra a tradição, e foram, em seus começos, heresias ofensivas às práticas e fés do momento? Que foram o Cristianismo, e o Protestantismo, e o governo constitucional, e a rejeição das velhas superstições, e a aceitação das modernas ideias científicas? A humanidade vem sempre obtendo alguma coisa de nada, porque, como já vimos, o pensamento criador se confina a muito poucos cérebros; e o costume sempre foi perseguir ou destruir os que o manifestavam, em vez de

recompensá-los.

Admiramo-nos da constante recorrência dessa frase, “obter qualquer coisa de nada”, como se fosse essa a ambição essencial dos perturbadores da ordem. Inclusive o nosso aparelhamento animal, praticamente tudo que temos nos veio grátis. Pode o mais complacente reacionário gabar-se de ter inventado o alfabeto ou a imprensa, ou de ter criado as suas convicções morais, religiosas e econômicas, ou todo o aparelhamento que o abastece de alimento e roupas, diversões e artes? Bem ao contrário da frase, a civilização pouco mais é do obter qualquer coisa em troca de nada. Como todos os direitos adquiridos, a Civilização é o legítimo direito a alguma coisa em troca de nada. Quantos execráveis raciocínios e estúpidas acusações seriam aniquilados, se esta verdade fosse aceita como base de discussão! E indubitavelmente não existe exemplo mais flagrante de “obter alguma coisa em troca de nada” do que o nosso sistema econômico, em que os lucros vêm para o bolso dos portadores de ações sem que eles nada façam para isso.

Ainda muito antes da invenção da imprensa este pavor às mudanças tentou barrar a crítica por meio do ataque aos livros. Eram classificados de ortodoxos e heterodoxos, morais e imorais, traidores ou lealistas, conforme o tom das ideias. Infelizmente, este processo condenatório continua em vigor, com a atual classificação dos livros em sãos ou mórbidos, radicais ou conservadores, aceitáveis ou perigosos. A pergunta sensata a fazer a um livro é se ele traz alguma coisa nova para o esclarecimento da nossa situação, avançando considerações de que se possam tirar inferências. Tais livros podem contrabalançar os que não passam de mera expressão de vagos descontentamentos ou emulações, ou de denúncia de coisas porque são como são ou não o que são. Eu, pessoalmente, tenho escassa confiança nos que gritam olhem isto, olhem aquilo. É prematuro advogar qualquer ampla reconstrução da ordem social, embora todas as experiências devam ser encorajadas. O de que em primeiro lugar necessitamos é de um estado de alma que permita a um número sempre maior de pessoas a visão das coisas como elas são, à luz do que foram e do que ainda podem ser.

O socialista dogmático, com as suas afirmativas não confirmadas pela história sobre a luta das classes, com as suas exageradas interpretações econômicas e com a noção do trabalho como o único produtor de capital, está lançando muito pouca luz sobre a situação – levemente mais que os pesados conservadores com sua confiança no sacratismo da propriedade privada e na intangível divindade do capitalismo com base em lucros. Mas há muitos escritores, como John Dewey, J. A. Hobson, Tawney, Cole, Wells, Havelock Ellis, Beltrand Russell, Graham Wallas, para só citar os mais recentes, cujos livros tornam clara a todos os leitores a verdadeira situação dos nossos tempos.

Ponho-me às vezes a imaginar os historiadores do futuro, digamos de hoje a dois séculos, que se pusessem a estudar literatura econômica dos nossos

dias. Podemos, pela imaginação, prever os vereditos sobre tais obras. Muitos dos nossos escritores seriam postos de lado como “tentativistas” empenhados em salvar a todo custo um mal compreendido presente; outros seriam repelidos como empenhados na realização de planos que em sua própria época já haviam caído em descrédito. Mas os futuros historiadores se interessarão por uns poucos que, dotados de visão especial, viam as coisas do momento com mais clareza que os seus contemporâneos, e procuravam por todos os modos levá-los a também enxergarem com clareza os fatos que tanto os preocupavam. Abençoados sejam os que seguem este caminho! No monumento erguido a Bruno, no próprio lugar em que foi queimado pelo crime de ver mais longe que os dominadores do dia, há esta simples inscrição: *Erigido a Giordano Bruno pela geração que ele previu.*

Somos todos míopes; mas uns são mais cegos que os que procuram todos os meios de ver com clareza. Como simples observador parece-me seguro dizer que as lentes recomendadas tanto pelos “radicais” como pelo seus árdegos oponentes, tendem a aumentar, em vez de diminuir, o nosso natural astigmatismo.

Os que, pelo menos no todo, concordam com os fatos reunidos neste ensaio e também com as principais inferências implícita ou explicitamente apresentadas, poderão pôr-se a pensar na maneira de redispôr o nosso sistema educativo a fim de que gerações vindouras sejam mais bem preparadas para a compreensão das condições da vida humana e possam guardar-se dos perigos melhor do que o fizeram as gerações passadas. Notamos hoje um vivo descontentamento quanto aos atuais métodos de educação, acoimados de fúteis; mas parece-me que há pouca disposição para encarar as dificuldades fundamentais, que são realmente muito duras. Não ousamos ser bastante honestos para dizer aos moços e moças o que realmente lhes é mais útil numa era de imperativa reconstrução social.

Já vimos que os ostensivos alvos da educação variam, e que entre eles figura o preparo dos meninos para o futuro desempenho de seus direitos de cidadão. Mas se essa geração em flor tem de dar de si mais que as anteriores, há que ser educada diferentemente. Havemos que sugerir-lhe uma diferente atitude diante das instituições e dos ideais correntes; em vez de lhes apresentarmos estas instituições e ideais como coisas estandardizadas e sagradas, devemos mostrar-lhes que não passam de meias soluções. Mas como pensar em cultivar o julgamento dos moços em matéria de reajustamento econômico, social e moral, quando temos à vista as forças que realmente dominam a educação?

E ainda que estas forças restritivas fossem afastadas, a tarefa permaneceria muito delicada. Mesmo com professores de espírito livre e mais bem informados que os atuais, não seria coisa simples desenvolver nos moços uma justificável admiração pelas realizações e ideais tradicional da espécie humana e ao mesmo tempo dar-lhes o conhecimento dos abusos, da

criminosa estupidez, da desonestidade corrente e da vazia politicagem que frequentemente passa como estatismo.

Mas o problema tem que ser abordado, e isso pode ser feito de modo direto e indireto. O modo direto seria descrever o mais realisticamente possível as atuais condições e métodos, e suas consequências boas ou más. Se houvesse livros à altura do caso, os professores poderiam com muita habilidade demonstrar o que os governos pretendem ser e o que realmente são. Existem com abundância relatórios de comissões investigadoras que põem a nu a corrupção política, o roubo, o desperdício e a incompetência. Tudo isto ainda não foi considerado como tendo relações com a ciência do governo, embora seja coisa absolutamente essencial à compreensão do governo. O mesmo faríamos em matéria de negócios, de relações internacionais, de animosidades raciais. Mas enquanto nossas escolas e universidades permanecerem sob o controle dos que se esforçam para preservar contra a crítica o sistema vigente, não vemos remédio que possa tornar a educação efetiva. Governo e negócios estão fora dos debates que determinam melhorias. Costumamos louvar aos bravos, aos que falam alto e proclamam as suas próprias convicções – mas unicamente quando estas convicções nos são aceitáveis ou indiferentes. Não sendo assim, a honestidade e a franqueza são acoimadas de impudência.

Não há dúvida que a política e a economia são ideias que podem ser ensinadas, e cada vez melhor à medida que o tempo passa. Nem uma nem outra são irreais e alheias à conduta do homem, como o eram primitivamente. Não há razão para que o professor de economia política não possa descrever o real funcionamento do sistema industrial vigente, com suas restrições de produção e sua dependência do engenheiro, e sugerir a possibilidade da formação de capital fornecido em base de juros, e não de dividendos especulativos. A verdadeira condição dos operários poderia ser descrita – a precariedade do seu estado, o desordenado e desperdiçado sistema do admitir homens e despedi-los, a política das uniões operárias em suas táticas defensivas e ofensivas. A cada moço podia ser dada alguma noção de que nem a “propriedade privada” nem o “capital” é a coisa suprema, e sim o problema de dar à indústria outros motivos que não os atuais, – que são a servil docilidade das grandes massas operárias, de um lado, e de outro, a prossecução de lucros. Porque o sistema vigente não só está se tornando mais e mais dispendioso, cruel e injusto, como por várias razões está desabando. Em suma, quaisquer que sejam os méritos do nosso atual sistema de produzir artigos materiais e amenidades de vida, já parece há muito tempo que não pode continuar indefinidamente; revisões fundamentais se impõem.

Quanto à vida política, boa coisa seria se ensinássemos aos moços distinguir entre as ocas declamações dos políticos e a realidade dos fatos; entre os vagos programas dos partidos e os propósitos concretos. Os moços veriam logo que essa linguagem não é na realidade um veículo de informações, mas

uma expansão emotiva correspondente a várias vozes dos animais, do arrulho da pomba ao zurro do asno.²⁵

Depois de bem senhoreadas as diferenças entre a linguagem que expressa fatos e propósitos da que não passa de uma piedosa ejaculação de sons, de suaves gestos deprecatórios ou de acusações indiretas contra os partidos oposicionistas, os moços seriam instruídos na teoria prática da disciplina partidária e nos efeitos do partidarismo na condução dos negócios públicos. E finalmente receberiam algumas noções sobre os motivos e métodos dos que realmente governam.

Estas tentativas diretas de promover o surto de uma geração de maior inteligência crítica são, entretanto, menos possíveis que as tentativas indiretas. Parte porque iriam levantar furiosa oposição dos defensores oficiais da sociedade e parte porque nenhum estudo de hábito e instituições do momento é tão instrutivo como o conhecimento de sua origem e evolução, e comparação com outras formas de ajustamento social. Creio já ter tornado claro que só muito superficialmente nos utilizamos dos ensinamentos da história, como a temos hoje.

Estamos no meio da maior revolução intelectual que ainda agitou a espécie humana. Nosso conceito de espírito sofre grandes mudanças. Começamos a compreender a sua natureza, e à proporção que a vamos compreendendo a inteligência se ergue a uma dignidade e eficiência que nunca teve antes. Um começo bastante encorajador observamos no caso das ciências naturais, o que nos anima a esperar resultados idênticos no campo das ciências do homem – na crítica de sua complicada natureza, de seus impulsos e recursos fundamentais, das desnecessárias e fatais repressões de que foi vítima em virtude da ignorância do passado e na descoberta de novos meios de enriquecer a nossa existência e melhorar as nossas relações com o próximo.

Há uma passagem muito conhecida do Fausto, em que Goethe compara a História ao Livro dos Sete Selos descrito na Revelação, e que ninguém, no céu, na terra ou debaixo da terra, podia abrir e ler. Toda a sorte de suposições sobre o seu conteúdo foram feitas por Agostinho, Orosio, Otto de Freising, Bossuet, Bolingbroke, Voltaire, Harder, Hegel e tantos outros, mas nenhum quebrou os selos e todos se transviaram diante de fragmentos. Hoje percebemos que os sete selos eram sete grandes ignorâncias. Porque: 1) ninguém daquele tempo sabia grande coisa da natureza física do homem; 2) nem da operação dos desejos e pensamentos; 3) nem do mundo em que viviam; 4) nem como a raça humana se formou; 5) nem como o indivíduo humano se desenvolve de um minúsculo ovo; 6) nem como é ele permanentemente afetado pelas impressões da infância; 7) nem como seus antepassados viveram milhares e milhares de anos na mais negra ignorância e selvageria.

Os selos estão quebrados e o livro aberto diante dos capazes de lê-lo; mas poucos o têm lido, porque em sua maioria, os homens se apegam às

suposições feitas antes da ruptura dos selos pelos que nada sabiam do conteúdo. Vivemos aferrados a velhas histórias familiares que hoje sabemos serem ficções, e achamos difícil conciliar-nos com muitas afirmativas de tal livro – sua constante demonstração da estupidez do “bom” povo; seu desprezo pelo respeitável e pelo normal, frequentemente reduzidos a pouco mais do que santimoniosa rotina, indolência e piedoso ressentimento de ser perturbado em suas complacentes afirmações. Na realidade muitos dos seus ensinamentos nos aparecem profundamente imorais, de acordo com os padrões da nossa moralidade.

Uma coisa terrível que o Livro do Passado nos torna clara é que com a nossa herança animal andamos esquecidos das reais obrigações da vida. Somos fortemente sensíveis a pequenas irritações, a vaidadezinhas feridas, a vários sinais de perigo; mas temos a compreensão muito vaga e obtusa quando se trata de apreender situações intrincadas e ver com perspectiva os problemas e possibilidades da vida. Nossa imaginação sente-se presa pela nossa própria timidez, constantemente reforçada pelas advertências dos que nos rodeiam; o conselho envolvente é para prudência e segurança, isto é, conformação com os padrões estabelecidos.

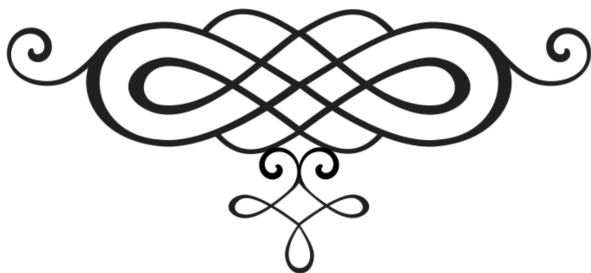
Mas é óbvio o recrescente perigo de ceder a esta inveterada tendência, por mais agradável e respeitável que isso nos pareça no momento.

A História, como Wells o disse, cada vez mais se torna uma “corrida entre a educação e a catástrofe. Nossas políticas internas e nossas ideias econômicas e sociais andam profundamente viciadas por fantásticas ideias sobre as origens e as relações históricas das classes sociais. O senso da história como aventura comum de todo o gênero humano é tão necessário para a nossa paz interior como para a paz entre as nações”. Só pode haver agora uma paz segura: a paz comum ao mundo inteiro. E uma só prosperidade: a prosperidade geral, e isto pela simples razão de estarmos tão próximos uns dos outros, e tão intrinsecamente interdependentes, que as velhas nações fechadas num nobre isolamento não passam de esplêndidas criminosas.

No fundo do coração ou nas profundezas do inconsciente, não perceberão os homens de mentalidade conservadora que a sua atitude em relação à melhoria do mundo se baseia em convicção que não encontra apoio no Livro do Passado? Não tornará esse livro claro que o “Conservador” está em erro? Também o chamado “Radical” anda quase sempre em erro, porque o futuro é coisa que ninguém pode prever. Mas apesar disso labora numa admissão correta – que o futuro sempre se revelou diverso do passado, e que, portanto, as coisas continuarão assim.

Muita gente já percebe que o futuro tende a tornar-se cada vez mais diverso do passado. E o Conservador tem em si a única ilustração da sua teoria – e inconclusiva. Seu espírito parece permanecer constante, mas se ele se examinar verá que não é assim, que está constantemente defendendo ou rejeitando coisas muito diferentes. O grande problema de um momento pode,

de acordo com a época, ser um tabu – as manifestações do Oráculo de Delfos, o Credo de Anastácio, a Inquisição, a teoria geocêntrica, a monarquia por graça de Deus, a feitiçaria, a escravidão, a guerra, o capitalismo, a propriedade privada, o nobre isolamento. Todos esses tabus apareceram aos conservadores como coisas eternas; entretanto, vieram, e muitos já se foram e os remanescentes estão sob o influxo modificador do tempo que passa. Eis o grande ensinamento do *Livro dos Sete Selos*, finalmente quebrados.



Notas:

1 Bernard Shaw chega à mesma conclusão a respeito da educação existente na Inglaterra. “Devemos proporcionar educação cívica nas escolas. Deveremos? A verdade é não podermos fazê-lo. O professor que o tentasse ver-se-ia logo na rua, sem vintém e sem ouvintes, ou a defender-se contra pomposas acusações de estar promovendo sedição contra os exploradores. Nossas escolas ensinam a moralidade do feudalismo corrompido pelo comercialismo, e erguem o conquistador militar, o barão saqueador e o profiteur como modelos de homens ilustres e bem sucedidos na vida.” (*Back to Methuselah*.)

2 O sacerdote-poeta, John Donne, que viveu no tempo de James I, deixou bela e honesta descrição do que se passa na mente de um homem puro: “Refugio-me em minha cela, invocando Deus e Seus anjos para que venham ter comigo; mas quando lhes sinto a presença, desvio deles a atenção para dirigi-la a um rumor, a uma mosca, ao estrépito de um carro, ao rangido de uma porta. Continuo na mesma posição, joelhos dobrados e olhos no céu como se estivesse rogando a Deus; mas se Deus ou os anjos me perguntassem qual o meu último pensamento na prece, eu já não seria capaz de responder. Às vezes noto que esqueci o ponto em que estava, mas o momento exato em que começo a esquecer não sei dizer. A lembrança de prazeres passados, o receio de desgostos futuros, uma palha sob meus joelhos, um ruído que ouço, um raio de luz que me fere a vista, uma qualquer coisa, um nada, uma fantasia ou uma quimera que me passam pela mente, e eis perturbada a minha prece. (Em

3 Instintos do Rebanho.

4 Diogenes Laertius, livro B

5 Reconstrução em Filosofia

6 Lugar da Ciência na Civilização Moderna.

7 O recente reexame do pensamento criador veio em consequência do descrédito em que caiu a “razão”. Veja-se Inteligência Criadora, de autoria de um grupo de pensadores americanos; e JOHN DEWEY em *Ensaio de Lógica Experimental*; e VEBLEN, em *O Lugar da Ciência na Civilização Moderna*. E, melhor ainda, JOHN DEWEY em *Reconstrução em Filosofia e A Natureza Humana e a Conduta*. Também deve ser consultado, WOODWORTH, em *Psicologia Dinâmica*.

8 Como diz OVÍDIO, *sibi quisque profecto est deus* – não somos por acaso deuses? E há profundas razões para isso, se levarmos em conta a nossa origem animal. O assunto, entretanto, é por demais intrincado para caber neste livro.

9 TROTTER, obra citada.

10 Impossível discutir aqui os resultados que um realmente honesto estudo da psicologia infantil promete. As relações da criança com os pais, ou os mais velhos em geral, e o altamente artificial sistema de censuras e restrições imposto às crianças no interesse dos adultos, exerce uma continuada influência na vida delas, e sobretudo nas noções que a criança terá a respeito dos seus “superiores” e das instituições e mores (costumes) sob os quais terá de viver depois de crescida. Os esforços do adulto para conseguir liberdade mental só são bem sucedidos quando há perfeita consciência da origem infantil de grande parte das nossas razões reais.

11 CLARENCE DAY, em *Nosso Mundo* Simiesco, discute com grande humor os efeitos do temperamento simiesco subjacente no homem e na sua conduta de vida.

12 A palavra “imitação” é frequentemente usada de modo muito impreciso. A pergunta é: tende o animal ou o homem a fazer movimentos ou a produzir sons que vê ou ouve em redor de si? Parece assentado que os símios não são deste tipo imitativo, nem tampouco o homem. Quem duvidar, observe consigo mesmo – note quanta coisa vê os outros fazerem sem que isso determine desejo de imitação. THORNDIKE trata admiravelmente do assunto em *Natureza Original do Homem*.

13 “Se a terra fosse chocada por um dos cometas de Wells e se em

consequência disso todos os homens perdessem as noções e hábitos adquiridos pelas gerações precedentes (embora conservando sem alteração a faculdade inventiva e a memória), nove décimos dos habitantes de Nova York e Londres morreriam num mês; e 99 por cento dos restantes, em seis meses. Não teriam língua para expressar seus pensamentos, nem sequer teriam pensamentos – só vagos devaneios. Não poderiam ler notícias, nem guiar carros ou cavalos. Errariam à toa, guiados pelos gritos inarticulados de uns poucos homens de tipo mais dominador; afogar-se-iam aos milhares quando fossem beber ao rio, saqueariam as casas de onde viessem cheiros de alimentos deteriorados, e talvez no fim até se transformassem em canibais. Mesmo no campo o homem não poderia inventar métodos de produzir coisas pelo plantio, nem domesticar animais, nem vestir-se de modo a suportar o inverno.” *GRAHAM WALLAS, Nossa Herança Social*. Só os mais baixos selvagens poderiam subsistir, se a cultura desaparecesse.

14 KORZYBSKI, em *Manhood of Humanity*, tanto se impressionou com a singularidade e tremendas possibilidades da civilização humana no plano-tempo, que declara ser erro considerar-se o homem um animal. Todavia se vê forçado a confessar que o homem continua animal no plano-espaco da vida. O objetivo de KORZYBSKI é, entretanto, o mesmo desta obra. Seu método de investigar interessará sobretudo aos matemáticos e engenheiros. Parece acertado admitir que o homem tenha dado, até aqui, pouco tento às suas prerrogativas peculiares e às suas ilimitadas oportunidades de melhoramento.

15 No começo o homem não sabia como as crianças se formavam, porque não era fácil relacionar o ato impulsivo da cópula com um parto advindo meses depois. As histórias infantis ainda em curso valem como reminiscências das explicações místicas criadas pelos selvagens para explicar a formação das crianças. Consequentemente, todas as teorias populares sobre a origem do casamento e da família, com base na admissão da paternidade consciente, têm origem precária.

16 LUCRÉCIO adverte o leitor sobre os males trazidos à religião pelo medo de penetrar “os campos profanos da razão e as sendas do pecado”. *De Rerum Natura*.

17 Quando no tempo de Cícero os trabalhos de Aristóteles, por muito tempo perdidos, reapareceram e foram parar às mãos de Andronico de Rodes, a fim de serem editados, verificou-se a existência de certos fragmentos de especulação muito obscura, que o editor não sabia onde colocar. Por fim foram anotados como “um adendo à física”, ou, em grego, Ta meta ta física. Esses fragmentos sob a palavra “Metafísica” vieram a tornar-se a mais reverenciada de todas as produções de Aristóteles, sua “Primeira Filosofia”, como os escolásticos costumavam classificá-la.

18 JOHN DEWEY correlaciona a metafísica ao devaneio natural do homem e

mostra como esse devaneio se torna, com o tempo, uma solene forma de racionalizar as coisas correntes da vida. Reconstrução em Filosofia, (conferências i-ii). É na realidade surpreendente como uns tantos escritores filosóficos não conseguem ir além de perfeitos lugares-comuns quando tratam da “moralidade” prática.

19 São Etelredo, voltando de uma piedosa visita a Citaux, no tempo de Henrique II, foi colhido por uma forte tempestade no momento em que alcançava o Canal da Mancha. E perguntando-se a si mesmo o que ele havia feito para ser assim interrompido, lembrou-se de ter deixado de cumprir uma promessa, escrever um poema a São Guthbert. Logo que concluiu esse poema, “a tempestade cessou e o mar se acalmou”. *Surtees Society Publications*, I, p. 177.

20 Em *Tertium Organum*, P. D. OUSPENSKY mostra como o pensamento científico pode levar um sábio ao que comumente é considerado misticismo.

21 MR. JAMES BRANCH CABELL, no seu *Beyond Life*, defendeu os pendores românticos do homem e seu inexorável anseio de em parte viver num mundo mais em acordo com os desejos de sua imaginação do que o mundo entrevisto pelas ciências naturais e a economia política. Não há razão para que o homem viva só de pão. Mas há, entretanto, lugar para as ciências naturais e a economia política, já que elas estabelecem as condições em que podemos regalar-nos com mentiras vitais que não nos tragam males e nos deem muita alegria.

22 A relação da nossa sinestesia, ou senso muscular, com o fanatismo, de um lado, e a liberdade de espírito, de outro, constitui hoje estudo promissor de resultados muito importantes.

23 *Drift and Mastery*, pp. 196-197.

24 STANLEY HALL, “*The Message of the Zeitgeist*”, no *Scientific Monthly*, agosto de 1921 – admirável apelo de um dos nossos mais intrépidos pesquisadores da verdade.

25 Como exemplo de arrulho de pomba, podemos citar as palavras do presidente Harding ao aceitar a sua indicação para chefe do governo: “Com um Senado conselheiro, como a Constituição prevê, espero conseguir a aproximação das nações da Europa e de toda a terra, propondo aquela compreensão que nos faz um coparticipante de boa vontade na consagração das nações a um novo sistema de relações, para reunir as forças morais do mundo, inclusive a América, embora deixando a América livre, independente, confiante em si, mas amistosa para com todo o mundo. E se os homens pedem por mais específicos detalhes, direi que os compromissos morais são amplos e tudo incluem, já que estamos contemplando a concórdia dos povos para o

progresso da humanidade.”

Original em Inglês: The Mind in the Making: The Relation of Intelligence to Social Reform

Introduction

When I last visited America I watched the Washington disarmament conference, met all sorts of interesting and important people, and saw a multitude of significant things. But when I come to reckon up, if ever I do reckon up, the values of this American visit, I think I may well reckon that, from my own personal, individual point of view, the encounter that has been of most importance and that is likely to have the greatest lasting effect upon me is meeting and talking to Professor James Harvey Robinson, and reading his fascinating book, *The Mind in the Making*.

For me, I think James Harvey Robinson is going to be almost as important as was Huxley in my adolescence and William James in later years. He takes much that was latent and crude in my mind and gives it texture and form and confidence; and the spirit of the school he has organized liberates something of my private dreams into the world of reality. I find after reading *The Mind in the Making* just the same sort of imaginative release into collateral fields that I got long ago from Huxley and from James. I have long been curious and puzzled by the sculptures, writing, and such-like remains of the Neolithic mind found in America; the antiquarian material from Mexico, Peru, and Central America.

There is not a word about this stuff in *The Mind in the Making*, and yet after reading it I find much that was monstrous and obdurate in these old riddles dissolving at last into a quite acceptable and comprehensible explanation. The book has had the effect of illuminating me not only at its point of application, but all along the line of my curiosities.

These autobiographical confidences would be inexcusable if they concerned me alone, but I feel that what has happened to me—the sense of having created a bridge and come into a new land of

understanding—must be happening to quite a number of other readers of this great teacher. It is possible that we were all ripe for this book, that most of the clambering to the ridge has been done in our studies of psycho-analysis and of educational and other politico-social problems during the last quarter century. But if that deprives Mr. Robinson of isolation, it robs him not at all of his pre-eminent leadership.

I do not know who it was who first said that the human mind, being a product of the struggle for existence, was essentially a food-seeking system and no more necessarily a truth-finding apparatus than the snout of a pig. I believe it must have been Lord Balfour, twenty-five or thirty years ago. It is upon the lines of this suggestion, it is upon a profound scepticism of the truth-testing instrument, that the new school of thought is going. Our minds, the most fundamental of our presuppositions, are as much a response to immediate necessities and as much the outcome of a process of trial, error, and adaptation as our bodies; they are as little to be relied upon in new situations as our animal instincts. In the presence of immense new occasions thought must be immensely experimental. It has to be at once bold and sceptical. But in the face of the tremendous occasions of our own time it has hitherto been pitifully timid and blindly credulous of, and confident in, the working assumptions of the past.

I took up my pen not to review or discuss Professor Robinson's book, which every intelligent person will very soon be reading, but to pay my personal tribute to its inspiration. It is a cardinal book. I question whether in the long run people may not come to it, and the School of Social Research associated with it, as marking a new and characteristic American initiative in the world's thought and methods, far more important than the Washington disarmament conference.

H. G. Wells.



Preface

This is an essay—not a treatise—on the most important of all matters of human concern. Although it has cost its author a great deal more thought and labor than will be apparent, it falls, in his estimation, far below the demands of its implacably urgent theme. Each page could readily be expanded into a volume. It suggests but the beginning of the beginning now being made to raise men's thinking onto a plain which may perhaps enable them to fend off or reduce some of the dangers which lurk on every hand.

J. H. R.

NEW SCHOOL FOR SOCIAL RESEARCH,
NEW YORK CITY,
August, 1921.



I

1. On the purpose of this volume

If some magical transformation could be produced in men's ways of looking at themselves and their fellows, no inconsiderable part of the evils which now afflict society would vanish away or remedy themselves automatically. If the majority of influential persons held the opinions and occupied the point of view that a few rather uninfluential people now do, there would, for instance, be no likelihood of another great war; the whole problem of "labor and capital" would be transformed and attenuated; national arrogance, race animosity, political corruption, and inefficiency would all be reduced below the danger point. As an old Stoic proverb has it, men are tormented by the opinions they have of things, rather than by

the things themselves. This is eminently true of many of our worst problems to-day. We have available knowledge and ingenuity and material resources to make a far fairer world than that in which we find ourselves, but various obstacles prevent our intelligently availing ourselves of them. The object of this book is to substantiate this proposition, to exhibit with entire frankness the tremendous difficulties that stand in the way of such a beneficent change of mind, and to point out as clearly as may be some of the measures to be taken in order to overcome them.

When we contemplate the shocking derangement of human affairs which now prevails in most civilized countries, including our own, even the best minds are puzzled and uncertain in their attempts to grasp the situation. The world seems to demand a moral and economic regeneration which it is dangerous to postpone, but as yet impossible to imagine, let alone direct. The preliminary intellectual regeneration which would put our leaders in a position to determine and control the course of affairs has not taken place. We have unprecedented conditions to deal with and novel adjustments to make—there can be no doubt of that. We also have a great stock of scientific knowledge unknown to our grandfathers with which to operate. So novel are the conditions, so copious the knowledge, that we must undertake the arduous task of reconsidering a great part of the opinions about man and his relations to his fellow-men which have been handed down to us by previous generations who lived in far other conditions and possessed far less information about the world and themselves. We have, however, first to create an *unprecedented attitude of mind to cope with unprecedented conditions, and to utilize unprecedented knowledge* This is the preliminary, and most difficult, step to be taken—far more difficult than one would suspect who fails to realize that in order to take it we must overcome inveterate natural tendencies and artificial habits of long standing. How are we to put ourselves in a position to come to think of things that we not only never thought of before, but are most reluctant to question? In short, how are we to rid ourselves of our fond prejudices and *open our minds*?

As a historical student who for a good many years has been especially engaged in inquiring how man happens to have the ideas and convictions about himself and human relations which now prevail, the writer has reached the conclusion that history can at least shed a great deal of light on our present predicaments and confusion. I do not mean by history that conventional chronicle of remote and irrelevant events which embittered the youthful years of many of us, but rather a study of how man has come to be as he is and to believe as he does.

No historian has so far been able to make the whole story very plain or popular, but a number of considerations are obvious enough, and it ought not to be impossible some day to popularize them. I venture to think that if certain seemingly indisputable historical facts were generally known and accepted and permitted to play a daily part in our thought, the world would forthwith become a very different place from what it now is. We could then neither delude ourselves in the simple-minded way we now do, nor could we take advantage of the primitive ignorance of others. All our discussions of social, industrial, and political reform would be raised to a higher plane of insight and fruitfulness.

In one of those brilliant divagations with which Mr. H. G. Wells is wont to enrich his novels he says:

When the intellectual history of this time comes to be written, nothing, I think, will stand out more strikingly than the empty gulf in quality between the superb and richly fruitful scientific investigations that are going on, and the general thought of other educated sections of the community. I do not mean that scientific men are, as a whole, a class of supermen, dealing with and thinking about everything in a way altogether better than the common run of humanity, but in their field they think and work with an intensity, an integrity, a breadth, boldness, patience, thoroughness, and faithfulness—excepting only a few artists—which puts their work out of all comparison with any other human activity.... In these particular directions the human mind has achieved a new and higher quality of attitude and gesture, a veracity, a self-detachment, and self-abnegating vigor of criticism that tend to spread out and must ultimately spread out to every other human affair.

No one who is even most superficially acquainted with the achievements of students of nature during the past few centuries can fail to see that their thought has been astoundingly effective in constantly adding to our knowledge of the universe, from the hugest nebula to the tiniest atom; moreover, this knowledge has been so applied as to well-nigh revolutionize human affairs, and both the knowledge and its applications appear to be no more than hopeful beginnings, with indefinite revelations ahead, if only the same kind of thought be continued in the same patient and scrupulous manner. But the knowledge of man, of the springs of his conduct, of his relation to his fellow-men singly or in groups, and the felicitous regulation of human intercourse in the interest of harmony and fairness, have made no such advance. Aristotle's treatises on astronomy and physics, and his notions of "generation and decay"

and of chemical processes, have long gone by the board, but his politics and ethics are still revered. Does this mean that his penetration in the sciences of man exceeded so greatly his grasp of natural science, or does it mean that the progress of mankind in the scientific knowledge and regulation of human affairs has remained almost stationary for over two thousand years? I think that we may safely conclude that the latter is the case.

It has required three centuries of scientific thought and of subtle inventions for its promotion to enable a modern chemist or physicist to center his attention on electrons and their relation to the mysterious nucleus of the atom, or to permit an embryologist to study the early stirrings of the fertilized egg. As yet relatively little of the same kind of thought has been brought to bear on human affairs.

When we compare the discussions in the United States Senate in regard to the League of Nations with the consideration of a broken-down car in a roadside garage the contrast is shocking. The rural mechanic thinks scientifically; his only aim is to avail himself of his knowledge of the nature and workings of the car, with a view to making it run once more. The Senator, on the other hand, appears too often to have little idea of the nature and workings of nations, and he relies on rhetoric and appeals to vague fears and hopes or mere partisan animosity. The scientists have been busy for a century in revolutionizing the *practical* relation of nations. The ocean is no longer a barrier, as it was in Washington's day, but to all intents and purposes a smooth avenue closely connecting, rather than safely separating, the eastern and western continents. The Senator will nevertheless unblushingly appeal to policies of a century back, suitable, mayhap, in their day, but now become a warning rather than a guide. The garage man, on the contrary, takes his mechanism as he finds it, and does not allow any mystic respect for the earlier forms of the gas engine to interfere with the needed adjustments.

Those who have dealt with natural phenomena, as distinguished from purely human concerns, did not, however, quickly or easily gain popular approbation and respect. The process of emancipating natural science from current prejudices, both of the learned and of the unlearned, has been long and painful, and is not wholly completed yet. If we go back to the opening of the seventeenth century we find three men whose business it was, above all, to present and defend common sense in the natural sciences. The most eloquent and variedly persuasive of these was Lord Bacon. Then there was the young Descartes trying to shake himself loose from his training in a Jesuit seminary by going into the Thirty Years'

War, and starting his intellectual life all over by giving up for the moment all he had been taught. Galileo had committed an offense of a grave character by discussing in the mother tongue the problems of physics. In his old age he was imprisoned and sentenced to repeat the seven penitential psalms for differing from Aristotle and Moses and the teachings of the theologians. On hearing Galileo's fate. Descartes burned a book he had written, *On The World*, lest he, too, get into trouble.

From that time down to the days of Huxley and John Fiske the struggle has continued, and still continues—the Three Hundred Years' War for intellectual freedom in dealing with natural phenomena. It has been a conflict against ignorance, tradition, and vested interests in church and university, with all that preposterous invective and cruel misrepresentation which characterize the fight against new and critical ideas. Those who cried out against scientific discoveries did so in the name of God, of man's dignity, and of holy religion and morality. Finally, however, it has come about that our instruction in the natural sciences is tolerably free; although there are still large bodies of organized religious believers who are hotly opposed to some of the more fundamental findings of biology. Hundreds of thousands of readers can be found for Pastor Russell's exegesis of Ezekiel and the Apocalypse to hundreds who read Conklin's *Heredity and Environment* or Slosson's *Creative Chemistry*. No publisher would accept a historical textbook based on an explicit statement of the knowledge we now have of man's animal ancestry. In general, however, our scientific men carry on their work and report their results with little or no effective hostility on the part of the clergy or the schools. The social body has become tolerant of their virus.

This is not the case, however, with the social sciences. One cannot but feel a little queasy when he uses the expression "social science", because it seems as if we had not as yet got anywhere near a real science of man. I mean by social science our feeble efforts to study man, his natural equipment and impulses, and his relations to his fellows in the light of his origin and the history of the race.

This enterprise has hitherto been opposed by a large number of obstacles essentially more hampering and far more numerous than those which for three hundred years hindered the advance of the natural sciences. Human affairs are in themselves far more intricate and perplexing than molecules and chromosomes. But this is only the more reason for bringing to bear on human affairs that critical type of thought and calculation for which the remunerative thought about molecules and chromosomes has prepared the way.

I do not for a moment suggest that we can use precisely the same kind of thinking in dealing with the quandaries of mankind that we use in problems of chemical reaction and mechanical adjustment. Exact scientific results, such as might be formulated in mechanics, are, of course, out of the question. It would be unscientific to expect to apply them. I am not advocating any particular method of treating human affairs, but rather such a *general frame of mind, such a critical open-minded attitude*, as has hitherto been but sparsely developed among those who aspire to be men's guides, whether religious, political, economic, or academic. Most human progress has been, as Wells expresses it, a mere "muddling through". It has been man's wont to explain and sanctify his ways, with little regard to their fundamental and permanent expediency. An arresting example of what this muddling may mean we have seen during these recent years in the slaying or maiming of fifteen million of our young men, resulting in incalculable loss, continued disorder, and bewilderment. Yet men seem blindly driven to defend and perpetuate the conditions which produced the last disaster.

Unless we wish to see a recurrence of this or some similar calamity, we must, as I have already suggested, create a new and unprecedented attitude of mind to meet the new and unprecedented conditions which confront us. *We should proceed to the thorough reconstruction of our mind, with a view to understanding actual human conduct and organization.* We must examine the facts freshly, critically, and dispassionately, and then allow our philosophy to formulate itself as a result of this examination, instead of permitting our observations to be distorted by archaic philosophy, political economy, and ethics. As it is, we are taught our philosophy first, and in its light we try to justify the facts. We must reverse this process, as did those who began the great work in experimental science; we must first face the facts, and patiently await the emergence of a new philosophy.

A willingness to examine the very foundations of society does not mean a desire to encourage or engage in any hasty readjustment, but certainly no wise or needed readjustment *can* be made unless such an examination is undertaken.

I come back, then, to my original point that in this examination of existing facts history, by revealing the origin of many of our current fundamental beliefs, will tend to free our minds so as to permit honest thinking. Also, that the historical facts which I propose to recall would, if permitted to play a constant part in our thinking, automatically eliminate a very considerable portion of the gross stupidity and blindness which characterize our present thought and conduct in public affairs, and would contribute greatly to

developing the needed scientific attitude toward human concerns—in other words, to *bringing the mind up to date*.

2. Three disappointed methods of reform

Plans for social betterment and the cure of public ills have in the past taken three general forms: (I) changes in the rules of the game, (II) spiritual exhortation, and (III) education. Had all these not largely failed, the world would not be in the plight in which it now confessedly is.

I. Many reformers concede that they are suspicious of what they call “ideas”. They are confident that our troubles result from defective organization, which should be remedied by more expedient legislation and wise ordinances. Abuses should be abolished or checked by forbidding them, or by some ingenious reordering of procedure. Responsibility should be concentrated or dispersed. The term of office of government officials should be lengthened or shortened; the number of members in governing bodies should be increased or decreased; there should be direct primaries, referendum, recall, government by commission; powers should be shifted here and there with a hope of meeting obvious mischances all too familiar in the past. In industry and education administrative reform is constantly going on, with the hope of reducing friction and increasing efficiency. The House of Commons not long ago came to new terms with the peers. The League of Nations has already had to adjust the functions and influence of the Council and the Assembly, respectively.

No one will question that organization is absolutely essential in human affairs, but reorganization, while it sometimes produces assignable benefit, often fails to meet existing evils, and not uncommonly engenders new and unexpected ones. Our confidence in restriction and regimentation is exaggerated. What we usually need is a *change of attitude*, and without this our new regulations often leave the old situation unaltered. So long as we allow our government to be run by politicians and business lobbies it makes little difference how many aldermen or assemblymen we have or how long the mayor or governor holds office. In a university the fundamental drift of affairs cannot be greatly modified by creating a new dean, or a university council, or by enhancing or decreasing the nominal authority of the president or faculty. We now turn to the second sanctified method of reform, moral uplift.

II. Those who are impatient with mere administrative reform, or

who lack faith in it, declare that what we need is brotherly love. Thousands of pulpits admonish us to remember that we are all children of one Heavenly Father and that we should bear one another's burdens with fraternal patience. Capital is too selfish; Labor is bent on its own narrow interests regardless of the risks Capital takes. We are all dependent on one another, and a recognition of this should beget mutual forbearance and glad co-operation. Let us forget ourselves in others. "Little children, love one another."

The fatherhood of God has been preached by Christians for over eighteen centuries, and the brotherhood of man by the Stoics long before them. The doctrine has proved compatible with slavery and serfdom, with wars blessed, and not infrequently instigated, by religious leaders, and with industrial oppression which it requires a brave clergyman or teacher to denounce to-day. True, we sometimes have moments of sympathy when our fellow-creatures become objects of tender solicitude. Some rare souls may honestly flatter themselves that they love mankind in general, but it would surely be a very rare soul indeed who dared profess that he loved his personal enemies—much less the enemies of his country or institutions. We still worship a tribal god, and the "foe" is not to be reckoned among his children. Suspicion and hate are much more congenial to our natures than love, for very obvious reasons in this world of rivalry and common failure. There is, beyond doubt, a natural kindliness in mankind which will show itself under favorable auspices. But experience would seem to teach that it is little promoted by moral exhortation. This is the only point that need be urged here. Whether there is another way of forwarding the brotherhood of man will be considered in the sequel.

III. One disappointed in the effects of mere reorganization, and distrusting the power of moral exhortation, will urge that what we need above all is *education*. It is quite true that what we need is education, but something so different from what now passes as such that it needs a new name.

Education has more various aims than we usually recognize, and should of course be judged in relation to the importance of its several intentions, and of its success in gaining them. The arts of reading and writing and figuring all would concede are basal in a world of newspapers and business. Then there is technical information and the training that prepares one to earn a livelihood in some more or less standardized guild or profession. Both these aims are reached fairly well by our present educational system, subject to various economies and improvements in detail. Then there are the studies which it is assumed contribute to general

culture and to “training the mind”, with the hope of cultivating our tastes, stimulating the imagination, and mayhap improving our reasoning powers.

This branch of education is regarded by the few as very precious and indispensable; by the many as at best an amenity which has little relation to the real purposes and success of life. It is highly traditional and retrospective in the main, concerned with ancient tongues, old and revered books, higher mathematics, somewhat archaic philosophy and history, and the fruitless form of logic which has until recently been prized as man’s best guide in the fastnesses of error. To these has been added in recent decades a choice of the various branches of natural science.

The results, however, of our present scheme of liberal education are disappointing. One who, like myself, firmly agrees with its objects and is personally so addicted to old books, so pleased with such knowledge as he has of the ancient and modern languages, so envious of those who can think mathematically, and so interested in natural science—such a person must resent the fact that those who have had a liberal education rarely care for old books, rarely read for pleasure any foreign language, think mathematically, love philosophy or history, or care for the beasts, birds, plants, and rocks with any intelligent insight, or even real curiosity. This arouses the suspicion that our so-called “liberal education” miscarries and does not attain its ostensible aims.

The three educational aims enumerated above have one thing in common. They are all directed toward an enhancement of the chances of *personal* worldly success, or to the increase of our *personal* culture and intellectual and literary enjoyment. Their purpose is not primarily to fit us to play a part in social or political betterment. But of late a fourth element has been added to the older ambitions, namely the hope of preparing boys and girls to become intelligent voters. This need has been forced upon us by the coming of political democracy, which makes one person’s vote exactly as good as another’s.

Now education for citizenship would seem to consist in gaining a knowledge of the actual workings of our social organization, with some illuminating notions of its origin, together with a full realization of its defects and their apparent sources. But here we encounter an obstacle that is unimportant in the older types of education, but which may prove altogether fatal to any good results in our efforts to make better citizens. Subjects of instruction like reading and writing, mathematics, Latin and Greek, chemistry and physics, medicine and the law are fairly well standardized and

retrospective. Doubtless there is a good deal of internal change in method and content going on, but this takes place unobtrusively and does not attract the attention of outside critics. Political and social questions, on the other hand, and matters relating to prevailing business methods, race animosities, public elections, and governmental policy are, if they are vital, necessarily “controversial”. School boards and superintendents, trustees and presidents of colleges and universities, are sensitive to this fact. They eagerly deprecate in their public manifestos any suspicion that pupils and students are being awakened in any way to the truth that our institutions can possibly be fundamentally defective, or that the present generation of citizens has not conducted our affairs with exemplary success, guided by the immutable principles of justice.

How indeed can a teacher be expected to explain to the sons and daughters of businessmen, politicians, doctors, lawyers, and clergymen—all pledged to the maintenance of the sources of their livelihood—the actual nature of business enterprise as now practiced, the prevailing methods of legislative bodies and courts, and the conduct of foreign affairs? Think of a teacher in the public schools recounting the more illuminating facts about the municipal government under which he lives, with due attention to graft and jobs! So, courses in government, political economy, sociology, and ethics confine themselves to inoffensive generalizations, harmless details of organization, and the commonplaces of routine morality, for only in that way can they escape being controversial. Teachers are rarely able or inclined to explain our social life and its presuppositions with sufficient insight and honesty to produce any very important results. Even if they are tempted to tell the essential facts they dare not do so, for fear of losing their places, amid the applause of all the righteously minded.

However we may feel on this important matter, we must all agree that the aim of education for citizenship as now conceived is a preparation for the same old citizenship which has so far failed to eliminate the shocking hazards and crying injustices of our social and political life. For we sedulously inculcate in the coming generation exactly the same illusions and the same ill-placed confidence in existing institutions and prevailing notions that have brought the world to the pass in which we find it. Since we do all we can to corroborate the beneficence of what we have, we can hardly hope to raise up a more intelligent generation bent on achieving what we have not. We all know this to be true; it has been forcibly impressed on our minds of late. Most of us agree that it is right and best that it should be so; some of us do not like to think about it at all, but a few will be glad to spend a little time weighing

certain suggestions in this volume which may indicate a way out of this *impasse*.²⁶

We have now considered briefly the three main hopes that have been hitherto entertained of bettering things (I) by changing the rules of the game, (II) by urging men to be good, and to love their neighbor as themselves, and (III) by education for citizenship. It may be that these hopes are not wholly unfounded, but it must be admitted that so far they have been grievously disappointed. Doubtless they will continue to be cherished on account of their assured respectability.

Mere lack of success does not discredit a method, for there are many things that determine and perpetuate our sanctified ways of doing things besides their success in reaching their proposed ends. Had this not always been so, our life to-day would be far less stupidly conducted than it is. But let us agree to assume for the moment that the approved schemes of reform enumerated above have, to say the least, shown themselves inadequate to meet the crisis in which civilized society now finds itself. Have we any other hope?

Yes, there is Intelligence. That is as yet an untested hope in its application to the regulation of human relations. It is not discredited because it has not been tried on any large scale outside the realm of natural science. There, everyone will confess, it has produced marvelous results. Employed in regard to stars, rocks, plants, and animals, and in the investigation of mechanical and chemical processes, it has completely revolutionized men's notions of the world in which they live, and of its inhabitants, *with the notable exception of man himself*. These discoveries have been used to change our habits and to supply us with everyday necessities which a hundred years ago were not dreamed of as luxuries accessible even to kings and millionaires.

But most of us know too little of the past to realize the penalty that had to be paid for this application of intelligence. In order that these discoveries should be made and ingeniously applied to the conveniences of life, *it was necessary to discard practically all the consecrated notions of the world and its workings which had been held by the best and wisest and purest of mankind down to three hundred years ago*—indeed, until much more recently. Intelligence, in a creature of routine like man and in a universe so ill understood as ours, must often break valiantly with the past in order to get ahead. It would be pleasant to assume that all we had to do was to build on well-designed foundations, firmly laid by the wisdom of the ages. But those who have studied the history of natural science

would agree that Bacon, Galileo, and Descartes found no such foundation, but had to begin their construction from the ground up.

The several hopes of reform mentioned above all assume that the now generally accepted notions of righteous human conduct are not to be questioned. Our churches and universities defend this assumption. Our editors and lawyers and the more vocal of our business men adhere to it. Even those who pretend to study society and its origin seem often to believe that our present ideals and standards of property, the state, industrial organization, the relations of the sexes, and education are practically final and must necessarily be the basis of any possible betterment in detail. But if this be so Intelligence has already done its perfect work, and we can only lament that the outcome in the way of peace, decency, and fairness, judged even by existing standards, has been so disappointing.

There are, of course, a few here and there who suspect and even repudiate current ideals and standards. But at present their resentment against existing evils takes the form of more or less dogmatic plans of reconstruction, like those of the socialists and communists, or exhausts itself in the vague protest and faultfinding of the average "Intellectual". Neither the socialist nor the common run of Intellectual appears to me to be on the right track. The former is more precise in his doctrines and confident in his prophecies than a scientific examination of mankind and its ways would at all justify; the other, more indefinite than he need be.

If Intelligence is to have the freedom of action necessary to accumulate new and valuable knowledge about man's nature and possibilities which may ultimately be applied to reforming our ways, it must loose itself from the bonds that now confine it. The primeval curse still holds: "Of every tree in the garden thou mayest freely eat; but of the tree of the knowledge of good and evil, thou shalt not eat of it; for in the day that thou eatest thereof thou shalt surely die." Few people confess that they are afraid of knowledge, but the university presidents, ministers, and editors who most often and publicly laud what they are wont to call "the fearless pursuit of truth", feel compelled, in the interest of public morals and order, to discourage any reckless indulgence in the fruit of the forbidden tree, for the inexperienced may select an unripe apple and suffer from the colic in consequence. "Just look at Russia!" Better always, instead of taking the risk on what the church calls "science falsely so called", fall back on ignorance rightly so called. No one denies that Intelligence is the light of the world and the chief glory of man, but, as Bertrand Russell says, we dread its indifference to respectable opinions and what we deem the well-tried wisdom of the ages. "It

is,” as he truly says, “fear that holds men back; fear that their cherished beliefs should prove harmful, fear lest they themselves should prove less worthy of respect than they have supposed themselves to be. ‘Should the workingman think freely about property? What then will become of us, the rich? Should young men and women think freely about sex? What then will become of morality? Should soldiers think freely about war? What then will become of military discipline?’”

This fear is natural and inevitable, but it is none the less dangerous and discreditable. Human arrangements are no longer so foolproof as they may once have been when the world moved far more slowly than it now does. It should therefore be a good deed to remove or lighten any of the various restraints on thought. I believe that there is an easy and relatively painless way in which our respect for the past can be lessened so that we shall no longer feel compelled to take the wisdom of the ages as the basis of our reforms. My own confidence in what President Butler calls “the findings of mankind” is gone, and the process by which it was lost will become obvious as we proceed. I have no reforms to recommend, except the liberation of Intelligence, which is the first and most essential one. I propose to review by way of introduction some of the new ideas which have been emerging during the past few years in regard to our minds and their operations. Then we shall proceed to the main theme of the book, a sketch of the manner in which our human intelligence appears to have come about. If anyone will follow the story with a fair degree of sympathy and patience he may, by merely putting together well-substantiated facts, many of which he doubtless knows in other connections, hope better to understand the perilous quandary in which mankind is now placed and the ways of escape that offer themselves.





II

Good sense is, of all things among men, the most equally distributed; for everyone thinks himself so abundantly provided with it that those even who are the most difficult to satisfy in everything else do not usually desire a larger measure of this quality than they already possess.—DESCARTES.

We see man to-day, instead of the frank and courageous recognition of his status, the docile attention to his biological history, the determination to let nothing stand in the way of the security and permanence of his future, which alone can establish the safety and happiness of the race, substituting blind confidence in his destiny, unclouded faith in the essentially respectful attitude of the universe toward his moral code, and a belief no less firm that his traditions and laws and institutions necessarily contain permanent qualities of reality.—WILLIAM TROTTER.

3. On various kinds of thinking

The truest and most profound observations on Intelligence have in the past been made by the poets and, in recent times, by story-writers. They have been keen observers and recorders and reckoned freely with the emotions and sentiments. Most philosophers, on the other hand, have exhibited a grotesque ignorance of man's life and have built up systems that are elaborate and imposing, but quite unrelated to actual human affairs. They have almost consistently neglected the actual process of thought and have set the mind off as something apart to be studied by itself. *But no such mind, exempt from bodily processes, animal impulses, savage traditions, infantile impressions, conventional reactions, and traditional knowledge, ever existed*, even in the case of the most abstract of

metaphysicians. Kant entitled his great work *A Critique of Pure Reason*. But to the modern student of mind pure reason seems as mythical as the pure gold, transparent as glass, with which the celestial city is paved.

Formerly philosophers thought of mind as having to do exclusively with conscious thought. It was that within man which perceived, remembered, judged, reasoned, understood, believed, willed. But of late it has been shown that we are unaware of a great part of what we perceive, remember, will, and infer; and that a great part of the thinking of which we are aware is determined by that of which we are not conscious. It has indeed been demonstrated that our unconscious psychic life far outruns our conscious. This seems perfectly natural to anyone who considers the following facts:

The sharp distinction between the mind and the body is, as we shall find, a very ancient and spontaneous uncritical savage prepossession. What we think of as “mind” is so intimately associated with what we call “body” that we are coming to realize that the one cannot be understood without the other. Every thought reverberates through the body, and, on the other hand, alterations in our physical condition affect our whole attitude of mind. The insufficient elimination of the foul and decaying products of digestion may plunge us into deep melancholy, whereas a few whiffs of nitrous monoxide may exalt us to the seventh heaven of supernal knowledge and godlike complacency. And vice versa, a sudden word or thought may cause our heart to jump, check our breathing, or make our knees as water. There is a whole new literature growing up which studies the effects of our bodily secretions and our muscular tensions and their relation to our emotions and our thinking.

Then there are hidden impulses and desires and secret longings of which we can only with the greatest difficulty take account. They influence our conscious thought in the most bewildering fashion. Many of these unconscious influences appear to originate in our very early years. The older philosophers seem to have forgotten that even they were infants and children at their most impressionable age and never could by any possibility get over it.

The term “unconscious”, now so familiar to all readers of modern works on psychology, gives offense to some adherents of the past. There should, however, be no special mystery about it. It is not a new animistic abstraction, but simply a collective word to include all the physiological changes which escape our notice, all the forgotten experiences and impressions of the past which continue to influence our desires and reflections and conduct, even if we cannot

remember them. What we can remember at any time is indeed an infinitesimal part of what has happened to us. We could not remember anything unless we forgot almost everything. As Bergson says, the brain is the organ of forgetfulness as well as of memory. Moreover, we tend, of course, to become oblivious to things to which we are thoroughly accustomed, for habit blinds us to their existence. So the forgotten and the habitual make up a great part of the so-called “unconscious”.

If we are ever to understand man, his conduct and reasoning, and if we aspire to learn to guide his life and his relations with his fellows more happily than heretofore, we cannot neglect the great discoveries briefly noted above. We must reconcile ourselves to novel and revolutionary conceptions of the mind, for it is clear that the older philosophers, whose works still determine our current views, had a very superficial notion of the subject with which they dealt. But for our purposes, with due regard to what has just been said and to much that has necessarily been left unsaid (and with the indulgence of those who will at first be inclined to dissent), *we shall consider mind chiefly as conscious knowledge and intelligence, as what we know and our attitude toward it—our disposition to increase our information, classify it, criticize it and apply it.*

We do not think enough about thinking, and much of our confusion is the result of current illusions in regard to it. Let us forget for the moment any impressions we may have derived from the philosophers, and see what seems to happen in ourselves. The first thing that we notice is that our thought moves with such incredible rapidity that it is almost impossible to arrest any specimen of it long enough to have a look at it. When we are offered a penny for our thoughts we always find that we have recently had so many things in mind that we can easily make a selection which will not compromise us too nakedly. On inspection we shall find that even if we are not downright ashamed of a great part of our spontaneous thinking it is far too intimate, personal, ignoble or trivial to permit us to reveal more than a small part of it. I believe this must be true of everyone. We do not, of course, know what goes on in other people’s heads. They tell us very little and we tell them very little. The spigot of speech, rarely fully opened, could never emit more than dribblets of the ever renewed hogshead of thought—*noch grösser wie’s Heidelberger Fass*. We find it hard to believe that other people’s thoughts are as silly as our own, but they probably are.

We all appear to ourselves to be thinking all the time during our waking hours, and most of us are aware that we go on thinking while we are asleep, even more foolishly than when awake. When

uninterrupted by some practical issue we are engaged in what is now known as a *reverie*. This is our spontaneous and favorite kind of thinking. We allow our ideas to take their own course and this course is determined by our hopes and fears, our spontaneous desires, their fulfillment or frustration; by our likes and dislikes, our loves and hates and resentments. There is nothing else anything like so interesting to ourselves as ourselves. All thought that is not more or less laboriously controlled and directed will inevitably circle about the beloved Ego. It is amusing and pathetic to observe this tendency in ourselves and in others. We learn politely and generously to overlook this truth, but if we dare to think of it, it blazes forth like the noontide sun.

The reverie or “free association of ideas” has of late become the subject of scientific research. While investigators are not yet agreed on the results, or at least on the proper interpretation to be given to them, there can be no doubt that our reveries form the chief index to our fundamental character. They are a reflection of our nature as modified by often hidden and forgotten experiences. We need not go into the matter further here, for it is only necessary to observe that the reverie is at all times a potent and in many cases an omnipotent rival to every other kind of thinking. It doubtless influences all our speculations in its persistent tendency to self-magnification and self-justification, which are its chief preoccupations, but it is the last thing to make directly or indirectly for honest increase of knowledge.²⁷ Philosophers usually talk as if such thinking did not exist or were in some way negligible. This is what makes their speculations so unreal and often worthless. The reverie, as any of us can see for himself, is frequently broken and interrupted by the necessity of a second kind of thinking. We have to make practical decisions. Shall we write a letter or no? Shall we take the subway or a bus? Shall we have dinner at seven or half past? Shall we buy U. S. Rubber or a Liberty Bond? Decisions are easily distinguishable from the free flow of the reverie. Sometimes they demand a good deal of careful pondering and the recollection of pertinent facts; often, however, they are made impulsively. They are a more difficult and laborious thing than the reverie, and we resent having to “make up our mind” when we are tired, or absorbed in a congenial reverie. Weighing a decision, it should be noted, does not necessarily add anything to our knowledge, although we may, of course, seek further information before making it.

4. Rationalizing

A third kind of thinking is stimulated when anyone questions our belief and opinions. We sometimes find ourselves changing our minds without any resistance or heavy emotion, but if we are told that we are wrong we resent the imputation and harden our hearts. We are incredibly heedless in the formation of our beliefs, but find ourselves filled with an illicit passion for them when anyone proposes to rob us of their companionship. It is obviously not the ideas themselves that are dear to us, but our self-esteem, which is threatened. We are by nature stubbornly pledged to defend our own from attack, whether it be our person, our family, our property, or our opinion. A United States Senator once remarked to a friend of mine that God Almighty could not make him change his mind on our Latin-America policy. We may surrender, but rarely confess ourselves vanquished. In the intellectual world at least peace is without victory.

Few of us take the pains to study the origin of our cherished convictions; indeed, we have a natural repugnance to so doing. We like to continue to believe what we have been accustomed to accept as true, and the resentment aroused when doubt is cast upon any of our assumptions leads us to seek every manner of excuse for clinging to them. *The result is that most of our so-called reasoning consists in finding arguments for going on believing as we already do.*

I remember years ago attending a public dinner to which the Governor of the state was bidden. The chairman explained that His Excellency could not be present for certain "good" reasons; what the "real" reasons were the presiding officer said he would leave us to conjecture. This distinction between "good" and "real" reasons is one of the most clarifying and essential in the whole realm of thought. We can readily give what seem to us "good" reasons for being a Catholic or a Mason, a Republican or a Democrat, an adherent or opponent of the League of Nations. But the "real" reasons are usually on quite a different plane. Of course the importance of this distinction is popularly, if somewhat obscurely, recognized. The Baptist missionary is ready enough to see that the Buddhist is not such because his doctrines would bear careful inspection, but because he happened to be born in a Buddhist family in Tokio. But it would be treason to his faith to acknowledge that his own partiality for certain doctrines is due to the fact that his mother was a member of the First Baptist church of Oak Ridge. A savage can give all sorts of reasons for his belief that it is dangerous to step on a man's shadow, and a newspaper editor can advance plenty of arguments against the Bolsheviki. But neither of them may realize why he happens to be defending his particular opinion.

The “real” reasons for our beliefs are concealed from ourselves as well as from others. As we grow up we simply adopt the ideas presented to us in regard to such matters as religion, family relations, property, business, our country, and the state. We unconsciously absorb them from our environment. They are persistently whispered in our ear by the group in which we happen to live. Moreover, as Mr. Trotter has pointed out, these judgments, being the product of suggestion and not of reasoning, have the quality of perfect obviousness, so that to question them

... is to the believer to carry skepticism to an insane degree, and will be met by contempt, disapproval, or condemnation, according to the nature of the belief in question. When, therefore, we find ourselves entertaining an opinion about the basis of which there is a quality of feeling which tells us that to inquire into it would be absurd, obviously unnecessary, unprofitable, undesirable, bad form, or wicked, we may know that that opinion is a nonrational one, and probably, therefore, founded upon inadequate evidence.²⁸

Opinions, on the other hand, which are the result of experience or of honest reasoning do not have this quality of “primary certitude”. I remember when as a youth I heard a group of business men discussing the question of the immortality of the soul, I was outraged by the sentiment of doubt expressed by one of the party. As I look back now I see that I had at the time no interest in the matter, and certainly no least argument to urge in favor of the belief in which I had been reared. But neither my personal indifference to the issue, nor the fact that I had previously given it no attention, served to prevent an angry resentment when I heard *my* ideas questioned.

This spontaneous and loyal support of our preconceptions—this process of finding “good” reasons to justify our routine beliefs—is known to modern psychologists as “rationalizing”—clearly only a new name for a very ancient thing. Our “good” reasons ordinarily have no value in promoting honest enlightenment, because, no matter how solemnly they may be marshaled, they are at bottom the result of personal preference or prejudice, and not of an honest desire to seek or accept new knowledge.

In our reveries we are frequently engaged in self-justification, for we cannot bear to think ourselves wrong, and yet have constant illustrations of our weaknesses and mistakes. So we spend much time finding fault with circumstances and the conduct of others, and shifting on to them with great ingenuity the on us of our own failures and disappointments. *Rationalizing is the self-exculpation*

which occurs when we feel ourselves, or our group, accused of misapprehension or error.

The little word *my* is the most important one in all human affairs, and properly to reckon with it is the beginning of wisdom. It has the same force whether it is *my* dinner, *my* dog, and *my* house, or *my* faith, *my* country, and *my* God. We not only resent the imputation that our watch is wrong, or our car shabby, but that our conception of the canals of Mars, of the pronunciation of “Epictetus”, of the medicinal value of salicine, or the date of Sargon I, are subject to revision.

Philosophers, scholars, and men of science exhibit a common sensitiveness in all decisions in which their *amour propre* is involved. Thousands of argumentative works have been written to vent a grudge. However stately their reasoning, it may be nothing but rationalizing, stimulated by the most commonplace of all motives. A history of philosophy and theology could be written in terms of grouches, wounded pride, and aversions, and it would be far more instructive than the usual treatments of these themes. Sometimes, under Providence, the lowly impulse of resentment leads to great achievements. Milton wrote his treatise on divorce as a result of his troubles with his seventeen-year-old wife, and when he was accused of being the leading spirit in a new sect, the Divorcers, he wrote his noble *Areopagitica* to prove his right to say what he thought fit, and incidentally to establish the advantage of a free press in the promotion of Truth.

All mankind, high and low, thinks in all the ways which have been described. The reverie goes on all the time not only in the mind of the mill hand and the Broadway flapper, but equally in weighty judges and godly bishops. It has gone on in all the philosophers, scientists, poets, and theologians that have ever lived. Aristotle’s most abstruse speculations were doubtless tempered by highly irrelevant reflections. He is reported to have had very thin legs and small eyes, for which he doubtless had to find excuses, and he was wont to indulge in very conspicuous dress and rings and was accustomed to arrange his hair carefully.²⁹ Diogenes the Cynic exhibited the impudence of a touchy soul. His tub was his distinction. Tennyson in beginning his “Maud” could not forget his chagrin over losing his patrimony years before as the result of an unhappy investment in the Patent Decorative Carving Company. These facts are not recalled here as a gratuitous disparagement of the truly great, but to insure a full realization of the tremendous competition which all really exacting thought has to face, even in the minds of the most highly endowed mortals.

And now the astonishing and perturbing suspicion emerges that perhaps almost all that had passed for social science, political economy, politics, and ethics in the past may be brushed aside by future generations as mainly rationalizing. John Dewey has already reached this conclusion in regard to philosophy.³⁰ Veblen³¹ and other writers have revealed the various unperceived presuppositions of the traditional political economy, and now comes an Italian sociologist, Vilfredo Pareto, who, in his huge treatise on general sociology, devotes hundreds of pages to substantiating a similar thesis affecting all the social sciences.³² This conclusion may be ranked by students of a hundred years hence as one of the several great discoveries of our age. It is by no means fully worked out, and it is so opposed to nature that it will be very slowly accepted by the great mass of those who consider themselves thoughtful. As a historical student I am personally fully reconciled to this newer view. Indeed, it seems to me inevitable that just as the various sciences of nature were, before the opening of the seventeenth century, largely masses of rationalizations to suit the religious sentiments of the period, so the social sciences have continued even to our own day to be rationalizations of uncritically accepted beliefs and customs.

It will become apparent as we proceed that the fact that an idea is ancient and that it has been widely received is no argument in its favor, but should immediately suggest the necessity of carefully testing it as a probable instance of rationalization.

5. How creative thought transforms the world

This brings us to another kind of thought which can fairly easily be distinguished from the three kinds described above. It has not the usual qualities of the reverie, for it does not hover about our personal complacencies and humiliations. It is not made up of the homely decisions forced upon us by everyday needs, when we review our little stock of existing information, consult our conventional preferences and obligations, and make a choice of action. It is not the defense of our own cherished beliefs and prejudices just because they are our own—mere plausible excuses for remaining of the same mind. On the contrary, it is that peculiar species of thought which leads us to *change* our mind.

It is this kind of thought that has raised man from his pristine, subsavage ignorance and squalor to the degree of knowledge and

comfort which he now possesses. On his capacity to continue and greatly extend this kind of thinking depends his chance of groping his way out of the plight in which the most highly civilized peoples of the world now find themselves. In the past this type of thinking has been called Reason. But so many misapprehensions have grown up around the word that some of us have become very suspicious of it. I suggest, therefore, that we substitute a recent name and speak of “creative thought” rather than of Reason. *For this kind of meditation begets knowledge, and knowledge is really creative inasmuch as it makes things look different from what they seemed before and may indeed work for their reconstruction.*

In certain moods some of us realize that we are observing things or making reflections with a seeming disregard of our personal preoccupations. We are not preening or defending ourselves; we are not faced by the necessity of any practical decision, nor are we apologizing for believing this or that. We are just wondering and looking and mayhap seeing what we never perceived before.

Curiosity is as clear and definite as any of our urges. We wonder what is in a sealed telegram or in a letter in which some one else is absorbed, or what is being said in the telephone booth or in low conversation. This inquisitiveness is vastly stimulated by jealousy, suspicion, or any hint that we ourselves are directly or indirectly involved. But there appears to be a fair amount of personal interest in other people’s affairs even when they do not concern us except as a mystery to be unraveled or a tale to be told. The reports of a divorce suit will have “news value” for many weeks. They constitute a story, like a novel or play or moving picture. This is not an example of pure curiosity, however, since we readily identify ourselves with others, and their joys and despair then become our own.

We also take note of, or “observe”, as Sherlock Holmes says, things which have nothing to do with our personal interests and make no personal appeal either direct or by way of sympathy. This is what Veblen so well calls “idle curiosity”. And it is usually idle enough. Some of us when we face the line of people opposite us in a subway train impulsively consider them in detail and engage in rapid inferences and form theories in regard to them. On entering a room there are those who will perceive at a glance the degree of preciousness of the rugs, the character of the pictures, and the personality revealed by the books. But there are many, it would seem, who are so absorbed in their personal reverie or in some definite purpose that they have no bright-eyed energy for idle curiosity. The tendency to miscellaneous observation we come by honestly enough, for we note it in many of our animal relatives.

Veblen, however, uses the term “idle curiosity” somewhat ironically, as is his wont. It is idle only to those who fail to realize that it may be a very rare and indispensable thing from which almost all distinguished human achievement proceeds. Since it may lead to systematic examination and seeking for things hitherto undiscovered. For research is but diligent search which enjoys the high flavor of primitive hunting. Occasionally and fitfully idle curiosity thus leads to creative thought, which alters and broadens our own views and aspirations and may in turn, under highly favorable circumstances, affect the views and lives of others, even for generations to follow. An example or two will make this unique human process clear.

Galileo was a thoughtful youth and doubtless carried on a rich and varied reverie. He had artistic ability and might have turned out to be a musician or painter. When he had dwelt among the monks at Valambrosa he had been tempted to lead the life of a religious. As a boy he busied himself with toy machines and he inherited a fondness for mathematics. All these facts are of record. We may safely assume also that, along with many other subjects of contemplation, the Pisan maidens found a vivid place in his thoughts.

One day when seventeen years old he wandered into the cathedral of his native town. In the midst of his reverie he looked up at the lamps hanging by long chains from the high ceiling of the church. Then something very difficult to explain occurred. He found himself no longer thinking of the building, worshipers, or the services; of his artistic or religious interests; of his reluctance to become a physician as his father wished. He forgot the question of a career and even the *graziosissime donne*. As he watched the swinging lamps he was suddenly wondering if mayhap their oscillations, whether long or short, did not occupy the same time. Then he tested this hypothesis by counting his pulse, for that was the only timepiece he had with him.

This observation, however remarkable in itself, was not enough to produce a really creative thought. Others may have noticed the same thing and yet nothing came of it. Most of our observations have no assignable results. Galileo may have seen that the warts on a peasant's face formed a perfect isosceles triangle, or he may have noticed with boyish glee that just as the officiating priest was uttering the solemn words, *ecce agnus Dei*, a fly lit on the end of his nose. To be really creative, ideas have to be worked up and then “put over”, so that they become a part of man's social heritage. The highly accurate pendulum clock was one of the later results of Galileo's discovery. He himself was led to reconsider and

successfully to refute the old notions of falling bodies. It remained for Newton to prove that the moon was falling, and presumably all the heavenly bodies. This quite upset all the consecrated views of the heavens as managed by angelic engineers. The universality of the laws of gravitation stimulated the attempt to seek other and equally important natural laws and cast grave doubts on the miracles in which mankind had hitherto believed. In short, those who dared to include in their thought the discoveries of Galileo and his successors found themselves in a new earth surrounded by new heavens.

On the 28th of October, 1831, three hundred and fifty years after Galileo had noticed the isochronous vibrations of the lamps, creative thought and its currency had so far increased that Faraday was wondering what would happen if he mounted a disk of copper between the poles of a horseshoe magnet. As the disk revolved an electric current was produced. This would doubtless have seemed the idlest kind of an experiment to the stanch business men of the time, who, it happened, were just then denouncing the child-labor bills in their anxiety to avail themselves to the full of the results of earlier idle curiosity. But should the dynamos and motors which have come into being as the outcome of Faraday's experiment be stopped this evening, the business man of to-day, agitated over labor troubles, might, as he trudged home past lines of "dead" cars, through dark streets to an unlighted house, engage in a little creative thought of his own and perceive that he and his laborers would have no modern factories and mines to quarrel about had it not been for the strange practical effects of the idle curiosity of scientists, inventors, and engineers.

The examples of creative intelligence given above belong to the realm of modern scientific achievement, which furnishes the most striking instances of the effects of scrupulous, objective thinking. But there are, of course, other great realms in which the recording and embodiment of acute observation and insight have wrought themselves into the higher life of man. The great poets and dramatists and our modern story-tellers have found themselves engaged in productive reveries, noting and artistically presenting their discoveries for the delight and instruction of those who have the ability to appreciate them.

The process by which a fresh and original poem or drama comes into being is doubtless analogous to that which originates and elaborates so-called scientific discoveries; but there is clearly a temperamental difference. The genesis and advance of painting, sculpture, and music offer still other problems. We really as yet know shockingly little about these matters, and indeed very few

people have the least curiosity about them.³³ Nevertheless, creative intelligence in its various forms and activities is what makes man. Were it not for its slow, painful, and constantly discouraged operations through the ages man would be no more than a species of primate living on seeds, fruit, roots, and uncooked flesh, and wandering naked through the woods and over the plains like a chimpanzee.

The origin and progress and future promotion of civilization are ill understood and misconceived. These should be made the chief theme of education, but much hard work is necessary before we can reconstruct our ideas of man and his capacities and free ourselves from innumerable persistent misapprehensions. There have been obstructionists in all times, not merely the lethargic masses, but the moralists, the rationalizing theologians, and most of the philosophers, all busily if unconsciously engaged in ratifying existing ignorance and mistakes and discouraging creative thought. Naturally, those who reassure us seem worthy of honor and respect. Equally naturally those who puzzle us with disturbing criticisms and invite us to change our ways are objects of suspicion and readily discredited. Our personal discontent does not ordinarily extend to any critical questioning of the general situation in which we find ourselves. In every age the prevailing conditions of civilization have appeared quite natural and inevitable to those who grew up in them. The cow asks no questions as to how it happens to have a dry stall and a supply of hay. The kitten laps its warm milk from a china saucer, without knowing anything about porcelain; the dog nestles in the corner of a divan with no sense of obligation to the inventors of upholstery and the manufacturers of down pillows. So we humans accept our breakfasts, our trains and telephones and orchestras and movies, our national Constitution, or moral code and standards of manners, with the simplicity and innocence of a pet rabbit. We have absolutely inexhaustible capacities for appropriating what others do for us with no thought of a "thank you". We do not feel called upon to make any least contribution to the merry game ourselves. Indeed, we are usually quite unaware that a game is being played at all.

We have now examined the various classes of thinking which we can readily observe in ourselves and which we have plenty of reasons to believe go on, and always have been going on, in our fellow-men. We can sometimes get quite pure and sparkling examples of all four kinds, but commonly they are so confused and intermingled in our reverie as not to be readily distinguishable. The reverie is a reflection of our longings, exultations, and complacencies, our fears, suspicions, and disappointments. We are

chiefly engaged in struggling to maintain our self-respect and in asserting that supremacy which we all crave and which seems to us our natural prerogative. It is not strange, but rather quite inevitable, that our beliefs about what is true and false, good and bad, right and wrong, should be mixed up with the reverie and be influenced by the same considerations which determine its character and course. We resent criticisms of our views exactly as we do of anything else connected with ourselves. Our notions of life and its ideals seem to us to be *our own* and as such necessarily true and right, to be defended at all costs.

We very rarely consider, however, the process by which we gained our convictions. If we did so, we could hardly fail to see that there was usually little ground for our confidence in them. Here and there, in this department of knowledge or that, some one of us might make a fair claim to have taken some trouble to get correct ideas of, let us say, the situation in Russia, the sources of our food supply, the origin of the Constitution, the revision of the tariff, the policy of the Holy Roman Apostolic Church, modern business organization, trade unions, birth control, socialism, the League of Nations, the excess-profits tax, preparedness, advertising in its social bearings; but only a very exceptional person would be entitled to opinions on all of even these few matters. And yet most of us have opinions on all these, and on many other questions of equal importance, of which we may know even less. We feel compelled, as self-respecting persons, to take sides when they come up for discussion. We even surprise ourselves by our omniscience. Without taking thought we see in a flash that it is most righteous and expedient to discourage birth control by legislative enactment, or that one who decries intervention in Mexico is clearly wrong, or that big advertising is essential to big business and that big business is the pride of the land. As godlike beings why should we not rejoice in our omniscience?

It is clear, in any case, that our convictions on important matters are not the result of knowledge or critical thought, nor, it may be added, are they often dictated by supposed self-interest. Most of them are *pure prejudices* in the proper sense of that word. We do not form them ourselves. They are the whisperings of «the voice of the herd». We have in the last analysis no responsibility for them and need assume none. They are not really our own ideas, but those of others no more well informed or inspired than ourselves, who have got them in the same careless and humiliating manner as we. It should be our pride to revise our ideas and not to adhere to what passes for respectable opinion, for such opinion can frequently be shown to be not respectable at all. We should, in view of the

considerations that have been mentioned, resent our supine credulity. As an English writer has remarked:

“If we feared the entertaining of an unverifiable opinion with the warmth with which we fear using the wrong implement at the dinner table, if the thought of holding a prejudice disgusted us as does a foul disease, then the dangers of man’s suggestibility would be turned into advantages.”³⁴

The purpose of this essay is to set forth briefly the way in which the notions of the herd have been accumulated. This seems to me the best, easiest, and least invidious educational device for cultivating a proper distrust for the older notions on which we still continue to rely.

The “real” reasons, which explain how it is we happen to hold a particular belief, are chiefly historical. Our most important opinions—those, for example, having to do with traditional, religious, and moral convictions, property rights, patriotism, national honor, the state, and indeed all the assumed foundations of society—are, as I have already suggested, rarely the result of reasoned consideration, but of unthinking absorption from the social environment in which we live. Consequently, they have about them a quality of “elemental certitude”, and we especially resent doubt or criticism cast upon them. So long, however, as we revere the whisperings of the herd, we are obviously unable to examine them dispassionately and to consider to what extent they are suited to the novel conditions and social exigencies in which we find ourselves to-day.

The “real” reasons for our beliefs, by making clear their origins and history, can do much to dissipate this emotional blockade and rid us of our prejudices and preconceptions. Once this is done and we come critically to examine our traditional beliefs, we may well find some of them sustained by experience and honest reasoning, while others must be revised to meet new conditions and our more extended knowledge. But only after we have undertaken such a critical examination in the light of experience and modern knowledge, freed from any feeling of “primary certitude”, can we claim that the “good” are also the “real” reasons for our opinions.

I do not flatter myself that this general show-up of man’s thought through the ages will cure myself or others of carelessness in adopting ideas, or of unseemly heat in defending them just because we have adopted them. But if the considerations which I propose to recall are really incorporated into our thinking and are permitted to establish our general outlook on human affairs, they will do much to relieve the imaginary obligation we feel in regard to traditional sentiments and ideals. Few of us are capable of engaging in creative

thought, but some of us can at least come to distinguish it from other and inferior kinds of thought and accord to it the esteem that it merits as the greatest treasure of the past and the only hope of the future.

excellent.

* * * * *



III

Nous étions déjà si vieux quand nous sommes nés.

ANATOLE FRANCE.

Simia quam similis, turpissima bestia, nobis?

ENNIUS.

Tous les hommes se ressemblent si fort qu'il n'y a point de peuple dont les sottises ne nous doivent faire trembler.

FONTENELLE.

The savage is very close to us indeed, both in his physical and mental make-up and in the forms of his social life. Tribal society is virtually delayed civilization, and the savages are a sort of contemporaneous ancestry.

WILLIAM I. THOMAS.

6. Our animal heritage. The nature of civilization

There are four historical layers underlying the minds of civilized men—the animal mind, the child mind, the savage mind, and the traditional civilized mind. We are all animals and never can cease to be; we were all children at our most impressionable age and can never get over the effects of that; our human ancestors have lived in

savagery during practically the whole existence of the race, say five hundred thousand or a million years, and the primitive human mind is ever with us; finally, we are all born into an elaborate civilization, the constant pressure of which we can by no means escape.

Each of these underlying minds has its special sciences and appropriate literatures. The new discipline of animal or comparative psychology deals with the first; genetic and analytical psychology with the second;³⁵ anthropology, ethnology, and comparative religion with the third; and the history of philosophy, science, theology, and literature with the fourth.

We may grow beyond these underlying minds and in the light of new knowledge we may criticize their findings and even persuade ourselves that we have successfully transcended them. But if we are fair with ourselves we shall find that their hold on us is really inexorable. We can only transcend them artificially and precariously and in certain highly favorable conditions. Depression, anger, fear, or ordinary irritation will speedily prove the insecurity of any structure that we manage to rear on our fourfold foundation. Such fundamental and vital preoccupations as religion, love, war, and the chase stir impulses that lie far back in human history and which effectually repudiate the cavilings of ratiocination.

In all our reveries and speculations, even the most exacting, sophisticated, and disillusioned, we have three unsympathetic companions sticking closer than a brother and looking on with jealous impatience—our wild apish progenitor, a playful or peevish baby, and a savage. We may at any moment find ourselves overtaken with a warm sense of camaraderie for any or all of these ancient pals of ours, and experience infinite relief in once more disporting ourselves with them as of yore. Some of us have in addition a Greek philosopher or man of letters in us; some a neoplatonic mystic, some a mediaeval monk, all of whom have learned to make terms with their older playfellows.

Before retracing the way in which the mind as we now find it in so-called intelligent people has been accumulated, we may take time to try to see what civilization is and why man alone can become civilized. For the mind has expanded *pari passu* with civilization, and without civilization there would, I venture to conjecture, have been no human mind in the commonly accepted sense of that term.

It is now generally conceded by all who have studied the varied evidence and have freed themselves from ancient prejudice that, if we traced back our human lineage far enough we should come to a point where our human ancestors had no civilization and lived a speechless, naked, houseless, fireless, and toolless life, similar to

that of the existing primates with which we are zoologically closely connected.

This is one of the most fully substantiated of historical facts and one which we can never neglect in our attempts to explain man as he now is. We are all descended from the lower animals. We are furthermore still animals with not only an animal body, but with an animal mind. And this animal body and animal mind are the original foundations on which even the most subtle and refined intellectual life must perforce rest.

We are ready to classify certain of our most essential desires as brutish—hunger and thirst, the urgency of sleep, and especially sexual longing. We know of blind animal rage, of striking, biting, scratching, howling, and snarling, of irrational fears and ignominious flight. We share our senses with the higher animals, have eyes and ears, noses and tongues much like theirs; heart, lungs, and other viscera, and four limbs. They have brains which stand them in good stead, although their heads are not so good as ours. But when one speaks of the animal mind he should think of still other resemblances between the brute and man.

All animals learn—even the most humble among them may gain something from experience. All the higher animals exhibit curiosity under certain circumstances, and it is this impulse which underlies all human science.

Moreover, some of the higher animals, especially the apes and monkeys, are much given to fumbling and groping. They are restless, easily bored, and spontaneously experimental. They therefore make discoveries quite unconsciously, and form new and sometimes profitable habits of action. If, by mere fumbling, a monkey, cat, or dog happens on a way to secure food, this remunerative line of conduct will “occur” to the creature when he feels hungry. This is what Thorndike has named learning by “trial and error”. It might better be called “fumbling and success”, for it is the success that establishes the association. The innate curiosity which man shares with his uncivilized zoological relatives is the native impulse that leads to scientific and philosophical speculation, and the original fumbling of a restless ape has become the ordered experimental investigation of modern times. A creature which lacked curiosity and had no tendency to fumble could never have developed civilization and human intelligence.

But why did man alone of all the animals become civilized? The reason is not far to seek, although it has often escaped writers³⁶ on the subject. All animals gain a certain wisdom with age and experience, but the experience of one ape does not profit another.

Learning among animals below man is *individual*, not *co-operative* and *cumulative*. One dog does not seem to learn from another, nor one ape from another, in spite of the widespread misapprehension in this regard. Many experiments have been patiently tried in recent years and it seems to be pretty well established that the monkey learns by *monkeying*, but that he rarely or never appears to *ape*. He does not learn by imitation, because he does not imitate. There may be minor exceptions, but the fact that apes never, in spite of a bodily equipment nearly human, become in the least degree civilized, would seem to show that the accumulation of knowledge or dexterity through imitation is impossible for them.

Man has the various sense organs of the apes and their extraordinary power of manipulation. To these essentials he adds a brain sufficiently more elaborate than that of the chimpanzee to enable him to do something that the ape cannot do—namely, “see” things clearly enough to form associations through imitation.³⁷

We can imagine the manner in which man unwittingly took one of his momentous and unprecedented first steps in civilization. Some restless primeval savage might find himself scraping the bark off a stick with the edge of a stone or shell and finally cutting into the wood and bringing the thing to a point. He might then spy an animal and, quite without reasoning, impulsively make a thrust with the stick and discover that it pierced the creature. If he could hold these various elements in the situation, sharpening the stick and using it, he would have made an invention—a rude spear. A particularly acute bystander might comprehend and imitate the process. If others did so and the habit was established in the tribe so that it became traditional and was transmitted to following generations, the process of civilization would have begun—also the process of human learning, which is noticing distinctions and analyzing situations. This simple process of sharpening a stick would involve the “concepts”, as the philosophers say, of a tool and bark and a point and an artificial weapon. But ages and ages were to elapse before the botanist would distinguish the various layers which constitute the bark, or successive experimenters come upon the idea of a bayonet to take the place of the spear.

Of late, considerable attention has been given to the question of man’s original, uneducated, animal nature; what resources has he as a mere creature independent of any training that results from being brought up in some sort of civilized community? The question is difficult to formulate satisfactorily and still more difficult to answer. But without attempting to list man’s supposed natural “instincts” we must assume that civilization is built up on his original

propensities and impulses, whatever they may be. These probably remain nearly the same from generation to generation. The idea formerly held that the civilization of our ancestors affects our original nature is almost completely surrendered. *We are all born wholly uncivilized.*

If a group of infants from the “best” families of to-day could be reared by apes they would find themselves with no civilization. How long it would take them and their children to gain what now passes for even a low savage culture it is impossible to say. The whole arduous task would have to be performed anew and it might not take place at all, unless conditions were favorable, for man is not naturally a “progressive” animal. He shares the tendency of all other animal tribes just to pull through and reproduce his kind.

Most of us do not stop to think of the conditions of an animal existence. When we read the descriptions of our nature as given by William James, McDougall, or even Thorndike, with all his reservations, we get a rather impressive idea of our possibilities, not a picture of uncivilized life. When we go camping we think that we are deserting civilization, forgetting the sophisticated guides, and the pack horses laden with the most artificial luxuries, many of which would not have been available even a hundred years ago. We lead the simple life with Swedish matches, Brazilian coffee, Canadian bacon, California canned peaches, magazine rifles, jointed fishing rods, and electric flashlights. We are elaborately clothed and can discuss Bergson’s views or D. H. Lawrence’s last story. We naïvely imagine we are returning to “primitive” conditions because we are living out of doors or sheltered in a less solid abode than usual, and have to go to the brook for water.

But man’s original estate was, as Hobbes reflected, “poor, nasty, brutish, and short”. To live like an animal is to rely upon one’s own quite naked equipment and efforts, and not to mind getting wet or cold or scratching one’s bare legs in the underbrush. One would have to eat his roots and seeds quite raw, and gnaw a bird as a cat does. To get the feel of uncivilized life, let us recall how savages with the comparatively advanced degree of culture reached by our native Indian tribes may fall to when really hungry. In the journal of the Lewis and Clark expedition there is an account of the killing of a deer by the white men. Hearing of this, the Shoshones raced wildly to the spot where the warm and bloody entrails had been thrown out

... and ran tumbling over one another like famished dogs. Each tore away whatever part he could, and instantly began to eat it; some had the liver, some the kidneys, and, in short, no part on which we

are accustomed to look with disgust escaped them. One of them who had seized about nine feet of the entrails was chewing at one end, while with his hand he was diligently clearing his way by discharging the contents at the other.

Another striking example of simple animal procedure is given in the same journal:

One of the women, who had been leading two of our pack horses, halted at a rivulet about a mile behind and sent on the two horses by a female friend. On inquiring of Cameahwait the cause of her detention, he answered, with great apparent unconcern, that she had just stopped to lie in, but would soon overtake us. In fact, we were astonished to see her in about an hour's time come on with her new-born infant, and pass us on her way to the camp, seemingly in perfect health.

This is the simple life and it was the life of our ancestors before civilization began. It had been the best kind of life possible in all the preceding aeons of the world's history. Without civilization it would be the existence to which all human beings now on the earth would forthwith revert. It is man's starting point.³⁸

But what about the mind? What was going on in the heads of our untutored forbears? We are apt to fall into the error of supposing that because they had human brains they must have had somewhat the same kinds of ideas and made the same kind of judgments that we do. Even distinguished philosophers like Descartes and Rousseau made this mistake. This assumption will not stand inspection. To reach back in imagination to the really primitive mind we should of course have to deduct at the start all the knowledge and all the discriminations and classifications that have grown up as a result of our education and our immersion from infancy in a highly artificial environment. Then we must recollect that our primitive ancestor had no words with which to name and tell about things. He was speechless. His fellows knew no more than he did. Each one learned during his lifetime according to his capacity, but no instruction in our sense of the word was possible. What he saw and heard was not what we should have called seeing and hearing. He responded to situations in a blind and impulsive manner, with no clear idea of them. In short, he must have *thought* much as a wolf or bear does, just as he *lived* much like them.

We must be on our guard against accepting the prevalent notions of even the animal intellect. An owl may look quite as wise as a judge. A monkey, canary, or collie has bright eyes and seems far more alert than most of the people we see on the street car. A squirrel in

the park appears to be looking at us much as we look at him. But he cannot be seeing the same things that we do. We can be scarcely more to him than a vague suggestion of peanuts. And even the peanut has little of the meaning for him that it has for us. A dog perceives a motor-car and may be induced to ride in it, but his idea of it would not differ from that of an ancient carryall, except, mayhap, in an appreciative distinction between the odor of gasoline and that of the stable. Only in times of sickness, drunkenness, or great excitement can we get some hint in ourselves of the impulsive responses in animals free from human sophistication and analysis.

Locke thought that we first got simple ideas and then combined them into more complex conceptions and finally into generalizations or abstract ideas. But this is not the way that man's knowledge arose. He started with mere impressions of general situations, and gradually by his ability to handle things he came upon distinctions, which in time he made clearer by attaching names to them.

We keep repeating this process when we learn about anything. The typewriter is at first a mere mass impression, and only gradually and imperfectly do most of us distinguish certain of its parts; only the men who made it are likely to realize its full complexity by noting and assigning names to all the levers, wheels, gears, bearings, controls, and adjustments. John Stuart Mill thought that the chief function of the mind was making inferences. But making distinctions is equally fundamental—seeing that there are really many things where only one was at first apparent. This process of analysis has been man's supreme accomplishment. This is what has made his mind grow.

The human mind has then been built up through hundreds of thousands of years by gradual accretions and laborious accumulations. Man started at a cultural zero and had to find out everything for himself; or rather a very small number of peculiarly restless and adventurous spirits did the work. The great mass of humanity has never had anything to do with the increase of intelligence except to act as its medium of transfusion and perpetuation. Creative intelligence is confined to the very few, but the many can thoughtlessly avail themselves of the more obvious achievements of those who are exceptionally highly endowed.

Even an ape will fit himself into a civilized environment. A chimpanzee can be taught to relish bicycles, roller skates, and cigarettes which he could never have devised, cannot understand, and could not reproduce. Even so with mankind. Most of us could not have devised, do not understand, and consequently could not

reproduce any of the everyday conveniences and luxuries which surround us. Few of us could make an electric light, or write a good novel to read by it, or paint a picture for it to shine upon.

Professor Giddings has recently asked the question, Why has there been any history?³⁹ Why, indeed, considering that the “good” and “respectable” is usually synonymous with the ancient routine, and the old have always been there to repress the young? Such heavy words of approval as “venerable”, “sanctified”, and “revered” all suggest great age rather than fresh discoveries. As it was in the beginning, is now and ever shall be, is our protest against being disturbed, forced to think or to change our habits. So history, *namely change*, has been mainly due to a small number of “seers”,—really gropers and monkeyers—whose native curiosity outran that of their fellows and led them to escape here and there from the sanctified blindness of their time.

The seer is simply an example of a *variation* biologically, such as occurs in all species of living things, both animal and vegetable. But the unusually large roses in our gardens, the swifter horses of the herd, and the cleverer wolf in the pack have no means of influencing their fellows as a result of their peculiar superiority. Their offspring has some chance of sharing to some degree this pre-eminence, but otherwise things will go on as before. Whereas the singular variation represented by a St. Francis, a Dante, a Voltaire, or a Darwin may permanently, and for ages to follow change somewhat the character and ambitions of innumerable inferior members of the species who could by no possibility have originated anything for themselves, but who can, nevertheless, suffer some modification as a result of the teachings of others. This illustrates the magical and unique workings of culture and creative intelligence in mankind.⁴⁰

We have no means of knowing when or where the first contribution to civilization was made, and with it a start on the arduous building of the mind. There is some reason to think that the men who first transcended the animal mind were of inferior mental capacity to our own, but even if man, emerging from his animal estate, had had on the average quite as good a brain as those with which we are now familiar, I suspect that the extraordinarily slow and hazardous process of accumulating modern civilization would not have been greatly shortened. Mankind is lethargic, easily pledged to routine, timid, suspicious of innovation. That is his nature. He is only artificially, partially, and very recently “progressive”. He has spent almost his whole existence as a savage hunter, and in that state of ignorance he illustrated on a magnificent scale all the inherent weaknesses of the human mind.

7. Our savage mind

Should we arrange our present beliefs and opinions on the basis of their age, we should find that some of them were very, very old, going back to primitive man; others were derived from the Greeks; many more of them would prove to come directly from the Middle Ages; while certain others in our stock were unknown until natural science began to develop in a new form about three hundred years ago. The idea that man has a soul or double which survives the death of the body is very ancient indeed and is accepted by most savages. Such confidence as we have in the liberal arts, metaphysics, and formal logic goes back to the Greek thinkers; our religious ideas and our standards of sexual conduct are predominantly mediaeval in their presuppositions; our notions of electricity and disease germs are, of course, recent in origin, the result of painful and prolonged research which involved the rejection of a vast number of older notions sanctioned by immemorial acceptance.

In general, those ideas which are still almost universally accepted in regard to man's nature, his proper conduct, and his relations to God and his fellows are far more ancient and far less critical than those which have to do with the movement of the stars, the stratification of the rocks and the life of plants and animals.

Nothing is more essential in our attempt to escape from the bondage of consecrated ideas than to get a vivid notion of human achievement in its proper historical perspective. In order to do this let us imagine the whole gradual and laborious attainments of mankind compressed into the compass of a single lifetime. Let us assume that a single generation of men have in fifty years managed to accumulate all that now passes for civilization. They would have to start, as all individuals do, absolutely uncivilized, and their task would be to recapitulate what has occupied the race for, let us guess, at least five hundred thousand years. Each year in the life of a generation would therefore correspond to ten thousand years in the progress of the race.

On this scale it would require forty-nine years to reach a point of intelligence which would enable our self-taught generation to give up their ancient and inveterate habits of wandering hunters and settle down here and there to till the ground, harvest their crops, domesticate animals, and weave their rough garments. Six months later, or half through the fiftieth year, some of them, in a particularly favorable situation, would have invented writing and thus established a new and wonderful means of spreading and

perpetuating civilization. Three months later another group would have carried literature, art, and philosophy to a high degree of refinement and set standards for the succeeding weeks. For two months our generation would have been living under the blessings of Christianity; the printing press would be but a fortnight old and they would not have had the steam engine for quite a week. For two or three days they would have been hastening about the globe in steamships and railroad trains, and only yesterday would they have come upon the magical possibilities of electricity. Within the last few hours they would have learned to sail in the air and beneath the waters, and have forthwith applied their newest discoveries to the prosecution of a magnificent war on the scale befitting their high ideals and new resources. This is not so strange, for only a week ago they were burning and burying alive those who differed from the ruling party in regard to salvation, eviscerating in public those who had new ideas of government, and hanging old women who were accused of traffic with the devil. All of them had been no better than vagrant savages a year before. Their fuller knowledge was altogether too recent to have gone very deep, and they had many institutions and many leaders dedicated to the perpetuation of outworn notions which would otherwise have disappeared. Until recently changes had taken place so slowly and so insensibly that only a very few persons could be expected to realize that not a few of the beliefs that were accepted as eternal verities were due to the inevitable misunderstandings of a savage.

In speaking of the “savage” or “primitive mind”, we are, of course, using a very clumsy expression. We shall employ the term, nevertheless, to indicate the characteristics of the human mind when there was as yet no writing, no organized industry or mechanical arts, no money, no important specialization of function except between the sexes, no settled life in large communities. The period so described covers all but about five or six thousand of the half million to a million years that man has existed on the earth.

There are no chronicles to tell us the story of those long centuries. Some inferences can be made from the increasing artfulness and variety of the flint weapons and tools which we find. But the stone weapons which have come down to us, even in their crudest forms (eoliths), are very far from representing the earliest achievements of man in the accumulation of culture. Those dim, remote cycles must have been full of great, but inconspicuous, originators who laid the foundations of civilization in discoveries and achievements so long taken for granted that we do not realize that they ever had to be made at all.

Since man is descended from less highly endowed animals, there

must have been a time when the man-animal was in a state of animal ignorance. He started with no more than an ape is able to know. He had to learn everything for himself, as he had no one to teach him the tricks that apes and children can be taught by sophisticated human beings. He was necessarily self-taught, and began, as we have seen, in a state of ignorance beyond anything we can readily conceive. He lived naked and speechless in the woods, or wandered over the plains without artificial shelter or any way of cooking his food. He subsisted on raw fruit, berries, roots, insects, and such animals as he could strike down or pick up dead. His mind must have corresponded with his brutish state. He must at the first have learned just as his animal relatives learn—by fumbling and by forming accidental associations. He had impulses and such sagacity as he individually derived from experience, but no heritage of knowledge accumulated by the group and transmitted by education. This heritage had to be constructed on man's potentialities.

Of mankind in this extremely primitive condition we have no traces. There could indeed be no traces. All savages of the present day or of whom we have any record represent a relatively highly developed traditional culture, with elaborate languages, myths, and well-established artificial customs, which it probably took hundreds of thousands of years to accumulate. Man in "a state of nature" is only a presupposition, but a presupposition which is forced upon us by compelling evidence, conjectural and inferential though it is.

On a geological time scale we are still close to savagery, and it is inevitable that the ideas and customs and sentiments of savagery should have become so ingrained that they may have actually affected man's nature by natural selection through the survival of those who most completely adjusted themselves to the uncritical culture which prevailed. But in any case it is certain, as many anthropologists have pointed out, that customs, savage ideas, and primitive sentiments have continued to form an important part of our own culture down even to the present day. We are met thus with the necessity of reckoning with this inveterate element in our present thought and customs. Much of the data that we have regarding primitive man has been accumulated in recent times, for the most part as a result of the study of simple peoples. These differ greatly in their habits and myths, but some salient common traits emerge which cast light on the spontaneous workings of the human mind when unaffected by the sophistications of a highly elaborate civilization.

At the start man had to distinguish himself from the group to which he belonged and say, "I am I." This is not an idea given by nature.⁴¹ There are evidences that the earlier religious notions were not based

on individuality, but rather on the “virtue” which objects had—that is, their potency to do things. Only later did the animistic belief in the personalities of men, animals, and the forces of nature appear. When man discovered his own individuality he spontaneously ascribed the same type of individuality and purpose to animals and plants, to the wind and the thunder.

This exhibits one of the most noxious tendencies of the mind—namely, personification. It is one of the most virulent enemies of clear thinking. We speak of the Spirit of the Reformation or the Spirit of Revolt or the Spirit of Disorder and Anarchy. The papers tell us that, “Berlin says”, “London says”, “Uncle Sam so decides”, “John Bull is disgruntled”. Now, whether or no there are such things as spirits, Berlin and London have no souls, and Uncle Sam is as mythical as the great god Pan. Sometimes this regression to the savage is harmless, but when a newspaper states that “Germany is as militaristic as ever”, on the ground that some insolent Prussian lieutenant says that German armies will occupy Paris within five years, we have an example of animism which in a society farther removed from savagery than ours might be deemed a high crime and misdemeanor. Chemists and physicians have given up talking of spirits, but in discussing social and economic questions we are still victimized by the primitive animistic tendencies of the mind.

The dream has had a great influence in the building up of the mind. Our ideas, especially our religious beliefs, would have had quite another history had men been dreamless. For it was not merely his shadow and his reflection in the water that led man to imagine souls and doubles, but pre-eminently the visions of the night. As his body lay quiet in sleep he found himself wandering in distant places.

Sometimes he was visited by the dead. So it was clear that the body had an inhabitant who was not necessarily bound to it, who could desert it from time to time during life, and who continued to exist and interest itself in human affairs after death.

Whole civilizations and religions and vast theological speculations have been dominated by this savage inference. It is true that in very recent times, since Plato, let us say, other reasons have been urged for believing in the soul and its immortality, but the idea appears to have got its firm footing in savage logic. It is a primitive inference, however it may later have been revised, rationalized, and ennobled.

The taboo—the forbidden thing—of savage life is another thing very elementary in man’s make-up. He had tendencies to fall into habits and establish inhibitions for reasons that he either did not discover or easily forgot. These became fixed and sacred to him and any departure from them filled him with dread. Sometimes the

prohibition might have some reasonable justification, sometimes it might seem wholly absurd and even a great nuisance, but that made no difference in its binding force. For example, pork was taboo among the ancient Hebrews—no one can say why, but none of the modern justifications for abstaining from that particular kind of meat would have counted in early Jewish times. It is not improbable that it was the original veneration for the boar and not an abhorrence of him that led to the prohibition.

The modern “principle” is too often only a new form of the ancient taboo, rather than an enlightened rule of conduct. The person who justifies himself by saying that he holds certain beliefs, or acts in a certain manner “on principle”, and yet refuses to examine the basis and expediency of his principle, introduces into his thinking and conduct an irrational, mystical element similar to that which characterized savage prohibitions. Principles unintelligently urged make a great deal of trouble in the free consideration of social readjustment, for they are frequently as recalcitrant and obscurantist as the primitive taboo, and are really scarcely more than an excuse for refusing to reconsider one’s convictions and conduct. The psychological conditions lying back of both taboo and this sort of principle are essentially the same.

We find in savage thought a sort of intensified and generalized taboo in the classification of things as clean and unclean and in the conceptions of the sacred. These are really expressions of profound and persistent traits in the uncritical mind and can only be overcome by carefully cultivated criticism. They are the result of our natural timidity and the constant dread lest we find ourselves treading on holy (*i. e.*, dangerous) ground.⁴² When they are intrenched in the mind we cannot expect to think freely and fairly, for they effectually stop argument. If a thing is held to be sacred it is the center of what may be called a defense complex, and a reasonable consideration of the merits of the case will not be tolerated. When an issue is declared to be a “moral” one—for example, the prohibition of strong drink—an emotional state is implied which makes reasonable compromise and adjustment impossible; for “moral” is a word on somewhat the same plane as “sacred”, and has much the same qualities and similar effects on thinking. In dealing with the relations of the sexes the terms “pure” and “impure” introduce mystic and irrational moods alien to clear analysis and reasonable readjustments. Those who have studied the characteristics of savage life are always struck by its deadly conservatism, its needless restraints on the freedom of the individual, and its hopeless routine. Man, like plants and animals in general, tends to go on from generation to generation, living as

nearly as may be the life of his forbears. Changes have to be forced upon him by hard experience, and he is ever prone to find excuses for slipping back into older habits, for these are likely to be simpler, less critical, more spontaneous—more closely akin, in short, to his animal and primitive promptings. One who prides himself to-day on his conservatism, on the ground that man is naturally an anarchic and disorderly creature who is held in check by the far-seeing Tory, is almost exactly reversing the truth. Mankind is conservative by nature and readily generates restraints on himself and obstacles to change which have served to keep him in a state of savagery during almost his whole existence on the earth, and which still perpetuate all sorts of primitive barbarism in modern society. The conservative “on principle” is therefore a most unmistakably primitive person in his attitude. His only advance beyond the savage mood lies in the specious reasons he is able to advance for remaining of the same mind. What we vaguely call a “radical” is a very recent product due to altogether exceptional and unprecedented circumstances.



IV

Thereupon one of the Egyptian priests, who was of a very great age, said: O Solon, Solon, you Hellenes are but children, and there was never an old man who was a Hellene. Solon in return asked him what he meant. I mean to say, he replied, that in mind you are all young; there is no old opinion handed down among you by ancient tradition; nor any science which is hoary with age.

PLATO'S

Timaeus, 22 (Jowett's translation).

The truth is that we are far more likely to underrate the originality of the Greeks than to exaggerate it, and we do not always remember the very short time they took to lay down the

8. Beginning of critical thinking

The Egyptians were the first people, so far as we know, who invented a highly artificial method of writing, about five thousand years ago, and began to devise new arts beyond those of their barbarous predecessors. They developed painting and architecture, navigation, and various ingenious industries; they worked in glass and enamels and began the use of copper, and so introduced metal into human affairs. But in spite of their extraordinary advance in practical, matter-of-fact knowledge they remained very primitive in their beliefs. The same may be said of the peoples of Mesopotamia and of the western Asiatic nations in general—just as in our own day the practical arts have got a long start compared with the revision of beliefs in regard to man and the gods. The peculiar opinions of the Egyptians do not enter directly into our intellectual heritage, but some of the fundamental religious ideas which developed in western Asia have, through the veneration for the Hebrew Scriptures, become part and parcel of our ways of thinking. To the Greeks, however, we are intellectually under heavy obligation. The literature of the Greeks, in such fragments as escaped destruction, was destined, along with the Hebrew Scriptures, to exercise an incalculable influence in the formation of our modern civilized minds. These two dominating literary heritages originated about the same time—day before yesterday—viewed in the perspective of our race's history. Previous to the Greek civilization books had played no great part in the development, dissemination, and transmission of culture from generation to generation. Now they were to become a cardinal force in advancing and retarding the mind's expansion.

It required about a thousand years for the Greek shepherds from the pastures of the Danube to assimilate the culture of the highly civilized regions in which they first appeared as barbarian destroyers. They accepted the industrial arts of the eastern Mediterranean, adopted the Phoenician alphabet, and emulated the Phoenician merchant. By the seventh century before our era they had towns, colonies, and commerce, with much stimulating running hither and thither. We get our first traces of new intellectual enterprise in the Ionian cities, especially Miletus, and in the Italian colonies of the Greeks. Only later did Athens become the unrivaled center in a marvelous outflowing of the human intelligence.

It is a delicate task to summarize what we owe to the Greeks. Leaving aside their supreme achievements in literature and art, we can consider only very briefly the general scope and nature of their thinking as it relates most closely to our theme.

The chief strength of the Greeks lay in their freedom from hampering intellectual tradition. They had no venerated classics, no holy books, no dead languages to master, no authorities to check their free speculation. As Lord Bacon reminds us, they had no antiquity of knowledge and no knowledge of antiquity. A modern classicist would have been a forlorn outlander in ancient Athens, with no books in a forgotten tongue, no obsolete inflections to impose upon reluctant youth. He would have had to use the everyday speech of the sandal-maker and fuller.

For a long time no technical words were invented to give aloofness and seeming precision to philosophic and scientific discussion. Aristotle was the first to use words incomprehensible to the average citizen. It was in these conditions that the possibilities of human criticism first showed themselves. The primitive notions of man, of the gods, and of the workings of natural forces began to be overhauled on an entirely new scale. Intelligence developed rapidly as exceptionally bold individuals came to have their suspicions of simple, spontaneous, and ancient ways of looking at things. Ultimately there came men who professed to doubt everything.

As Abelard long after put it, "By doubting we come to question, and by seeking we may come upon the truth." But man is by nature credulous. He is victimized by first impressions, from which he can only escape with great difficulty. He resents criticism of accepted and familiar ideas as he resents any unwelcome disturbance of routine. So criticism is against nature, for it conflicts with the smooth workings of our more primitive minds, those of the child and the savage.

It should not be forgotten that the Greek people were no exception in this matter. Anaxagoras and Aristotle were banished for thinking as they did; Euripides was an object of abhorrence to the conservative of his day, and Socrates was actually executed for his godless teachings. The Greek thinkers furnish the first instance of intellectual freedom, of the "self-detachment and self-abnegating vigor of criticism" which is most touchingly illustrated in the honest "know-nothingism" of Socrates. *They discovered skepticism in the higher and proper significance of the word, and this was their supreme contribution to human thought.*

One of the finest examples of early Greek skepticism was the discovery of Xenophanes that man created the gods in his own

image. He looked about him, observed the current conceptions of the gods, compared those of different peoples, and reached the conclusion that the way in which a tribe pictured its gods was not the outcome of any knowledge of how they really looked and whether they had black eyes or blue, but was a reflection of the familiarly human. If the lions had gods they would have the shape of their worshippers.

No more fundamentally shocking revelation was ever made than this, for it shook the very foundations of religious belief. The home life on Olympus as described in Homer was too scandalous to escape the attention of the thoughtful, and no later Christian could have denounced the demoralizing influence of the current religious beliefs in hotter indignation than did Plato. To judge from the reflection of Greek thought which we find in Lucretius and Cicero, none of the primitive religious beliefs escaped mordant criticism.

The second great discovery of the Greek thinkers was *metaphysics*. They did not have the name, which originated long after in quite an absurd fashion,⁴³ but they reveled in the thing. Nowadays metaphysics is revered by some as our noblest effort to reach the highest truth, and scorned by others as the silliest of wild-goose chases. I am inclined to rate it, like smoking, as a highly gratifying indulgence to those who like it, and, as indulgences go, relatively innocent. The Greeks found that the mind could carry on an absorbing game with itself. We all engage in reveries and fantasies of a homely, everyday type, concerned with our desires or resentments, but the fantasy of the metaphysician busies itself with conceptions, abstractions, distinctions, hypotheses, postulates, and logical inferences. Having made certain postulates or hypotheses, he finds new conclusions, which he follows in a seemingly convincing manner. This gives him the delightful emotion of pursuing Truth, something as the simple man pursues a maiden. Only Truth is more elusive than the maiden and may continue to beckon her follower for long years, no matter how gray and doddering he may become.

Let me give two examples of metaphysical reasoning.⁴⁴ We have an idea of an omnipotent, all-good, and perfect being. We are incapable, knowing as we do only imperfect things, of framing such an idea for ourselves, so it must have been given us by the being himself. And perfection must include existence, so God must exist. This was good enough for Anselm and for Descartes, who went on to build a whole closely concatenated philosophical system on this foundation. To them the logic seemed irrefragable; to the modern student of comparative religion, even to Kant, himself a metaphysician, there was nothing whatsoever in it but an

illustration of the native operations of a mind that has made a wholly gratuitous hypothesis and is victimized by an orderly series of spontaneous associations.

A second example of metaphysics may be found in the doctrines of the Eleatic philosophers, who early appeared in the Greek colonies on the coast of Italy, and thought hard about space and motion. Empty space seemed as good as nothing, and, as nothing could not be said to exist, space must be an illusion; and as motion implied space in which to take place, there could be no motion. So all things were really perfectly compact and at rest, and all our impressions of change were the illusions of the thoughtless and the simple-minded. Since one of the chief satisfactions of the metaphysicians is to get away from the welter of our mutable world into a realm of assurance, this doctrine exercised a great fascination over many minds. The Eleatic conviction of unchanging stability received a new form in Plato's doctrine of eternal "ideas", and later developed into the comforting conception of the "Absolute", in which logical and world-weary souls have sought refuge from the times of Plotinus to those of Josiah Royce.

But there was one group of Greek thinkers whose general notions of natural operations correspond in a striking manner to the conclusions of the most recent science. These were the Epicureans. Democritus was in no way a modern experimental scientist, but he met the Eleatic metaphysics with another set of speculative considerations which happened to be nearer what is now regarded as the truth than theirs. He rejected the Eleatic decisions against the reality of space and motion on the ground that, since motion obviously took place, the void must be a reality, even if the metaphysician could not conceive it. He hit upon the notion that all things were composed of minute, indestructible particles (or atoms) of fixed kinds. Given motion and sufficient time, these might by fortuitous concurrence make all possible combinations. And it was one of these combinations which we call the world as we find it. For the atoms of various shapes were inherently capable of making up all material things, even the soul of man and the gods themselves. There was no permanence anywhere; all was no more than the shifting accidental and fleeting combinations of the permanent atoms of which the cosmos was composed. This doctrine was accepted by the noble Epicurus and his school and is delivered to us in the immortal poem of Lucretius "On the Nature of Things". The Epicureans believed the gods to exist because, like Anselm and Descartes, they thought we had an innate idea of them. But the divine beings led a life of elegant ease and took no account of man; neither his supplications, nor his sweet-smelling sacrifices, nor his

blasphemies, ever disturbed their calm. Moreover, the human soul was dissipated at death. So the Epicureans flattered themselves that they had delivered man from his two chief apprehensions, the fear of the gods and the fear of death. For, as Lucretius says, he who understands the real nature of things will see that both are the illusions of ignorance. Thus one school of Greek thinkers attained to a complete rejection of religious beliefs in the name of natural science.

9. Influence of plato and aristotle

In Plato we have at once the skepticism and the metaphysics of his contemporaries. He has had his followers down through the ages, some of whom carried his skepticism to its utmost bounds, while others availed themselves of his metaphysics to rear a system of arrogant mystical dogmatism. He put his speculations in the form of dialogues —ostensible discussions in the market place or the houses of philosophic Athenians. The Greek word for logic is dialectic, which really means “discussion”. argumentation in the interest of fuller analysis, with the hope of more critical conclusions. The dialogues are the drama of his day, employed in Plato’s magical hand as a vehicle of discursive reason. Of late we have in Ibsen, Shaw, Brieux, and Galsworthy the old expedient applied to the consideration of social perplexities and contradictions. The dialogue is indecisive in its outcome. It does not lend itself to dogmatic conclusions and systematic presentation, but exposes the intricacy of all important questions and the inevitable conflict of views, which may seem altogether irreconcilable. We much need to encourage and elaborate opportunities for profitable discussion to-day. We should revert to the dialectic of the Athenian agora and make it a chosen instrument for clarifying, co-ordinating and directing our co-operative thinking.

Plato’s indecision and urbane fair-mindedness is called irony. Now irony is seriousness without solemnity. It assumes that man is a serio-comic animal, and that no treatment of his affairs can be appropriate which gives him a consistency and dignity which he does not possess. He is always a child and a savage. He is the victim of conflicting desires and hidden yearnings. He may talk like a sentimental idealist and act like a brute. The same person will devote anxious years to the invention of high explosives and then give his fortune to the promotion of peace. We devise the most exquisite machinery for blowing our neighbors to pieces and then display our highest skill and organization in trying to patch together such as offer hope of being mended. Our nature forbids us to make a definite choice between the machine gun and the Red Cross nurse. So we use the one to keep the other busy. Human thought and conduct can only be treated broadly and truly in a mood of tolerant irony. It belies the logical precision of the long-faced, humorless writer on politics and ethics, whose works rarely deal with man at all, but are a stupid form of metaphysics.

Plato made terms with the welter of things, but sought relief in the conception of supernal models, eternal in the heavens, after which all things were imperfectly fashioned. He confessed that he could not bear to accept a world which was like a leaky pot or a man running at the nose. In short, he ascribed the highest form of existence to ideals and abstractions. This was a new and sophisticated republication of savage animism. It invited lesser minds than his to indulge in all sorts of noble vagueness and impertinent jargon which continue to curse our popular discussions of human affairs. He consecrated one of the chief foibles of the human mind and elevated it to a religion.

Ever since his time men have discussed the import of names. Are there such things as love, friendship, and honor, or are there only lovely things, friendly emotions in this individual and that, deeds which we may, according to our standards, pronounce honorable or dishonorable? If you believe in beauty, truth, and love *as such* you are a Platonist. If you believe that there are only individual instances and illustrations of various classified emotions and desires and acts, and that abstractions are only the inevitable categories of thought, you would in the Middle Ages have been called a «nominalist».

This matter merits a long discussion, but one can test any book or newspaper editorial at his leisure and see whether the writer puts you off with abstractions—Americanism, Bolshevism, public welfare, liberty, national honor, religion, morality, good taste, rights of man, science, reason, error—or, on the other hand, casts some light on actual human complications. I do not mean, of course, that we can get along without the use of abstract and general terms in our thinking and speaking, but we should be on our constant guard against viewing them as forces and attributing to them the vigor of personality. Animism is, as already explained, a pitfall which is always yawning before us and into which we are sure to plunge unless we are ever watchful. Platonism is its most amiable and complete disguise.

Previous to Aristotle, Greek thought had been wonderfully free and elastic. It had not settled into compartments or assumed an educational form which would secure its unrevised transmission from teacher to student. It was not gathered together in systematic treatises. Aristotle combined the supreme powers of an original and creative thinker with the impulses of a textbook writer. He loved order and classification. He supplied manuals of Ethics, Politics, Logic, Psychology, Physics, Metaphysics, Economics, Poetics, Zoölogy, Meteorology, Constitutional Law, and God only knows what not, for we do not have by any means all the things he wrote.

And he was equally interested, and perhaps equally capable, in all the widely scattered fields in which he labored. And some of his manuals were so overwhelming in the conclusiveness of their reasoning, so all-embracing in their scope, that the mediaeval universities may be forgiven for having made them the sole basis of a liberal education and for imposing fines on those who ventured to differ from "The Philosopher". He seemed to know everything that could be known and to have ordered all earthly knowledge in an inspired codification which would stand the professors in good stead down to the day of judgment.

Aristotle combined an essentially metaphysical taste with a preternatural power of observation in dealing with the workings of nature. In spite of his inevitable mistakes, which became the curse of later docile generations, no other thinker of whom we have record can really compare with him in the distinction and variety of his achievements. It is not his fault that posterity used his works to hamper further progress and clarification. He is the father of book knowledge and the grandfather of the commentator.

After two or three hundred years of talking in the market place and of philosophic discussions prolonged until morning, such of the Greeks as were predisposed to speculation had thought all the thoughts and uttered all the criticisms of commonly accepted beliefs and of one another that could by any possibility occur to those who had little inclination to fare forth and extend their knowledge of the so-called realities of nature by painful and specialized research and examination. This is to me the chief reason why, except for some advances in mathematics, astronomy, geography, and the refinements of scholarship, the glorious period of the Greek mind is commonly and rightfully assumed to have come to an end about the time of Aristotle's death. Why did the Greeks not go on, as modern scientists have gone on, with vistas of the unachieved still ahead of them?

In the first place, Greek civilization was founded on slavery and a fixed condition of the industrial arts. The philosopher and scholar was estopped from fumbling with those everyday processes that were associated with the mean life of the slave and servant. Consequently there was no one to devise the practical apparatus by which alone profound and ever-increasing knowledge of natural operations is possible. The mechanical inventiveness of the Greeks was slight, and hence they never came upon the lens; they had no microscope to reveal the minute, no telescope to attract the remote; they never devised a mechanical timepiece, a thermometer, nor a barometer, to say nothing of cameras and spectroscopes. Archimedes, it is reported, disdained to make any record of his

ingenious devices, for they were unworthy the noble profession of a philosopher. Such inventions as were made were usually either toys or of a heavy practical character. So the next great step forward in the extension of the human mind awaited the disappearance of slavery and the slowly dawning suspicion, and final repudiation, of the older metaphysics, which first became marked some three hundred years ago.



V

And God made the two great lights; the greater light to rule the day, and the lesser light to rule the night; he made the stars also. And God set them in the firmament of heaven to give light upon the earth.

And God said, Let the earth bring forth the living creature after its kind, cattle and creeping thing, and beast of the earth after its kind: and it was so.

And God said, Let us make man in our image, after our likeness: and let them have dominion over the fish of the sea, and over the fowl of the air, and over the cattle, and over all the earth, and over every creeping thing that creepeth upon the earth.—Gen. i.

Ibi vacabimus et videbimus, videbimus et amabimus, amabimus et laudabimus. Ecce quod erit in fine sine fine. Nam quis alius noster est finis nisi pervenire ad regnum, cuius nullus est finis?

AUGUSTINE

10. Origin of the mediaeval civilization

In the formation of what we may call our historical mind—namely, that modification of our animal and primitive outlook which has

been produced by men of exceptional intellectual venturesomeness—the Greeks played a great part. We have seen how the Greek thinkers introduced for the first time highly subtle and critical ways of scrutinizing old beliefs, and, how they disabused their minds of many an ancient and naïve mistake. But our current ways of thinking are not derived directly from the Greeks; we are separated from them by the Roman Empire and the Middle Ages. When we think of Athens we think of the Parthenon and its frieze, of Sophocles and Euripides, of Socrates and Plato and Aristotle, of urbanity and clarity and moderation in all things. When we think of the Middle Ages we find ourselves in a world of monks, martyrs, and miracles, of popes and emperors, of knights and ladies; we remember Gregory the Great, Abélard, and Thomas Aquinas—and very little do these reminiscences have in common with those of Hellas.

It was indeed a different world, with quite different fundamental presuppositions. Marvelous as were the achievements of the Greeks in art and literature, and ingenious as they were in new and varied combinations of ideas, they paid too little attention to the common things of the world to devise the necessary means of penetrating its mysteries. They failed to come upon the lynx-eyed lens, or other instruments of modern investigation, and thus never gained a godlike vision of the remote and the minute. Their critical thought was consequently not grounded in experimental or applied science, and without that the western world was unable to advance or even long maintain their high standards of criticism.

After the Hellenes were absorbed into the vast Roman Empire critical thought and creative intelligence—rare and precarious things at best—began to decline, at first slowly and then with fatal rapidity and completeness. Moreover, new and highly uncritical beliefs and modes of thought became popular. They came from the Near East—Mesopotamia, Syria, Egypt, and Asia Minor—and largely supplanted the critical traditions of the great schools of Greek philosophy. The Stoic and Epicurean dogmas had lost their freshness. The Greek thinkers had all agreed in looking for salvation through intelligence and knowledge. But eloquent leaders arose to reveal a new salvation, and over the portal of truth they erased the word “Reason” and wrote “Faith” in its stead; and the people listened gladly to the new prophets, for it was necessary only *to believe* to be saved, and believing is far easier than thinking. It was religious and mystical thought which, in contrast to the secular philosophy of the Greeks and the scientific thought of our own day, dominated the intellectual life of the Middle Ages.

Before considering this new phase through which the human mind was to pass it is necessary to guard against a common misapprehension in the use of the term "Middle Ages". Our historical textbooks usually include in that period the happenings between the dissolution of the Roman Empire and the voyages of Columbus or the opening of the Protestant revolt. To the student of intellectual history this is unfortunate, for the simple reason that almost all the ideas and even institutions of the Middle Ages, such as the church and monasticism and organized religious intolerance, really originated in the late Roman Empire. Moreover, the intellectual revolution which has ushered in the thought of our day did not get well under way until the seventeenth century. So one may say that medieval thought began long before the accepted beginning of the Middle Ages and persisted a century or so after they are ordinarily esteemed to have come to an end. We have to continue to employ the old expression for convenience' sake, but from the standpoint of the history of the European mind three periods should be distinguished, lying between ancient Greek thought as it was flourishing in Athens, Alexandria, Rhodes, Rome, and elsewhere at the opening of the Christian era, and the birth of modern science some sixteen hundred years later.

The first of these is the period of the Christian Fathers, culminating in the authoritative writings of Augustine, who died in 430. By this time a great part of the critical Greek books had disappeared in western Europe. As for pagan writers, one has difficulty in thinking of a single name (except that of Lucian) later than Juvenal, who had died nearly three hundred years before Augustine. Worldly knowledge was reduced to pitiful compendiums on which the mediaeval students were later to place great reliance. Scientific, literary, and historical information was scarcely to be had. The western world, so far as it thought at all, devoted its attention to religion and all manner of mystical ideas, old and new. As Harnack has so well said, the world was already intellectually bankrupt before the German invasions and their accompanying disorders plunged it into still deeper ignorance and mental obscurity.

The second, or "Dark Age", lasted with only slight improvement from Augustine to Abélard, about seven hundred years. The prosperous *villas* disappeared; towns vanished or shriveled up; libraries were burned or rotted away from neglect; schools were closed, to be reopened later here and there, after Charlemagne's educational edict, in an especially enterprising monastery or by some exceptional bishop who did not spend his whole time in fighting.

From about the year 1100 conditions began to be more and more

favorable to the revival of intellectual ambition, a recovery of forgotten knowledge, and a gradual accumulation of new information and inventions unknown to the Greeks, or indeed to any previous civilization. The main presuppositions of this third period of the later Middle Ages go back, however, to the Roman Empire. They had been formulated by the Church Fathers, transmitted through the Dark Age, and were now elaborated by the professors in the newly established universities under the influence of Aristotle's recovered works and built up into a majestic intellectual structure known as Scholasticism. On these mediaeval university professors—the schoolmen—Lord Bacon long ago pronounced a judgment that may well stand to-day. "Having sharp and strong wits, and abundance of leisure, and small variety of reading, but their wits being shut up in the cells of a few authors (chiefly Aristotle, their dictator), as their persons were shut up in the cells of monasteries and colleges, and knowing little history, either of nature or time [they], did out of no great quantity of matter and infinite agitation of wit spin out unto us those laborious webs of learning which are extant in their books."

Our civilization and the human mind, critical and uncritical, as we now find it in our western world, is a direct and uninterrupted outgrowth of the civilization and thought of the later Middle Ages. Very gradually only did peculiarly free and audacious individual thinkers escape from this or that mediaeval belief, until in our own day some few have come to reject practically all the presuppositions on which the Scholastic system was reared. But the great mass of Christian believers, whether Catholic or Protestant, still professedly or implicitly adhere to the assumptions of the Middle Ages, at least in all matters in which religious or moral sanctions are concerned. It is true that outside the Catholic clergy the term "mediaeval" is often used in a sense of disparagement, but that should not blind us to the fact that mediaeval presumptions, whether for better or worse, are still common. A few of the most fundamental of these presuppositions especially germane to our theme may be pointed out here.

11. Our mediaeval intellectual inheritance

The Greeks and Romans had various theories of the origin of things, all vague and admittedly conjectural. But the Christians, relying upon the inspired account in the Bible, built their theories on information which they believed vouchsafed to them by God himself. Their whole conception of human history was based upon

a far more fundamental and thorough supernaturalism than we find among the Greeks and Romans. The pagan philosophers reckoned with the gods, to be sure, but they never assumed that man's earthly life should turn entirely on what was to happen after death. This was in theory the sole preoccupation of the mediaeval Christian. Life here below was but a brief, if decisive, preliminary to the real life to come.

The mediaeval Christian was essentially more polytheistic than his pagan predecessors, for he pictured hierarchies of good and evil spirits who were ever aiding him to reach heaven or seducing him into the paths of sin and error. Miracles were of common occurrence and might be attributed either to God or the devil; the direct intervention of both good and evil spirits played a conspicuous part in the explanation of daily acts and motives.⁴⁵

As a distinguished church historian has said, the God of the Middle Ages was a God of arbitrariness—the more arbitrary the more Godlike. By frequent interferences with the regular course of events he made his existence clear, reassured his children of his continued solicitude, and frustrated the plots of the Evil One. Not until the eighteenth century did any considerable number of thinkers revolt against this conception of the Deity and come to worship a God of orderliness who abode by his own laws.

The mediaeval thinkers all accepted without question what Santayana has strikingly described as the "Christian Epic". This included the general historical conceptions of how man came about, and how, in view of his origin and his past, he should conduct his life. The universe had come into being in less than a week, and man had originally been created in a state of perfection along with all other things—sun, moon, and stars, plants and animals. After a time the first human pair had yielded to temptation, transgressed God's commands, and been driven from the lovely garden in which he had placed them. So sin came into the world, and the offspring of the guilty pair were thereby contaminated and defiled from the womb.

In time the wickedness became such on the newly created earth that God resolved to blot out mankind, excepting only Noah's family, which was spared to repopulate the earth after the Flood, but the unity of language that man had formerly possessed was lost. At the appointed time, preceded by many prophetic visions among the chosen people, God sent his Son to live the life of men on earth and become their Saviour by submitting to death. Thereafter, with the spread of the gospel, the struggle between the kingdom of God and that of the devil became the supreme conflict of history. It was to culminate in the Last Judgment, when the final separation of good

and evil should take place and the blessed should ascend into the heavens to dwell with God forever, while the wicked sank to hell to writhe in endless torment.

This general account of man, his origin and fate, embraced in the Christian Epic, was notable for its precision, its divine authenticity, and the obstacles which its authority consequently presented to any revision in the light of increasing knowledge. The fundamental truths in regard to man were assumed to be established once and for all. The Greek thinkers had had little in the way of authority on which to build, and no inconsiderable number of them frankly confessed that they did not believe that such a thing could exist for the thoroughly sophisticated intelligence. But mediaeval philosophy and science *were grounded wholly in authority*. The mediaeval schoolmen turned aside from the hard path of skepticism, long searchings and investigation of actual phenomena, and confidently believed that they could find truth by the easy way of revelation and the elaboration of unquestioned dogmas.

This reliance on authority is a fundamental primitive trait. We have inherited it not only from our mediaeval forefathers, but, like them and through them, from long generations of prehistoric men. We all have a natural tendency to rely upon established beliefs and fixed institutions. This is an expression of our spontaneous confidence in everything that comes to us in an unquestioned form. As children we are subject to authority and cannot escape the control of existing opinion. We unconsciously absorb our ideas and views from the group in which we happen to live. What we see about us, what we are told, and what we read has to be received at its face value so long as there are no conflicts to arouse skepticism.

We are tremendously suggestible. Our mechanism is much better adapted to credulity than to questioning. All of us believe nearly all the time. Few doubt, and only now and then. The past exercises an almost irresistible fascination over us. As children we learn to look up to the old, and when we grow up we do not permit our poignant realization of elderly incapacity among our contemporaries to rouse suspicions of Moses, Isaiah, Confucius, or Aristotle. Their sayings come to us unquestioned; their remoteness makes inquiry into their competence impossible. We readily assume that they had sources of information and wisdom superior to the prophets of our own day.

During the Middle Ages reverence for authority, and for that particular form of authority which we may call the tyranny of the past, was dominant, but probably not more so than it had been in other societies and ages—in ancient Egypt, in China and India. Of the great sources of mediaeval authority, the Bible and the Church

Fathers, the Roman and Church law, and the encyclopaedic writings of Aristotle, none continues nowadays to hold us in its old grip. Even the Bible, although nominally unquestioned among Roman Catholics and all the more orthodox Protestant sects, is rarely appealed to, as of old, in parliamentary debate or in discussions of social and economic questions. It is still a religious authority, but it no longer forms the basis of secular decisions.

The findings of modern science have shaken the hold of the sources of mediaeval authority, but they have done little as yet to loosen our inveterate habit of relying on the more insidious authority of current practice and belief. We still assume that received dogmas represent the secure conclusions of mankind, and that current institutions represent the approved results of much experiment in the past, which it would be worse than futile to repeat. One solemn remembrancer will cite as a warning the discreditable experience of the Greek cities in democracy; another, how the decline of “morality” and the disintegration of the family heralded the fall of Rome; another, the constant menace of mob rule as exemplified in the Reign of Terror. But to the student of history these alleged illustrations have little bearing on present conditions. He is struck, moreover, with the ease with which ancient misapprehensions are transmitted from generation to generation and with the difficulty of launching a newer and clearer and truer idea of anything. Bacon warns us that the multitude, “or the wisest for the multitude’s sake”, is in reality “ready to give passage rather to that which is popular and superficial than to that which is substantial and profound; for the truth is that time seemeth to be of the nature of a river or stream, which carrieth down to us that which is light and blown up, and sinketh and drowneth that which is weighty and solid”.

It is very painful to most minds to admit that the past does not furnish us with reliable, permanent standards of conduct and of public policy. We resent the imputation that things are not going, on the whole, pretty well, and find excuses for turning our backs on disconcerting and puzzling facts. We are full of respectable fears and a general timidity in the face of conditions which we vaguely feel are escaping control in spite of our best efforts to prevent any thoroughgoing readjustment. We instinctively try to show that Mr. Keynes must surely be wrong about the Treaty of Versailles; that Mr. Gibbs must be perversely exaggerating the horrors of modern war; that Mr. Hobson certainly views the industrial crisis with unjustifiable pessimism; that “business as usual” cannot be that socially perverse and incredibly inexpedient thing Mr. Veblen shows it to be; that Mr. Robin’s picture of Lenin can only be explained by a disguised sympathy for Bolshevism.

Yet, even if we could assume that traditional opinion is a fairly clear and reliable reflection of hard-earned experience, surely it should have less weight in our day and generation than in the past. For changes have overtaken mankind which have fundamentally altered the conditions in which we live, and which are revolutionizing the relations between individuals and classes and nations. Moreover, we must remember that knowledge has widened and deepened, so that, could any of us really catch up with the information of our own time, he would have little temptation to indulge the mediaeval habit of appealing to the authority of the past.

The Christian Epic did not have to rely for its perpetuation either on its intellectual plausibility or its traditional authority. During the Middle Ages there developed a vast and powerful religious State, the mediaeval Church, the real successor, as Hobbes pointed out, to the Roman Empire; and the Church with all its resources, including its control over “the secular arm” of kings and princes, was ready to defend the Christian beliefs against question and revision. To doubt the teachings of the Church was the supreme crime; it was treason against God himself, in comparison with which—to judge from mediaeval experts on heresy—murder was a minor offense.

We do not, however, inherit our present disposition to intolerance solely from the Middle Ages. As animals and children and savages, we are naively and unquestioningly intolerant. All divergence from the customary is suspicious and repugnant. It seems perverse, and readily suggests evil intentions. Indeed, so natural and spontaneous is intolerance that the question of freedom of speech and writing scarcely became a real issue before the seventeenth century. We have seen that some of the Greek thinkers were banished, or even executed, for their new ideas. The Roman officials, as well as the populace, pestered the early Christians, not so much for the substance of their views as because they were puritanical, refused the routine reverence to the gods, and prophesied the downfall of the State.

But with the firm establishment of Christianity edicts began to be issued by the Roman emperors making orthodox Christian belief the test of good citizenship. One who disagreed with the emperor and his religious advisers in regard to the relation of the three members of the Trinity was subject to prosecution. Heretical books were burned, the houses of heretics destroyed. So, organized mediaeval religious intolerance was, like so many other things, a heritage of the later Roman Empire, and was duly sanctioned in both the Theodosian and Justinian Codes. It was, however, with the Inquisition, beginning in the thirteenth century, that the intolerance

of the Middle Ages reached its most perfect organization.

Heresy was looked upon as a contagious disease that must be checked at all costs. It did not matter that the heretic usually led a conspicuously blameless life, that he was arduous, did not swear, was emaciated with fasting and refused to participate in the vain recreations of his fellows. He was, indeed, overserious and took his religion too hard. This offensive parading as an angel of light was explained as the devil's camouflage. No one tried to find out what the heretic really thought or what were the merits of his divergent beliefs. Because he insisted on expressing his conception of God in slightly unfamiliar terms, the heretic was often branded as an atheist, just as to-day the Socialist is so often accused of being opposed to all government, when the real objection to him is that he believes in too much government. It was sufficient to classify a suspected heretic as an Albigensian, or Waldensian, or a member of some other heretical sect. There was no use in his trying to explain or justify; it was enough that he diverged.

There have been various explanations of mediaeval religious intolerance. Lecky, for example, thought that it was due to the theory of exclusive salvation; that, since there was only one way of getting to heaven, all should obviously be compelled to adopt it, for the saving of their souls from eternal torment. But one finds little solicitude for the damned in mediaeval writings. The public at large thought hell none too bad for one who revolted against God and Holy Church. No, the heretics were persecuted because heresy was, according to the notions of the time, a monstrous and unutterably wicked thing, and because their beliefs threatened the vested interests of that day.

We now realize more clearly than did Lecky that the Church was really a State in the Middle Ages, with its own laws and courts and prisons and regular taxation to which all were subject. It had all the interests and all the touchiness of a State, and more. The heretic was a traitor and a rebel. He thought that he could get along without the pope and bishops, and that he could well spare the ministrations of the orthodox priests and escape their exactions. He was the "anarchist", the "Red" of his time, who was undermining established authority, and, with the approval of all right-minded citizens, he was treated accordingly. For the mediaeval citizen no more conceived of a State in which the Church was not the dominating authority than we can conceive of a society in which the present political State may have been superseded by some other form of organization.

Yet the inconceivable has come to pass. Secular authority has

superseded in nearly all matters the old ecclesiastical regime. What was the supreme issue of the Middle Ages—the distinction between the religious heretic and the orthodox—is the least of public questions now.

What, then, we may ask, has been the outcome of the old religious persecutions, of the trials, tortures, imprisonings, burnings, and massacres, culminating with the Revocation of the Edict of Nantes? What did the Inquisition and the censorship, both so long unquestioned, accomplish? Did they succeed in defending the truth or “safeguarding” society? At any rate, conformity was not established. Nor did the Holy Roman Church maintain its monopoly, although it has survived, purified and freed from many an ancient abuse. In most countries of western Europe and in our own land one may now believe as he wishes, teach such religious views as appeal to him, and join with others who share his sympathies. “Atheism” is still a shocking charge in many ears, but the atheist is no longer an outlaw. *It has been demonstrated, in short, that religious dogma can be neglected in matters of public concern and reduced to a question of private taste and preference.*

This is an incredible revolution. But we have many reasons for suspecting that in a much shorter time than that which has elapsed since the Inquisition was founded, the present attempt to eliminate by force those who contemplate a fundamental reordering of social and economic relations will seem quite as inexpedient and hopeless as the Inquisition’s effort to defend the monopoly of the mediaeval Church.

We can learn much from the past in regard to wrong ways of dealing with new ideas. As yet we have only old-fashioned and highly expensive modes of meeting the inevitable changes which are bound to take place. Repression has now and then enjoyed some temporary success, it is true, but in the main it has failed lamentably and produced only suffering and confusion. Much will depend on whether our purpose is to keep things as they are or to bring about readjustments designed to correct abuses and injustice in the present order. Do we believe, in other words, that truth is finally established and that we have only to defend it, or that it is still in the making? Do we believe in what is commonly called progress, or do we think of that as belonging only to the past? Have we, on the whole, arrived, or are we only on the way, or mayhap just starting?

In the Middle Ages, even in the times of the Greeks and Romans, there was little or no conception of progress as the word is now used. There could doubtless be improvement in detail. Men could be wiser and better or more ignorant and perverse. But the

assumption was that in general the social, economic, and religious order was fairly standardized.

This was especially true in the Middle Ages. During these centuries men's single objective was the assurance of heaven and escape from hell. Life was an angry river into which men were cast.

Demons were on every hand to drag them down. The only aim could be, with God's help, to reach the celestial shore. There was no time to consider whether the river might be made less dangerous by concerted effort, through the deflection of its torrents and the removal of its sharpest rocks. No one thought that human efforts should be directed to making the lot of humanity progressively better by intelligent reforms in the light of advancing knowledge.

The world was a place to escape from on the best terms possible. In our own day this mediaeval idea of a static society yields only grudgingly, and the notion of inevitable vital change is as yet far from assimilated. We confess it with our lips, but resist it in our hearts. We have learned as yet to respect only one class of fundamental innovators, those dedicated to natural science and its applications. The social innovator is still generally suspect.

To the mediaeval theologian, man was by nature vile. We have seen that, according to the Christian Epic, he was assailed from birth with the primeval sin of his first parents, and began to darken his score with fresh offenses of his own as soon as he became intelligent enough to do so. An elaborate mechanism was supplied by the Church for washing away the original pollution and securing forgiveness for later sins. Indeed, this was ostensibly its main business.

We may still well ask, Is man by nature bad? And accordingly as we answer the question we either frame appropriate means for frustrating his evil tendencies or, if we see some promise in him, work for his freedom and bid him take advantage of it to make himself and others happy. So far as I know, Charron, a friend of Montaigne, was one of the first to say a good word for man's animal nature, and a hundred years later the amiable Shaftesbury pointed out some honestly gentlemanly traits in the species. To the modern student of biology and anthropology man is neither good nor bad. There is no longer any "mystery of evil". But the mediaeval notion of *sin*—a term heavy with mysticism and deserving of careful scrutiny by every thoughtful person—still confuses us.

Of man's impulses, the one which played the greatest part in mediaeval thoughts of sin and in the monastic ordering of life was the sexual. The presuppositions of the Middle Ages in the matter of

the relations of men and women have been carried over to our own day. As compared with many of the ideas which we have inherited from the past, they are of comparatively recent origin. The Greeks and Romans were, on the whole, primitive and uncritical in their view of sex. The philosophers do not seem to have speculated on sex, although there was evidently some talk in Athens of women's rights. The movement is satirized by Aristophanes, and later Plato showed a willingness in *The Republic* to impeach the current notions of the family and women's position in general.

But there are few traces of our ideas of sexual "purity" in the classical writers. To the Stoic philosopher, and to other thoughtful elderly people, sexual indulgence was deemed a low order of pleasure and one best carefully controlled in the interests of peace of mind. But with the incoming of Christianity an essentially new attitude developed, which is still, consciously or unconsciously, that of most people to-day.

St. Augustine, who had led a free life as a teacher of rhetoric in Carthage and Rome, came in his later years to believe, as he struggled to overcome his youthful temptations, that sexual desire was the most devilish of man's enemies and the chief sign of his degradation. He could imagine no such unruly urgency in man's perfect estate, when Adam and Eve still dwelt in Paradise. But with man's fall sexual desire appeared as the sign and seal of human debasement. This theory is poignantly set forth in Augustine's *City of God*. He furnished therein a philosophy for the monks, and doubtless his fourteenth book was well thumbed by those who were wont to ponder somewhat wistfully on one of the sins they had fled the world to escape.

Christian monasticism was spreading in western Europe in Augustine's time, and the monkish vows included "chastity". There followed a long struggle to force the whole priesthood to adopt a celibate life, and this finally succeeded so far as repeated decrees of the Church could effect it. Marriage was proper for the laity, but both the monastic and secular clergy aspired to a superior holiness which should banish all thoughts of fervent earthly love. Thus a highly unnatural life was accepted by men and women of the most varied temperament and often with slight success.

The result of Augustine's theories and of the efforts to frustrate one of man's most vehement impulses was to give sex a conscious importance it had never possessed before. The devil was thrust out of the door only to come in at all the windows. In due time the Protestant sects abolished monasteries, and the Catholic countries later followed their example. The Protestant clergy were permitted

to marry, and the old asceticism has visibly declined. But it has done much to determine our whole attitude toward sex, and there is no class of questions still so difficult to discuss with full honesty or to deal with critically and with an open mind as those relating to the intimate relations of men and women.

No one familiar with mediaeval literature will, however, be inclined to accuse its authors of prudishness. Nevertheless, modern prudishness, as it prevails especially in England and the United States—our squeamish and shamefaced reluctance to recognize and deal frankly with the facts and problems of sex—is clearly an outgrowth of the mediaeval attitude which looked on sexual impulse as of evil origin and a sign of man's degradation. Modern psychologists have shown that prudishness is not always an indication of exceptional purity, but rather the reverse. It is often a disguise thrown over repressed sexual interest and sexual preoccupations. It appears to be decreasing among the better educated of the younger generation. The study of biology, and especially of embryology, is an easy and simple way of disintegrating the "impurity complex". "Purity" in the sense of ignorance and suppressed curiosity is a highly dangerous state of mind. And such purity in alliance with prudery and defensive hypocrisy makes any honest discussion or essential readjustment of our institutions and habits extremely difficult.

One of the greatest contrasts between mediaeval thinking and the more critical thought of to-day lies in the general conception of man's relation to the cosmos. To the medieval philosopher, as to the stupidest serf of the time, the world was made for man. All the heavenly bodies revolved about man's abode as their center. All creatures were made to assist or to try man. God and the devil were preoccupied with his fate, for had not God made him in his own image for his glory, and was not the devil intent on populating his own infernal kingdom? It was easy for those who had a poetic turn of mind to think of nature's workings as symbols for man's edification. The habits of the lion or the eagle yielded moral lessons or illustrated the divine scheme of salvation. Even the written word was to be valued, not for what it seemed to say, but for hidden allegories depicting man's struggles against evil and cheering him on his way.

This is a perennially appealing conception of things. It corresponds to primitive and inveterate tendencies in humanity and gratifies, under the guise of humility, our hungering for self-importance. The mediaeval thinker, however freely he might exercise his powers of logical analysis in rationalizing the Christian Epic, never permitted himself to question its general anthropocentric and mystical view of

the world. The philosophic mystic assumes the role of a docile child. He feels that all vital truth transcends his powers of discovery. He looks to the Infinite and Eternal Mind to reveal it to him through the prophets of old, or in moments of ecstatic communion with the Divine Intelligence. To the mystic all that concerns our deeper needs transcends logic and defies analysis. In his estimate the human reason is a feeble rushlight which can at best cast a flickering and uncertain ray on the grosser concerns of life, but which only serves to intensify the darkness which surrounds the hidden truth of God.

In order that modern science might develop it is clear that a wholly new and opposed set of fundamental convictions had to be substituted for those of the Middle Ages. Man had to cultivate another kind of self-importance and a new and more profound humility. He had come to believe in his capacity to discover important truth through thoughtful examination of things about him, and he had to recognize, on the other hand, that the world did not seem to be made for him, but that humanity was apparently a curious incident in the universe, and its career a recent episode in cosmic history. He had to acquire a taste for the simplest possible and most thoroughgoing explanation of things. His whole mood had to change and impel him to reduce everything so far as possible to the commonplace.

This new view was inevitably fiercely attacked by the mystically disposed. They misunderstood it and berated its adherents and accused them of robbing man of all that was most precious in life. These, in turn, were goaded into bitterness and denounced their opponents as pig-headed obscurantists.

But we must, after all, come to terms in some way with the emotions underlying mysticism. They are very dear to us, and scientific knowledge will never form an adequate substitute for them. No one need fear that the supply of mystery will ever give out; but a great deal depends on our taste in mystery; that certainly needs refining. What disturbs the so-called rationalist in the mystic's attitude is his propensity to see mysteries where there are none and to fail to see those that we cannot possibly escape. In declaring that one is not a mystic, one makes no claim to be able to explain everything, nor does he maintain that all things are explicable in scientific terms.

Indeed, no thoughtful person will be likely to boast that he can fully explain anything. We have only to scrape the surface of our experiences to find fundamental mystery. And how, indeed, as descendants of an extinct race of primates, with a mind still in the

early stages of accumulation, should we be in the way of reaching ultimate truth at any point? One may properly urge, however, that as sharp a distinction as possible be made between fictitious mysteries and the unavoidable ones which surround us on every side. How milk turned sour used to be a real mystery, now partially solved since the discovery of bacteria; how the witch flew up the chimney was a gratuitous mystery with which we need no longer trouble ourselves. A “live” wire would once have suggested magic; now it is at least partially explained by the doctrine of electrons.

It is the avowed purpose of scientific thought to reduce the number of mysteries, and its success has been marvelous, but it has by no means done its perfect work as yet. We have carried over far too much of mediaeval mysticism in our views of man and his duty toward himself and others.

We must now recall the method adopted by students of the natural sciences in breaking away from the standards and limitations of the mediaeval philosophers and establishing new standards of their own. They thus prepared the way for a revolution in human affairs in the midst of which we now find ourselves. As yet their type of thinking has not been applied on any considerable scale to the solution of social problems. By learning to understand and appreciate the scientific frame of mind as a historical victory won against extraordinary odds, we may be encouraged to cultivate and popularize a similar attitude toward the study of man himself.



VI

Narrabo igitur primo opera artis et naturae miranda.... ut videatur quod omnis magica potestas sit inferior his operibus et indigna.

ROGER BACON.

I do not endeavor either by triumphs of confutation, or pleadings of antiquity, or assumption of authority, or even, by the veil of obscurity, to invest these inventions of mine with any majesty.... I have not sought nor do I seek either to force or ensnare men's judgments, but I lead them to things themselves and the concordances of things, that they may see for themselves what they have, what they can dispute, what they can add and contribute to the common stock.

FRANCIS BACON

(Preface to the Great Instauration).

12. The scientific revolution

At the opening of the seventeenth century a man of letters, of sufficient genius to be suspected by some of having written the plays of Shakespeare, directed his distinguished literary ability to the promotion and exaltation of natural science. Lord Bacon was the chief herald of that habit of scientific and critical thought which has played so novel and all-important a part in the making of the modern mind. When but twenty-two years old he was already sketching out a work which he planned to call *Temporis Partus Maximus (The Greatest Thing Ever)*. He felt that he had discovered why the human mind, enmeshed in mediaeval metaphysics and indifferent to natural phenomena, had hitherto been a stunted and ineffective thing, and how it might be so nurtured and guided as to gain undreamed of strength and vigor.

And never has there been a man better equipped with literary gifts to preach a new gospel than Francis Bacon. He spent years in devising eloquent and ingenious ways of delivering learning from the "discredits and disgraces" of the past, and in exhorting man to explore the realms of nature for his delight and profit. He never wearied of trumpeting forth the glories of the new knowledge which would come with the study of common things and the profitable uses to which it might be put in relieving man's estate. He impeached the mediaeval schoolmen for spinning out endless cobwebs of learning, remarkable for their fineness, but of no substance or spirit. He urged the learned to come out of their cells, study the creations of God, and build upon what they discovered a new and true philosophy.

Even in his own day students of natural phenomena had begun to carry out Bacon's general program with striking effects. While he was urging men to cease "tumbling up and down in their own

reason and conceits” and to spell out, and so by degrees to learn to read, the volume of God’s works, Galileo had already begun the reading and had found out that the Aristotelian physics ran counter to the facts; that a body once in motion will continue to move forever in a straight line unless it be stopped or deflected. Studying the sky through his newly invented telescope, he beheld the sun spots and noted the sun’s revolution on its axis, the phases of Venus, and the satellites of Jupiter. These discoveries seemed to confirm the ideas advanced long before by Copernicus—the earth was not the center of the universe and the heavens were not perfect and unchanging. He dared to discuss these matters in the language of the people and was, as everyone knows, condemned by the Inquisition.

This preoccupation with natural phenomena and this refusal to accept the old, established theories until they had been verified by an investigation of common fact was a very novel thing. It introduced a fresh and momentous element into our intellectual heritage. We have recalled the mysticism, supernaturalism, and intolerance of the Middle Ages, their reliance on old books, and their indifference to everyday fact except as a sort of allegory for the edification of the Christian pilgrim. In the mediaeval universities the professors, or “schoolmen”, devoted themselves to the elaborate formulation of Christian doctrine and the interpretation of Aristotle’s works. It was a period of revived Greek metaphysics, adapted to prevailing religious presuppositions. Into this fettered world Bacon, Galileo, Descartes, and others brought a new aspiration to promote investigation and honest, critical thinking about everyday things.

These founders of modern natural science realized that they would have to begin afresh. This was a bold resolve, but not so bold as must be that of the student of mankind to-day if he expects to free himself from the trammels of the past. Bacon pointed out that the old days were not those of mature knowledge, but of youthful human ignorance. “These times are the ancient times, when the world is ancient, and not those we count ancient, ordine retrogrado, by a computation backward from ourselves.” In his *New Atlantis* he pictures an ideal State which concentrated its resources on systematic scientific research, with a view to applying new discoveries to the betterment of man’s lot.

Descartes, who was a young man when Bacon was an old one, insisted on the necessity, if we proposed to seek the truth, of questioning *everything* at least once in our lives. To all these leaders in the development of modern science doubt, not faith, was the beginning of wisdom. They doubted—and with good reason—

what the Greeks were supposed to have discovered; they doubted all the old books and all the university professors' lecture notes. They did not venture to doubt the Bible, but they eluded it in various ways. They set to work to find out exactly what happened under certain circumstances. They experimented individually and reported their discoveries to the scientific academies which began to come into existence.

As one follows the deliberations of these bodies it is pathetic to observe how little the learning of previous centuries, in spite of its imposing claims, had to contribute to a fruitful knowledge of common things. It required a century of hard work to establish the most elementary facts which would now be found in a child's book. How water and air act, how to measure time and temperature and atmospheric pressure, had to be discovered. The microscope revealed the complexity of organic tissues, the existence of minute creatures, vaguely called infusoria, and the strange inhabitants of the blood, the red and white corpuscles. The telescope put an end to the flattering assumption that the cosmos circled around man and the little ball he lives on.

Without a certain un-Greek, practical inventive tendency which, for reasons not easily to be discovered, first began to manifest itself in the thirteenth century, this progress would not have been possible. The new thinkers descended from the magisterial chair and patiently fussed with lenses, tubes, pulleys, and wheels, thus weaning themselves from the adoration of man's mind and understanding. They had to devise the machinery of investigation as investigation itself progressed.

Moreover, they did not confine themselves to the conventionally noble and elevated subjects of speculation. They addressed themselves to worms and ditch water in preference to metaphysical subtleties. They agreed with Bacon that the mean and even filthy things deserve study. All this was naturally scorned by the university professors, and the universities consequently played little or no part in the advance of natural science until the nineteenth century.

Nor were the moral leaders of mankind behind the intellectual in opposing the novel tendencies. The clergy did all they could to perpetuate the squalid belief in witchcraft, but found no place for experimental science in their scheme of learning, and judged it offensive to the Maker of all things. But their opposition could do no more than hamper the new scientific impulse, which was far too potent to be seriously checked.

So in one department of human thought—the investigation of

natural processes—majestic progress has been made since the opening of the seventeenth century, with every promise of continued and startling advance. The new methods employed by students of natural science have resulted in the accumulation of a stupendous mass of information in regard to the material structure and operation of things, and the gradual way in which the earth and all its inhabitants have come into being. The nature and workings of atoms and molecules are being cleared up, and their relation to heat, light, and electricity established. The slow processes which have brought about the mountains and valleys, the seas and plains, have been exposed. The structure of the elementary cell can be studied under powerful lenses; its divisions, conjunctions, differentiation, and multiplication into the incredibly intricate substance of plants and animals can be traced.

In short, man is now in a position, for the first time in his history, to have some really clear and accurate notion of the world in which he dwells and of the living creatures which surround him and with which he must come to terms. It would seem obvious that this fresh knowledge should enable him to direct his affairs more intelligently than his ancestors were able to do in their ignorance. He should be in a position to accommodate himself more and more successfully to the exigencies of an existence which he can understand more fully than any preceding generation, and he should aspire to deal more and more sagaciously with himself and his fellow-men.

13. How scientific knowledge has revolutionized the conditions of life

But while our information in regard to man and the world is incalculably greater than that available a hundred, even fifty years ago, we must frankly admit that the knowledge is still so novel, so imperfectly assimilated, so inadequately co-ordinated, and so feebly and ineffectively presented to the great mass of men, that its *direct* effects upon human impulses and reasoning and outlook are as yet inconsiderable and disappointing. We *might* think in terms of molecules and atoms, but we rarely do. Few have any more knowledge of their own bodily operations than had their grandparents. The farmer's confidence in the phases of the moon gives way but slowly before recent discoveries in regard to the bacteria of the soil. Few who use the telephone, ride on electric cars, and carry a camera have even the mildest curiosity in regard to how these things work. It is only *indirectly*, through *invention*, that

scientific knowledge touches our lives on every hand, modifying our environment, altering our daily habits, dislocating the anciently established order, and imposing the burden of constant adaptation on even the most ignorant and lethargic.

Unlike a great part of man's earlier thought, modern scientific knowledge and theory have not remained matter merely for academic discourse and learned books, but have provoked the invention of innumerable practical devices which surround us on every hand, and from which we can now scarce escape by land or sea. Thus while scientific knowledge has not greatly affected the thoughts of most of us, its influence in the promotion of modern invention has served to place us in a new setting or environment, the novel features of which it would be no small task to explain to one's great-great-grandfather, should he unexpectedly apply for up-to-date information. So even if modern scientific *knowledge* is as yet so imperfect and ill understood as to make it impossible for us to apply much of it directly and personally in our daily conduct, we nevertheless cannot neglect the urgent effects of scientific *inventions*, for they are constantly posing new problems of adjustment to us, and sometimes disposing of old ones.

Let us recall a few striking examples of the astonishing way in which what seemed in the beginning to be rather trivial inventions and devices have, with the improvements of modern science, profoundly altered the conditions of life.

Some centuries before the time of Bacon and Galileo four discoveries were made which, supplemented and elaborated by later insight and ingenuity, may be said to underlie our modern civilization. A writer of the time of Henry II of England reports that sailors when caught in fog or darkness were wont to touch a needle to a bit of magnetic iron. The needle would then, it had been found, whirl around in a circle and come to rest pointing north. On this tiny index the vast extension of modern commerce and imperialism rests.

That lentil-shaped bits of glass would magnify objects was known before the end of the thirteenth century, and from that little fact have come microscopes, telescopes, spectroscopes, and cameras; and from these in turn has come a great part of our present knowledge of natural processes in men, animals, and plants and our comprehension of the cosmos at large.

Gunpowder began to be used a few decades after the lens was discovered; it and its terrible descendants have changed the whole problem of human warfare and of the public defense.

The printing press, originally a homely scheme for saving the labor

of the copyist, has not only made modern democracy and nationality possible, but has helped by the extension of education to undermine the ancient foundations upon which human industry has rested from the beginnings of civilization.

In the middle of the eighteenth century the steam engine began to supplant the muscular power of men and animals, which had theretofore been only feebly supplemented by windmills and water wheels. And now we use steam and gas engines and water power to generate potent electric currents which do their work far from the source of supply. Mechanical ingenuity has utilized all this undreamed-of energy in innumerable novel ways for producing old and new commodities in tremendous quantities and distributing them with incredible rapidity throughout the earth.

Vast factories have sprung up, with their laborious multitudes engaged on minute contributions to the finished article; overgrown cities sprawl over the neighboring green fields and pastures; long freight trains of steel cars thunder across continents; monstrous masses of wealth pile up, are reinvested, and applied to making the whole system more and more inconceivably intricate and interdependent; and incidentally there is hurry and worry and discontent and hazard beyond belief for a creature who has to grasp it all and control it all with a mind reared on that of an animal, a child, and a savage.

As if these changes were not astounding enough, now has come the chemist who devotes himself to making not new *commodities* (or old ones in new ways), but new *substances*. He juggles with the atoms of carbon, hydrogen, oxygen, nitrogen, chlorine, and the rest, and far outruns the workings of nature. Up to date he has been able to produce artfully over two hundred thousand compounds, for some of which mankind formerly depended on the alchemy of animals and plants. He can make foodstuffs out of sewage; he can entrap the nitrogen in the air and use it to raise wheat to feed, or high explosives to slaughter, his fellows. He no longer relies on plants and animals for dyes and perfumes. In short, a chemical discovery may at any moment devastate an immemorial industry and leave both capital and labor in the lurch. The day may not be far distant when, should the chemist learn to control the incredible interatomic energy, the steam engine will seem as complete an anachronism as the treadmill.

The uttermost parts of the earth have been visited by Europeans, and commerce has brought all races of the globe into close touch. We have now to reckon with every nation under heaven, as was shown in the World War. At the same time steam and electrical

communication have been so perfected that space has been practically annihilated as regards speech, and in matters of transportation reduced to perhaps a fifth. So all the peoples of the earth form economically a loose and, as yet, scarcely acknowledged federation of man, in which the fate of any member may affect the affairs of all the others, no matter how remote they may be geographically.

All these unprecedented conditions have conspired to give business for business' sake a fascination and overwhelming importance it has never had before. We no longer make things for the sake of making them, but for money. The chair is not made to sit on, but for profit; the soap is no longer prepared for purposes of cleanliness, but to be sold for profit. Practically nothing catches our eye in the way of writing that was written for its own sake and not for money. Our magazines and newspapers are our modern commercial travelers proclaiming the gospel of business competition. Formerly the laboring classes worked because they were slaves, or because they were defenseless and could not escape from thralldom—or, mayhap, because they were natural artisans; but now they are coming into a position where they can combine and bargain and enter into business competition with their employers. Like their employers, they are learning to give as little as possible for as much as possible. This is good business; and the employer should realize that at last he has succeeded in teaching his employees to be strictly businesslike. When houses were built to live in, and wheat and cattle grown to eat, these essential industries took care of themselves. But now that profit is the motive for building houses and raising grain, if the promised returns are greater from manufacturing automobiles or embroidered lingerie, one is tempted to ask if there are any longer compelling reasons for building houses or raising food?

Along with the new inventions and discoveries and our inordinately pervasive commerce have come two other novel elements in our environment—what we vaguely call “democracy” and “nationality”. These also are to be traced to applied science and mechanical contrivances.

The printing press has made popular education possible, and it is our aspiration to have every boy and girl learn to read and write—an ideal that the Western World has gone far to realize in the last hundred years. General education, introduced first among men and then extended to women, has made plausible the contention that all adults should have a vote, and thereby exercise some ostensible influence in the choice of public officials and in the direction of the policy of the government.

Until recently the mass of the people have not been invited to turn their attention to public affairs, which have been left in the control of the richer classes and their representatives and agents, the statesmen or politicians. Doubtless our crowded cities have contributed to a growing sense of the importance of the common man, for all must now share the street car, the public park, the water supply, and contagious diseases.

But there is a still more fundamental discovery underlying our democratic tendencies. This is the easily demonstrated scientific truth that nearly all men and women, whatever their social and economic status, may have much greater possibilities of activity and thought and emotion than they exhibit in the particular conditions in which they happen to be placed; that in all ranks may be found evidence of unrealized capacity; that we are living on a far lower scale of intelligent conduct and rational enjoyment than is necessary.

Our present notions of nationality are of very recent origin, going back scarcely a hundred years. Formerly nations were made up of the subjects of this or that gracious majesty and were regarded by their God-given rulers as beasts of burden or slaves or, in more amiable moods, as children. The same forces that have given rise to modern democracy have made it possible for vast groups of people, such as make up France or the United States, to be held together more intimately than ever before by the news which reaches them daily of the enterprises of their government and the deeds of their conspicuous fellow-countrymen.

In this way the inhabitants of an extensive territory embracing hundreds of thousands of square miles are brought as close together as the people of Athens in former days. Man is surely a gregarious animal who dislikes solitude. He is, moreover, given to the most exaggerated estimate of his tribe; and on these ancient foundations modern nationality has been built up by means of the printing press, the telegraph, and cheap postage. *So it has fallen out that just when the world was becoming effectively cosmopolitan in its economic interdependence, its scientific research, and its exchange of books and art, the ancient tribal insolence has been developed on a stupendous scale.*

The manner in which man has revolutionized his environment, habits of conduct, and purposes of life by inventions is perhaps the most astonishing thing in human history. It is an obscure and hitherto rather neglected subject. But it is clear enough, from the little that has been said here, that since the Middle Ages, and especially in the past hundred years, science has so hastened the

process of change that it becomes increasingly difficult for man's common run of thinking to keep pace with the radical alterations in his actual practices and conditions of living.

* * * * *



VII

*Peace sitting under her olive, and
slurring the days gone by,
When the poor are hovell'd and
hustled together, each sex, like
swine,
When only the ledger lives, and
when only not all men lie;
Peace in her vineyard—yes!—but
a company forges the wine.*

TENNYSON.

*Could great men thunder
As Jove himself does, Jove would
ne'er be quiet.
For every pelting, petty officer
Would use his heaven for thunder;
Nothing but thunder!
... Man, proud man,
Drest in a little brief authority,
Most ignorant of what he's most
assured,
His glassy essence, like an angry
ape,
Plays such fantastic tricks before
high heaven
As make the angels weep; who, with*

*our spleens,
Would all themselves laugh mortal.*

SHAKESPEARE.

14. “the sickness of an acquisitive society”

It is so difficult a task to form any correct estimate of one's own surroundings, largely on account of our very familiarity with them, that historical students have generally evaded this responsibility. They have often declared that it was impossible to do so satisfactorily. And yet no one will ever know more than we about what is going on now. Some secrets may be revealed to coming generations, but plenty of our circumstances will be obscure to them. And it certainly seems pusillanimous, if not hazardous, to depute to those yet unborn the task of comprehending the conditions under which we must live and strive. I have long believed that the only unmistakable contribution that the historical student can make to the progress of intelligence is to study the past with an eye constantly on the present. For history not only furnishes us with the key to the present by showing how our situation came about, but at the same time supplies a basis of comparison and a point of vantage by virtue of which the salient contrasts between our days and those of old can be detected. Without history the essential differences are sure to escape us. Our generation, like all preceding generations of mankind, inevitably takes what it finds largely for granted, and the great mass of men who argue about existing conditions assume a fundamental likeness to past conditions as the basis of their conclusions in regard to the present and the still unrolled future.

Such a procedure becomes more and more dangerous, for although a continuity persists, there are more numerous, deeper and wider reaching contrasts between the world of to-day and that of a hundred, or even fifty, years ago, than have developed in any corresponding lapse of time since the beginning of civilization. This is not the place even to sketch the novelties in our knowledge and circumstances, our problems and possibilities. No more can be done here than to illustrate in a single field of human interest the need of an unprecedentedly open mind in order to avail ourselves of existing resources in grasping and manipulating the problems forced upon us.

Few people realize how novel is the almost universal preoccupation with business which we can observe on every hand, but to which

we are already so accustomed that it easily escapes the casual observer. But in spite of its vastness and magnificent achievements, business, based upon mass production and speculative profits, has produced new evils and reinforced old ones which no thoughtful person can possibly overlook. Consequently it has become the great issue of our time, the chief subject of discussion, to be defended or attacked according to one's tastes, even as religion and politics formerly had their day.

Business men, whether conspicuous in manufacture, trade, or finance, are the leading figures of our age. They exercise a dominant influence in domestic and foreign policy; they subsidize our education and exert an unmistakable control over it. In other ages a military or religious caste enjoyed a similar pre-eminence. But now business directs and equips the soldier, who is far more dependent on its support than formerly. Most religious institutions make easy terms with business, and, far from interfering with it or its teachings, on the whole cordially support it. Business has its philosophy, which it holds to be based upon the immutable traits of human nature and as identical with morality and patriotism. It is a sensitive, intolerant philosophy, of which something will be said in the following section.

Modern business produced a sort of paradise for the luckier of mankind, which endured down to the war, and which many hope to see restored in its former charm, and perhaps further beautified as the years go on. It represents one of the most startling of human achievements. No doubt a great part of the population worked hard and lived in relative squalor, but even then they had many comforts unknown to the toiling masses of previous centuries, and were apparently fairly contented.

But escape was possible, for any man of capacity or character at all exceeding the average, into the middle or upper classes, for whom life offered, at a low cost and with the least trouble, conveniences, comforts, and amenities beyond the compass of the richest and most powerful monarchs of other ages. The inhabitant of London could order by telephone, sipping his morning tea in bed, the various products of the whole earth, in such quantity as he might see fit, and reasonably expect their early delivery upon his doorstep; he could at the same moment and by the same means adventure his wealth in the natural resources and new enterprises of any quarter of the world, and share, without exertion or even trouble, in their prospective fruits and advantages.... He could secure forthwith, if he wished it, cheap and comfortable means of transit to any country or climate without passport or other formality, could dispatch his servant to the neighboring office of a bank for such supply of the

precious metals as might seem convenient, and could then proceed abroad to foreign quarters, without knowledge of their religion, language, or customs, bearing coined wealth upon his person, and would consider himself greatly aggrieved and much surprised at the least interference.

And most important of all, he could, before the war, regard this state of affairs as

... normal, certain, and permanent, except in the direction of further improvement, and any deviation from it as aberrant, scandalous, and avoidable. The projects and politics of militarism, and imperialism, of racial and cultural rivalries, of monopolies, restrictions, and exclusion, which were to play the serpent in this paradise, were little more than the amusements of his daily newspaper, and appeared to exercise almost no influence at all on the ordinary course of social and economic life, the internationalization of which was nearly complete in practice.⁴⁶

This assumption of the permanence and normality of the prevailing business system was much disturbed by the outcome of the war, but less so, especially in this country, than might have been expected. It was easy to argue that the terrible conflict merely interrupted the generally beneficent course of affairs which would speedily re-establish itself when given an opportunity. To those who see the situation in this light, modern business has largely solved the age-long problem of producing and distributing the material necessities and amenities of life; and nothing remains except to perfect the system in detail, develop its further potentialities, and fight tooth and nail those who are led by lack of personal success or a maudlin sympathy for the incompetent to attack and undermine it.

On the other hand, there were many before the war, not themselves suffering conspicuously from the system, who challenged its beneficence and permanence, in the name of justice, economy, and the best and highest interests of mankind as a whole. Since the war many more have come to the conclusion that business as now conducted is not merely unfair, exceedingly wasteful, and often highly inexpedient from a social standpoint, but that from an historical standpoint it is “intensely unusual, unstable, complicated, unreliable, and temporary” (Keynes). It may prove to be the chief eccentricity of our age; quite as impermanent as was the feudal and manorial system or the role of the mediaeval Church or of monarchs by the grace of God; and destined to undergo changes which it is now quite impossible to forecast.

In any case, economic issues are the chief and bitterest of our time. It is in connection with them that free thinking is most difficult and

most apt to be misunderstood, for they easily become confused with the traditional reverences and sanctities of political fidelity, patriotism, morality, and even religion. There is something humiliating about this situation, which subordinates all the varied possibilities of life to its material prerequisites, much as if we were again back in a stage of impotent savagery, scratching for roots and looking for berries and dead animals. One of the most brilliant of recent English economists says with truth:

The burden of our civilization is not merely, as many suppose, that the product of industry is ill-distributed, or its conduct tyrannical, or its operation interrupted by bitter disagreements. It is that industry itself has come to hold a position of exclusive predominance among human interests, which no single interest, and least of all the provision of the material means of existence, is fit to occupy. Like a hypochondriac who is so absorbed in the processes of his own digestion that he goes to the grave before he has begun to live, industrialized communities neglect the very objects for which it is worth while to acquire riches in their feverish preoccupation with the means by which riches can be acquired.

That obsession by economic issues is as local and transitory as it is repulsive and disturbing. To future generations it will appear as pitiable as the obsession of the seventeenth century by religious quarrels appears to-day; indeed, it is less rational, since the object with which it is concerned is less important. And it is a poison which inflames every wound and turns each trivial scratch into a malignant ulcer.⁴⁷

Whatever may be the merits of the conflicting views of our business system, there can be no doubt that it is agitating all types of thoughtful men and women. Poets, dramatists, and story writers turn aside from their old *motifs* to play the role of economists. Psychologists, biologists, chemists, engineers, are as never before striving to discover the relation between their realms of information and the general problems of social and industrial organization. And here is a historical student allowing the dust to collect on mediaeval chronicles, church histories, and even seventeenth-century rationalists, once fondly perused, in order to see if he can come to some terms with the profit system. And why not? Are we not all implicated? We all buy and many sell, and no one is left untouched by a situation which can in two or three years halve our incomes, without fault of ours. But before seeking to establish the bearing of the previous sections of this volume on our attitude toward the puzzles of our day, we must consider more carefully the “good reasons” commonly urged in defense of the existing system.

15. The philosophy of safety and sanity

So far we have been mainly engaged in recalling the process by which man has accumulated such a mind as he now has, and the effects of this accumulation on his mode of life. Under former conditions (which are now passing away) and in a state of ignorance about highly essential matters (which are now being put in quite a new light) he established certain standards and practices in his political, social, and industrial life. His views of property, government, education, the relations of the sexes, and various other matters he reaffirms and perpetuates by means of schools, colleges, churches, newspapers, and magazines, which in order to be approved and succeed must concur in and ratify these established standards and practices and the current notions of good and evil, right and wrong. This is what happened in the past, and to the great majority of people this still seems to be the only means of “safeguarding society”. Before subjecting this attitude of mind to further criticism it will be helpful to see how those argue who fail to perceive the vicious circle involved.

The war brought with it a burst of unwonted and varied animation. Those who had never extended their activities beyond the usual routine of domestic and professional life suddenly found themselves participating in a vast enterprise in which they seemed to be broadening their knowledge and displaying undreamed of capacity for co-operation with their fellows. Expressions of high idealism exalted us above the petty cares of our previous existence, roused new ambitions, and opened up an exhilarating perspective of possibility and endeavor. It was common talk that when the foe, whose criminal lust for power had precipitated the mighty tragedy, should be vanquished, things would “no longer be the same”. All would then agree that war was the abomination of abominations, the world would be made safe for right-minded democracy, and the nations would unite in smiling emulation.

Never did bitterer disappointment follow high hopes. All the old habits of nationalistic policy reasserted themselves at Versailles. A frightened and bankrupt world could indeed hardly be expected to exhibit greater intelligence than the relatively happy and orderly one which had five years earlier allowed its sanctified traditions to drag it over the edge of the abyss. Then there emerged from the autocracy of the Tsars the dictatorship of the proletariat, and in Hungary and Germany various startling attempts to revolutionize hastily and excessively that ancient order which the Hapsburg and Hohenzollern rulers had managed to perpetuate in spite of all

modern novelties. The real character of these movements was ill understood in our country, but it was inevitable that with man's deep-seated animistic tendencies they should appear as a sort of wicked demon or a deadly contagion which might attack even our own land unless prevented by timely measures. War had naturally produced its machinery for dealing with dissenters, sympathizers with the enemy, and those who deprecated or opposed war altogether; and it was the easiest thing in the world to extend the repression to those who held exceptional or unpopular views, like the Socialists and members of the I.W.W. It was plausible to charge these associations with being under the guidance of foreigners, with "pacifism" and a general tendency to disloyalty. But suspicion went further so as to embrace members of a rather small, thoughtful class who, while rarely socialistic, were confessedly skeptical in regard to the general beneficence of existing institutions, and who failed to applaud at just the right points to suit the taste of the majority of their fellow-citizens. So the general impression grew up that there was a sort of widespread conspiracy to overthrow the government by violence or, at least, a dangerous tendency to prepare the way for such a disaster, or at any rate a culpable indifference to its possibility.

Business depression reinforced a natural reaction which had set in with the sudden and somewhat unexpected close of the war. The unwonted excitement brought on a national headache, and a sedative in the form of normalcy was proffered by the Republican party and thankfully accepted by the country at large. Under these circumstances the philosophy of safety and sanity was formulated. It is familiar and reassuring and puts no disagreeable task of mental and emotional readjustment on those who accept it. Hence its inevitable popularity and obvious soundness.

And these are its presuppositions: No nation is comparable to our own in its wealth and promise, in its freedom and opportunity for all. It has opened its gates to the peoples of the earth, who have flocked across the ocean to escape the poverty and oppression of Europe. From the scattered colonies of the pre-revolutionary period the United States has rapidly advanced to its world ascendancy. When the European powers had reached a hopeless stalemate after four years of war the United States girded on the sword as the champion of liberty and democracy and in an incredibly short time brought the conflict to a victorious close before she had dispatched half the troops she could easily have spared. She had not entered the conflict with any motives of aggrandizement or of territorial extension. She felt her self-sufficiency and could well afford proudly to refuse to join the League of Nations on the ground that

she did not wish to be involved in European wrangles or sacrifice a title of her rights of self-determination.

The prosperity of the United States is to be attributed largely to the excellence of the Federal Constitution and the soundness of her democratic institutions. Class privileges do not exist, or at least are not recognized. Everyone has equal opportunity to rise in the world unhampered by the shackles of European caste. There is perfect freedom in matters of religious belief. Liberty of speech and of the press is confirmed by both the Federal Constitution and the constitutions of the various states. If people are not satisfied with their form of government they may at any time alter it by a peaceful exercise of the suffrage.

In no other country is morality more highly prized or stoutly defended. Woman is held in her proper esteem and the institution of the family everywhere recognized as fundamental. We are singularly free from the vices which disgrace the capitals of Europe, not excepting London.

In no other country is the schoolhouse so assuredly acknowledged to be the corner stone of democracy and liberty. Our higher institutions of learning are unrivaled; our public libraries numerous and accessible. Our newspapers and magazines disseminate knowledge and rational pleasure throughout the land.

We are an ingenious people in the realm of invention and in the boldness of our business enterprise. We have the sturdy virtues of the pioneer. We are an honest people, keeping our contracts and giving fair measure. We are a tireless people in the patient attention to business and the laudable resolve to rise in the world. Many of our richest men began on the farm or as office boys. Success depends in our country almost exclusively on native capacity, which is rewarded here with a prompt and cheerful recognition which is rare in other lands.

We are a progressive people, always ready for improvements, which indeed we take for granted, so regularly do they make their appearance. No alert American can visit any foreign country without noting innumerable examples of stupid adherence to outworn and cumbrous methods in industry, commerce, and transportation.

Of course no one is so blind as not to see that here and there evils develop which should be remedied, either by legislation or by the gradual advance in enlightenment. Many of them will doubtless cure themselves. Our democracy is right at heart and you cannot fool all the people all the time. We have not escaped our fair quota of troubles. It would be too much to expect that we should. The

difference of opinion between the Northern and Southern states actually led to civil war, but this only served to confirm the natural unity of the country and prepare the way for further advance. Protestants have sometimes dreaded a Catholic domination; the Mormons have been a source of anxiety to timid souls. Populists and advocates of free silver have seemed to threaten sound finance. On the other hand, Wall Street and the trusts have led some to think that corporate business enterprise may at times, if left unhampered, lead to over-powerful monopolies. But the evil workings of all these things had before the war been peaceful, if insidious. They might rouse apprehension in the minds of far-sighted and public-spirited observers, but there had been no general fear that any of them would overthrow the Republic and lead to a violent destruction of society as now constituted and mayhap to a reversion to barbarism.

The circumstances of our participation in the World War and the rise of Bolshevism convinced many for the first time that at last society and the Republic were actually threatened. Heretofore the socialists of various kinds, the communists and anarchists, had attracted relatively little attention in our country. Except for the Chicago anarchist episode and the troubles with the I.W.W., radical reformers had been left to go their way, hold their meetings, and publish their newspapers and pamphlets with no great interference on the part of the police or attention on the part of lawgivers. With the progress of the war this situation changed; police and lawgivers began to interfere, and government officials and self-appointed guardians of the public weal began to denounce the “reds” and those suspected of “radical tendencies”. The report of the Lusk Committee in the state of New York is perhaps the most imposing monument to this form of patriotic zeal.

It is not our business here to discuss the merits of Socialism or Bolshevism either from the standpoint of their underlying theories or their promise in practice. It is only in their effects in developing and substantiating the philosophy of safety and sanity that they concern us in this discussion.

Whether the report of the so-called Lusk Committee⁴⁸ has any considerable influence or no, it well illustrates a common and significant frame of mind and an habitual method of reasoning. The ostensible aim of the report is:

... to give a clear, unbiased statement and history of the purposes and objects, tactics and methods, of the various forces now at work in the United States, and particularly within the state of New York, which are seeking to undermine and destroy, not only the

government under which we live, but also the very structure of American society. It also seeks to analyze the various constructive forces which are at work throughout the country counteracting these evil influences, and to present the many industrial and social problems that these constructive forces must meet and are meeting. The plan is executed with laborious comprehensiveness, and one unacquainted with the vast and varied range of so-called “radical” utterances will be overwhelmed by the mass brought together. But our aim here is to consider the attitude of mind and assumptions of the editors and their sympathizers.

They admit the existence of “real grievances and natural demands of the working classes for a larger share in the management and use of the common wealth”. It is these grievances and demands which the agitators use as a basis of their machinations. Those bent on a social revolution fall into two classes—socialists and anarchists. But while the groups differ in detail, these details are not worth considering. “Anyone who studies the propaganda of the various groups which we have named will learn that the arguments employed are the same; that the tactics advocated cannot be distinguished from one another, and that articles, or speeches made on the question of tactics or methods by anarchists, could, with propriety, be published in socialist, or communist newspapers without offending the membership of these organizations.” So, fortunately for the reader, it is unnecessary to make any distinctions between socialists, anarchists, communists, and Bolsheviki. They all have the common purpose of overthrowing existing society and “general strikes and sabotage are the direct means advocated”. The object is to drive business into bankruptcy by reducing production and raising costs.⁴⁹

But it would be a serious mistake to assume that the dangers are confined to our industrial system. “The very first general fact that must be driven home to Americans is that the pacifist movement in this country, the growth and connections of which are an important part of this report, is an absolutely integral and fundamental part of international socialism.” European socialism, from which ours is derived, has had for one of its main purposes “the creation of an international sentiment to supersede national patriotism and effort, and this internationalism was based upon pacificism, in the sense that it opposed all wars between nations and developed at the same time class consciousness that was to culminate in relentless class warfare. In other words, it was not really peace that was the goal, but the abolition of the patriotic, warlike spirit of nationalities”.

In view of the necessity of making head against this menace the

Criminal Anarchy statute of the State of New York was invoked, search warrants issued, “large quantities of revolutionary, incendiary and seditious written and printed matter were seized”. After the refusal of Governor Smith to sign them, the so-called Lusk educational bills were repassed and signed by the Republican Governor Miller. No teacher in the schools shall be licensed to teach who “has advocated, either by word of mouth or in writing, a form of government other than the government of the United States or of this state”. Moreover, “No person, firm, corporation, association, or society shall conduct, maintain, or operate any school, institute, class, or course of instruction in any subject without making application for and being granted a license from the University of the State of New York [*i. e.* the Regents].” The Regents shall have the right to send inspectors to visit classes and schools so licensed and to revoke licenses if they deem that an overthrow of the existing government by violence is being taught.⁵⁰

But the safe and sane philosophy by no means stops with the convenient and compendious identification of socialists of all kinds, anarchists, pacifists and internationalists, as belonging to one threatening group united in a like-minded attempt to overthrow society as we now know it. This class includes, it may be observed, such seemingly distinguishable personalities as Trotzky and Miss Jane Addams, who are assumed to be in essential harmony upon the great issue. But there are many others who are perhaps the innocent tools of the socialists. These include teachers, lecturers, writers, clergymen, and editors to whom the Lusk report devotes a long section on “the spread of socialism in educated circles”. It is the purpose of this section

... to show the use made by members of the Socialist Party of America and other extreme radicals and revolutionaries of pacifist sentiment among people of education and culture in the United States as a vehicle for the promotion of revolutionary socialistic propaganda. The facts here related are important because they show that these socialists, playing upon the pacifist sentiment in a large body of sincere persons, were able to organize their energies and capitalize their prestige for the spread of their doctrines. [P. 969.]

An instance of this is an article in the *New Republic* which:

... includes more or less open attacks on Attorney-General Palmer, Mr. Lansing, the House Immigration Committee, the New York Times, Senator Fall, this Committee, etc. It also quotes the dissenting opinions in the Abrams case of Justices Holmes and Brandeis, and ends by making light of the danger

of revolution in America: ... This belittling of the very real danger to the institutions of this country, as well as the attempted discrediting of any investigating group (or individual), has become thoroughly characteristic of our "Parlor Bolshevik" or "Intelligentsia". [P. 1103.]

So it comes about, as might indeed have been foreseen from the first, that one finds himself, if not actually violating the criminal anarchy statute, at least branded as a Bolshevik if he speaks slightly of the *New York Times* or recalls the dissenting opinion of two judges of the Supreme Court.

Moreover, as might have been anticipated, the issues prove to be at bottom not so much economic as moral and religious, for "Materialism and its formidable sons, Anarchy, Bolshevism, and Unrest, have thrown down the gauge of battle" to all decency.

... What is of the greatest importance for churchmen to understand, in order that they may not be led astray by specious arguments of so-called Christian Socialists and so-called liberals and self-styled partisans of free speech, is that socialism as a system, as well as anarchism and all its ramifications, from high-brow Bolshevism to the Russian Anarchist Association, are all the declared enemies of religion and all recognized moral standards and restraints. [P. 1124.]

We must not be misled by "false, specious idealism masquerading as progress". The fight is one for God as well as country, in which all forms of radicalism, materialism, and anarchy should be fiercely and promptly stamped out.⁵¹



VIII

Dans les sciences politiques, il est un ordre de vérités qui, surtout chez les peuples libres ... ne peuvent être utiles, que lorsqu'elles sont généralement connues et avouées. Ainsi,

l'influence du progrès de ces sciences sur la liberté, sur la prospérité des nations, doivent en quelque sorte se mesurer sur le nombre de ces vérités qui, par l'effet d'une instruction élémentaire, deviennent commune à tous les esprits; ainsi les progrès toujours croissants de cette instruction élémentaire, liés eux mêmes aux progrès nécessaires de ces sciences, nous répondent d'une amélioration dans les destinées de l'espèce humaine qui peut être regardée comme indéfinie, puisqu'elle n'a d'autres limites que celles de ces progrès mêmes.

CONDORCET.

16. Some historical reflections on the philosophy of repression

Of course the kind of reasoning and the presuppositions described in the previous section will appeal to many readers as an illustration of excessive and unjustifiable fear lest the present order be disturbed—a frenzied impulse to rush to the defense of our threatened institutions. Doubtless the Lusk report may quite properly be classed as a mere episode in war psychology. Having armed to put down the Germans and succeeded in so doing, the ardor of conflict does not immediately abate, but new enemies are sought and easily discovered. The hysteria of repression will probably subside, but it is now a well-recognized fact that in disease, whether organic or mental, the abnormal and excessive are but instructive exaggerations and perversions of the usual course of things. They do not exist by themselves, but represent the temporary and exaggerated functioning of bodily and mental processes. The real question for us here is not whether Senator Lusk is too fearful and too indiscriminate in his denunciations, but whether he and his colleagues do not merely furnish an overcharged and perhaps somewhat grotesque instance of man's natural and impulsive way of dealing with social problems. It seems to me that enough has already been said to lead us to suspect this.

At the outset of this volume the statement was hazarded that if only men could come to look at things differently from the way they now generally do, a number of our most shocking evils would either remedy themselves or show themselves subject to gradual elimination or hopeful reduction. Among these evils a very fundamental one is the defensive attitude toward the criticism of our existing order and the naïve tendency to class critics as enemies of society. It was argued that a fuller understanding of the history of

the race would contribute to that essential freedom of mind which would welcome criticism and permit fair judgments of its merits. Having reviewed the arguments of those who would suppress criticism lest it lead to violence and destruction, we may now properly recall in this connection certain often neglected historical facts which serve to weaken if not to discredit most of these arguments.

Man has never been able to adapt himself very perfectly to his civilization, and there has always been a deal of injustice and maladjustment which might conceivably have been greatly decreased by intelligence. But now it would seem that this chronic distress has become acute, and some careful observers express the quite honest conviction that unless thought be raised to a far higher plane than hitherto, some great setback to civilization is inevitable.

Yet instead of subjecting traditional ideas and rules to a thoroughgoing reconsideration, our impulse is, as we have seen, to hasten to justify existing and habitual notions of human conduct. There are many who flatter themselves that by suppressing so-called "radical" thought and its diffusion, the present system can be made to work satisfactorily on the basis of ideas of a hundred or a hundred thousand years ago.

While we have permitted our free thought in the natural sciences to transform man's old world, we allow our schools and even our universities to continue to inculcate beliefs and ideals which may or may not have been appropriate to the past, but which are clearly anachronisms now. For, the "social science" taught in our schools is, it would appear, an orderly presentation of the conventional proprieties, rather than a summons to grapple with the novel and disconcerting facts that surround us on every side.

At the opening of the twentieth century the so-called sciences of man, despite some progress, are, as has been pointed out, in much the same position that the natural sciences were some centuries earlier. Hobbes says of the scholastic philosophy that it went on one brazen leg and one of an ass. This seems to be our plight to-day. Our scientific leg is lusty and grows in strength daily; its fellow member—our thought of man and his sorry estate—is capricious and halting. We have not realized the hopes of the eighteenth-century "illumination", when confident philosophers believed that humanity was shaking off its ancient chains; that the clouds of superstition were lifting, and that with the new achievements of science man would boldly and rapidly advance toward hitherto undreamed-of concord and happiness. We can no longer countenance the specious precision of the English classical school

of economics, whose premises have been given the lie by further thought and experience. We have really to start anew.

The students of natural phenomena early realized the arduous path they had to travel. They had to escape, above all things, from the past. They perceived that they could look for no help from those whose special business it was to philosophize and moralize in terms of the past. They had to look for light in their own way and in the directions from which they conjectured it might come. Their first object was, as Bacon put it, *light*, not *fruit*. They had to learn before they could undertake changes, and Descartes is very careful to say that philosophic doubt was not to be carried over to daily conduct. This should for the time being conform to accepted standards, unenlightened as they might be.

Such should be the frame of mind of one who seeks insight into human affairs. His subject matter is, however, far more intricate and unmanageable than that of the natural scientist. Experiment on which natural science has reared itself is by no means so readily applicable in studying mankind and its problems. The student of humanity has even more inveterate prejudices to overcome, more inherent and cultivated weaknesses of the mind to guard against, than the student of nature. Like the early scientists, he has a scholastic tradition to combat. He can look for little help from the universities as now constituted. The clergy, although less sensitive in regard to what they find in the Bible, are still stoutly opposed, on the whole, to any thoroughgoing criticism of the standards of morality to which they are accustomed. Few lawyers can view their profession with any considerable degree of detachment. Then there are the now all-potent business interests, backed by the politicians and in general supported by the ecclesiastical, legal, and educational classes. Many of the newspapers and magazines are under their influence, since they have become the business man's heralds and live off his bounty.

Business indeed has almost become our religion; it is defended by the civil government even as the later Roman emperors and the mediaeval princes protected the Church against attack. Socialists and communists are the Waldensians and Albigensians of our day, heretics to be cast out, suppressed, and deported to Russia, if not directly to hell as of old.

The Secret Service seems inclined to play the part of a modern Inquisition, which protects our new religion. Collected in its innumerable files is the evidence in regard to suspected heretics who have dared impugn "business as usual", or who have dwelt too lovingly on peace and good will among nations. Books and

pamphlets, although no longer burned by the common hangman, are forbidden the mails by somewhat undiscerning officials. We have a pious vocabulary of high resentment and noble condemnation, even as they had in the Middle Ages, and part of it is genuine, if unintelligent, as it was then.

Such are some of the obstacles which the student of human affairs must surmount. Yet we may hope that it will become increasingly clear that the repression of criticism (even if such criticism becomes fault-finding and takes the form of a denunciation of existing habits and institutions) is inexpedient and inappropriate to the situation in which the world finds itself. Let us assume that such people as really advocate lawlessness and disorder should be carefully watched and checked if they promise to be a cause of violence and destruction. But is it not possible to distinguish between them and those who question and even arraign with some degree of heat the standardized unfairness and maladjustments of our times?

And there is another class who cannot by any exaggeration be considered agitators, who have by taking thought come to see that our conditions have so altered in the past hundred years and our knowledge so increased that the older ways of doing and viewing things are not only unreasonable, but actually dangerous. But so greatly has the hysteria of war unsettled the public mind that even this latter class is subject to discreditable accusations and some degree of interference.

We constantly hear it charged that this or that individual or group advocates the violent overthrow of government, is not loyal to the Constitution, or is openly or secretly working for the abolition of private property or the family, or, in general, is supposed to be eager to "overturn everything without having anything to put in its place".

The historical student may well recommend that we be on our guard against such accusations brought against groups and individuals. For the student of history finds that it has always been the custom to charge those who happened to be unpopular, with holding beliefs and doing things which they neither believed nor did. Socrates was executed for corrupting youth and infidelity to the gods; Jesus for proposing to overthrow the government; Luther was to the officials of his time one who taught "a loose, self-willed life, severed from all laws and wholly brutish".

Those who questioned the popular delusions in regard to witchcraft were declared by clergymen, professors, and judges of the seventeenth century to be as good as atheists, who shed doubt on the devil's existence in order to lead their godless lives without fear

of future retribution. How is it possible, in view of this inveterate habit of mankind, to accept at its face value what the police or Department of Justice, or self-appointed investigators, choose to report of the teachings of people who are already condemned in their eyes?

Of course the criticism of accepted ideas is offensive and will long remain so. After all, talk and writing are forms of conduct, and, like all conduct, are inevitably disagreeable when they depart from the current standards of respectable behavior. To talk as if our established notions of religion, morality, and property, our ideas of stealing and killing, were defective and in need of revision, is indeed more shocking than to violate the current rules of action. For we are accustomed to actual crimes, misdemeanors, and sins, which are happening all the time, but we will not tolerate any suspected attempt to palliate them in theory.

It is inevitable that new views should appear to the thoughtless to be justifications or extenuations of evil actions and an encouragement of violence and rebellion, and that they will accordingly be bitterly denounced. But there is no reason why an increase of intelligence should not put a growing number of us on our guard against this ancient pitfall.

If we are courageously to meet and successfully to overcome the dangers with which our civilization is threatened, it is clear that we need *more mind* than ever before. It is also clear that we can have indefinitely more mind than we already have if we but honestly desire it and avail ourselves of resources already at hand. Mind, as previously defined, is our «conscious knowledge and intelligence, what we know and our attitude toward it—our disposition to increase our information, classify it, criticize it, and apply it». *It is obvious that in this sense the mind is a matter of accumulation and that it has been in the making ever since man took his first step in civilization.* I have tried to suggest the manner in which man's long history illuminates our plight and casts light on the path to be followed. And history is beginning to take account of the knowledge of man's nature and origin contributed by the biologist and the anthropologist and the newer psychologists.

Few people realize the hopeful revolution that is already beginning to influence the aims and methods of all these sciences of man. No previous generation of thinkers has been so humble on the whole as is that of to-day, so ready to avow their ignorance and to recognize the tendency of each new discovery to reveal further complexities in the problem. On the other hand, we are justified in feeling that at last we have the chance to start afresh. We are freer than any

previous age from the various prepossessions and prejudices which we now see hampered the so-called “free” thinking of the eighteenth century.

The standards and mood of natural science are having an increasing influence in stimulating eager research into human nature, beliefs, and institutions. With Bacon’s recommendations of the study of common *things* the human mind entered a new stage of development. Now that historic forces have brought the common *man* to the fore, we are submitting him to scientific study and gaining thereby that elementary knowledge of his nature which needs to be vastly increased and spread abroad, since it can form the only possible basis for a successful and real democracy.

I would not have the reader infer that I overrate the place of science or exact knowledge in the life of man. Science, which is but the most accurate information available about the world in which we live and the nature of ourselves and of our fellow men, is not the whole of life; and except to a few peculiar persons it can never be the most absorbing and vivid of our emotional satisfactions. We are poetic and artistic and romantic and mystical. We resent the cold analysis and reduction of life to the commonplace and well substantiated—and this is after all is said, the aim of scientific endeavor. But we have to adjust ourselves to a changing world in the light of constantly accumulating knowledge. It is knowledge that has altered the world and we must rely on knowledge and understanding to accommodate ourselves to our new surroundings and establish peace and order and security for the pursuit of those things that to most of us are more enticing than science itself.⁵²

No previous generation has been so perplexed as ours, but none has ever been justified in holding higher hopes if it could but reconcile itself to making bold and judicious use of its growing resources, material and intellectual. *It is fear that holds us back.* And fear is begotten of ignorance and uncertainty. And these mutually reinforce one another, for we feebly try to condone our ignorance by our uncertainty and to excuse our uncertainty by our ignorance.

Our hot defense of our ideas and beliefs does not indicate an established confidence in them but often half-distrust, which we try to hide from ourselves, just as one who suffers from bashfulness offsets his sense of inferiority and awkwardness by rude aggression. If, for example, religious beliefs had been really firmly established there would have been no need of “aids to faith”; and so with our business system to-day, our politics and international relations. We dread to see things as they would appear if we thought of them honestly, for it is the nature of critical thought to metamorphose our

familiar and approved world into something strange and unfamiliar. It is undoubtedly a nervous sense of the precariousness of the existing social system which accounts for the present strenuous opposition to a fair and square consideration of its merits and defects.

Partisanship is our great curse. We too readily assume that everything has two sides and that it is our duty to be on one or the other. We must be defending or attacking something; only the lily-livered hide their natural cowardice by asking the impudent question, What is it all about? The heroic gird on the armor of the Lord, square their shoulders, and establish a muscular tension which serves to dispel doubt and begets the voluptuousness of bigotry and fanaticism.⁵³ In this mood questions become issues of right and wrong, not of expediency and in expediency. It has been said that the worthy people of Cambridge are able promptly to reduce the most complex social or economic problem to a simple moral issue, and this is a wile of the Father of Lies, to which many of us yield readily enough.

It is, however, possible for the individual to overcome the fear of thought. Once I was afraid that men might think too much; now, I only dread lest they will think too little and far too timidly, for I now see that real thinking is rare and difficult and that it needs every incentive in the face of innumerable ancient and inherent discouragements and impediments. We must first endeavor manfully to free our own minds and then do what we can to hearten others to free theirs. *Toujours de l'audace!* As members of a race that has required from five hundred thousand to a million years to reach its present state of enlightenment, there is little reason to think that anyone of us is likely to cultivate intelligence too assiduously or in harmful excess.

17. What of it?

Our age is one of unprecedented responsibility. As Mr. Lippmann has so well said:

Never before have we had to rely so completely on ourselves. No guardian to think for us, no precedent to follow without question, no lawmaker above, only ordinary men set to deal with heartbreaking perplexity. All weakness comes to the surface. We are homeless in a jungle of machines and untamed powers that haunt and lure the imagination. Of course our culture is confused, our thinking spasmodic, and our emotion

*out of kilter. No mariner ever enters upon a more uncharted sea than does the average human being born in the twentieth century. Our ancestors thought they knew their way from birth through all eternity; we are puzzled about day after tomorrow.... It is with emancipation that real tasks begin, and liberty is a searching challenge, for it takes away the guardianship of the master and the comfort of the priest. The iconoclasts did not free us. They threw us into the water, and now we have to swim.*⁵⁴

We must look forward to ever new predicaments and adventures. Nothing is going to be settled in the sense in which things were once supposed to be settled, for the simple reason that knowledge will probably continue to increase and will inevitably alter the world with which we have to make terms. The only thing that might conceivably remain somewhat stabilized is an attitude of mind and unflagging expectancy appropriate to the terms and the rules according to which life's game must hereafter be played. We must promote a new cohesion and co-operation on the basis of this truth. And this means that we have now to substitute purpose for tradition, and this is a concise statement of the great revolution which we face.

Now, when all human institutions so slowly and laboriously evolved are impugned, every consensus challenged, every creed flouted, as much as and perhaps even more than by the ancient Sophists, the call comes to us ... to explore, test, and, if necessary, reconstruct the very bases of conviction, for all open questions are new opportunities. Old beacon lights have shifted or gone out. Some of the issues we lately thought to be minor have taken on cosmic dimensions. We are all "up against" questions too big for us, so that there is everywhere a sense of insufficiency which is too deep to be fully deployed in the narrow field of consciousness. Hence, there is a new discontent with old leaders, standards, criteria, methods, and values, and a demand everywhere for new ones, a realization that mankind must now reorient itself and take its bearings from the eternal stars and sail no longer into the unknown future by the dead reckonings of the past.⁵⁵

Life, in short, has become a solemn sporting proposition—solemn enough in its heavy responsibilities and the magnitude of the stakes to satisfy our deepest religious longings; sporty enough to tickle the fancy of a baseball fan or an explorer in darkest Borneo. We can play the game or refuse to play it. At present most of human organization, governmental, educational, social, and religious, is directed, as it always has been, to holding things down, and to perpetuating beliefs and policies which belong to the past and have

been but too gingerly readjusted to our new knowledge and new conditions. On the other hand, there are various scientific associations which are bent on revising and amplifying our knowledge and are not pledged to keeping alive any belief or method which cannot stand the criticism which comes with further information. The terrible fear of falling into mere rationalizing is gradually extending from the so-called natural sciences to psychology, anthropology, politics, and political economy. All this is a cheering response to the new situation.

But, as has been pointed out, really honest discussion of our social, economic, and political standards and habits readily takes on the suspicion of heresy and infidelity. Just as the “freethinker” who, in the eighteenth century, strove to discredit miracles in the name of an all-wise and foreseeing God (who could not be suspected of tampering with his own laws), was accused of being an atheist and of really believing in no God at all; so those who would ennoble our ideals of social organization are described as “Intellectuals” or “parlor Bolsheviks” who would overthrow society and all the achievements of the past in order to free themselves from moral and religious restraints and mayhap “get something for nothing”. The parallel is very exact indeed.

The Church always argued that there were no new heresies. All would, on examination, prove to be old and discredited. So the Vice-President of the United States has recently declared that:

Men have experimented with radical theories in great and small ways times without number and always, always with complete failure. They are not new; they are old. Each failure has demonstrated anew that without effort there is no success. The race never gets something for nothing.⁵⁶

But is this not a complete reversal of the obvious truth? Unless we define “radical” as that which never does succeed, how can anyone with the most elementary notions of history fail to see that almost all the things that we prize to-day represent revolts against tradition, and were in their beginnings what seemed to be shocking divergences from current beliefs and practices? What about Christianity, and Protestantism, and constitutional government, and the rejection of old superstitions and the acceptance of modern scientific ideas? The race has always been getting something for nothing, for creative thought is, as we have seen, confined to a very few. And it has been the custom to discourage or kill those who prosecuted it too openly, not to reward them according to their merits.

One cannot but wonder at this constantly recurring phrase “getting

something for nothing”, as if it were the peculiar and perverse ambition of disturbers of society. Except for our animal outfit, practically all we have is handed to us gratis. Can the most complacent reactionary flatter himself that he invented the art of writing or the printing press, or discovered his religious, economic, and moral convictions, or any of the devices which supply him with meat and raiment or any of the sources of such pleasure as he may derive from literature or the fine arts? In short, civilization is little else than getting something for nothing. Like other vested interests, it is “the legitimate right to something for nothing”.⁵⁷ How much execrable reasoning and how many stupid accusations would fall away if this truth were accepted as a basis of discussion! Of course there is no more flagrant example of a systematic endeavor to get something for nothing than the present business system based on profits, and absentee ownership of stocks.

Since the invention of printing, and indeed long before, those fearful of change have attempted to check criticism by attacking books. These were classified as orthodox or heterodox, moral or immoral, treasonable or loyal, according to their tone. Unhappily this habit continues and shows itself in the distinction between sound and unsound, radical and conservative, safe and dangerous. The sensible question to ask about a book is obviously whether it makes some contribution to a clearer understanding of our situation by adding or reaffirming important considerations and the inferences to be made from these. Such books could be set off against those that were but expressions of vague discontent or emulation, or denunciations of things because they are as they are or are not as they are not. I have personally little confidence in those who cry lo here or lo there. It is premature to advocate any wide sweeping reconstruction of the social order, although experiments and suggestions should not be discouraged. What we need first is a change of heart and a chastened mood which will permit an ever increasing number of people to see things as they are, in the light of what they have been and what they might be. The dogmatic socialist with his unhistorical assumptions of class struggle, his exaggerated economic interpretation of history, and his notion that labor is the sole producer of capital, is shedding scarcely more light on the actual situation than is the Lusk Committee and Mr. Coolidge, with their confidence in the sacredness of private property, as they conceive it, in the perennial rightness and inspiration of existing authority and the blessedness of the profit system. But there are plenty of writers, to mention only a few of the more recent ones, like Veblen, Dewey, J. A. Hobson, Tawney, Cole, Havelock Ellis, Bertrand Russell, Graham Wallas, who may

or may not have (or ever have had) any confidence in the presuppositions and forecasts of socialism, whose books do make clearer to any fair-minded reader the painful exigencies of our own times.

I often think of the economic historians of, say, two centuries hence who may find time to dig up the vestiges of the economic literature of to-day. We may in imagination appeal to their verdicts and in some cases venture to forecast them. Many of our writers they will throw aside as dominated by a desire merely to save the ill-understood present at all costs; others as attempting to realize plans which were already discredited in their own day. Future historians will, nevertheless, clearly distinguish a few who, by a sort of persistent and ardent detachment, were able to see things close at hand more fully and truly than their fellows and endeavored to do what they could to lead their fellows to perceive and reckon with the facts which so deeply concerned them. Blessed be those who aspire to win this glory. On the monument erected to Bruno on the site where he was burned for seeing more clearly than those in authority in his days, is the simple inscription, "Raised to Giordano Bruno by the generation which he foresaw."

We are all purblind, but some are blinder than others who use the various means available for sharpening their eyesight. As an onlooker it seems to me safe to say that the lenses recommended by both the "radicals" and their vivid opponents rather tend to increase than diminish our natural astigmatism.

Those who agree, on the whole, at least, with the *facts* brought together in this essay and, on the whole, with the main *inferences* suggested either explicitly or implicitly, will properly begin to wonder how our educational system and aims are to be so rearranged that coming generations may be better prepared to understand the condition of human life and to avail themselves of its possibilities more fully and guard against its dangers more skillfully than previous generations. There is now widespread discontent with our present educational methods and their elaborate futility; but it seems to me that we are rather rarely willing to face the fundamental difficulty, for it is obviously so very hard to overcome. *We do not dare to be honest enough to tell boys and girls and young men and women what would be most useful to them in an age of imperative social reconstruction.*

We have seen that the ostensible aims of education are various,⁵⁸ and that among them is now included the avowed attempt to prepare the young to play their part later as voting citizens. If they are to do better than preceding generations they must be brought up

differently. They would have to be given a different general attitude toward institutions and ideals; instead of having these represented to them as standardized and sacred they should be taught to view them as representing half-solved problems. But how can we ever expect to cultivate the judgment of the young in matters of fundamental social, economic, and political readjustment when we consider the really dominating forces in education? But even if these restraints were weakened or removed, the task would remain a very delicate one. Even with teachers free and far better informed than they are, it would be no easy thing to cultivate in the young a justifiable admiration for the achievements and traditional ideals of mankind and at the same time develop the requisite knowledge of the prevailing abuses, culpable stupidity, common dishonesty, and empty political buncombe, which too often passes for statesmanship.

But the problem has to be tackled, and it may be tackled directly or indirectly. The direct way would be to describe as realistically as might be the actual conditions and methods, and their workings, good and bad. If there were better books than are now available it would be possible for teachers tactfully to show not only how government is supposed to run, but how it actually is run. There are plenty of reports of investigating committees, Federal and state, which furnish authentic information in regard to political corruption, graft, waste, and incompetency. These have not hitherto been supposed to have anything to do with the *science* of government, although they are obviously absolutely essential to an *understanding* of it. Similar reflections suggest themselves in the matter of business, international relations, and race animosities. But so long as our schools depend on appropriations made by politicians, and colleges and universities are largely supported by business men or by the state, and are under the control of those who are bent on preserving the existing system from criticism, it is hard to see any hope of a kind of education which would effectively question the conventional notions of government and business. They cannot be discussed with sufficient honesty to make their consideration really medicinal. We laud the brave and outspoken and those supposed to have the courage of their convictions—but only when these convictions are acceptable or indifferent to us. Otherwise, honesty and frankness become mere impudence.⁵⁹

No doubt politics and economics could be taught, and are being taught, better as time goes on. Neither of them are so utterly unreal and irrelevant to human proceedings as they formerly were. There is no reason why a teacher of political economy should not describe the actual workings of the profit system of industry with its

restraints on production and its dependence on the engineer, and suggest the possibility of gathering together capital from functionless absentee stockholders on the basis of the current rate of interest rather than speculative dividends. The actual conditions of the workers could be described, their present precarious state, the inordinate and wasteful prevalence of hiring and firing; the policy of the unions, and their defensive and offensive tactics. Every youngster might be given some glimmering notion that neither “private property” nor “capital” is the real issue (since few question their essentiality) but rather the new problem of supplying other than the traditional motives for industrial enterprise—namely, the slave-like docility and hard compulsion of the great masses of workers, on the one hand, and speculative profits, on the other, which now dominate in our present business system. For the existing organization is not only becoming more and more patently wasteful, heartless, and unjust, but is beginning, for various reasons, to break down. In short, whatever the merits of our present ways of producing the material necessities and amenities of life, it looks to many as if they could not succeed indefinitely, even as well as they have in the past, without some fundamental revision.

As for political life, a good deal would be accomplished if students could be habituated to distinguish successfully between the empty declamations of politicians and statements of facts, between vague party programs and concrete recommendations and proposals. They should early learn that language is not primarily a vehicle of ideas and information, but an emotional outlet, corresponding to various cooings, growlings, snarls, crowings, and brayings. Their attention could be invited to the rhetoric of the bitter-enders in the Senate or the soothing utterances of Mr. Harding on accepting the nomination for President:

“With a Senate advising as the Constitution contemplates, I would hopefully approach the nations of Europe and of the earth, proposing that understanding which makes us a willing participant in the consecration of nations to a new relationship, to commit the moral forces of the world, America included, to peace and international justice, still leaving America free, independent, self-reliant, but offering friendship to all the world. If men call for more specific details, I remind them that moral committals are broad and all-inclusive, and we are contemplating peoples in the concord of humanity’s advancement.”

After mastering the difference between language used to express facts and purposes and that which amounts to no more than a pious ejaculation, a suave and deprecating gesture, or an inferential accusation directed against the opposing party, the youth should be

instructed in the theory and practice of party fidelity and the effects of partisanship on the conduct of our governmental affairs. In fine, he should get some notion of the motives and methods of those who really run our government, whether he learned anything else or not.

These *direct* attempts to produce a more intelligently critical and open-minded generation are, however, likely to be far less feasible than the *indirect* methods. Partly because they will arouse strenuous opposition from the self-appointed defenders of society as now regulated, and partly because no immediate inspection of habits and institutions is so instructive as a study of their origin and progress and a comparison of them with other forms of social adjustment. I hope that it has already become clear that we have great, and hitherto only very superficially worked, resources in History, as it is now coming to be conceived.

We are in the midst of the greatest intellectual revolution that has ever overtaken mankind. Our whole conception of mind is undergoing a great change. We are beginning to understand its nature, and as we find out more, intelligence may be raised to a recognized dignity and effectiveness which it has never enjoyed before. An encouraging beginning has been made in the case of the natural sciences, and a similar success may await the studies which have to do with the critical estimate of man's complicated nature, his fundamental impulses and resources, the needless and fatal repressions which these have suffered through the ignorance of the past, and the discovery of untried ways of enriching our existence and improving our relations with our fellow men.

There⁶⁰ is a well-known passage in Goethe's "Faust" where he likens History to the Book with Seven Seals described in Revelation, which no one in heaven, or on the earth or under the earth, was able to open and read therein. All sorts of guesses have been hazarded as to its contents by Augustine, Orosius, Otto of Freising, Bossuet, Bolingbroke, Voltaire, Herder, Hegel, and many others, but none of them were able to break the seals, and all of them were gravely misled by their fragmentary knowledge of the book's contents. For we now see that the seven seals were seven great ignorances. No one knew much (1) of man's physical nature, or (2) the workings of his thoughts and desires, or (3) of the world in which he lives, or (4) of how he has come about as a race, or (5) of how he develops as an individual from a tiny egg, or (6) how deeply and permanently he is affected by the often forgotten impressions of infancy and childhood, or (7) how his ancestors lived for hundreds of thousands of years in the dark ignorance of savagery.

The seals are all off now. The book at last lies open before those who are capable of reading it, and few they be as yet; for most of us still cling to the guesses made in regard to its contents before anyone knew what was in it. We have become attached to the familiar old stories which now prove to be fictions, and we find it hard to reconcile ourselves to the many hard sayings which the book proves to contain—its constant stress on the stupidity of “good” people; its scorn for the respectable and normal, which it often reduces to little more than sanctimonious routine and indolence and pious resentment at being disturbed in one’s complacent assurances. Indeed, much of its teaching appears downright immoral according to existing standards.

One awful thing that the Book of the Past makes plain is that with our animal heritage we are singularly oblivious to the large concerns of life. We are keenly sensitive to little discomforts, minor irritations, wounded vanity, and various danger signals; but our comprehension is inherently vague and listless when it comes to grasping intricate situations and establishing anything like a fair perspective in life’s problems and possibilities. Our imagination is restrained by our own timidity, constantly reinforced by the warnings of our fellows, who are always urging us to be safe and sane, by which they mean convenient for them, predictable in our conduct and graciously amenable to the prevailing standards.

But it is obvious that it is increasingly dangerous to yield to this inveterate tendency, however comfortable and respectable it may seem for the moment.

History, as H. G. Wells has so finely expressed it, is coming more and more to be “a race between education and catastrophe. Our internal policies and our economic and social ideas are profoundly vitiated at present by wrong and fantastic ideas of the origin and historical relationship of social classes. A sense of history as the common adventure of all mankind is as necessary for peace within as it is for peace between the nations”. There can be no secure peace now but a common peace of the whole world; no prosperity but a general prosperity, and this for the simple reason that we are all now brought so near together and are so pathetically and intricately interdependent, that the old notions of noble Isolation and national sovereignty are magnificently criminal.

In the bottom of their hearts, or the depths of their unconscious, do not the conservatively minded realize that their whole attitude toward the world and its betterment is based on an assumption that finds no least support in the Great Book of the Past? Does it not make plain that the “conservative”, so far as he is consistent and

lives up to his professions, is fatally in the wrong? The so-called “radical” is also almost always wrong, for no one can foresee the future. But he works on a right assumption—namely, that the future has so far always proved different from the past and that it will continue to do so. Some of us, indeed, see that the future is tending to become more and more rapidly and widely different from the past. The conservative himself furnishes the only illustration of his theory, and even that is highly inconclusive. His general frame of mind appears to remain constant, but he finds himself defending and rejecting very different things. The great issue may, according to the period, be a primeval taboo, the utterances of the Delphic oracle, the Athanasian creed, the Inquisition, the geocentric theory, monarchy by the grace of God, witchcraft, slavery, war, capitalism, private property, or noble isolation. All of these tend to appear to the conservative under the aspect of eternity, but all of these things have come, many of them have gone, and the remainder would seem to be subject to undreamed-of modifications as time goes on. This is the teaching of the now unsealed book.



Appendix

Some suggestions in regard to reading

It may happen that among the readers of this essay there will be some who will ask how they can most readily get a clearer idea of the various newer ways of looking at mankind and the problems of the day. The following list of titles is furnished with a view of doing something to meet this demand. It is not a bibliography in the usual sense of the term. It is confined to rather short and readily understandable presentations appropriate to the overcrowded schedule upon which most of us have to operate. All the writers mentioned belong, however, to that rather small class whose

opinions are worth considering, even if one reserves the imprescriptible right not to agree with all they say. There may well be better references than those with which I happen to be acquainted, and others quite as useful; but I can hardly imagine anyone, whatever his degree of information, unless he happens to be a specialist in the particular field, failing to gain something of value from any one of the volumes mentioned.

For the astounding revelations in regard to the fundamental nature of matter and the ways in which the modern chemist plays with it, see John Mills, *Within the Atom* (D. Van Nostrand Company), and Slosson, *Creative Chemistry* (The Century Company).

A general account of the evolutionary process will be found in Crampton, *The Doctrine of Evolution* (Columbia University Press), chaps. i-v. For our development as an individual from the egg see Conklin, *Heredity and Environment* (Princeton University Press).

The general scope of modern anthropology and the influence of this study on our notions of mankind as we now find it can be gathered from Goldenweiser, *Early Civilization, Introduction to Anthropology* (Knopf). This should be supplemented by the remarkable volume of essays by Franz Boas, *The Mind of Primitive Man* (Macmillan).

Of the more recent and easily available books relating to the reconstruction of philosophy and the newer conceptions in regard to mind and intelligence the following may be mentioned:

Dewey, *Reconstruction in Philosophy and Human Nature and Conduct* (Holt); Woodworth, *Dynamic Psychology* (Columbia University Press); Trotter, *Instincts of the Herd in Peace and War* (Macmillan)—especially the first two sections, pp. 1-65;

Bernard Hart, *The Psychology of Insanity* (Putnam), an admirable little introduction to the importance of abnormal mental conditions in understanding our usual thoughts and emotions;

McDougall, *Social Psychology* (J. W. Luce); Everett D. Martin, *The Behavior of Crowds* (Harpers); Edman, *Human Traits* (Houghton-Mifflin). For the so-called behavioristic interpretation of mankind, see Watson, *Psychology from the Standpoint of a*

Behaviorist (Lippincott). Haldane, *Mechanism, Life, and Personality* (Dutton), is a short discussion of some of the most fundamental elements in our modern conception of life itself.

When it comes to gaining an idea of “Freudianism” and all the overwhelming discoveries, theories, and suggestions due to those who have busied themselves with the lasting effects of infantile and childish experiences, of hidden desires—sexual and otherwise, of “the Unconscious” and psychoanalysis, while there are many

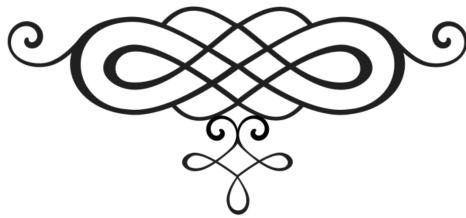
books, great and small, there would be no unanimity of opinion among those somewhat familiar with the subjects as to what should be recommended. It would be well if everyone could read in Havelock Ellis, *The Philosophy of Conflict* (Houghton-Mifflin), the essay (XVIII) on Freud and his influence. Wilfred Lay, *Man's Unconscious Conflict* (Dodd, Mead), is a popular exposition of psychoanalysis, and Tansley, *The New Psychology* (Dodd, Mead), likewise. Harvey O'Higgins, *The Secret Springs* (Harpers), reports, in a pleasing manner, some of the actual medical experiences of Dr. Edward Reede of Washington. But much of importance remains unsaid in all these little books for which one would have to turn to Freud himself, his present and former disciples, his enemies, and the special contributions of investigators and practitioners in this new and essential field of psychological research and therapy.

Turning to the existing industrial system, its nature, defects, and recommendations for its reform, I may say that I think that relatively little is to be derived from the common run of economic textbooks. The following compendious volumes give an analysis of the situation and a consideration of the proposed remedies for existing evils and maladjustments: Veblen, *The Vested Interests and the Common Man*, also his *The Engineers and the Price System* (Huebsch); J. A. Hobson, *Democracy after the War* (Macmillan) and his more recent *Problems of a New World* (Macmillan); Tawney, *The Acquisitive Society* (Harcourt, Brace); Bertrand Russell, *Why Men Fight* (Century) and his *Proposed Roads to Freedom* (Holt), in which he describes clearly the history and aims of the various radical leaders and parties of recent times.

As for newer views and criticism of the modern state and political life in general, in addition to Mr. Hobson's books mentioned above, the following are of importance: Graham Wallas, *The Great Society* (Macmillan); Harold Laski, *Authority in the Modern State and Problems of Sovereignty* (Yale University Press); Walter Lippmann, *Preface to Politics and Drift and Mastery* (Holt).

J. Russell Smith, *The World's Food Resources* (Holt), is a larger and more detailed discussion than most of those recommended above, but contains a number of general facts and comment of first-rate importance.

One who desires a highly thoughtful and scholarly review of the trend of religious thought in recent times should read McGiffert, *The Rise of Modern Religious Ideas* (Macmillan).



Notes:

26 George Bernard Shaw reaches a similar conclusion when he contemplates education in the British Isles. “We must teach citizenship and political science at school. But must we? There is no must about it, the hard fact being that we must not teach political science or citizenship at school. The schoolmaster who attempted it would soon find himself penniless in the streets without pupils, if not in the dock pleading to a pompously worded indictment for sedition against the exploiters. Our schools teach the morality of feudalism corrupted by commercialism, and hold up the military conqueror, the robber baron, and the profiteer, as models of the illustrious and successful.”—*Back to Methuselah*, xii.

27 The poet-clergyman, John Donne, who lived in the time of James I, has given a beautifully honest picture of the doings of a saint’s mind: “I throw myself down in my chamber and call in and invite God and His angels thither, and when they are there I neglect God and His angels for the noise of a fly, for the rattling of a coach, for the whining of a door. I talk on in the same posture of praying, eyes lifted up, knees bowed down, as though I prayed to God, and if God or His angels should ask me when I thought last of God in that prayer I cannot tell. Sometimes I find that I had forgot what I was about, but when I began to forget it I cannot tell. A memory of yesterday’s pleasures, a fear of to-morrow’s dangers, a straw under my knee, a noise in mine ear, a light in mine eye, an anything, a nothing, a fancy, a chimera in my brain troubles me in my prayer.”—Quoted by ROBERT LYND, *The Art of Letters*, pp. 46-47.

28 *Instincts of the Herd*, p. 44.

29 Diogenes Laertius, book v.

30 *Reconstruction in Philosophy*.

31 *The Place of Science in Modern Civilization*.

32 *Traité de Sociologie Générale*, *passim*. The author's term "derivations" seems to be his precise way of expressing what we have called the "good" reasons, and his "residus" correspond to the "real" reasons. He well says, "L'homme éprouve le besoin de raisonner, et en outre d'étendre un voile sur ses instincts et sur ses sentiments"—hence, rationalization. (P. 788.) His aim is to reduce sociology to the "real" reasons. (P. 791.)

33 Recently a re-examination of creative thought has begun as a result of new knowledge which discredits many of the notions formerly held about "reason". See, for example, *Creative Intelligence*, by a group of American philosophic thinkers; John Dewey, *Essays in Experimental Logic* (both pretty hard books); and Veblen, *The Place of Science in Modern Civilization*. Easier than these and very stimulating are Dewey, *Reconstruction in Philosophy*, and Woodworth, *Dynamic Psychology*.

34 Trotter, *op. cit.*, p. 45. The first part of this little volume is excellent.

35 It is impossible to discuss here the results which a really honest study of child psychology promises. The relations of the child to his parents and elders in general and to the highly artificial system of censorship and restraints which they impose in their own interests on his natural impulses must surely have a permanent influence on the notions he continues to have as an adult in regard to his "superiors" and the institutions and mores under which he is called to live. Attempts in later life to gain intellectual freedom can only be successful if one comes to think of the childish origin of a great part of his "real" reasons.

36 Clarence Day in *Our Simian World* discusses with delightful humor the effects of our underlying simian temperament on the conduct of life.

37 The word "imitation" is commonly used very loosely. The real question is does an animal, or even man himself, tend to make movements or sounds made by their fellow-creatures in their presence. It seems to be made out now that even monkeys are not imitative in that sense and that man himself has no general inclination to do over what he sees being done. Pray, if you doubt this, note how many things you see others doing that you have no inclination to imitate! For an admirable summary see Thorndike, E. L., *The Original Nature of Man*, 1913, pp. 108 ff.

38 “If the earth were struck by one of Mr. Wells’s comets, and if, in consequence, every human being now alive were to lose all the knowledge and habits which he had acquired from preceding generations (though retaining unchanged all his own powers of invention and memory and habituation) nine tenths of the inhabitants of London or New York would be dead in a month, and 99 per cent of the remaining tenth would be dead in six months. They would have no language to express their thoughts, and no thoughts but vague reverie. They could not read notices, or drive motors or horses. They would wander about, led by the inarticulate cries of a few naturally dominant individuals, drowning themselves, as thirst came on, in hundreds at the riverside landing places, looting those shops where the smell of decaying food attracted them, and perhaps at the end stumbling on the expedient of cannibalism. Even in the country districts men could not invent, in time to preserve their lives, methods of growing food, or taming animals, or making fire, or so clothing themselves as to endure a Northern winter.”—GRAHAM WALLAS, *Our Social Heritage*, p. 16. Only the very lowest of savages might possibly pull through if culture should disappear.

39 “A Theory of History”, *Political Science Quarterly*, December, 1920. He attributes history to the adventurers.

40 Count Korzybski in his *Manhood of Humanity* is so impressed by the uniqueness and undreamed possibilities of human civilization and man’s “time-binding” capacity that he declares that it is a gross and misleading error to regard man as an animal at all. Yet he is forced sadly to confess that man continues all too often to operate on an animal or “space-binding” plan of life. His aim and outlook are, however, essentially the same as those of the present writer. His method of approach will appeal especially to those who are wont to deal with affairs in the spirit of the mathematician and engineer. He is quite right in thinking that man has hitherto had little conception of his peculiar prerogatives and unlimited opportunities for betterment.

41 In the beginning, too, man did not know how children came about, for it was not easy to connect a common impulsive act with the event of birth so far removed in time. The tales told to children still are reminiscences of the mythical explanations which our savage ancestors advanced to explain the arrival of the infant. Consequently, all popular theories of the origin of marriage and the family based on the assumption of conscious paternity are outlawed.

42 Lucretius warns the reader not to be deterred from considering the evils wrought by religion by the fear of treading on “the unholy

grounds of reason and in the path of sin".—De Rer. Nat. i, 80 ff.

43 When in the time of Cicero the long-hidden works of Aristotle were recovered and put into the hands of Andronicus of Rhodes to edit, he found certain fragments of highly abstruse speculation which he did not know what to do with. So he called them "addenda to the Physics"—*Ta meta ta physica*. These fragments, under the caption "Metaphysica", became the most revered of Aristotle's productions, his "First Philosophy", as the Scholastics were wont to call it.

44 John Dewey deduces metaphysics from man's original reverie and then shows how in time it became a solemn form of rationalizing current habits and standards. *Reconstruction in Philosophy*, lectures i-ii. It is certainly surprising how few philosophical writers have ever reached other than perfectly commonplace conclusions in regard to practical "morality".

45 St. Ethelred, returning from a pious visit to Citeaux in the days of Henry II, encountered a great storm when he reached the Channel. He asked himself what *he* had done to be thus delayed, and suddenly thought that he had failed to *fulfill* a promise to write a poem on St. Cuthbert. When he had completed this, «wonderful to say, the sea ceased to rage and became tranquil».—*Surtees Society Publications*, i, p. 177.

46 Keynes, *The Economic Consequences of the Peace*, pp. 11-12.

47 Tawney, R. H., *The Acquisitive Society*, pp. 183-184. The original title of this admirable little work, a Fabian tract, was, *The Sickness of an Acquisitive Society*, but the American publishers evidently thought it inexpedient to stress the contention of the author that modern society has anything fundamentally the matter with it.

48 *Revolutionary Radicalism, Its History, Purpose, and Tactics*: with an exposition and discussion of the steps being taken and required to curb it, being the report of the Joint Legislative Committee investigating seditious activities, filed April 24, 1920, in the Senate of the state of New York. This comprises four stout volumes (over 4,200 pages in all) divided into two parts, dealing, respectively, with "Revolutionary and Subversive Movements at Home and Abroad" and "Constructive Movements and Measures in America". Albany, 1920.

49 "While the nature of this investigation has led the committee to lay its emphasis upon the activities of subversive organizations, it feels that this report would not be complete if it did not state emphatically that it believes that those persons in business and commercial

enterprise and certain owners of property who seek to take advantage of the situation to reap inordinate gain from the public contribute in no small part to the social unrest which affords the radical a field of operation which otherwise would be closed to him.” (P. 10.)

50 The general history throughout the United States of these and similar measures, the interference with public meetings, the trials, imprisonments, and censorship, are all set forth in Professor Chaffee’s *Freedom of Speech*, 1920.

51 During the summer of 1921 the Vice-President of the United States published in *The Delineator* a series of three articles on “Enemies of the Republic”, in which he considers the question, “Are the ‘reds’ stalking our college women?” He finds some indications that they are, and warns his readers that, “Adherence to radical doctrines means the ultimate breaking down of the old, sturdy virtues of manhood and womanhood, the insidious destruction of character, the weakening of the moral fiber of the individual, and the destruction of the foundations of society.” It may seem anomalous to some that the defenders of the old, sturdy virtues should so carelessly brand honest and thoughtful men and women, of whose opinions they can have no real knowledge, as “enemies of the Republic”—but there is nothing whatever anomalous in this. It has been the habit of defenders of the sturdy, old virtues from time immemorial to be careless of others’ reputations.

52 Mr. James Branch Cabell has in his *Beyond Life* defended man’s romantic longings and inexorable craving to live part of the time at least in a world far more sweetly molded to his fancy than that of natural science and political economy. There is no reason why man should live by bread alone. There is a time, however, for natural science and political economy, for they should establish the conditions in which we may rejoice in our vital lies, which will then do no harm and bring much joy.

53 The relation of our kinesthesia or muscular sense to fanaticism on the one hand and freedom of mind on the other is a matter now beginning to be studied with the promise of highly important results.

54 *Drift and Mastery*, pp. 196-197.

55 G. Stanley Hall, “The Message of the *Zeitgeist*”, in *Scientific Monthly*, August, 1921—a very wonderful and eloquent appeal by one of our oldest and boldest truth seekers.

56 *Delineator*, August, 1921, p. II.

57 Adopting Mr. Veblen's definition of a vested interest which caused some scandal in conservative circles when it was first reported. Doubtless the seeming offensiveness of the latter part of the definition obscured its reassuring beginning.

58 See Section 2 above.

59 The wise Goethe has said, "Zieret Stärke den Mann und freies, muthiges Wesen, O, so ziemet ihm fast tiefes Geheimniss noch mehr", —Römische Elegien, xx.

60 The closing reflections are borrowed from The Leaflet, issued by the students of the New School for Social Research, established in New York in 1919, with a view of encouraging adults to continue their studies in the general spirit and mood which permeate this essay.

Bônus

Esperamos que tenha gostado deste livro.

Como bônus na seção a seguir você encontra um artigo que consta do livro **Fascismo e Democracia**.

Obras de Orwell publicadas pela Montecristo:

- **Fascismo e Democracia**
- **Por que Escrevo**
- **Dentro da Baleia e Outros Ensaios**
- **1984**
- **A Revolução dos Bichos**

OBRAS FILOSÓFICAS DA MONTECRISTO EDITORA

- **Meditações de Marco Aurélio**
- **A Arte de ter Razão** por *Arthur Schopenhauer*
- **Estoicismo, Guia Definitivo** por *St. George Stock*
- **Ciropédia** por *Xenofonte*
- **Utopia** por *Thomas More*
- **Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres** por *Diógenes Laércio*
- **Andar a Pé** por *Henry David Thoreau*
- **Carta a Meneceu sobre a felicidade** por *Epicuro*
- **Epicuro, Cartas e Princípios** por *Epicuro*
- **O Dever do Advogado** por *Ruy Barbosa*
- **Os Sermões** por *Padre António Vieira*



Montecristo
Editora

Visões de um futuro totalitário

c. 1942

A luta pelo poder entre os partidos republicanos espanhóis é uma coisa infeliz e distante que eu não tenho nenhum desejo de reviver nesta data. Menciono isso apenas para dizer: não acredite em nada, ou quase nada, do que você leu sobre assuntos internos do Governo. É tudo, de qualquer fonte, propaganda partidária – ou seja, mentiras. A ampla verdade sobre a guerra é bastante simples. A burguesia espanhola viu sua chance de esmagar o movimento operário, e a tomou, auxiliada pelos nazistas e pelas forças reacionárias em todo o mundo. É duvidoso que mais do que isso venha a ser estabelecido.

Lembro-me de dizer uma vez a Arthur Koestler,²⁰ “A história parou em 1936”, no qual ele acenou com a cabeça em entendimento imediato. Ambos estávamos pensando no totalitarismo em geral, mas mais particularmente na Guerra Civil Espanhola. No início da vida eu tinha notado que nenhum evento era relatado corretamente em um jornal, mas na Espanha, pela primeira vez, vi reportagens de jornais que não tinham nenhuma relação com os fatos, nem mesmo a relação que está implícita em uma mentira comum. Vi grandes batalhas noticiadas onde não havia brigas, e o silêncio completo onde centenas de homens haviam sido mortos. Vi tropas que haviam lutado bravamente denunciadas como covardes e traidoras, e outros que nunca haviam visto um tiro disparado serem saudados como os heróis de vitórias imaginárias; e vi jornais em Londres vendendo essas mentiras e intelectuais ávidos construindo superestruturas emocionais sobre eventos que nunca haviam acontecido. Vi, de fato, a história ser narrada não em termos do que aconteceu, mas do que deveria ter acontecido de acordo com várias “linhas partidárias”. Mas de certa forma, por mais horrível que tudo isso tenha sido, não foi importante. Tratava-se de questões secundárias – a saber, a luta pelo poder entre o Comintern²¹ e os partidos de esquerda espanhóis, e os esforços do governo russo para impedir a revolução na Espanha. Mas o quadro geral da guerra que o governo espanhol apresentou ao mundo não era inverídico. As principais questões eram o que ele dizia que eram. Mas, quanto aos fascistas e seus defensores, como poderiam chegar tão perto da verdade quanto isso? Como eles poderiam mencionar seus verdadeiros objetivos? Sua versão da

guerra era pura fantasia e, nas circunstâncias, não poderia ter sido de outra forma. A única linha de propaganda aberta aos nazistas e fascistas era a de se representarem como patriotas cristãos salvando a Espanha de uma ditadura russa.

Isso envolvia fingir que a vida na Espanha governamental era apenas um longo massacre (vide *the Catholic Herald* ou o *Daily Mail* – mas estas eram brincadeiras de criança em comparação com a imprensa fascista continental), e envolvia exagerar imensamente a escala da intervenção russa. Da enorme pirâmide de mentiras que a imprensa católica e reacionária de todo o mundo construiu, deixe-me tomar apenas um ponto – a presença na Espanha de um exército russo.

Todos os partidários devotos de Franco acreditavam nisso; as estimativas de sua força chegaram a meio milhão. Agora, não havia um exército russo na Espanha. Pode ter havido um punhado de aviadores e outros técnicos, algumas centenas no máximo, mas não havia um exército na Espanha. Alguns milhares de estrangeiros que lutaram na Espanha, para não mencionar milhões de espanhóis, foram testemunhas disso. Bem, seu testemunho não causou nenhuma impressão nos propagandistas franquistas, nem um deles havia colocado os pés na Espanha oficial. Simultaneamente, essas pessoas se recusaram totalmente a admitir o fato da intervenção alemã ou italiana, ao mesmo tempo em que a imprensa alemã e italiana se gabavam abertamente das façanhas de seus “legionários”. Escolhi mencionar apenas um ponto, mas na verdade toda a propaganda fascista sobre a guerra estava neste nível.

Este tipo de coisa é assustador para mim, pois muitas vezes me dá a sensação de que **o próprio conceito de verdade objetiva está desaparecendo do mundo**. Afinal de contas, as chances são de que essas mentiras, ou de qualquer forma mentiras semelhantes, passem para a história. Como será escrita a história da Guerra Espanhola? Se Franco permanecer no poder, seus indicados escreverão os livros de história, e (para manter meu ponto escolhido) que o exército russo que nunca existiu se tornará um fato histórico, e as crianças da escola aprenderão sobre ele gerações a partir de então. Mas suponha que o fascismo seja finalmente derrotado e que algum tipo de governo democrático seja restaurado na Espanha num futuro próximo; mesmo assim, como se escreverá a história da guerra? Que tipo de registros Franco terá deixado para trás? Suponha até mesmo que os registros mantidos pelo Governo sejam recuperáveis – mesmo assim, como se deve escrever uma história verdadeira da guerra? Pois, como eu já assinalei, o Governo também tratou extensivamente de mentiras. Do ponto de vista antifascista, pode-se escrever uma história amplamente verdadeira da guerra, mas seria uma história partidária, não confiável em todos os pontos menores. No entanto, afinal, algum

tipo de história será escrito, e depois que aqueles que realmente se lembrarem da guerra estiverem mortos, ela será universalmente aceita. Portanto, para todos os fins práticos, a mentira terá se tornado verdade.

Eu sei que é moda dizer que a maior parte da história registrada é mentira de qualquer forma. Estou disposto a acreditar que a história é, na maioria das vezes, imprecisa e tendenciosa, mas o que é peculiar à nossa própria época é o abandono da ideia de que a história poderia ser verdadeiramente escrita. No passado, as pessoas mentiram deliberadamente, ou coloriram inconscientemente o que escreviam, ou se esforçaram para obter a verdade, sabendo bem que deveriam cometer muitos erros; mas em cada caso eles acreditavam que “os fatos” existiam e eram mais ou menos detectáveis. E na prática havia sempre um corpo considerável de fatos que teria sido aceito por quase todos. Se você olhar a história da última guerra, por exemplo, na *Encyclopaedia Britannica*, verá que uma quantidade respeitável do material é extraída de fontes alemãs. Um historiador britânico e um alemão discordariam profundamente sobre muitas coisas, mesmo sobre os fundamentos, mas ainda haveria aquele conjunto, por assim dizer, de fato neutro sobre o qual nenhum deles desafiaria seriamente o outro. É apenas esta base comum de concordância, com sua implicação de que os seres humanos são todos uma espécie de animal, que o totalitarismo destrói. A teoria nazista de fato nega especificamente que tal coisa como “a verdade” existe. Não existe, por exemplo, uma coisa como “ciência”. Existe apenas a “ciência alemã”, a “ciência judaica”, etc. O objetivo implícito desta linha de pensamento é um mundo de pesadelo no qual o Líder, ou algum grupo governante, controla não apenas o futuro, mas o passado. Se o Líder diz acerca que tal evento, ‘Nunca aconteceu’ – bem, nunca aconteceu. Se ele diz que dois e dois são cinco – bem, dois e dois são cinco. **Esta perspectiva me assusta muito mais do que as bombas** – e depois de nossas experiências dos últimos anos isso não é uma afirmação frívola.

Mas será talvez infantil ou mórbido aterrorizar-se com visões de um futuro totalitário? Antes de escrever o mundo totalitário como um pesadelo que não pode se tornar realidade, basta lembrar que em 1925 o mundo de hoje teria parecido um pesadelo que não poderia se tornar realidade. Contra esse mundo fantasmagórico mutável no qual o preto pode ser branco amanhã e o clima de ontem pode ser mudado por decreto, na realidade existem Monteiro Lobatouas salvaguardas. Uma é que por mais que você negue a verdade, a verdade continua existindo, por assim dizer, nas suas costas, e você consequentemente não pode violá-la de forma a prejudicar a eficiência militar. A outra é que enquanto algumas partes do mundo permanecerem

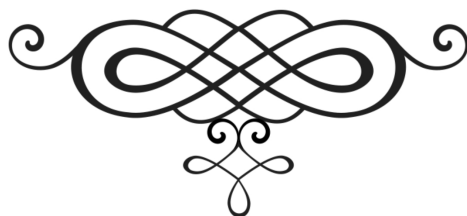
inconquistáveis, a tradição liberal pode ser mantida viva. Deixe o fascismo, ou possivelmente até uma combinação de vários fascismos, conquistar o mundo inteiro, e essas duas condições não existem mais. Nós na Inglaterra subestimamos o perigo deste tipo de coisa, porque nossas tradições e nossa segurança passada nos deram a crença sentimental de que tudo vem bem no final e a coisa que você mais teme nunca realmente acontece. Nutridos durante centenas de anos em uma literatura na qual a Direita invariavelmente triunfa no último capítulo, acreditamos meio a meio que o mal sempre se derrota a si mesmo a longo prazo. O pacifismo, por exemplo, é fundado em grande parte nesta crença. Não resista ao mal, e ele se destruirá de alguma forma. Mas por que deveria? Que provas existem de que o faz? E que exemplo existe de um estado industrializado moderno em colapso, a menos que seja conquistado do exterior pela força militar?

Considere, por exemplo, a reinstituição da escravidão. Quem poderia ter imaginado há vinte anos que a escravidão voltaria à Europa? Bem, a escravidão foi restaurada sob nossos narizes. Os campos de trabalho forçado em toda a Europa e no norte da África, onde poloneses, russos, judeus e prisioneiros políticos de todas as raças labutam na construção de estradas ou na drenagem de pântanos para suas rações brutas, são simples escravidão bárbara. O máximo que se pode dizer é que a compra e venda de escravos por indivíduos ainda não é permitida. De outras formas – a desagregação de famílias, por exemplo – as condições são provavelmente piores do que eram nas plantações americanas de algodão. Não há razão para pensar que este estado de coisas mudará enquanto durar qualquer dominação totalitária. Não entendemos todas as suas implicações, porque, à nossa maneira mística, sentimos que um regime fundado na escravidão deve entrar em colapso. Mas vale a pena comparar a duração dos impérios de escravos da antiguidade com a de qualquer estado moderno. As civilizações fundadas na escravatura duraram por períodos tais como quatro mil anos.

Quando penso na antiguidade, o detalhe que me assusta é que aquelas centenas de milhões de escravos sobre cujas costas a civilização repousava geração após geração não deixaram para trás nenhum registro. Nós nem sequer sabemos seus nomes. Em toda a história grega e romana, quantos nomes de escravos são conhecidos por você? Eu posso pensar em dois, ou possivelmente três. Um é Espártaco²² e o outro é Epicteto.²³ Além disso, na sala romana do Museu Britânico há um frasco de vidro com o nome do fabricante inscrito no fundo, “*Felix fecit*”. Tenho uma imagem mental viva do pobre Félix (um gaulês de cabelo vermelho e uma gola de metal ao redor do pescoço), mas na verdade ele pode não ter sido um escravo;

assim, há Monteiro Lobatoois escravos cujos nomes eu definitivamente conheço, e provavelmente poucas pessoas podem se lembrar de mais. Os demais caíram em completo silêncio.

Esta coleção foi publicada pela primeira vez em 2020 pela Penguin de Londres, para comemorar 70 anos da morte de George Orwell.



Notas:

20 Arthur Koestler (Budapeste, 5 de setembro de 1905 — Londres, 1 de março de 1983) foi um jornalista, escritor, e ativista político judeu húngaro radicado no Reino Unido. Refugiado em Viena, matriculou-se na Escola Politécnica, mas abandonou os estudos para juntar-se aos pioneiros sionistas na Palestina. De volta à Europa, dedicou-se principalmente ao jornalismo, através do qual adquiriu enorme experiência humana, política e social. Em 1929, como correspondente dos jornais do grupo Ullstein, de Berlim, mudou-se para Paris e, em 1931, tornou-se o único jornalista a participar da expedição polar do conde Zeppelin. Nesse mesmo ano, ingressou no Partido Comunista da Alemanha. No ano seguinte, Koestler esteve na União Soviética e, em 1936, foi enviado a Madrid, pelo New Chronicle, para cobrir a Guerra Civil Espanhola. Tendo participado ativamente da defesa de Málaga, foi preso pelas tropas de Francisco Franco e condenado à morte, sendo salvo por intervenção inglesa.

21 Comintern, a Internacional Comunista (do inglês Communist International) ou (Komintern) (do alemão Kommunistische Internationale) ou também conhecida como Terceira Internacional (1919-1943), foi uma organização internacional fundada por Vladimir Lenin, para reunir os partidos comunistas de diferentes países.

22 Espártaco (em latim: *Spartacus*; ca. 109 a.C. – ca. 71 a.C.) foi um gladiador de origem trácia, viveu na República romana e foi o líder da mais célebre revolta de escravos na Roma Antiga, conhecida como “Terceira Guerra Servil”, “Guerra dos Escravos” ou “Guerra dos Gladiadores”. Espártaco liderou, durante a revolta, um exército

rebelde que contou com quase 40 mil ex-escravos. Acabou por perder a guerra contra as legiões de Crasso, membro do primeiro triunvirato. O corpo de Espártaco nunca foi encontrado pelo comandante romano.

23 Epicteto (Hierápolis, 55 – Nicópolis, 135) foi um filósofo grego estoico que viveu a maior parte de sua vida em Roma, como escravo a serviço de Epafrodito, o cruel secretário de Nero que, segundo a tradição, uma vez lhe quebrou uma perna. Apesar de sua condição, conseguiu assistir as preleções do famoso estoico Caio Musônio Rufo. De sua obra se conservam o Encheiridion de Epicteto e as Diatribes ambos editados por seu discípulo Lúcio Flávio Arriano. Ver mais em <https://www.estoico.com.br/tag/epicteto/>

SUMÁRIO

JAMES HARVEY ROBINSON

A FORMAÇÃO DA MENTALIDADE

Sobre o Autor

Sobre o Tradutor

INTRODUÇÃO

PREFÁCIO

I

1. Sobre os propósitos deste livro
2. Três métodos de reforma que falharam

II

3. Dos vários modos de pensar
4. Racionalização
5. Como o pensamento criador transforma o mundo

III

6. Nossa herança animal. Natureza da civilização
7. Nossa mentalidade selvagem

IV

8. A origem do pensamento crítico
9. A Influência de Platão e Aristóteles

V

10. A origem da civilização medieval
11. Nossa herança medieval

VI

12. A revolução científica
13. Como a ciência revolucionou as condições da vida

VII

14. A atualidade à luz da história

15. Mentalidade em formação

Original em Inglês: The Mind in the Making: The Relation of Intelligence to Social Reform

Introduction

Preface

I

1. On the purpose of this volume
2. Three disappointed methods of reform

II

3. On various kinds of thinking
4. Rationalizing
5. How creative thought transforms the world

III

6. Our animal heritage. The nature of civilization
7. Our savage mind

IV

8. Beginning of critical thinking
9. Influence of plato and aristotle

V

10. Origin of the mediaeval civilization
11. Our mediaeval intellectual inheritance

VI

12. The scientific revolution
13. How scientific knowledge has revolutionized the conditions of life

VII

14. “the sickness of an acquisitive society”
15. The philosophy of safety and sanity

VIII

16. Some historical reflections on the philosophy of

repression

17. What of it?

Appendix

Some suggestions in regard to reading

Bônus

Visões de um futuro totalitário